

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

FELIPE MARQUES CARABETTI GONTIJO

MICROPRÁTICAS DE PODER E A ARTE DA RESISTÊNCIA:
UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA MATERIAL SOBRE A CONSTITUIÇÃO
DE ORGANIZAÇÕES EM LUTA

Belo Horizonte

2020

FELIPE MARQUES CARABETTI GONTIJO

**MICROPRÁTICAS DE PODER E A ARTE DA RESISTÊNCIA:
UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA MATERIAL SOBRE A CONSTITUIÇÃO
DE ORGANIZAÇÕES EM LUTA**

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, em oportunidade de qualificação, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de Concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Paes de Paula

Coorientador: Prof. Rafael Diogo Pereira

Belo Horizonte — MG

2020

Ficha catalográfica

G641m
2020

Gontijo, Felipe Marques Carabetti.
Micropráticas de poder e a arte da resistência [manuscrito]:
uma abordagem semiótica material sobre a constituição de
organizações em luta / Felipe Marques Carabetti Gontijo. – 2020.
266 f.: il.

Orientadora: Ana Paula Paes de Paula.
Coorientador: Rafael Diogo Pereira.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro
de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 253-266).

1. Movimentos sociais urbanos – Brasil - Teses. 2. Direito à
moradia – Brasil – Teses. 3. Neoliberalismo – Brasil – Teses. I. Paula,
Ana Paula Paes de. II. Pereira, Rafael Diogo. III. Universidade
Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em
Administração. IV. Título.

CDD: 658



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Programa de Pós-Graduação em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **FELIPE MARQUES CARABETTI GONTIJO**, REGISTRO Nº 253/2029. No dia 31 de março de 2020, às 8:00 horas, reuniu-se remotamente, por videoconferência, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 09 de março de 2020, para julgar o trabalho final intitulado "**MICROPRÁTICAS DE PODER E A ARTE DA RESISTÊNCIA: UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA MATERIAL SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EM LUTA**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof^a. Dr^a. Ana Paula Paes de Paula, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVAÇÃO;
() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de março de 2020.

NOMES

ASSINATURAS

Prof^a. Dr^a. Ana Paula Paes de Paula.
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Ana Paula Paes

Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira
Coorientador - (CAD/UFMG)

*Rafael Diogo Pereira
Carriari*

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carriari
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Gustavo Abel Carrillo Guzmán
(Griffith University/Australia)

P.P.

Ana Paula Paes

Prof. Dr. Marco Antônio Sousa Alves
(PPGD/UFMG)

P.P.

Ana Paula Paes

Prof^a. Dr^a. Mariana Mayumi Pereira de Souza
(UFV/MG)

P.P.

Ana Paula Paes

AGRADECIMENTOS

Muito Obrigado

aos professores(as) que, de alguma forma, fizeram parte dessa caminhada: Rafael D. Pereira, Gustavo Guzman, Ana Paula Paes de Paula, Roberto G. Duarte, Helton Adverse, Alexandre Carrieri, Amon N. Barros, Alexandre S. Pinheiro, Mariana M. P. de Souza, Marco Antônio S. Alves, entre outros;

às pessoas que em minha vida particular me deram força, carinho e apoio para que fosse possível chegar até o fim: Bruna Chaves Chiaradia, Patrícia M.C. Gontijo, Ludmilla e Luciana M. C. Gontijo, Anna Lúcia Marques Carabetti, e aos demais familiares e amigos;

às Brigadas Populares, aos moradores das ocupações Vicentão e Anita Santos que permitiram que eu estivesse entre eles, sempre me receberam bem e me ensinaram um sem número de coisas e sentimentos;

ao Cepead/ UFMG e aos colegas de doutorado por possibilitarem um espaço de formação tão rico, crítico e de alto nível, à *Griffith University* — Austrália —, por ter me acolhido durante dez meses como professor visitante e me disponibilizar sua infraestrutura e pessoal para a realização da presente pesquisa;

por fim, gostaria de agradecer à CAPES por incentivar a pesquisa brasileira, em geral, e esta em particular, mediante concessão de bolsa de estudos para doutorado sanduíche por meio do edital PDSE – 2017/2018.

Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência (EVARISTO, 2011).

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar a formação e continuidade de organizações não convencionais com fins políticos: organizações em luta. Inspirados pelos acontecimentos de insurgência contra certa ordem vigente, ao redor do mundo, como os movimentos *occupy*, a Primavera Árabe, as Jornadas de Junho, o Movimento Passe Livre, as Brigadas Populares, as ocupações urbanas de moradia e de cultura; interessou-nos compreender como, através de quais práticas, e da mobilização e composição de quais elementos humanos, não humanos, discursivos e não discursivos, esses coletivos são constituídos e sustentados. O objeto de pesquisa escolhido foi uma organização que acompanhamos durante sua existência de quase um ano (janeiro de 2018 a fevereiro de 2019), na qual, em alguma medida, fizemos parte observando e participando. Complementamos a metodologia com análise documental e entrevistas em profundidade. Tratou-se da Ocupação Vicentão, uma ocupação de um prédio abandonado no centro da cidade de Belo Horizonte. Trabalhadores ambulantes, juntamente com sem-teto, além de quatro organizações coordenadoras e mais um bom número de elementos em ação conjunta adentraram o prédio reivindicando o direito à cidade e à moradia digna. Adotando a ótica da organização como processo, demos especial atenção às práticas através das quais a organização emerge e se sustenta. Para viabilizar nossa proposta, partimos de conceitos e reflexões de Foucault, principalmente dos estudos das técnicas e procedimentos de condução de condutas e das reflexões em que trata da relação entre as formas mais gerais de poder como a governamentalidade. Então buscamos articulá-las com o fenômeno das práticas de organizar da Semiótica Material de Barbara Czarniawska, Bruno Latour, Michel Callon e John Law. No decorrer da pesquisa, examinamos as práticas discursivas e não discursivas utilizadas pelos atores para constituir e manter a ocupação. Faziam-no através das relações que transformavam e buscavam manter entre objetos, discursos, pessoas e outros elementos. Notamos, ao final, que, entre outras coisas, a formatação dessa proposta em fazer uso conjunto de Foucault e da Semiótica Material nos proporcionou, ao mesmo tempo, atermo-nos às práticas que constituem a organização no cotidiano sem ficarmos encerrados nessas relações mais imediatas permitindo-nos, portanto, relacioná-las com outras formas mais gerais de poder e entendendo como elas se entrepoiam ou conflitam. Outra contribuição aos Estudos Organizacionais, também a partir do diálogo entre Foucault e Semiótica Material, e advinda da extrapolação da organização, é a historicização dos elementos que constituem o coletivo híbrido que dá vida e forma à organização. Isso, pois, notamos que as relações de poder que formam as organizações se apoiam em elementos constituídos historicamente, em

geral, em disputa. O conhecimento dos processos históricos que produziram as condições de possibilidade atuais, para as formas presentes de exercício de poder, e de resistência, é fundamental para se engajar nas disputas estratégicas. Sendo assim, análises que prescindam de consideração histórica correm o risco de serem ingênuas e míopes em relação às possibilidades potenciais de uma disputa e, portanto, produzir lutas pouco efetivas.

Palavras-chave: Semiótica Material, Foucault, ocupações, resistência, neoliberalismo.

ABSTRACT

The current study sought to investigate the formation and continuity of non-conventional political organizations: organizations in struggle. Inspired by worldwide events of insurgency fighting against a certain prevailing order, such as the Occupy movements, the Arab Spring, the Brazilian Spring, the Free Pass Movement, the Popular Brigades, the urban occupations of housing and culture; we were interested in understanding how, through which practices, and the mobilization and composition of which human, non-human, discursive and non-discursive elements, these collectives are constituted and sustained. The chosen object of this research was an organization that we accompanied during its existence of nearly a year (January 2018 to February 2019), in which, to some extent, we took part observing and participating. We complemented the methodology with documentary analysis and in-depth interviews. It was the *Ocupação Vicentão*, an occupation of an abandoned building in Belo Horizonte downtown. Street vendors, along with homeless people, as well as four coordinating organizations and a good number of elements in a joint action, entered the building claiming for the right to the city and decent housing. By adopting the perspective of organization as process, we paid special attention to the practices through which the organization emerges and sustains itself. To make our proposal feasible, we start from Foucault's concepts and reflections, mainly from studies regarding the techniques and procedures of "conducting of conduct"; and from the reflections in which he deals with the relationship between the most general forms of power such as "governmentality". Then, we tried to articulate them with the phenomenon of the organizing practices from Material Semiotics discussed by Barbara Czarniawska, Bruno Latour, Michel Callon and John Law. During the research, we examined the discursive and non-discursive practices used by the actors to constitute and maintain the occupation through the relationships that they transformed and sought to maintain between objects, speeches, people and other elements. We noticed, at the end of the investigation, among other things, that this proposal format in which we made a simultaneous use of Foucault and Material Semiotics provided us, at the same time, with the possibility to focus in the practices that constitute the organization in everyday life, without being trapped in these more immediate relationships. This allowed us, therefore, to relate them to other more general forms of power, and to understand how they relate to each other. Another contribution to Organizational Studies, also from the dialogue between Foucault and Semiotics Material, and arising from the extrapolation of the organization, is the historicization of the elements that

constitute the hybrid collective that gives life and form to the organization. Because of this, we noticed that the power relations that form organizations are based on elements historically constituted, mostly, in dispute. The knowledge of the historical processes that produced the current conditions of possibility, for the present forms of exercise of power, and of resistance, is fundamental for engaging in strategic disputes. On that account, analyses that relinquish historical consideration take the risk of being naive and short-sighted in reference to the potential possibilities of a dispute and, therefore, producing ineffective struggles.

Keywords: Material Semiotics, Foucault, occupations, resistance, neoliberalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: NOTA PÚBLICA: NASCE A OCUPAÇÃO VICENTÃO NO CORAÇÃO DO BELO HORIZONTE	168
FIGURA 2: USO DOS IMÓVEIS, EQUIPAMENTOS COLETIVOS (2007) E LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO VICENTÃO NO HIPERCENTRO.....	182
FIGURA 3: SITUAÇÃO DOS IMÓVEIS NA LOCALIDADE (2007) E LOCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO VICENTÃO NO HIPERCENTRO.....	183
FIGURA 4: DIÁLOGO (1) NA REDE SOCIAL NA POSTAGEM DO NASCIMENTO DA OCUPAÇÃO.....	196
FIGURA 5: DIÁLOGO (2) NA REDE SOCIAL NA POSTAGEM DO NASCIMENTO DA OCUPAÇÃO.....	198
FIGURA 6: MOSAICO DE FRAMES DO VÍDEO DE "NASCIMENTO" DA OCUPAÇÃO VICENTÃO.....	204
FIGURA 7: SINAIS QUE FICAVAM NO ANDAR TÉRREO DA OCUPAÇÃO VICENTÃO, LOGO NA ENTRADA.....	209
FIGURA 8: FACHADA DA OCUPAÇÃO VICENTÃO.....	211
FIGURA 9: DISTRIBUIÇÃO DOS USOS PROPOSTOS COM A OCUPAÇÃO, EM VERMELHO OS PAVIMENTOS DE USO COMUM, EM AZUL COM MORADIA.	216
FIGURA 10: MAPA COM A ORIGEM DO OCUPANTES.	217
FIGURA 11: ARTE RETIRADA DA MATÉRIA "BOMBEIRO APONTA 'RISCO ELEVADO' EM PRÉDIOS OCUPADOS NO CENTRO DE BH".....	221
FIGURA 12: FRAME DO VÍDEO DO INCÊNDIO NA REPORTAGEM "PRÉDIO INVADIDO DESABA EM INCÊNDIO NO LARGO DO PAISSANDU, CENTRO DE SP".	222
FIGURA 13: FRAME DO VÍDEO DO VOO BAIXO DO HELICÓPTERO PERTO DAS JANELAS DO EDIFÍCIO OCUPADO E FOTO DE DENTRO DE UM DOS ANDARES.....	225
FIGURA 14: APOIO ÀS OCUPAÇÕES "QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA!".	227
FIGURA 15: NOTA PÚBLICA DA MANIFESTAÇÃO NA CEMIG E DA TRAGÉDIA EM SÃO PAULO.	228
FIGURA 16: ÚRGENTE, AMEAÇA DE DESPEJO, CHAMADA DE APOIO.....	230
FIGURA 17: CHAMADA PARA A REUNIÃO COM A REDE DE APOIO APÓS AMEAÇA DE DESPEJO... ..	231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
BH – BELO HORIZONTE
BPs – BRIGADAS POPULARES
MLB – MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS
MUITAS – MUITAS PELA CIDADE QUE QUEREMOS
EOs – ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
TAR – TEORIA ATOR-REDE
PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
AMABEL – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ALUGUEL DA GRANDE BELO HORIZONTE
BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
UTP – UNIÃO DOS TRABALHADORES DE PERIFERIA
FAMOBH – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BELO HORIZONTE
PROFAVELA – PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE FAVELAS
IAB-MG – INSTITUTO DE ARQUITETURA DO BRASIL DE MINAS GERAIS
MNRU – MOVIMENTO NACIONAL DE REFORMA URBANA
CEBS – COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
SMH – SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
URBEL – COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE
OPH – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DA HABITAÇÃO
OP – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
PPO – PONTO DE PASSAGEM OBRIGATÓRIO
PBH – PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
OUS – OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA
COMPUR – CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
TDC – TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR
NEM – NÚCLEO DE ESTUDOS MARXISTAS
CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
PPP – PARCERIAS PÚBLICAS-PRIVADAS
OUC – OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

COPAC-BH – COMITÊ DOS ATINGIDOS PELA COPA
IV CMPU – IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA
UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
MDT – MOVIMENTO DE TRABALHADORES POR DIREITO
RMBH – REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
IPTU – IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO
CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS
ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
MST – MOVIMENTO DOS SEM TERRA
NOVO – PARTIDO NOVO
COHAB – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	16
II. PROBLEMA DE PESQUISA	22
III. EMBASAMENTO TEÓRICO	23
1. Nas Pistas de Foucault	26
1.1. <i>Elementos Sobre Saber, Poder e Verdade em Foucault</i>	28
1.2. <i>As Lógicas de Poder em Foucault</i>	38
1.3. <i>Poder Governamental e a Sociedade Moderna</i>	42
1.4. <i>Política da Arte de Viver: cuidado de si, governo dos outros</i>	47
1.5. <i>Liberdade, Resistência e Crítica</i>	50
1.6. <i>Liberdade Liberal e a Democracia Liberal</i>	56
1.7. <i>Morre o Homem Para Aparecer os Sujeitos</i>	60
2. Semiótica Material: Uma Abordagem Não Convencional da Organização	63
2.1. <i>Antropologia Simétrica e as Redes Actantes</i>	64
2.2. <i>Montando o Social: Teoria Ator-Rede e as Controvérsias</i>	68
2.3. <i>Poder e Política na Semiótica Material</i>	71
2.4. <i>Poderes Organizadores da Combinação, Translação e Agenciamento</i>	77
2.5. <i>Texto e Política</i>	86
2.6. <i>Espaço e Política</i>	98
IV. PROPOSTA METODOLÓGICA	115
1. Precauções de Foucault	116
2. Latour e o Estudo das Associações	117
3. Método, Instrumentos e <i>Corpus</i> da Pesquisa	118
4. Tratamento/Organização de “Dados”	121
5. Trabalho de Campo	124
V. A LOCALIZAÇÃO DO GLOBAL E A CONEXÃO DO PASSADO COM O PRESENTE: A CONSTRUÇÃO DO <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	128
1. Nem mesmo as coisas estavam aí desde sempre, que dirá todo o resto	129
1.1. <i>Lutas Sociais, Redemocratização, Experimentos em Participação Direta e Cidadania Favelada</i>	129
1.2. <i>Municipalização das Políticas Públicas e Participação Social Homeopática</i>	145
1.3. <i>Empresariamento, Novos Movimentos de Moradia e Interseção das Lutas</i>	153
VI. NASCIMENTO DA OCUPAÇÃO	165
1. Personalidade Digital e Translação	165
1.1. <i>Os Ocupantes</i>	173
1.2. <i>O Estado</i>	175
1.3. <i>O Imóvel no Centro da Cidade</i>	180
1.4. <i>O Programa da Ocupação</i>	185

2. Agência Textual da Nota Pública	190
3. Materialização e Desempenho da Ocupação	192
3.1. <i>Micropráticas</i>	193
3.2. <i>Disputas Discursivas</i>	195
3.3. <i>Práticas Pré-ocupacionais</i>	200
3.4. <i>Estruturação do Cotidiano, Comissões e a Assembleia Geral</i>	205
3.5. <i>Avanço da Ocupação e Novos Desafios</i>	215
3.6. <i>O Contraprograma, Crise e Desdobramento da Crise</i>	219
3.7. <i>A Negociação e o Acordo Final</i>	234
VII. CONSIDERAÇÕES AO FINAL	240
VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	253

I. INTRODUÇÃO

Assistimos, em anos recentes, a uma série de mobilizações contestatórias pelo mundo, principalmente a partir da crise de 2008. Castells, em seu livro “Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet” trata das mobilizações contestatórias que eclodiram ao redor do mundo desde a grande crise de 2008 que atingiu o sistema financeiro ocidental (mundial). Além da crise da democracia representativa, também são temas centrais do livro os novos movimentos sociais na era da conectividade (na era das redes sociais e da internet). De acordo com o autor, a desregulação dos mercados financeiros, as suspeitas de corrupção no Estado, assim como os desdobramentos da crise — as ajudas dos governos nacionais aos bancos privados para evitar que eles falissem, sacrificando os cofres públicos e cobrando a conta da população com medidas de austeridade, diminuindo, entre outras coisas, a proteção social —, fizeram com que a desconfiança da população nas instituições políticas nacionais (e locais) se aprofundasse consideravelmente levando a uma crise de legitimidade da democracia representativa (CASTELLS, 2013).

Castells, em sua obra supracitada, aborda diferentes aspectos de movimentos que ocorreram ao redor do mundo. A lista de movimentos tratados na obra chama atenção por sua quantidade e diversidade geográfica: (a) Revolução das Panelas na Islândia; (b) a Revolução de Jasmim na Tunísia; (c) a Revolução Egípcia; (d) as insurreições árabes (Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita e Síria); (e) os Indignados na Espanha; e (f) o Occupy Wall Street iniciada em Nova Iorque e que se espalhou por mais de mil cidades estadunidenses; (g) as manifestações de junho no Brasil que ocorreram em mais de 350 cidades¹. Para além dos movimentos tratados na obra supracitada, o autor, em conferência no Rio Grande do Sul² em 2014, ainda listou outros exemplos como o (h) Occupy Nigéria; (i) as lutas já antigas dos estudantes chilenos; (j) o “eu sou 132” no México; e (k) as redes frentampelistas no Uruguai. Para auxiliar na compreensão da conectividade e nos sentidos compartilhados dos fenômenos, Castells conta que

¹ Houve a inclusão no pós-fácil da edição lançada no Brasil em 2013 das manifestações que tomaram o País em junho.

² Conferência Fronteiras do Pensamento, título “Redes de Indignação e Esperança”, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O4h-hrF2ObE>

em 15 de outubro de 2011, uma rede global de movimentos Occupy, sob a bandeira “Unidos pela Mudança Global”, mobilizou centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, reivindicando justiça social e democracia verdadeira. Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões (CASTELLS, 2013, p. 12).

Parte da mídia internacional se questionou se o que houve nos países árabes foi mesmo uma primavera árabe: “Então, alguma vez houve realmente uma primavera árabe? Ou eram apenas uma série de levantes, às vezes ligados às vezes não?” (SIMPSON, 2014 – tradução livre). De acordo com Simpson, autor da questão acima transcrita, a história contada à época das insurreições em países árabes parecia conter frases de relações públicas, encorajando as pessoas do Ocidente a acreditarem que o que se passava era uma série de levantes pacíficos levados por cidadãos contra as elites corruptas e, muitas vezes, ditatoriais. Sugeriu-se à época que os antigos regimes simplesmente entrariam em colapso em face da vontade popular. Essa interpretação positiva do que se chamou de primavera árabe é crescentemente contestada, principalmente por seus resultados atuais de instabilidade política, pelas guerras civis e pelo custo da vida de milhares de pessoas (MICALLEF, 2016).

Chomsky, por outro lado, reestabelece algo da interpretação positiva e percebe que um movimento que estava em processo de construção à época da primavera árabe, passa agora por uma fase de desconstrução, como se revivesse a força do contra-ataque daquilo contra o qual se opôs (CHOMSKY, 2013). Outra interpretação diversa, mas que não contradiz exatamente a de Chomsky, é a de que o ocorrido se tratou de uma desestabilização dos poderes locais, fomentada, ou oportunisticamente aproveitada, por países com interesses na região (Países da própria região com o Israel, Arábia Saudita, etc., em geral aliados dos Estados Unidos, o próprio Estados Unidos e a União Europeia), encontrada em blogues e outras fontes com menor repercussão. Putin, presidente Russo, em um encontro em 2014 no *Valdai International Discussion Club*, em Sochi, faz coro a esta interpretação abordando especificamente o caso da Síria e do Estado Islâmico³ em que acusa os EUA de terem armado o grupo extremista para combaterem Bashar-al Assad, presidente Sírio, e que o grupo depois fugiu do controle estadunidense (PUTIN, 2014).

No Brasil, de forma semelhante, tivemos manifestações de multidões com implicações

³ Estado Islâmico – grupo extremista atuante principalmente nos territórios do Iraque e na Síria, que ganhou as manchetes de jornais internacionais a partir de 2014, através de atentados terroristas e conquista de territórios por grupos armados para a constituição de um califado.

profundas na política nacional e municipal. Nessa série de manifestações e movimentações mundiais (a primavera dos povos?) as que marcaram o Brasil começaram em 2013, com protestos contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e se espalharam pelo país.

Quase na totalidade dos casos que pudemos acompanhar (de forma não tão sistemática, diga-se), foi possível testemunhar uma resposta violenta do Estado na tentativa de reprimi-las, mesmo naquelas em que eram tidas como pacíficas. Foi dito não aos manifestantes. Embora essa seja uma prática corrente, podemos dizer que, no Brasil, ela não corresponde ao único tratamento dispensado às manifestações. Experiências recentes mostraram, ao contrário do que se poderia precipitadamente concluir, que nem sempre manifestações são reprimidas com violência. Houve caso em São Paulo em que o político Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), então governador do estado de São Paulo, liberou as catracas do metrô para a manifestação contra Dilma do Partido dos Trabalhadores (PT), política de um partido historicamente adversário e então presidenta. Diante do exposto, não parece arriscado dizer que há questões que envolvem a relação sociedade e Estado que fazem algumas participações da sociedade serem aceitáveis, por parte do Estado e da polícia, em determinados contextos e com coisas específicas em jogo, enquanto outras não.

Em Belo Horizonte (BH) nós nos inteiramos (e eventualmente participamos), em anos recentes, de um crescente número de novas experiências de participação em formatos diferentes. Algumas inspiradas ou motivadas por essas mobilizações mundiais; já outras, não, pelo menos não em seu começo. Dentre elas as diversas ocupações urbanas por moradia: Dandara, Paulo Freire, Maria Guerreira, Maria Vitória, etc. As ocupações culturais: Espaço Luiz Estrela; Ocupação do Viaduto Santa Teresa I e II; Duelo de MC's, Carnaval de Rua, etc. Além dessas, podemos citar o Movimento Nossa BH (luta por um planejamento e uma cidade mais democrática), as Brigadas Populares (BPs) (existem para ampliar a capacidade de intervenção política do povo brasileiro em lutas diversas de caráter popular), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) (movimento de sem-teto que lutam pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente), o Observatório Social de Belo Horizonte (acompanha, fiscaliza, cobra e tenta interferir no orçamento da cidade), o Fórum das Juventudes (luta pelos direitos da juventude e na construção de políticas públicas com essa perspectiva), o Movimento Passe Livre (luta pela questão do transporte público de qualidade e por maior transparência na gestão desse serviço público); o Ocupe a Câmara (fiscaliza e interage como os vereadores de BH no intuito de aproximar a população e cobrar uma prestação de conta dos atos dos vereadores), o Muitas Pela Cidade Que Queremos (MUITAS)

(movimento formado por ativistas de diversos movimentos para “ocupar” a Câmara municipal de Belo Horizonte e fazer política também de dentro do Estado. Conseguiu eleger duas vereadoras em 2016); entre tantos outros que, creio, a partir de uma pesquisa detida poderiam compor uma grande lista.

Não se trata aqui, necessariamente, de juntar todas essas experiências em um movimento local ou global finamente articulado por um objetivo compartilhado, ou adotar, apressadamente, a interpretação de Castells, ou de qualquer outro, para o referido conjunto de fenômenos. Tomado em conjunto, seria o ocorrido um acontecimento⁴, nos termos foucaultianos (1990a)? Estamos presenciando uma inversão de forças? Não sabemos ainda responder, mas não deixamos de querer pensar sobre o que está acontecendo. Mas acontece agora, ou sempre aconteceu? Representa algo novo? Em que sentido? Não buscaremos responder essas perguntas, mas elas circulam em nossos pensamentos e, de alguma forma, motivam essa pesquisa. Os eventos listados fazem-nos questionar sobre as relações entre as partes envolvidas: sobre a forma como é organizado e como funciona o sistema mundial de nações; como funcionam as nossas sociedades; qual o papel das corporações; a relação entre sociedades, sujeitos e o poderes políticos e administrativos institucionalizado; mas principalmente, para os fins dessa pesquisa, o que os sujeitos fazem disso para suas vidas e para suas práticas de organizar.

Estudos sobre organizações, em geral, e sobre organizações e movimentos sociais, não raro adotam como unidade de análise as organizações em si, transformando-a em um ente social ou sociológico. Se, por um lado, auxiliam, ainda assim, a entender aspectos das dinâmicas da relação entre “sociedade” e “Estado”, por outro lado, constroem diversas caixas-pretas a partir da reificação das entidades como Estado, Governo, Sociedade, Sociedade Civil Organizada, Movimentos Sociais, Organizações, entre outras. A reificação dessas entidades e o entendimento delas como atores sociais ou sujeitos coletivos providos de uma unidade de ação inequívoca, embora tenha algum potencial explicativo, não deixam de ser uma simplificação que esconde processos complexos inter e entre entidades em tempos e espaços diferentes. Essa simplificação impossibilita o entendimento do dinamismo, ou não, dessas entidades e das relações que elas constroem com outras entidades e internamente. Adicionalmente, não nos permite compreender as redes e relações de poder que estruturam essas dinâmicas e nem os efeitos disso nas estratégias organizativas e pessoais dos sujeitos

⁴ A noção de acontecimento indica "não uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece e uma outra que faz sua entrada, mascarada" (FOUCAULT, 1990b, p. 28).

engajados, criados e criadores dessas entidades cotidianamente. Vidas que pulsam, pensam e agem por trás desses substantivos. Como Czarniawska (2006), bem parafraseando Bruno Latour: as organizações precisam, antes de servirem como explicações, serem explicadas.

Dessa forma, o que nos interessa compreender a partir dessa pesquisa, de forma geral, é como — através de quais práticas de poder, de quais redes actantes, da composição de quais elementos humanos, não humanos, discursivos e não discursivos — a organização é constituída e sustentada e como os sujeitos se constituem em meio a essas relações. Partindo de uma abordagem antiessencialista e relacional buscaremos entender as relações entre vários elementos na constituição de uma organização, notadamente, de uma ocupação vertical no centro da cidade de Belo Horizonte. Pretendemos compreender as relações entre o Estado, organizações sociais, discursos sobre democracia liberal, direitos, participação direta, gestão pública, a cidade, o centro da cidade, a constituição dos sujeitos de luta e as suas práticas de organização e na organização, etc. Para tal, buscaremos desenvolver algumas ideias importantes de Foucault sobre poder, liberdade e verdade, e sobre a abordagem das organizações a partir da noção de *organizing*, ou seja, das organizações como processos organizativos, dos Estudos Organizacionais.

Portanto, essa pesquisa é uma proposta de alargamento da compreensão sobre como um fenômeno organizativo (organizações, em sentido amplo) é performado: construído e mantido. Partindo da ótica da organização como processo e dando especial atenção às práticas através das quais ela emerge e se sustenta, nossa proposta é partir de conceitos e ideias de Foucault, principalmente em sua fase genealógica (1999a, 1999b) e da fase ética-estética (2005, 2005b, 2006, 2010), e buscar articulá-las com o fenômeno das práticas de organizar (CZARNIAWSKA, 2014) a partir da perspectiva da semiótica material de Bruno Latour (1986, 2005), Law (1994, 2007), Callon (1984) e outros. A formatação dessa proposta é justificada como tentativa de trazer para uma pesquisa social algumas elaborações importantes de Foucault sobre poder, governo, verdade, etc. Um pouco mais especificamente, trazê-las para o campo dos Estudos Organizacionais e para a compreensão dos fenômenos organizativos. A contribuição da Semiótica Material a este projeto de doutorado deu-se, não somente, mas também, como auxílio na operacionalização dos conceitos foucaultianos. Ou seja, a semiótica material nos auxiliou, como uma oficina de ferramentas conceituais, a construir uma narrativa e a mapear como as micropáticas de poder são construídas no cotidiano a fim de gerar e estabilizar uma organização. Não é trivial, no entanto, dizer que a inserção da Semiótica Material como mais um elemento na rede de relações (pesquisa) que teve com produto essa tese causou perturbações nos demais elementos (pesquisador, pesquisa

de campo, relação entre os marcos teóricos, análise, etc.).

O objeto de pesquisa escolhido foi uma organização que acompanhamos durante sua existência de quase 1 ano (janeiro de 2018 a fevereiro de 2019), na qual, em alguma medida, fizemos parte. Trata-se da Ocupação Vicentão, uma ocupação de um prédio abandonado no centro da cidade de Belo Horizonte feita por trabalhadores ambulantes⁵, sem-teto⁶, quatro organizações coordenadoras⁷ e mais um sem número de elementos em ação conjunta. Tal escolha deve-se pelo impacto recente de práticas semelhantes na luta por habitação na cidade e a recorrência do ‘ocupar’ em outras lutas mundo afora.

Adotamos um substantivo genérico qualificador não conceitual para referir-nos ao nosso objeto na formulação das questões do problema de pesquisa, logo a seguir. Cremos, a partir da finalização da pesquisa, que possamos com algum grau de coerência nos referir a organizações tal qual a Ocupação Vicentão como organizações em luta.

⁵ Trabalhadores que vendem seus produtos nas ruas da cidade.

⁶ Sem-teto é a forma como em geral eles se chamam, mas não têm correspondência direta com noções e conceitos de sem-teto de organizamos internacionais. Sem-teto aqui seria mais bem entendido como pessoas com necessidades habitacionais — que vivem de aluguel, mas que tem dificuldades de pagá-lo, que coabitam moradias com número excessivo de pessoas, que moram de favor, etc. — termo sugerido por Leonardo Péricles, um dos líderes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MBL) em Belo Horizonte. Segundo ele esse termo é mais acurado do que sem teto para lidar com o déficit habitacional, uma vez que a questão da moradia não está relacionada apenas à questão da quantidade de habitação por habitante, mas a aspectos qualitativos correlacionados (Péricles, 2016. As ocupações urbanas, a luta pela moradia e o direito à cidade. *Jornal Brasil de Fato*).

⁷ Essas são as organizações que se colocaram como aquelas que coordenaram a ocupação. Negociaram entre si, com os ocupantes e com outras organizações e o poder público, e estabeleceram regras e formas de conduzir o dia a dia.

II. PROBLEMA DE PESQUISA

Pergunta(s)

Como, no âmbito das relações de poder, as organizações de luta são constituídas e se sustentam? Através de quais artifícios e práticas?

Objetivo geral

Analisar, no âmbito das relações de poder, como se constroem e sustentam as organizações de luta, ou seja, de que forma e através de quais meios e artifícios elas emergem e se mantêm.

Objetivos específicos

Além disso, alguns objetivos específicos norteiam o desenvolvimento deste estudo:

- Analisar as práticas organizativas da organização e suas estratégias na busca por seus objetivos políticos;
- Entender e analisar as interações entre humanos e não humanos, evidenciando as relações criadas e os papéis desempenhados na criação e sustentação da organização;
- Entender e explicar as configurações da rede que favorecem a criação e estabilização de organizações de luta;
- Entender as relações entre as micropráticas de poder e sua articulação com as formais mais gerais de poder.

III. EMBASAMENTO TEÓRICO

Nas sessões subseqüentes do embasamento teórico, iremos expor conceitos e ideias de Foucault que são importantes para seu pensamento, mas principalmente para suportar a discussão sobre poder no âmbito que propomos neste trabalho, ou seja, relacionando-a com as práticas de organizar (*organizing*), entre elas a *translação*, e seus efeitos de primeira ordem *assemblage* e segunda ordem agenciamento (*agencement*). Nossa tentativa será partir de conceitos e ideias de Foucault, principalmente em sua fase genealógica e da fase ética-estética, e articulá-las com o fenômeno das práticas de organizar inspirada na semiótica material, de Latour e outros. Nossa proposta é uma tentativa de trazer para uma pesquisa social algumas elaborações importantes de Foucault, que exibem grande potencial para o campo dos estudos organizacionais principalmente a área crítica. Entendemos que o desenvolvimento desta pesquisa empírica sobre práticas de poder e práticas de organizar, assim como suas necessárias amarrações teóricas, contribui com o campo dos Estudos Organizacionais para o entendimento das relações entre e poder, política e organizações, ampliando as possibilidades de se pensar tais temas fora da matriz hegemônica (*mainstream*) da Administração e dos usos limitados recorrentes que enfatizam os aspectos negativos do poder e focam nas dinâmicas do poder disciplinar da analítica do poder foucaultiana.

Alcadipani (2005) realizou amplo levantamento sobre a utilização dos conceitos de Michel Foucault na área dos estudos organizacionais (EOs) nos principais periódicos internacionais entre 1980 e 2001. De acordo com o autor as análises encontradas estão, em sua maioria, centradas na analítica do poder, em especial à questão do poder disciplinar. Tal inventário corrobora conclusões de Alcadipani e Motta (2004) em período anterior sobre o uso majoritário da questão disciplinar foucaultiana nos EOs. Os autores nesta mesma oportunidade apontam, também, para “uma adoção simplificada da analítica do poder e uma junção acriteriosa de conceitos e noções oriundas de diferentes matrizes epistemológicas” (ALCADIPANI e MOTTA, 2004 p. 117). O mesmo foi concluído por Souza *et al.*, em 2006, sobre o uso indevido de muitos conceitos foucaultianos nos EOs (SOUZA *et al.*, 2006).

A literatura sobre poder, embora tenha se diversificado, ainda se concentra nos efeitos das relações do poder (por exemplo FLEMING e SPICER, 2014), notadamente em seus aspectos negativos (impedimento, coerção, manipulação, etc.), deixando num segundo plano os efeitos do poder e da política na formações cotidianas de coletivos heterogêneos formados por pessoas, regulações, objetos, tempo, espaço, de forma a criar condições de possibilidade

para o desempenho de uma dada vivência, de uma certa realidade. Não obstante haver algumas poucas exceções (por exemplo SAMRA-FREDERICKS, 2005; GOSS *et al.*, 2011), os estudos empíricos examinando as práticas de poder, também em seu aspecto produtivo, são escassos.

Em relação a Foucault, partimos do entendimento do poder não como uma coisa que seja passível de posse, seja como algo unitário ou global, mas como um “um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e, sem dúvida, mal coordenado) de relações” (FOUCAULT, 1990b, p. 248), “uma prática social, e como tal, construída historicamente” (MACHADO, 1990, p. X); que não dizem respeito necessariamente ao Estado, entendendo que há relações de poder na sociedade atual que se colocam fora do Estado (MACHADO, 1990); abandonando a visão tradicional da atuação do poder em seu aspecto negativo (proibição, censura, interdição, repressão, coação, etc.); e priorizando especialmente os aspectos positivos do poder, considerando o poder “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”; que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1990b, p. 8), e produz o próprio sujeito. Em sua fase genealógica, Foucault nos mostra como se dá essa produção do sujeito a partir das relações de poder em que ele se insere, ou como ele coloca “as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Por outro lado, mostra-nos também a possibilidade do sujeito participar não só passivamente desse processo, mas de exercitar sobre si práticas para sua constituição, melhor dizendo, práticas de si de autoconstituição. Foucault trata dessas práticas de si principalmente em sua fase ético-estética.

A abordagem da Semiótica Material (LATOURE, 1986, 2005; LAW, 2009; MUNRO, 2009; CZARNIAWSKA, 2017), também conhecida como Teoria Ator-Rede (TAR), é adequada para mapear e descrever como práticas emergem; como uma série de atores (humanos e não humanos) se associam, formando coletivos, redes, que podem estabelecer uma ordem social específica, ou desafiar uma ordem social vigente. Czarniawska (2014) chama a todo este processo *organizing*. Nesse sentido, é possível dizer que a semiótica material constitui uma abordagem conceitual prática (por exemplo, GHERARDI, 2012; NICOLINI, 2012). Trata-se de uma abordagem em relação ao social, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos (FREIRE, 2013); no nosso caso, a construção das micropráticas de poder que geram e mantêm as organizações.

Originalmente surgida no campo da ciência e tecnologia, a semiótica material (ou TAR) surge nos estudos das organizações após a entrada das abordagens processuais e trazendo como particularidade a perspectiva de análise que leva em conta humanos e não

humanos na construção do social e das organizações (CAVALCANTI, ALCADIPANI, 2013, p. 558).

O impacto da TAR nos estudos organizacionais foi avaliado por Lacruz, Américo e Carniel, em artigo publicado em 2016. Os autores se propuseram a analisar o uso e o impacto da TAR na produção acadêmica da administração brasileira nos periódicos nacionais da área de avaliação Administração, Contabilidade e Turismo classificados como A2 no Qualis/Capes — quadriênio 2013-2016. Em suas análises apontam que a incorporação da TAR é relativamente recente no campo nacional dos EOs; o processo de institucionalização da TAR no país ainda se encontra em seus estágios iniciais; há uma produção baixa, porém constante, e há, ainda, grande espaço para crescimento tanto em relação ao número de artigos e de redes de cooperação quanto a temas ainda não estudados no Brasil, principalmente em estudos empíricos. Os autores avaliam que a TAR tem possibilitado diferentes focos de interesse no estudo das organizações como governança, aprendizagem organizacional, empreendedorismo, gestão de processos de negócios e argumentam que as publicações analisadas contribuíram para o deslocamento dos modelos dominantes de explicação das organizações, enfatizando o papel que agentes não humanos desempenham na ação em rede (LACRUZ, AMÉRICO, CARNIEL, 2016).

Pode-se dizer em relação à TAR que sua adoção como lente teórica, ou suporte metodológico para compreender o social, já provoca deslocamentos em relação às teorias sociológicas e das organizações tradicionais. Isso, pois, Latour (2005) busca entender, descrever e explicar o social por meios não tradicionais, abandonando a ideia do social como uma categoria ou uma propriedade essencial que poderia ser descoberta e medida. Em vez disso, o ‘social’ é entendido como um híbrido de pessoas, objetos, regulações, identidades e sonhos. O social é algo conectado, juntado, agregado, composto. A partir dessa abordagem não é mais pertinente se perguntar sobre como é o social, mas como coisas, pessoas, e ideias se tornam conectadas e agregadas em unidades maiores. De acordo com Czarniawaska, mais acurado do que entender a TAR como uma teoria do social é entendê-la como uma teoria sobre como estudar o social (CZARNIAWASKA, 2006). Complementarmente, é uma teoria “sobre como conceder aos atores o espaço para se expressarem” (LATOURE, 2012, p. 206).

Segundo Cavalcanti e Alcadipani (2013, p. 558), pode-se considerar que a TAR “visa especialmente a “materialidades” (não simplesmente humanas) de redes heterogêneas que compõem o que ela chama de processo de translação”. A **translação** é entendida como um processo, ou um esforço, através do qual “os atores de uma determinada rede constituem-se e tomam forma” (CAVALCANTI, ALCADIPANI, 2013, p. 558) na tentativa de criação de um

todo coeso. Essa abordagem latourniana é posta a funcionar a partir do desdobramento das controvérsias sobre o mundo social movendo, ainda que parcialmente, a base daquilo que é tido como óbvio: (1) “Não há grupos, apenas formação de grupos” (LATOURE, 2012, p. 49); (2) “quem ou o que está agindo quando uma ação é observada?” (CZARNIAWASKA, 2006, p. 3 — tradução livre); (3) quem são, ou quem podem ser, os atores engajados em uma ação (apenas humanos, ou também não humanos); (4) o que é um fato genuíno e o que é um fato construído (há diferença entre eles?); (5) Como escrever um relato (como deixar os atores falarem e não falar por eles).

O importante é não recorrer a uma perspectiva de delimitação, fechamento e isolamento da organização, ou da dinâmica organizacional (organizativa), apartando-os dos demais elementos e processos que compõem o que chamamos de organização. Igualmente, entendemos que haja relações de poder que poderiam auxiliar a entender o fenômeno do organizar que ultrapassa as dinâmicas da própria organização e daquelas relações de poder que se estabelecem “localmente”. A fim de construir uma abordagem com essas características, partimos de noções dos escritos de Foucault (1990a, 1990b, 1999a, 1999b, 2000, 2005a, 2005b, 2008a, 2008c, 2009, 2010) assim como da abordagem de Latour (1986, 1993, 1994, 1996, 2005) sobre o social (os sistemas sociotécnicos e a composição) e de Czarniawaska (2006, 2009, 2013, 2014, 2017), Callon (1984), Law (2002, 2004, 2007) e outros sobre as práticas de organizar e associar. Entendemos que a utilização conjunta da perspectiva das práticas de organizar inspirada na Semiótica Material e TAR pode possibilitar um caminho profícuo para o uso de Foucault nos Estudos Organizacionais.

1. Nas Pistas de Foucault

Antes de iniciar a sessão sobre Foucault, ou sobre alguns de seus conceitos e ideias, gostaríamos de reservar esse espaço para alinhar as expectativas dos leitores a respeito do que este texto lhes poderá entregar de Foucault ou de qualquer outra discussão.

No início do curso de 1983, no Collège de France “O Governo de Si e dos Outros”, Foucault nos oferece uma interpretação de seu percurso intelectual ressaltando que o que procurou fazer foi uma história do pensamento, entendendo por “pensamento” o que chama de focos de experiência: (a) as formas de um saber possível (a temática do saber — ou epistême); (b) as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos (a temática do

poder); e, enfim, (c) os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis (a temática da subjetividade).

Foucault entende esses focos de experiência como articulados uns sobre os outros e quando, mais ou menos separados, fazem sentido apenas analiticamente ou para intensificar a análise em um especificamente. Embora não tenhamos a pretensão de repetir o que fez Foucault, a noção de cada um dos focos de experiência e a relação geral entre eles nos será importante para a organização da pesquisa e, também, para a articulação e mobilização de diferentes conceitos e perspectivas que buscaremos deixar mais claras ao longo do texto.

A respeito do foco de existência que Foucault chama de **formas de um saber possível**, sua busca recaiu sobre “as práticas discursivas que poderiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis, estudar nessas práticas discursivas as regras, o jogo do verdadeiro e do falso e, grosso modo, (...) as formas de veridicção” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Segundo o autor, tratava-se de operar alguns deslocamentos deixando de lado o eixo da história do conhecimento e voltando-se para a análise dos saberes, segundo o próprio Foucault: “do conhecimento ao saber, do saber às práticas discursivas e às regras de veridicção — foi esse deslocamento que procurei fazer por um certo tempo” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

No que concerne às **matrizes normativas de comportamento**, o deslocamento consistiu em estudar as técnicas e procedimentos pelos quais se torna possível conduzir a conduta dos outros. Foucault, como ele mesmo coloca, abre mão das análises do Poder, com “P” maiúsculo, das instituições de poder e das formas gerais e institucionais de dominação, e coloca a questão da norma de comportamento em termos do poder que se exerce, analisando como esse poder se exerce através de um campo de procedimentos e técnicas de governo. Esse deslocamento consistiu no “passar da análise da norma à [análise] dos exercícios do poder; e passar da análise do exercício do poder aos procedimentos, digamos, de governamentalidade” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

Finalmente, no que diz respeito ao **modo de ser do sujeito**, o deslocamento se dá em analisar as diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito, abandonando teorias já existentes ou pretensões de se criar uma nova teoria sobre o sujeito. Interessa analisar e procurar saber “como e através de que formas concretas de relação consigo o indivíduo havia sido chamado a se constituir como sujeito moral” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Os deslocamentos nesse caso se dão “indo da questão do sujeito à análise das formas de subjetivação, e de analisar essas formas de subjetivação através das técnicas/tecnologias da relação consigo ou, vamos dizer, através do que se pode chamar de pragmática de si” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

Nosso interesse nessa pesquisa recai no cruzamento dos três focos de experiência, especificamente, dando especial atenção ao segundo e terceiros focos que entendemos poderem nos auxiliar na compreensão do **processo organizativo para a luta política** e sua relação com a **subjatividade dos participantes**. Entendemos que abordar as práticas organizativas e as “organizações” através da ótica foucaultiana das relações de poder permitirá uma abordagem do fenômeno enquanto uma rede com fluxos dinâmicos, sem uma delimitação da organização tão precisa quanto geralmente lhe é atribuída. Ou pelo menos, entendendo que os fenômenos intraorganizacionais não são explicados satisfatoriamente a partir dos termos apenas da organização. Ademais, seria possível compreender os sujeitos implicados no processo organizativo em suas relações de “dentro” e “fora” das organizações, levando em conta as questões que as atravessam.

1.1. Elementos Sobre Saber, Poder e Verdade em Foucault

Em “A Arqueologia do Saber” [1969], Foucault nos desafia, entre outras coisas, a compreender sua proposta de pesquisa denominada de arqueologia e iniciadas e transformada ao longo de suas obras precedentes. Em “A História da Loucura” [1961], Foucault evidencia que diferentes épocas produziram diferentes discursos sobre a loucura e os efeitos desses discursos na sociedade e nos “loucos”; em “O Nascimento da Clínica” [1963] o autor analisa as transformações nos discursos da ciência médica clássica para a moderna e percebe que essa transformação foi uma reorganização do espaço do saber; em “As Palavras e as Coisas” [1966] o autor demonstra que em cada época há diferentes ordens de saberes (*epistêmes*) e a aceitação de um determinado discurso emergente depende dessa organização, dessa *epistêmes*. Na “Arqueologia do Saber” Foucault procede sua análise que leva em conta o discurso para explicar as transformações históricas do saber e salienta a relação entre elementos não-discursivos (exteriores ao discurso) e discursivos (interiores ao discurso) para as análises referentes às práticas discursivas⁸.

A apresentação da arqueologia na “A Arqueologia do Saber” se dá em diálogos imaginários e diferenciações críticas às outras escolas de pesquisa histórica, linguística e epistemológica, disciplinas que apresentam algum contato com o que Foucault se propôs a

⁸ Esse cotejamento de elementos internos e externos ao discurso em “A Arqueologia do Saber”, mas que mantém estreita relação com ele, fica evidente, por exemplo, em suas noções de posições de sujeito, materialidade e raridade do discurso.

fazer. O propósito do livro, declarado ao seu final, é dar melhor entendimento à palavra arqueologia que havia deixado vazia, que por sua vez trata-se, na verdade, de “descrever discursos” (FOUCAULT, 2008, p. 237). Essa explicação é um tanto sintética e, por isso, pouco ajuda a entender o que é de fato a proposta da obra. Partindo dela, Foucault acrescenta que o que busca com a arqueologia é se debruçar sobre

os conjuntos, ao mesmo tempo familiares e enigmáticos, que, através do tempo, se tornam conhecidos como a medicina, ou a economia política, ou a biologia. Gostaria de mostrar que essas unidades formam domínios autônomos, embora não independentes; regrados, embora em contínua transformação; anônimos e sem sujeito, ainda que integrem tantas obras individuais (FOUCAULT, 2008, p. 237).

Importante pontuar que a arqueologia revela o nível das 'coisas ditas'. É uma linha de abordagem para a análise das performances verbais no nível dos enunciados e a partir dos arquivos. “O domínio das coisas ditas é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo” (FOUCAULT, 2008, p. 237). Os enunciados, poder-se-ia dizer, são as menores unidades de análise da “analítica arqueológica”. Um conjunto tal de **enunciados** formam um **discurso** sobre dado **objeto**, em determinado espaço e tempo. Há também as **formações discursivas** entendidas como a identificação dos sistemas de dispersão dos enunciados; ou, no caso dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos e das escolhas temáticas, das suas regularidades (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações). As formações discursivas parecem ter maior duração temporal. Ao longo dos tempos, ela permite e condiciona a estruturação dos enunciados. Gostaríamos de clarificar e fazer reter que para Foucault o objeto não é considerado externamente ao discurso. Ele também é construído, significado, delimitado dentro dos discursos sem contudo limitar sua existência a um único discurso. Assim, o objeto é, também, um fenômeno discursivo e pode ser cruzado por vários discursos diferentes.

Qualquer uma dessas quatro 'categorias' destacadas, contudo, não se apresenta prontamente, pois, dentro do universo das coisas ditas elas não estão isoladas das demais. Assim, são construídas e salientadas a partir de uma análise do campo discursivo e tem o enunciado como a principal, unidade de análise. A análise do enunciado no campo discursivo envolve perceber, a partir das suas relações no campo discursivo, as funções de existência de uma série de signos. Essas relações do enunciado no campo discursivo são chamadas de **referencial do enunciado**.

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 2008, p. 103).

Trata-se, também, de perceber o enunciado em relação a seu **campo associado** (campo de existência de outros enunciados, que margeiam seu próprio campo de existência). Não há enunciado ou discurso isolado dos demais.

A respeito da relação entre sujeito, ou autor, e o enunciado, é importante colocar que em relação à função enunciativa o que importa são as posições de sujeito e não qualquer análise que leve em conta qualquer sujeito biográfico. As **posições do sujeito** tem a ver com o lugar que ele ocupa e se esse lugar o habilita a dizer coisas e a possibilidade de seu dito ser creditado pelos demais membros da sociedade.

A **materialidade** é outra condição do enunciado. “O enunciado é sempre apresentado através de uma espessura material, mesmo dissimulada, mesmo se, apenas surgida, estiver condenada a se desvanecer” (FOUCAULT, 2008, p. 113), que não significa, contudo, que “se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais” (FOUCAULT, 2008, p. 116). Assim, “o regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes **possibilidades de reinscrição e de transcrição** (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e percíveis” (FOUCAULT, 2008, p. 116, grifo meu).

Raridade, exterioridade e acúmulo são outras três características que ajudam a identificar o que poderia ser considerado como enunciado em determinado contexto. “A análise dos enunciados e das formações discursivas abre uma direção inteiramente oposta: ela quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Ou seja, **busca estabelecer uma lei de raridade**” (FOUCAULT, 2008, p. 135, grifo meu). A lei da raridade abarca descobrir o sistema que possibilita que algumas coisas sejam enunciadas enquanto outras não. Leva-se em conta a posição singular que o enunciado “ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados”

(FOUCAULT, 2008, p. 135). É buscar o que se entende como **positividade** do discurso que lhe caracteriza a unidade através do tempo e muito além das obras individuais, dos livros e dos textos (FOUCAULT, 2008, p. 143). Trata-se, sobretudo, de “isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (FOUCAULT, 2008, p. 144).

Sobre seus estudos sobre poder, é importante asseverar que Foucault não construiu uma nova teoria sobre o poder, sequer pretendeu. Segundo ele, para tal haveria que se considerar o poder “como algo que surgiu em um determinado momento, de que se deveria fazer a gênese e depois a dedução” (FOUCAULT, 1990b, p. 248) e os que o fizeram não chegaram onde ele desejava. Para Foucault, “o poder não existe”, não a partir da “ideia de que existe, em determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto”; ele é, na realidade, “um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações”, assim que a proposta para abordá-lo é “munir-se de princípios de análise que permitam uma **analítica das relações de poder**” (todos trechos retirados de FOUCAULT 1990b, p. 248, grifo meu).

Machado esclarece que, entre outras coisas, o que a analítica pretende é, “em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes” (MACHADO, 1990, p. X), ou, dito de outra forma, situá-los como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica em que se relacionam, de forma complexa, **saber, poder, e verdade**:

É essa análise do porque dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como uma peça das relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará de **genealogia** (MACHADO, 1990, p. X, grifo meu).

Dessa forma, Foucault utiliza a genealogia dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que são intimamente relacionados com a produção de determinados saberes — sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. — e analisa como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado (MACHADO, 1990, p. XIII). Em seu aspecto político, poderia colocar assim, a genealogia enquanto saber que se pretende inscrever na hierarquia dos poderes da ciência seria:

um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias (FOUCAULT, 1990b, p. 172).

De acordo com Machado (1990) e Maia (1995), as análises genealógicas de Foucault possibilitaram novas percepções e pesquisas em relação ao poder. Segundo Machado, Foucault, a partir de evidências em seus estudos, notou uma **não** coincidência entre Estado e poder, produzindo um “importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder” (1990, XI). Em lugar disso, Foucault identificou a “existências de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (MACHADO, 1990, p. XI). Nas palavras de Maia:

A pesquisa de Foucault impõe um deslocamento em relação ao Estado ao identificar a existência de uma série de relações de poder na sociedade atual que se colocam fora do Estado e que não podem de maneira alguma ser analisadas em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei (1995, p. 88).

Para além do deslocamento em relação ao ‘espaço’ de análise das relações de poder, Machado chama atenção para um deslocamento também do nível em que esta se efetua. Se, na tradição da ciência política, as investigações voltam-se para ‘dentro’ e/ou ‘próximo’ ao Estado (entendendo-o como o centro) e a partir de uma perspectiva macro, a analítica das relações de poder foucaultiana volta-se para o micro exercitado, muitas vezes, ‘distante’ do alcance do Estado. Para Machado, isso ocorre não por acaso:

Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (MACHADO, 1990, p. XII)

Maia destaca outro deslocamento de Foucault em relação à noção de poder: o “abandono de uma visão tradicional do poder onde sua atuação se basearia fundamentalmente

em seu aspecto negativo: proibindo, censurando, interditando, reprimindo, coagindo, etc” (MAIA, 1995, p. 85–86). De acordo com Foucault, o poder não tem apenas aspectos negativos nem poderia, pois, se assim fosse, não funcionaria: “se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 1990b, p. 8); “se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo — como se começa a conhecer — e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.” (FOUCAULT, 1990b, p. 146). O poder deve ser considerado “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”; que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1990b, p. 8); “(...) o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2008c, p. 161). Machado resume a ideia da positividade⁹ do poder e sua relação com o indivíduo dizendo: “o Indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado, é um de seus mais importantes efeitos” (MACHADO, 1990, p. XX). “Trata-se, afinal, de um conceito de poder como produtividade, como positividade” (POGREBINSCHI, 2004, p. 181).

A respeito dos dois deslocamentos sobre a ideia de poder em Foucault, é preciso dizer duas coisas. Primeiro, entendemos a respeito do primeiro deslocamento que não se trata da desconsideração ou negação da importância do Estado ou do direito nas relações de poder, mas trata-se de mostrar que o poder não emana desse centro, como talvez fizessem crer as teorizações tradicionais sobre poder. Este é um dos pontos cruciais para as pretensões do presente trabalho. Por óbvio que não repetiremos o que fez Foucault, mas é importante não perder de vista essas relações entre os micropoderes e níveis mais gerais de poder constituídos pelos aparelhos do Estado como a análise de Foucault retoma com a discussão da governamentalidade. Buscaremos entender e mostrar como, por quais vias, esses micropoderes tocam os níveis mais gerais de poder e como são por eles tocados, mobilizando discursos, práticas, objetos e pessoas. Quanto mais conseguirmos esclarecer essas relações de forma menos abstrata e mais concreta, explicitando as relações, os mecanismos, os discursos, etc., tanto melhor teremos saído em nossa empreitada.

A segunda diz respeito à afirmação da não exclusiva negatividade do poder, contemplando, assim, a capacidade do poder de produzir coisas, saberes, comportamentos, subjetividades. Entender o poder também em sua capacidade produtiva é possibilitar a percepção da relação entre práticas de liberdade e práticas de poder. Não se trata, exatamente,

⁹ Positividade aqui nada tem a ver com algo desejável ou com qualquer julgamento moral, mas trata-se de uma capacidade produtiva do poder, de construir coisas a partir de seus efeitos.

de inverter o sinal e entender o poder como emancipatório e libertador, como Pogrebinschi (2004). Fundamental e principalmente, trata-se de entender o poder como via de realização, como suporte ao modo de ser, estar, se constituir e construir o mundo em meio às relações. Nós sujeitos nos constituímos em meio a constelações de relações de poder de nosso tempo, os polos negativo (repressão, interdição) e positivo (regimes de verdade, cooptação dos desejos) do poder incidem nesse processo continuamente. Se parássemos por aqui, teríamos simplesmente uma sociedade de indivíduos constituídos passivamente e aprisionados pelo poder. Porém, Foucault é insistente ao afirmar que a relação é mais complexa e dinâmica. Não existe poder sem resistência. A partir de um sem número de práticas de resistência, os sujeitos se opõem, esquivam, transformam, subvertem discursos, relações de poder, invertem regimes de verdade, inventam formas de viver. Ou seja, o caráter positivo ou negativo dos dispositivos de poder não define as práticas de liberdade. Estas se dão a partir de contingências históricas, de condições de possibilidade específicas em cada tempo. Os dois deslocamentos são muito importantes para a leitura estratégica das relações de poder tratadas nesta pesquisa, pois, trataremos aqui das relações de poder, em parte, nas franjas do Estado, ou seja, no que poderíamos entender como seu ‘limite’ ou sua divisão (borrada) com a sociedade.

Outra característica do poder é que ele não é algo unitário ou global, mas “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 1990, p. X); “não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social” (MACHADO, 1990, p. XIII), são uma espécie de fluxo e, enquanto tal não existe fora de uma relação. “O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona” (MACHADO, 1990, p. XIII), que se faz perceptível pelos seus efeitos. “Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (MACHADO, 1990, p. XIII). “O poder está, ao mesmo tempo, em todos os pontos do suporte móvel das correlações de força que o constitui; está em toda parte, na relação de um ponto com outro, enfim multiplica-se e provém, simultaneamente, de todos os lugares.” (POGREBINSCHI, 2004, p. 188). Para Foucault, “uma sociedade sem relações de poder somente pode ser uma abstração” (FOUCAULT *apud* MAIA, 1995, p. 87). Não há um lugar fora das relações de poder, assim como não há um lugar ‘fora da sociedade’ e não há constituição de sujeito sem relações de poder.

Há algo importante a reter aqui sobre a onipresença e a multiplicidade do poder. Os termos funcionam conjugados para evitar a um só tempo a ideia equivocada de que há um poder absoluto, que justificasse uma visão de dominação completa sem linhas de fuga ou

possibilidades de mudança; ou que uma possível saída é tomar esse poder de assalto, inverter sua direção ou exterminá-lo, sendo desejável, se não possível, uma sociedade sem poder e relações em que os envolvidos estejam libertos dele. Gostaríamos de salientar o que cremos ser um ponto crucial a respeito da relação entre quatro termos: (1) a onipresença, (2) a multiplicidade, (3) as redes de dispositivos e mecanismos que fazem funcionar o poder, e (4) as possibilidades de resistência, liberdade, criação, ou da emersão do sujeito — como quiserem — a partir das relações de poder. Parece-me que, impossibilitada a via da libertação, como assinalado, os caminhos que apontam para a emersão do sujeito nessas relações sugerem a direção de formação ou reformulação de redes de dispositivos que permitam a multiplicação de formas alternativas de existir. Um existir em fluxo, se engajando tanto quanto puder, de forma estratégica e temporária, em uma ou outra rede de relações, dispositivos e mecanismos, que possibilite a autonomia e a construção de relações e espaços que permitam isso aos outros. Buscaremos clarear melhor essas ideias quando da apresentação da “**Política da Arte de Viver**”.

A relação entre **saber** e poder também deve ser salientada no pensamento de Foucault. Segundo ele, há uma articulação estreita entre poder e saber e saber e poder. De acordo com o francês, “exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza. Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder, e o poder econômico” (FOUCAULT, 1990b, p. 141). Adicionalmente, todo saber é político não porque guarda relação intrínseca com o Estado ou por ser apropriado por ele, mas “porque todo saber tem sua gênese em relações de poder” (MACHADO, 1990, p. XXI).

Foucault sugere, em seu texto “O Governo dos Vivos”, o deslocamento da noção de poder-saber para a noção de governo dos homens pela **verdade**. Segundo ele essa noção de saber-poder teria sido um primeiro deslocamento seu na análise do domínio da história das ideias (ou do pensamento). Conta-nos o filósofo de pelo menos dois deslocamentos nesse domínio: “Grosso modo, se vocês quiserem, dois deslocamentos sucessivos: um da noção de ideologia dominante para essa noção de poder-saber e agora um segundo deslocamento da noção saber-poder para a noção do governo pela verdade” (FOUCAULT, 2009, p. 19). Na relação entre poder e verdade, Foucault esclarece que

por verdade não quero dizer 'o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar', mas o 'conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder' (FOUCAULT, 1990b, p. 13)

Assim como ocorre em relação ao poder, sobre a verdade não faz sentido falar de uma coisa em si (sobre o que é ou não Verdadeiro), mas sobre os regimes de verdade. Regimes de verdade são regras e elementos que organizam o jogo do verdadeiro e do falso, segundo o qual algo é tido como verdadeiro e, por isso, tem efeitos de poder. “A ‘**verdade**’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘**Regime**’ da verdade” (FOUCAULT, 1990b, p. 14, grifo meu). O regime de verdade não é algo simplesmente ideológico ou superestrutural. Assim, “não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder — o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder” (FOUCAULT, 1990b, p. 14), tampouco “se trata de um combate 'em favor' da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha” (FOUCAULT, 1990b, p. 13); “a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele se produzem efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1990b, p. 12).

A noção de verdade como efeito e reforço do poder, intrínseca às relações, e múltipla como o são as relações de poder é especialmente importante. Primeiramente deve-se ter-se em conta que a verdade, nesse caso, é efeito do poder, assim como o é qualquer produção humana. Segundo, a verdade não mantém nenhuma relação de exterioridade com o mundo e a criação humana, assim, não faz sentido dizer sobre descobri-la, mas trata-se de construí-la, em geral, em disputa. Importante não se confundir uma verdade construída com uma verdade inventada ou uma inverdade. Apesar do estatuto da verdade em Foucault guardar essa relação com o mundo dos homens, com as disputas, e as relações de poder, os discursos e saberes produzidos humanamente, não se pode manipulá-la individualmente ou construí-la à revelia do real (mais acuradamente, daquilo que se tem como o real, daquilo que compõem o real em determinado tempo e lugar), ela é um acontecimento, o resultado de uma luta que envolveu a mobilização de uma variedade de elementos. Finalmente, a verdade não é única, estanque, ou absoluta, portanto, não é necessariamente estável. Sua sustentação depende das dinâmicas das relações de poder, assim como as relações de poder são influenciadas pelos regimes de verdade que submetem as relações em questão. Aqui se chama atenção à retroalimentação, também, entre poder e verdade. As possibilidades de criação de regimes de verdade e da produção dos saberes dependerão, entre outras coisas, das relações de poder e da mobilização de uma série de elementos discursivos, não discursivos, humanos, não humanos que relacionam esse três termos: poder, saber e verdade.

Gostaríamos de dedicar um pouco mais de tempo à questão da verdade, pois cremos

que ela tem um papel central para as pretensões da presente pesquisa e para o marco teórico mobilizado. CandiOTTO, em seu livro *Foucault e a Crítica da Verdade* (2010), destaca a importância da questão da verdade no pensamento foucaultiano. O autor trabalha a hipótese de que “o fio condutor do pensamento de Foucault identifica-se com a problematização da verdade e sua relação com o sujeito” (2010, p. 16). Para CandiOTTO, o projeto foucaultiano da genealogia do sujeito moderno tem como papel uma reflexão crítica do que somos e o que significa quando dizemos o que somos. CandiOTTO coloca que a verdade na investigação foucaultiana é irreduzível às origens essenciais pressupostas (filosofia) ou às neutralidades e objetividades reivindicadas (ciência). É, por outro lado, entendida como uma resposta específica para uma situação concreta que é real, de forma que a articulação entre verdade e sujeito não preexiste aos saberes e práticas. A verdade é um acontecimento sobre o qual se procura investigar: os vínculos e conexões entre os mecanismos de coerção e elementos de conhecimento; os jogos de recondução e de apoio entre eles que tornam possível o reconhecimento de determinado elemento de conhecimento (saber) como verdadeiro; e, de forma relacionada, o que possibilita que determinado procedimento de coerção adquira formas justificáveis próprias de elemento racional, calculado e tecnicamente eficaz. Para Foucault, poder e saber não são essências ou entes transcendentais, mas chaves de análise inter-relacionadas ligadas, de alguma forma, pela verdade (CANDIOTTO, 2007).

(...) nada pode figurar como elemento de saber se, de um lado, não estiver conforme a um conjunto de regras e coerções características, como, por exemplo, um certo tipo de discurso científico numa época dada; e se, de outro, não for dotado de efeitos específicos de coerção ou simplesmente de incitação do que é validado como científico, racional ou comumente recebido etc. Inversamente, nada pode funcionar como mecanismo de poder se não se desdobra segundo procedimentos, instrumentos, meios, objetivos que possam ser validados em sistemas mais ou menos coerentes de saber. Portanto, não se trata de descrever o que é o saber e o que é o poder e como um reprimiria o outro, ou como um abusaria do outro; mas, antes, descrever o nexo entre saber-poder que permite compreender o que constitui a aceitabilidade de um sistema, seja o sistema da doença mental, da penalidade, da delinquência, da sexualidade etc (FOUCAULT, 1990a, p. 14).

Segundo Foucault, “a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (1990b, p. 14). Aqui uma vez mais o autor chama atenção para qual questão considera relevante politicamente: a disputa da verdade ou a disputa em torno da verdade. Para Foucault, a luta envolve destituir as formas de hegemonia (sociais, econômicas e culturais) do poder que o estatuto de verdade lhes conferem. Segundo o filósofo,

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 1990b, p. 12).

Em nossas sociedades, o que ele chama de “economia política da verdade” tem cinco características historicamente importantes:

[1] a 'verdade' é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; [2] está submetida a constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); [3] é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); [4] é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); [5] enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas 'ideológicas') (FOUCAULT, 1990b, p. 13).

A construção da organização através das práticas dos sujeitos, a construção politicamente da ocupação, os regimes de verdade e as relações de poder serão importantes para compreendermos como, a partir disso, e com o auxílio de outros elementos, criam condições de possibilidade fazer emergir a rede-actante alternativa para implementar práticas de resistência e formas alternativas de viver.

1.2. As Lógicas de Poder em Foucault

Foucault identifica, ao longo de seus trabalhos, pelo menos **quatro tipos (ou lógicas) de poder**: poder soberano, poder pastoral, poder disciplinar e biopoder. É importante destacar que esses “tipos” não serão aqui apreendidos de maneira esquemática ou como um quadro teórico capaz de esgotar a pluralidade de manifestações do poder. Nosso intuito, diferentemente, é demarcar o esforço do pensador em analisar como as relações de poder em nossas sociedades se moldaram a partir de contingências históricas específicas, dando margem a um amplo conjunto de práticas e dispositivos.

De forma breve, poder-se-ia dizer que o **poder soberano** era o poder exercido sobre

um território e tudo aquilo que está nos limites desse território. A lógica do poder soberano é manter o território sob domínio de um soberano identificável, é um poder que tem uma característica pessoal, no sentido de identificação do lugar de exercício do poder e da pessoa que ocupa esse lugar. Essa breve aproximação acerca do poder soberano é, por ora, suficiente já que o que nos interessa mais são as lógicas e os poderes identificados por Foucault nas sociedades modernas, a saber, o poder disciplinar e o poder governamental (ou biopoder).

O **poder pastoral**, “em oposição ao poder que se exerce sobre a unidade de um território, o poder pastoral se exerce sobre uma multiplicidade em movimento” (FOUCAULT, 2008, p. 169), um rebanho. O poder pastoral, além disso, é benfazejo, busca fazer o bem como fim maior, é cuidadoso, zela pela salvação das ovelhas. Esse é o objetivo pelo qual ele se guia: a salvação. Algo que não se encerra nele, mas que está para além dele. É, portanto, um poder finalizado, ou seja, um poder sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre qualquer outro objetivo ou ente relacionado (a cidade, o território, o Estado, o soberano). “É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo” (FOUCAULT, 2008, p. 173). O poder pastoral se encarrega da condução dos indivíduos e de suas almas. Essa condução das almas “implica uma intervenção, e uma intervenção permanente na condução cotidiana, na gestão das vidas, mas também nos bens, nas riquezas, nas coisas. (...) É portanto uma forma de poder que é, sem dúvida, um poder terrestre, apesar de ter por fim o além” (FOUCAULT, 2008, p. 204). A intervenção do poder pastoral se assenta sobre três domínios: a economia da salvação, a economia da obediência e a economia da verdade. De acordo com Foucault desde a Idade Média desenvolveram-se contracondutas que inverteram, redistribuíram, anularam e desqualificaram parcial ou totalmente o poder pastoral nesses domínios dando possibilidade para emersão do que ele chama de governamentalidade.

O **poder disciplinar**, ou a disciplina, por sua vez, é uma espécie de técnica, dispositivo, mecanismos que, segundo Foucault, “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT *apud* MACHADO, 1990, p. VII). “A disciplina trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (MACHADO, 1990, p. XVII); ela funde o homem àquilo que ele se relaciona para fins instrumentais “sobre toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina” (FOUCAULT, 2008c, p. 130–131). “A

dominação política do corpo que ela realiza responde à necessidade de sua utilização racional, intensa, máxima, em termos econômicos” (MACHADO, 1990, p. XVII).

A disciplina é uma técnica que fabrica indivíduos úteis. A disciplina faz crescer e aumentar tudo, sobretudo a produtividade (...) não apenas em um sentido econômico. Além de ampliar a produtividade dos operários nas fábricas e oficinas, a disciplina faz aumentar a produção de saber e de aptidões nas escolas, de saúde nos hospitais e de força no exército, por exemplo (POGREBINSCHI, 2004, p. 191–192).

São três as características básicas da disciplina: (1) é um tipo de organização do espaço, de distribuição dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório, que isola, esquadrinha e hierarquiza para desempenhar funções diferentes segundo diferentes conveniências; (2) é o controle do tempo, do tempo do corpo; sujeita o corpo ao tempo a fim de maior rapidez e do máximo de eficiência; (3) se dá, em parte, pela vigilância fragmentar e descontínua, mas que são vistas pelos que sofrem seus efeitos como contínua, perpétua, permanente e extensa a toda extensão do espaço. Cria uma indiscrição com respeito a quem ela se exerce que tem como correlato maior discrição possível da parte de quem a exerce (MACHADO, 1990, p. XVIII, grifo meu). Segundo Foucault, as disciplinas tentam definir uma tática que respondem, coincidentemente, também a três critérios:

[a] tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); [b] “fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, sem lacuna”; [c] ligar enfim esse crescimento ‘econômico’ do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema” (FUCAULT, 2008c, 179–180).

O **biopoder**, que aos poucos vai ser menos usado e vai dar lugar à **governamentalidade**, implanta-se de certo modo no poder disciplinar a partir dos dispositivos de segurança. A governamentalidade se acopla ao poder disciplinar, ela embute e integra em si a disciplina, transformando-a ao seu modo como Foucault mostra ao tratar a passagem do que chama da Governamentalidade do Estado de Polícia para Governamentalidade moderna no curso dado no *Collège de France* em 1977, publicado com o título “Segurança, Território e População”. A governamentalidade (biopoder) “não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra

superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT, 2005, p. 289). O biopoder não se faz sentir nos corpos dos sujeitos, mas aplica-se em suas vidas; não acarreta em uma individualização, mas em massificação uma vez que se dirige à população, “daí que os efeitos do biopoder se fazem sentir sempre em processos de conjunto, coletivos, globais...” (POGREBINSCHI, 2004, p. 195–196).

“É, portanto, a cidade e a população que entram em cena no regime do biopoder. E isso é relevante, segundo Foucault, porque nem o poder da soberania, nem o poder disciplinar operavam com essas noções. A cidade e a população passam a ser problemas políticos, problemas da esfera do poder.” (POGREBINSCHI, 2004, p. 196).

Foucault relaciona o surgimento da governamentalidade, como forma de exercício de poder, com a emergência do Estado como objeto político fundamental no interior do campo das práticas de poder. A esse respeito, Foucault sugere uma inversão da relação entre Estado e governo. Não é que o governo passa a ser possível a partir da existência do Estado. Mas que o exercício de poder governamental através do que hoje conhecemos como Estado foi que possibilitou, em épocas pré-estatais, a constituição e manutenção de coisa semelhante ao Estado.

“E se o estado não fosse mais que uma maneira de governar? Se o Estado não fosse mais que um tipo de governamentalidade? E se, de fato, todas essas relações de poder que vemos se formarem pouco a pouco a partir de processos múltiplos e bem diferentes uns dos outros, e que pouco a pouco se coagulam e fazem efeito, se essas práticas de governo fossem precisamente aquilo a partir do que se constituiu o Estado? (...) Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado é uma peripécia da governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 331).

De acordo com Foucault, a governamentalização do Estado é um fenômeno particularmente astucioso que permitiu o Estado sobreviver e ser o que é hoje. A governamentalidade é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado. Não parte dele, nem foi criada dentro dele, mas lhe foi muito útil e hoje é o que se discute a respeito das relações de poder e Estado. A governamentalidade (as técnicas de governo) se tornou a questão política fundamental e o espaço real da luta política (FOUCAULT, 1990b). São essas mesmas “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade”

(FOUCAULT, 1990b, p. 292).

1.3. Poder Governamental e a Sociedade Moderna

A história da governamentalidade traçada por Foucault é também a história do estado moderno, o Estado democrático de direito, na literatura do direito constitucional, e o Estado liberal democrático, na ciência política largamente influenciada por autores estadunidenses. Mas, diferentemente das abordagens tradicionais em cada uma dessas áreas (ou mesmo aquelas que as contrapõem), em Foucault, o Estado não tem autonomia epistemológica e tampouco é o protagonista da ação política. No entanto, lhe é conferida uma posição particular na análise da governamentalidade. Como dito anteriormente, se por um lado o Estado não é o centro do poder, contudo, é algo sem o qual não é possível entender as configurações do poder na modernidade.

Foucault busca deixar clara sua visão de que a racionalidade política não tem como referência a figura do Estado, mas o dispositivo de segurança. A noção de segurança (dispositivo) nos coloca na pista para perceber o que está em jogo na modernidade. O dispositivo de segurança não são apenas técnicas, mas trata-se de uma racionalidade e de práticas orientadas pela segurança. Foucault diferencia pelo menos três sistemas ou tecnologias de poder diferentes nas sociedades modernas: o sistema jurídico-legal em que opera a lógica binária (dentro ou fora, certo ou errado, ganhador ou perdedor, culpado ou inocente); dispositivo disciplinar, de controle e vigilância opera pelo adestramento produzindo formas de subjetivação; e o dispositivo de segurança, guiado por uma lógica econômica, a lógica dos custos. Objetiva manter as coisas dentro de um aceitável social e econômico.

A primeira forma, vocês conhecem, a que consiste em criar uma lei e estabelecer uma punição para os que a infringirem, é o sistema do código legal com divisão binária entre o permitido e o proibido, e um acoplamento, que é precisamente no que consiste o código, o acoplamento entre um tipo de ação proibida e um tipo de punição. **É portanto o mecanismo legal ou jurídico. O segundo mecanismo**, a lei enquadrada por mecanismos de vigilância e de correção, não voltarei a isso, é evidentemente o mecanismo disciplinar'. **É o mecanismo disciplinar** que vai se caracterizar pelo fato de que dentro do sistema binário do código aparece um terceiro personagem, que é o culpado, e ao mesmo tempo, fora, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, da eventual transformação dos indivíduos. Tudo isso nós já vimos. **A terceira forma** é a que caracterizaria não mais o código legal, não mais o mecanismo disciplinar, mas o dispositivo de segurança, isto é, o conjunto dos fenômenos que eu gostaria de estudar agora. **Dispositivo de segurança que vai,**

para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça (FOUCAULT, 2008, p. 9, grifo meu)

A existência desses três sistemas não indica, exatamente, como se poderia pensar, alguma forma de hibridação ou de coexistência de diferentes razões de Estado que orientam a economia geral do poder em nossas sociedades. Embora coexistam lógicas diferentes de poder, elas estão a serviço da razão do Estado.

Foucault percebe qualquer coisa de diferente nas relações de poder nas sociedades modernas e deseja investigar o que é que explica essa diferença. A hipótese que o filósofo nos avisa querer testar é a de que a nossa (das sociedades modernas) economia geral do poder é informada por uma ordem de segurança.

Então, e é essa a questão central do que eu gostaria de analisar, poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança? Eu gostaria, portanto, de fazer aqui uma espécie de história das tecnologias de segurança e tentar ver se podemos efetivamente falar de uma sociedade de segurança. Em todo caso, sob o nome de sociedade de segurança eu gostaria simplesmente de saber se há efetivamente uma economia geral de poder que tenha a forma [de] ou que, em todo caso, seja dominada pela tecnologia de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 15).

Em seus estudos acerca das técnicas de segurança o que mais lhe chama atenção é a correlação entre a técnica de segurança e a população. De acordo com Foucault, a população é ao mesmo tempo objeto e sujeito desses mecanismos; ela, de alguma forma, é criada pelos dispositivos de segurança que só podem funcionar e se justificar a partir da existência da população. Assim, ele se propõe a estudar “a emergência não apenas da noção, mas da realidade da população” que representam uma novidade e “são, no fundo, uma ideia e uma realidade sem dúvida absolutamente modernas em relação ao funcionamento político, mas também em relação ao saber e às teorias políticas anteriores ao século XVIII.” (FOUCAULT, 2008, p. 15).

A relação entre população e dispositivos de segurança, contudo, tem uma característica peculiar no funcionamento dessa tecnologia de poder. Essa relação não se dá de forma direta, ou seja, o poder não é exercido de forma direta na população, mas através do

que Foucault chama de meio. Isso é particularmente a forma de funcionamento do poder na governamentalidade enformada pelo pensamento econômico.

Digamos para reunir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território [preocupa-se com a influência e controle da capital – a capilarização do poder do soberano- sobre o restante do território], colocando o problema maior da sede de governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. (...) O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio (FOUCAULT, 2008, p. 27).

O meio seria, então, a mediação através da qual é possível fazer funcionar o exercício da governamentalidade na população. O meio é, a um só tempo, elemento objeto de intervenção direta e suporte que torna possível alcançar, à distância, a população.

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, de aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, de outro. (...) Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (FOUCAULT, 2008, p. 28).

Embora não se possam separar as disciplinas do sistema capitalista que se consolida no final do século XVIII, parece-nos que a governamentalidade em seu início, ou seja, a dos políticos — dos Estados de polícia —, opera mais a partir da disciplina enquanto que a governamentalidade que se segue a ela, a governamentalidade dos economistas, opera, essa

sim, a partir da noção de ambiente e de população. Não se trata de uma substituição da razão do Estado por uma razão econômica, mas de uma mudança da razão do Estado que passa a ser enformada pelo raciocínio econômico.

A razão econômica está, não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo à razão de Estado e dando, por conseguinte, novas formas à racionalidade de Estado. Nova governamentalidade que nasce com os economistas mais de um século depois da outra governamentalidade [ter] aparecido no século XVII. Governamentalidade dos políticos que vai nos dar a polícia, governamentalidade dos economistas que vai, a meu ver, nos introduzir em algumas das linhas fundamentais da governamentalidade moderna e contemporânea (FOUCAULT, 2008, p. 468).

As principais modificações dessa razão governamental apontada por Foucault são (a) a gestão da sociedade (ou população), e não mais o seu disciplinamento; (b) a economia como saber principal a orientar o Estado; (c) a população é entendida como um conjunto de fenômenos naturais, espontâneos, uma espécie de natureza social; (d) a função do Estado passa a ser, assim, a proteção e garantia dessa espontaneidade e naturalidade dos processos econômicos e sociais em geral de forma que eles não se desviem de sua natureza ou degradem; e, por fim, (e) a garantia da liberdade individual e sua utilização como meio de exercício do poder governamental.

Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação a lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo (FOUCAULT, 2008, p. 475).

Em sua investigação acerca da governamentalidade, ou do Estado moderno, Foucault mostra que é possível fazê-lo sem precisar ir atrás da essência ou do dia de inauguração desse ente. Em vez disso, busca fazer a genealogia do Estado e de seus aparelhos a partir de uma história da razão governamental. Ao cabo de suas investigações no curso ministrado entre janeiro e março de 1978, Foucault nos mostra os elementos da governamentalidade moderna: “sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas” (FOUCAULT, 2008, 476).

Portanto, Foucault localiza a governamentalidade do Estado na explosão da arte de

governar os homens que surge a partir do século XV na Europa. Segundo o filósofo, trata-se de uma explosão em dois sentidos: deslocamento do foco religioso, ou seja, uma espécie de laicização da arte de governar; e de sua multiplicação em domínios variados.

Mas eu creio que a partir do século XV e desde antes da Reforma, pode-se dizer que houve uma verdadeira explosão da arte de governar os homens, explosão entendida em dois sentidos. Deslocamento de início em relação a seu foco religioso, digamos se vocês querem laicização, expansão na sociedade civil desse tema da arte de governar os homens e dos métodos para fazê-la. E depois, num segundo sentido, multiplicação dessa arte de governar em domínios variados: como governar as crianças, como governar os pobres e os mendigos, como governar uma família, uma casa, como governar os exércitos, como governar os diferentes grupos, as cidades, os Estados, como governar seu próprio corpo, como governar seu próprio espírito. Como governar, acredito que esta foi uma das questões fundamentais do que se passou no século XV ou no XVI. Questão fundamental a qual respondeu a multiplicação de todas as artes de governar - arte pedagógica, arte política, arte econômica, se vocês querem - e de todas as instituições de governo, no sentido amplo que tinha a palavra governo nessa época. (FOUCAULT, 1990a, p. 3).

Interessante notar que não se pode dissociar da governamentalização a questão que surge no mesmo contexto: a de “como não ser governado”. De acordo com Foucault, há juntamente com a explosão e difusão das artes de governar a proliferação de atitudes críticas que questionam, impõem resistência, tencionam e estabelecem certos limites às determinadas formas de governo. A questão, no entanto, não é a de um anarquismo completo, mas de não ser governado desse jeito, por essas pessoas, para esses objetivos. Como coloca Foucault:

Eu quero dizer que, nessa grande inquietude em torno da maneira de governar e na pesquisa sobre as maneiras de governar, localiza-se uma questão perpétua que seria: "como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles"; e se se dá a esse movimento da governamentalização, da sociedade e dos indivíduos ao mesmo tempo, a inserção histórica e a amplitude que creio ter sido a sua, parece que se poderia colocar deste lado o que se chamaria **atitude crítica**. Em face, ou como contra-partida, ou antes como parceiro e adversário ao mesmo tempo das artes de governar, como maneira de suspeitar dele, de o recusar, de o limitar, de lhe encontrar uma justa medida, de os transformar, de procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-lo, a título de reticência essencial, mas também e por aí mesmo como linha de desenvolvimento das artes de governar, teria tido qualquer coisa nascida na Europa nesse momento, uma sorte de forma cultural geral, ao mesmo tempo atitude moral e política, maneira de pensar etc. e que eu chamaria simplesmente arte de não ser governado ou ainda arte de não ser governado assim e a esse preço. E eu proporia então, como uma primeira definição da crítica, esta caracterização geral: a arte de não ser de tal forma governado (FOUCAULT, 1990a, p. 4, grifo meu).

Fonseca (2001) crê que, com a governamentalidade, as discussões de Foucault sobre resistência ganham outras possibilidades, pois fica mais evidente a possibilidade de resistir a determinadas formas de governo: recusar-se ser governado de determinada forma por determinadas pessoas para determinados fins. A atitude crítica, ou postura crítica que Foucault tenta localizar inclusive como marca da modernidade, incluindo sua própria filosofia nas reflexões sobre a *Aufklärung* inaugurada por Kant¹⁰, é uma maneira de negar se deixar ser governado por outro e de, em seu lugar, governar-se. A atitude crítica pode ser entendida também como a dobra ativa nos processos de constituição do sujeito. Se, por um lado, o sujeito é constituído a partir de dinâmicas de poder e saber, de jogos de verdade, que lhe atravessam e lhe são externos, por outro lado, ele também labora ativamente nesse processo de constituição de si através das práticas de si que sendo críticas podem ser postas a questionar os discursos de verdade que sustentam determinadas artes de governar.

1.4. Política da Arte de Viver: cuidado de si, governo dos outros

Embora Foucault não tenha se dedicado fortemente ao tema da liberdade, há quem entenda que “a reflexão geral de Foucault pode ser caracterizada, em grande medida, como uma filosofia da liberdade” (ORELLANA, 2008, p. 38). Anteriormente, apresentando as concepções de poder em Foucault, discutimos alguns deslocamentos produzidos pelo autor a partir de sua concepção de poder que difere da tradição das ciências políticas (que o poder emana ou se concentra no Estado) e da visão negativa do poder, como enunciação da lei da censura e da interdição, e cremos que o mesmo ocorre em relação à liberdade.

Segundo Orellana, Foucault não entende a liberdade enquanto uma utopia de um reino sonhado por nós, nem tampouco no âmbito de algo que possamos possuir e tentar garantir sua eterna posse, “pelo contrário, ele converte a liberdade em um problema estratégico, ligado às ações dos indivíduos e do poder” (ORELLANA, 2008, p. 40). Em relação à liberdade, o deslocamento foucaultiano se dá a partir do distanciamento da concepção humanista de

¹⁰ Foucault, em “O governo de Si e dos Outros” [1982- 1983] (2010) faz essa filiação ao que chama de filosofia crítica inaugurada por Kant, mas diferencia seu projeto do kantiano dizendo que o seu é uma ontologia de nós mesmos, uma ontologia do presente: “é preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade. E é essa forma de filosofia que, de Hegel à Escola de Frankfurt, passando por Nietzsche, Max Weber, etc., fundou uma forma de reflexão à que, é claro, eu me vinculo na medida em que posso.” (FOUCAULT, 2010, p.21-22).

liberdade. A ruptura se opera por seu desacordo com três teses centrais deste enfoque: (a) o entendimento de que “a ação política, enquanto tende à consecução da liberdade, busca que alcancemos a verdadeira identidade”; (b) “a aposta na verdade e no saber como agentes da liberação e como fatores que nos salvam de aparelhos de alienação”; (c) “a ideia de que o poder é um limite traçado à própria liberdade, isto é, de que existe uma mútua exclusão entre tais noções antitéticas” (ORELLANA, 2008, p. 40–41). Para o autor, no pensamento foucaultiano, o poder não é contrário à liberdade; ainda, não há liberdade fora do poder. Decorre disso o fato de que é preciso situá-la, necessariamente, dentro do espaço das relações de poder, das relações de sujeição que se realizam em um campo estratégico de interações (ORELLANA, 2008).

Sobre as relações de poder, é importante assinalar, então, alguns aspectos que a caracterizariam. O primeiro deles é que elas operam sobre as ações, eventuais ou atuais, dos indivíduos, ou seja, têm uma concretude; seus efeitos se dão nas ações dos outros indivíduos. O segundo deles é que “o poder se exerce unicamente sobre ‘sujeitos livres’ e apenas na medida em que são livres” (FOUCAULT, *apud* ORELLANA, 2008, p. 41). Diferentemente do que Foucault chama de relação de dominação, em que não é possível (ou é muito restrita) a resistência, as relações de poder se dão entre indivíduos atentos aos movimentos táticos do outro que exercem poder e contra-poder em um campo de batalha. Disso advêm o terceiro e o quarto aspectos das relações de poder: (3º) elas ocorrem sempre sobre um campo de possibilidades, se articulando entre liberdades na pretensão de determinar a conduta de outros; e (4º) essa tentativa de determinar a conduta dos outros provoca outras estratégias em resposta. O (5º) quinto e derradeiro aspecto das relações de poder é que elas se configuram, portanto, duma maneira ampla e, principalmente, móvel, em que “podem ser modificadas segundo a resistência que encontram. (...) A situação estratégica não pode jamais ser considerada uma estrutura imutável e estável” (ORELLANA, 2008, p. 43).

Para Foucault, se as relações de poder estão por toda a sociedade, então, pode se considerar também que a liberdade está por todas as partes (ORELLANA, 2008). Seguindo o raciocínio proposto por Orellana (2008), uma vez que as relações de poder não são imutáveis, por oposição, podemos considerar que sempre cabe a possibilidade de transformar as coisas. Importante ressaltar que, da mesma forma como o poder se articula de maneira múltipla, sem partir de um centro, “os pontos de resistência também estão presentes por todas as partes e não há um lugar da grande oposição” (ORELLANA, 2008, p. 44). Estão, assim, poderes e resistências disseminados em uma mesma rede de relações, apoiando-se e reativando-se mutuamente; um representando um limite para o outro; limite esse que os forçam a se

reconfigurarem e reinventarem a partir do enfrentamento (ORELLANA, 2008). Nas palavras de Orellana

Em suma, o poder estabelece suas táticas em função das resistências que fendem as estratificações sociais e as unidades individuais. De forma semelhante, a resistência desenha o perfil de sua luta incorporando as táticas deste poder como suporte para uma inversão possível (ORELLANA, 2008, p. 45).

As relações de poder não são, contudo, necessariamente simétricas. Pelo contrário, “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença de potencial.” (FOUCAULT, 1990b, p. 250). Isso não representa uma unidirecionalidade do poder nas relações que se estabelecem já que “para que haja um movimento de cima para baixo, é preciso que haja ao mesmo tempo uma capilaridade de baixo para cima” (FOUCAULT, 1990b, p. 250). Não obstante, não se pode negar que desigualdade das relações coloca em risco constante de que se solidifique uma forma de domínio. Nas palavras de Foucault:

A questão central (...) não é saber se uma cultura isenta de restrições é possível ou desejável, mas se o sistema de repressões dentro do qual uma sociedade funciona deixa os indivíduos livres para transformar esse sistema (FOUCAULT 1994b, p.327, *apud* ORELLANA, 2008, p. 48).

Orellana salienta a importância do exercício da liberdade, assim como da luta política, como defende Foucault, como forma de minimizar a possibilidade da dominação. A dimensão intolerável do sistema está quando não há meios para a transformação. Assim, a principal tarefa da política engloba de “defender, reafirmar e reinventar o âmbito em que o indivíduo exerce transformações sobre si mesmo e sobre seu universo relacional”. O autor, então, aponta a **política da arte de viver** como um combate a todas as formas de ameaças de fascismo e destaca a importância dos pontos de resistência para a transformação de cada forma de poder (contraposta por uma tática de resistência correspondente) dentro de sua situação estratégica:

Os pontos de resistência são o princípio que sustenta a dinâmica condutora aos diferentes cenários do poder: o modelo pastoral, a lógica da soberania e, finalmente, o *biopoder*. Cada um deles constitui uma *situação estratégica*, com suas relações de poder e suas práticas de liberdade transformando-se de acordo com os resultados do enfrentamento. A partir daí é possível assinalar que as transformações táticas das relações de poder confirmam a possibilidade infinita da transgressão. Assim, a

estética da existência pode ser definida como uma ética que se apóia na mobilidade e na reversibilidade dos jogos de poder (ORELLANA, 2008, p. 49, grifo do autor).

Importante sublinhar a indicação que Orellana nos sugere da passagem da política à ética no pensamento foucaultiano. A perspectiva ética só é possível se as relações de poder são consideradas como relações sobre e entre sujeitos livres; e se esses sujeitos aderem, conscientemente ou não, a determinadas formas de governo ou a elas buscam resistir. Aprofundaremos nessa discussão acerca da questão ética em Foucault tratando das noções de liberdade, resistência e crítica no tópico seguinte.

Antes de adentrar na próxima discussão, contudo, entendemos ser importante indicar que as noções sobre governamentalidade e sobre a política da arte de viver dialogam diretamente com o objeto estudado. Entendemos a organização estudada como um espaço de resistência em que os sujeitos buscam desenvolver formas de vida/luta alternativas. Para tanto tem que se apoderar de discursos, se apoiarem em relações de poder, a fim de fazer frente aos saberes e relações de poder que fazem funcionar determinadas formas de governo às quais se negam a obedecer. Enfim, como diz Foucault (1990b), entrar no jogo da história efetiva, na disputa pela construção da verdade, no acaso da luta para a inversão e subversão das regras:

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras (FOUCAULT, 1990b, p. 26).

A história 'efetiva' faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 1990b, p. 28).

1.5. Liberdade, Resistência e Crítica

Étienne La Boétie, em seu clássico texto “O Discurso sobre a Servidão Voluntária”, nos apresenta a situação de servidão e mostra como os homens se submetem a ela de bom grado. La Boétie busca refletir sobre as causas dessa adesão, e entre as explicações que

oferece está o olhar naturalizado dos homens para a sua situação de servidão advindos da situação ao nascer, da educação e do hábito, e dos pequenos agrados que lhes oferece o tirano.

Poderíamos dizer que, na analítica foucaultiana, a submissão a determinado poder é, em alguma medida, também uma escolha dos sujeitos livres. Para melhor explanar essa afirmativa, necessitamos listar algumas características já apontadas em relação à noção de poder em Foucault. São as noções de poder: a partir do prisma antiessencialista; de sua não coincidência com Estado; da existência de micropráticas de poder, muitas vezes, ‘distante’ do Estado; do abandono de uma visão tradicional do poder apenas em seu aspecto negativo tomando-o também como uma rede produtiva; que atravessa todo o corpo social (onipresença); e, finalmente, de sua multiplicidade.

Gostaríamos aqui de reter algumas ideias a respeito, especificamente, do poder como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social. Como dito anteriormente o poder é entendido como essa rede produtiva que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1990b, p. 8); ele “(...) produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2008c, p. 161). Machado resume a ideia da positividade¹¹ do poder e sua relação com o indivíduo dizendo que: “o Indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado, é um de seus mais importantes efeitos” (MACHADO, 1990, p. XX). Esse deslocamento do poder, de sua exclusiva negatividade para sua característica também positiva, salienta o fato da capacidade do poder de produzir coisas, saberes, comportamentos, subjetividades. Entender o poder também em sua capacidade produtiva é compreender como são possíveis determinadas formas de vida, ou seja, quais formas de governamentalidade a partir de quais regimes de verdade e quais as possibilidades de subjetivação e dessubjetivação do sujeito estão postas, assim como as possibilidades de se resistir a elas e de se criar formas alternativas a elas.

Assim, entendemos que não é pertinente considerar o poder em polo oposto ao do sujeito. Ou seja, não se espera haver mais sujeito onde há menos poder ou menos sujeito onde há mais poder, uma vez que o próprio sujeito emerge das relações de poder. Da mesma forma, não seria acurado contrapor ao poder a liberdade. Não há mais liberdade onde há menos poder, e não há menos poder onde há mais liberdade. Nas relações de poder, há liberdade, há contrapoder, há resistência. Como sugerido anteriormente, o ponto-chave é entender quais liberdades, quais poderes, para quais fins, sob o governo de quem?

¹¹ Positividade aqui nada tem a ver com algo desejável ou com qualquer julgamento moral, mas trata-se de uma capacidade produtiva do poder, de construir coisas a partir de seus efeitos.

Afirma Foucault que “o poder se exerce unicamente sobre ‘sujeitos livres’ e apenas na medida em que são livres” (FOUCAULT, 1995, p. 244). Essa questão é crucial para o entendimento do sujeito moral na analítica do poder e no “último Foucault”.

Em geral, há o entendimento de ética como as regras morais e códigos de conduta que ocorrem em uma dada sociedade, ou, pelo menos, no comportamento dos indivíduos *em relação a* essas regras e códigos. Scherer (2009) salienta que, para Foucault, no entanto, “ética” é algo ligeiramente distinto. Para Foucault, ética “seria o domínio da constituição da própria subjetividade mediante a instauração de uma relação do indivíduo consigo mesmo através das chamadas ‘práticas ou técnicas de si’” (SCHERER, 2009, p. 6). Dessa forma, “a esfera ética, no contexto da obra foucaultiana, é formada pelas condutas que o indivíduo assume com o escopo de constituir a si próprio enquanto sujeito moral, imprimindo um certo *estilo* à própria existência” (SCHERER, 2009, p. 6). Necessário pontuar que as condutas que os indivíduos assumem na constituição de si próprio não estão descoladas (apartadas, isoladas) das relações de poder, dos saberes e dos regimes de verdade, que ocorrem na sociedade. Pelo contrário, elas só são possíveis se conseguirem se apoiar, em alguma medida, nessas relações de poder, saber e regimes de verdade que se constituem, assim, como condições de possibilidade para diversas práticas de si.

Isso posto, poder-se-ia dizer que o exercício do poder (para si ou nos outros) depende, em alguma medida, da adesão do “assujeitado”, de sua sujeição voluntária. Depende, pois, do sujeito aceitar livremente (conscientemente ou não) o que é mobilizado nas relações de poder para fazer funcionar determinada forma de condução de conduta. A partir disso, seria possível concordar com Orellana que diz: “Se o poder somente se exerce sobre aquele que ainda tem certa escolha, devemos concluir que a liberdade é o princípio operativo do poder” (ORELLANA, 2008, p. 42). Importante salientar a diferença da noção de liberdade entre Foucault e a tradição humanista, como coloca Orellana:

a liberdade não é uma luta para alcançar o que efetivamente somos, mas um esforço de desprendimento da identidade a nós imposta. Desta forma, [Foucault] crê que a verdade e o **saber** não garantem a **liberdade**, nem se opõem ao **poder**; para ele, enfim, **o poder não é o contrário de liberdade** (ORELLANA, 2008, p. 40–41, grifo meu)

Relações em que não há liberdade ou possibilidade de resistência e contrapoder são consideradas relações de dominação, não são relações de poder, em que há um governo. São relações extremamente assimétricas e cristalizadas de poder que não deixam nenhuma ou

quase nenhuma possibilidade de resistência. A afirmação de que a liberdade é o princípio operativo do poder pode soar um tanto forte, até mesmo um contrassenso, mas, para entender isso melhor, é preciso analisar mais detidamente a questão da verdade e sua relação com o poder.

Foucault, em seu curso no *College de France* de 1983 “O Governo de Si e dos Outros” (FOUCAULT, 2010), dá algumas pistas acerca da importância da verdade para o cuidado de si e para o governo dos outros no estudo da *parresía* no contexto do surgimento da democracia clássica grega. A *parresía*, tida de forma geral como o dizer verdadeiro que por vezes coloca em risco o enunciador e o compromete com aquilo que diz é apresentada como uma atitude que pode se dar em diferentes contextos em relação ao poder. Foucault diz, por exemplo, da *parresía* como *paideia*, ou no contexto de um pacto parresiástico entre soberano e governado, no contexto da democracia (uma das formas de *parresía* política), ou, finalmente, como uma atitude sobre si, a *parresía* filosófica. Em sua investigação sobre a *parresía*, ou as formas de veridicção, Foucault nos chama atenção para a relação entre poder e verdade. Por exemplo, na democracia, o poder é exercido através do discurso, mas não de qualquer discurso, apenas aqueles que têm a força da verdade, que conseguem mobilizá-la.

Importante recuperar o significado de verdade e verdadeiro na perspectiva foucaultiana, já tratado anteriormente, que difere das tradições positivistas e fenomenológicas. Foucault identifica, na modernidade certa cisão entre a dimensão epistêmica, da parte existencial/ estética da verdade. Portanto, é válido lembrar que, para Foucault, o que define a verdade não é o conteúdo de verdade de um discurso e sua aproximação ou não com o real, mas a forma como se vai dizer essa verdade, o que fica bastante claro em sua análise das formas aletúrgicas em “A Coragem da Verdade” (FOUCAULT, 2010). É a forma através da qual esse discurso conseguirá, ou não, mobilizar o real que há nele para produzir efeitos. Um desses efeitos é a própria adesão a esse discurso como um discurso verdadeiro. Essa é, poder-se-ia dizer, uma das condições para que se consiga governar, exercer o poder, fazer funcionar determinada forma de conduzir condutas, tanto para as práticas ou técnicas de si quanto para o governo dos outros.

A liberdade no prisma foucaultiano, tal como o poder, poderia ser entendida como um verbo, e não como um substantivo; um exercício, e não uma coisa a que se tem ou se não tem. Igualmente, tal como o poder historicamente construiu-se, sustentou ou fez funcionar determinadas práticas, assim o é também em relação à liberdade, ou seja, ambos sempre estão em relação aos jogos de verdade e às formas de veridicção de cada época. A liberdade nesse sentido guarda certa relação com o que o Foucault chama de práticas, ou cuidado de si, e no

espírito da crítica presente em seu entendimento da *parresía* filosófica. A liberdade para Foucault não pode ser confundida com onipotência ou com o encontro do sujeito com o seu verdadeiro ser, com sua essência. Tampouco a liberdade se trata de libertar o sujeito daquilo que o impede de ser quem ele é. A liberdade é, antes de tudo, uma atitude, um exercício; trata-se de uma escolha voluntária, de uma maneira de pensar e sentir, de uma maneira de agir e se conduzir, de constituir-se nas relações de poder, no governo dos outros, mas também através de práticas de si¹².

A liberdade, a partir de uma noção de autonomia, como essa maneira de se conduzir a que nos referimos, tem a ver com a constante interrogação de Foucault sobre o que somos no tempo presente. Consternação esta que Adverse entende poder se alojar, ainda que de forma diferente, nas preocupações de Kant sobre o esclarecimento, a crítica e a autonomia.

Essa interrogação, a exemplo da empresa kantiana, tem como uma de suas questões maiores aquela da autonomia, que Foucault entende da seguinte maneira: assim como Kant está preocupado em identificar os mecanismos pelos quais os homens podem desenvolver sua autonomia, as investigações arqueogenealógicas exploram as possibilidades de que dispomos para nos constituir a nós mesmos como sujeitos livres (ADVERSE, 2010, p. 149).

A noção de Ontologia do Presente de Foucault faz uma boa costura entre os termos levantados: autonomia, verdade, crítica e cuidado de si. De acordo com Adverse, a via percorrida por Foucault na arqueologia e na genealogia buscava encontrar o sujeito nos lugares em que ele é formado pelos variados dispositivos de saber e poder. Mas, a partir do momento em que ele diz entender seu trabalho como uma ontologia do presente, fica mais claro que sua preocupação está voltada para as formas pelas quais o sujeito pode constituir a si mesmo através das práticas de si no momento presente.

Adverse esclarece, no entanto, que a autossujeitização não ocorre em um vazio social ou político. Assim como indicamos anteriormente, pontuando que a constituição de si não é apartada das relações de poder, dos saberes e dos regimes de verdade que ocorrem em nossas sociedades, Adverse entende em Foucault que “constituímos nós mesmos como sujeitos estabelecendo relações intersubjetivas inseridas em jogos de poder e em redes de saber” (ADVERSE, 2010, p. 149). O autor salienta que, nos trabalhos finais de Foucault o eixo privilegiado é o da subjetividade e que é a partir dele que se estruturam os eixos do poder e do

¹² Entendemos haver certa diferença entre práticas de si de técnicas de si. As práticas de si seriam as práticas que o sujeito se vale para sua autoconstituição, de forma mais autônoma, enquanto que as técnicas de si são as tecnologias de poder, introjetadas pelo sujeito, que constituem o sujeito submetendo-o desde dentro.

saber. Adverse se pergunta como o estudo das práticas de si na Antiguidade grega e romana nos ajuda a compreender o sentido de uma “ontologia do presente” (ADVERSE, 2010).

As práticas de si na Antiguidade grega e romana estão no escopo da investigação foucaultiana da governamentalidade, mais especificamente no trato da relação do governo de si com o do governo dos outros. Tais práticas de si (envolvendo aí as diversas modalidades do poder sobre o outro e sobre si mesmo) integram uma ontologia do presente na medida em que mostram possibilidades de autoconstituição de si distintas daquelas que conhecemos no presente. Fazem-no não pela via da proposição de novas formas, de novos receituários filosóficos, mas de abalar aquilo que foi normalizado, arruinar aquilo que é reconhecido como universal e óbvio no tempo atual como estratégia de criar condições de possibilidade para outras formas de subjetividades (ADVERSE, 2010). Múltiplas, infinitas formas, se possível.

Adverse crê que seja esse o trabalho ético que está reservado a todos nós e que Foucault certa vez formulou de maneira muito sugestiva: o que está em jogo é um “trabalho paciente que dê forma à impaciência da liberdade” (FOUCAULT *apud* ADVERSE, 2010). De acordo com o autor, a declaração é reveladora e ressalta a tese de fundo que orienta toda a reflexão foucaultiana: “a de uma indeterminação radical de nossa existência” (ADVERSE, 2010, p. 150). Essa indeterminação pode ser entendida negativamente, como “a necessidade de ultrapassamento dos limites, mas também ser tomada positivamente como o trabalho constante de dar forma à própria existência” (ADVERSE, 2010, p. 150). Para tal trabalho, Adverse pontua que temos a nossa disposição, seja apenas como ponto de partida, o acervo de nossas experiências, que colocados nos termos foucaultiano, temos: 1) “as formas de um saber possível”; 2) “as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos”; 3) “os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (ADVERSE, 2010).

É nesse esteio que se faz tão relevante refletir acerca dos processos de constituição de sujeitos políticos em meio às experiências situadas e contingentes como a da Ocupação Vicentão, tratada nesta tese. Quais “possibilidades de ultrapassamento” e quais modos de existência emergem desse contexto de luta política? Em que medida, tais sujeitos são capazes de contrapor ao biopoder do Estado contradiscursos e práticas de resistência?

Para tanto, é fundamental refletirmos, ainda que brevemente, sobre dois pontos: a noção de liberdade liberal das democracias modernas e o estatuto ontológico do sujeito, ou a desconstrução deste. Para cada um dos assuntos, nós fazemos um par de perguntas. Em relação à noção de liberdade: de que liberdade falamos quando falamos de liberdade? Há diferenças entre a liberdade que pode ser encontrada nas obras de Foucault e a liberdade da razão de Estado nas sociedades modernas? Buscaremos tratar essas questões no próximo tópico.

No que diz respeito às questões concernentes ao sujeito, questionamos: de qual visão ontológica de sujeito partiremos? Ou ainda, faria sentido assumir qualquer modelo universal ou, na realidade, há de abraçar-se uma “não ontologia”? A isso nos dedicaremos no tópico seguinte ao próximo.

1.6. Liberdade Liberal e a Democracia Liberal

Adverse em seu artigo “Liberdade e Governamentalidade: Foucault e a genealogia do Liberalismo” (2014) busca recuperar e discutir a noção de liberdade encontrada por Foucault em sua genealogia da governamentalidade, a saber, a liberdade liberal. De acordo com o autor, nas bases da moderna concepção liberal de democracia estão as noções, pra nós já tão familiares, de direitos humanos, soberania popular e liberdade individual, mas essas ideias, assim como a democracia, estão intimamente associadas à ideia de governo e da governamentalidade moderna. Assim, Adverse alerta para o fato de que, para Foucault, “a democracia liberal não pode ser devidamente compreendida se desconsideramos a natureza das relações de poder que a condicionam e, ao mesmo tempo, são por ela condicionadas” (ADVERSE, 2014, p. 16).

A governamentalidade enquanto prática refletida de governo pode ser dividida em dois momentos, o primeiro tem a ver com o desenvolvimento das teorias da “razão de Estado”, e o segundo com a formação da “Economia Política”, sobretudo em seu núcleo da racionalidade política liberal. Adverse, então, apresenta uma espécie de oxímoro da democracia moderna liberal:

A democracia moderna (em sua acepção liberal) é, então, afetada por um paradoxo: o ímpeto libertário e o desejo de liberdade que animam seu gesto inaugural não podem ser desvencilhados das práticas de poder que eles visam combater. A promessa de liberdade está integrada às formas de dominação política (ADVERSE, 2014, p.17).

De acordo com o autor, esse paradoxo está no cerne da concepção liberal de democracia, que parte de uma noção de liberdade originária, intrínseca e anterior ao poder político. Ou seja, a liberdade seria uma qualidade individual anterior à política e que deve ser protegida por esta. No entanto, segundo o autor, quando se investiga a origem do liberalismo como arte de governar, como prática refletida de governo, torna-se manifesta a distinção desta

relação entre liberdade e poder. Diferentemente de a liberdade ser anterior à determinada forma de poder, percebe-se que elas vão funcionar e desenvolver conjuntamente. Embora a liberdade liberal represente dentro da doutrina liberal uma crítica interna, funcionando como um freio aos abusos do Estado, na verdade, fora da interpretação doutrinária, vê-se que ela é o principal elemento através do qual se opera a governamentalidade liberal (ADVERSE, 2014).

O Liberalismo, enquanto razão de Estado e enformador de certos exercícios de poder, produz diversos registros de liberdade através dos quais viabiliza, também, determinado governo liberal. Os registros de liberdade liberal são basicamente os seguintes “liberdade de comércio, claro; mas também liberdade de propriedade, liberdade de expressão, liberdade individual, isto é, *de comportamento*” (ADVERSE, 2014, p. 17). Essas liberdades são o que o liberalismo deve sempre produzir, fabricar como prática de governo. Foucault resume a questão da seguinte maneira:

Logo, a liberdade no regime do liberalismo não é um dado, a liberdade não é uma região completamente pronta que ter-se-ia de respeitar, ou se ela o é, é apenas parcialmente, regionalmente, em tal ou tal caso, etc. A liberdade é algo que se fabrica a cada instante. O liberalismo não é aquilo que aceita a liberdade. O liberalismo é aquilo que se propõe a fabricá-la a cada instante, suscitá-la e produzi-la com, claro, todo o conjunto de coerções, de problemas de custo que coloca esta fabricação (FOUCAULT, 2004b, p. 64, *apud* ADVERSE, 2014, p. 23).

Esse é, de acordo com Adverse (2014), o ponto culminante da análise foucaultiana sobre o liberalismo. Ou seja, que a liberdade liberal não é um dado, mas “integra o dispositivo político com o qual o liberalismo pode operar a arte de governar. (...) A liberdade, na governamentalidade liberal, é aquilo com o que o poder é exercido” (ADVERSE, 2014, p. 23). Segundo o autor, a racionalidade liberal se inscreve no interior de um movimento histórico de formação do biopoder moderno valendo-se de mecanismos reguladores forjados pelo governo do Estado de polícia. Adverse (2014) defende, então, que aquilo que estamos habituados a chamar de ‘democracia liberal’, assim como seus pressupostos — a liberdade individual, por exemplo — não se constituem exatamente como um contrapeso à atividade governamental (abuso do poder do Estado), mas é “precisamente aquilo com que conta e aquilo que deve organizar a governamentalidade liberal” (ADVERSE, 2014, p. 23). Essa governamentalidade não é restrita apenas de relações estatais, mas penetra as mais diversas camadas de estruturação política da sociedade, no nível dos indivíduos, da família e do cotidiano. Dessa forma, Adverse sugere que “o liberalismo pode, de fato, ser compreendido

como uma cultura econômico-política, muito mais do que uma doutrina” (ADVERSE, 2014, p. 23–24).

No entanto, Foucault não trabalha apenas com a noção de liberdade liberal, como foi possível notar, entre outras coisas, pelas discussões nos tópicos anteriores do presente trabalho. Ou seja, a noção de liberdade a partir da qual Foucault projeta seu trabalho crítico não se identifica com a liberdade liberal que ele notou na governamentalidade moderna.

De acordo com Adverse, a concepção de liberdade em Foucault é radicalmente política e “vem a existir no confronto, nas lutas, nas relações que se estabelece entre os governantes e governados, sendo, portanto irreduzível a qualquer formalização institucional ou jurídica” (ADVERSE, 2014, p.25). Ela aparece, como dissemos antes, no fazer, em um verbo. O autor chama atenção para a presença dos temas de sublevação, revolta, práticas de resistência, de dissidência, da contraconduta, nos trabalhos de Foucault para dar conta da dimensão agonística da política (e da liberdade). Assim, a liberdade implica também, isso fica claro no âmbito da governamentalidade moderna e do biopoder, a oposição e enfrentamento no quadro de uma relação governamental. Finalmente, a liberdade em Foucault também pode ser estendida às experiências ético-políticas, quando trata das práticas de si e nas relações com os outros. Assim Adverse sugere que a noção de liberdade tratada por Foucault não seria algo fabricado para operar certa forma de poder, mas um trabalho incessante e paciente sobre nós mesmos:

Foucault, ao final de sua vida, articulou as noções de governo e liberdade por meio da crítica no contexto do que ele denominou de “práticas de si”. A crítica, neste caso, é condição para que as relações de poder que se estabelecem entre si mesmo e o outro estejam sob a égide da liberdade. A liberdade, então, não seria algo fabricado ou produzido, muito menos seria ela o operador indispensável para a constituição de uma arte de governar tipicamente moderna; antes, ela seria o tema (o *enjeu*) de um trabalho incessante e paciente que exercemos sobre nós mesmos (ADVERSE, 2014, p. 26).

No curso dado no Collège de France (1978-1979) publicado posteriormente como “O Nascimento da Biopolítica” (2008b) Foucault tratará do neoliberalismo, partindo do ordoliberalismo alemão e do anarcoliberalismo americano. O que está em questão nesse neoliberalismo atual

quer se tome a forma alemã que evoco precisamente agora, quer se tome a forma americana do anarcoliberalismo, é uma coisa muito mais importante. O que está em questão é saber se, efetivamente, uma economia de mercado pode servir de

princípio, de forma e de modelo para um Estado [de] cujos defeitos, atualmente, à direita como à esquerda, por uma razão ou por outra, todo o mundo desconfia. (FOUCAULT, 2008b, p.159)

[Dardot e Laval, em “A Nova Razão do Mundo” [2009](2016), recuperam a discussão foucaultiana sobre a nova razão governamental do capitalismo contemporâneo: a racionalidade neoliberal. Em sua apresentação, os autores partem da noção de governamentalidade de Foucault entendida como: articulações estratégicas historicamente constituídas de formas de governo dos outros com formas de autogoverno as quais não se pode atribuir a um autor ou a um grupo, e que também não poderia ter sido pré-programada. Assim como a razão liberal para Foucault, esta se trata, também, de uma razão que ultrapassa o exercício do poder estatal se embrenhando em todos os cantos; constituindo uma razão-mundo global que enforma diferentes domínios da vida.

De acordo com Dardot e Laval, “‘a nova razão do mundo’ se caracteriza como uma extensão, *a priori* ilimitada, de uma lógica normativa, da qual as duas dimensões distintivas são a norma da concorrência e o modelo da empresa” (ANDRADE; OTA, 2015, p 283–284). Os autores defendem que a racionalidade neoliberal é resultado prático de experimentos políticos conduzidos por diferentes governos por volta dos anos 1980 (e um pouco antes na América Latina nos “laboratórios” instituídos pelas ditaduras de Chile e Argentina) que culminaram no consenso de Washington¹³.

Dardot e Laval, contudo, fazem questão de esclarecer dois pontos. O primeiro é que essa razão neoliberal não pode ser considerada um reflexo da esfera econômica, ou o desdobramento superestrutural das relações de produção, mas uma extensão da lógica de

¹³ De acordo com Bandeira (2002), o consenso de Washington foi o produto da conferência promovida pela *Institute for International Economics* (instituto mantido por fundações privadas como a Ford Foundation, William and Flora Hewlett Foundation, e Alfred P. Sloan Foundation), em 1989 em Washington DC-EUA, para a qual foram convidados economistas de oito países latino-americanos – Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, com a finalidade de formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para a superação da crise econômica na América Latina que afetava a capacidade desses países de importar dos EUA, assim como atender o serviço da dívida externa. Nas palavras de Bandeira:

“Naquela oportunidade, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do Governo norte-americano, *Federal Reserve Board* e *think tanks*. As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. A adoção de tais medidas, como a privatização das empresas estatais, a desregulamentação da economia e a liberalização unilateral do comércio exterior pelos países da América Latina constituiria condição fundamental para que pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais.” (BANDEIRA, 2002, p. 2).

mercado e do modelo empresarial para um conjunto de práticas implementadas em reformas públicas, dispositivos de gestão, trocas comerciais, etc. A partir dessas práticas é que a razão neoliberal produz o mundo de forma diferente, possibilitando a floração do capital financeiro tal como se vê. Segundo, o neoliberalismo não diz respeito apenas à economia, mas é um “modo de governo dos homens que tem um caráter geral e que afeta todas as instituições” (ANDRADE; OTA, 2015, p. 284).

Dardot e Laval (2016) defendem uma questão central sobre a qual há muitos enganos. Ao contrário do que se pode pensar, há uma diferença fundamental entre o que chamam de neoliberalismo e o ultraliberalismo anglo-saxão, ou o naturalismo liberal de Smith do século XVIII. O Neoliberalismo não é o guarda noturno dos liberais dos séculos anteriores, mas utiliza-se dessa propaganda para operar sua racionalidade que supõe o intervencionismo governamental e a produção ativa de um mundo em que a unidade operativa seja a empresa e no qual a lógica de operação seja a do mercado (competição).

A autonomia e o inchaço da esfera financeira não são as causas primeiras e espontâneas de um novo modo de acumulação capitalista. A hipertrofia financeira é antes o efeito historicamente identificável de políticas que estimularam a concorrência entre os atores nacionais e mundiais das finanças. (...) Foram os Estados e as organizações econômicas mundiais, em estreita convivência com os atores privados, que criaram as regras favoráveis a esse rápido crescimento das finanças de mercado (DARDOT, LAVAL, 2016, p.28).

Nas palavras de Foucault:

Não é a sociedade mercantil que está em jogo nessa nova arte de governar. Não é isso que se trata de reconstituir. A sociedade regulada com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. São esses mecanismos que devem ter o máximo de superfície e de espessura possível, que também devem ocupar o maior volume possível na sociedade. Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial (FOUCAULT, 2008b, p.159).

1.7. Morre o Homem Para Aparecer os Sujeitos

Foucault anuncia em *As palavras e as Coisas* a morte do Homem. É preciso esclarecer qual era seu intuito em tal obra além de localizá-la dentro da produção intelectual

do filósofo para entendermos melhor o sentido de sua afirmação. Primeiramente a relação entre sujeito e discurso em *As palavras e as Coisas* se refere à construção da verdade sobre o sujeito, como objeto, no discurso das ciências. Essa é entendida como a primeira fase do pensamento foucaultiano na investigação sobre o sujeito. Essa primeira fase ainda se divide em duas: (1.1) o sujeito como objeto das Ciências Humanas (a arqueologia do saber); (1.2) o sujeito como o outro da normalidade/normatividade (a genealogia do poder) (ARÊDES, 1996).

Ainda de acordo com Arêdes, a análise da subjetividade por Foucault não teve o intuito de determinar o que é o sujeito, mas de estabelecer seu estatuto levando em conta dois processos diferentes que são relativos às duas fases da investigação do filósofo: 1) como se processa a transformação do indivíduo em sujeito, (processo paralelo ao da objetivação, ou criação do "objeto" no interior do campo epistémico), uma hetero-subjetivação que Arêdes propõem chamar de sujeição. Ou seja, mostrar como o indivíduo se torna sujeito legítimo de tal ou tal tipo de conhecimento, que corresponde à primeira fase da investigação do sujeito; 2) mostrar como se processou a construção de si próprio e, portanto, como é possível uma (outra) autosubjetivação, a que Arêdes propõe chamar de subjetivação. Ou seja, fazer uma "história da subjetividade", que corresponde à segunda fase da investigação do sujeito feita por Foucault, segundo Arêdes (1996).

Foucault de fato não se interessa pelos sujeitos, mas pela subjetividade. Em outra obra dessa mesma fase, *Arqueologia do Saber*, Foucault diz, por exemplo, a respeito da relação entre autor (sujeito) e o enunciado, que, no que diz respeito à função enunciativa, o que importa são as posições de sujeito, e não qualquer análise que leve em conta qualquer sujeito biográfico. As **posições do sujeito** têm a ver com o lugar que ele ocupa e se esse lugar o habilita a dizer coisas. O importante sobre a posição do sujeito é que determinadas posições possibilitam que determinados discursos sejam tidos como verdadeiros pelos demais membros daquela sociedade.

Em suma, as modalidades diversas da enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito - quer se trate do sujeito tomado como pura instância fundadora de racionalidade, ou do sujeito tomado como função empírica de síntese. Nem o "conhecer", nem os "conhecimentos" (FOUCAULT, 2008, p. 60).

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: **é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.** Ainda há pouco mostramos que não eram nem pelas "palavras" nem pelas "coisas" que era preciso definir o regime dos objetos característicos de uma formação discursiva; da mesma forma, é preciso reconhecer,

agora, que não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações” (FOUCAULT, 2008, p. 61, grifo meu).

Pelo dito acima o sujeito não morreu, muito menos pelas letras de Foucault. Mas o que seria então “a morte do Homem” anunciada por Foucault em *As Palavras e as Coisas*?

A morte do Homem, anunciada por Foucault, é justamente a negação da noção de um “homem em geral” ou “homem universal” criada nas ciências humanas e filosofia (fenomenológica) que Foucault entende estar em vias de se tornar obsoleta, como indicam os discursos da etnologia e da psicanálise.

A morte do Homem representa a morte da noção, criada na modernidade, de “homem em geral”, dotado de uma essência que lhe confere determinadas características. Segundo Arêdes, ao anunciar o defunto Foucault chama atenção para a perenidade de certa noção de Homem “como objeto epistemológico, definindo o lugar do seu nascimento: ele é irmão gêmeo das próprias Ciências Humanas nascidas no quadro epistémico da Modernidade” (ARÊDES, 1996, p. 41). Ainda segundo Arêdes:

o Homem condição transcendental de conhecimento, aparece como objeto (das ciências empíricas), um ser finito, limitado, e formado pelo meio ambiente, pelas forças produtivas e pela herança linguística, já não *autor*, mas *criatura*, quer da linguagem, quer de pensamentos (ARÊDES, 1996, p. 41).

Poder-se-ia dizer que Foucault parte da crítica nietzschiana ao sujeito cartesiano-kantiano humanista para conceber suas noções acerca do sujeito (PEREIRA, 2015). A partir de sua filosofia anti-humanista, Nietzsche rompe com a tradição intelectual da dialética e da identidade defendendo o jogo da diferença como constituinte da realidade social (PAES; DALLANGELO, 2015). Inspirados na filosofia da diferença, o sujeito deixa de ser tido como autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política; e dá lugar em Foucault àquele que só pode ser entendido a partir de toda a sua complexidade histórica e cultural. Seria, assim, um sujeito descentrado e dependente do sistema linguístico, discursivamente construído e posicionado entre as forças libidinais e socioculturais (PEREIRA, 2015).

O homem não pôde desenhar-se como uma configuração na *epistémê*, sem que o pensamento simultaneamente descobrisse, ao mesmo tempo em si e fora de si, nas

suas margens mas igualmente entrecruzados com sua própria trama, uma parte de noite, uma espessura aparentemente inerte em que ele está imbricado, um impensado que ele contém de ponta a ponta, mas em que do mesmo modo se acha preso. (FOUCAULT, 2000, p. 449)

Importa aqui dizer que o sujeito histórico foucaultiano é um sujeito sem essência. Segundo Paes e Dallangelo, “essa qualidade ontológica do ser não permite seu fechamento numa identidade fixa. No pós-estruturalismo, o sujeito é sempre um vir a ser, **que se move de identificação em identificação**, em uma contingência necessária e estruturante” (PAES; DALLANGELO, 2015, p. 1). Terêncio entende que essa desessencialização do sujeito é um dos legados que Foucault, entre outros, nos deixou:

Sabe-se que Foucault não desenvolve uma teorização sobre o sujeito, ele simplesmente trata de desconstruir qualquer naturalização ou essencialização da subjetividade — aliás, esse parece ser o método foucaultiano por excelência, muito inspirado na “filosofia à marteladas” de Friedrich Nietzsche. (TERÊNCIO, 2013, p. 10)

Em seu lugar surge o sujeito descentrado, que só pode ser compreendido a partir das práticas históricas e discursivas de poder que possibilitam pensá-lo e que compõem os processos anteriormente referidos da objetivação e da subjetivação do sujeito (ARAÚJO *apud* PEREIRA, 2015). Dessa forma, a morte do Homem abarca uma reconfiguração da noção de sujeito operada a partir de sua desessencialização. Nesse sentido, a adoção de uma noção dessencializada de sujeito abre para esta pesquisa um horizonte analítico promissor. A recusa ao Sujeito nos desvencilha de quaisquer modelos pretensamente universais, na mesma medida em que nos permite mergulhar no plano contingente das relações de poder e fazer emergir a constituição dos sujeitos e de seus modos de existência no âmago das lutas políticas.

2. Semiótica Material: Uma Abordagem Não Convencional da Organização

A ideia de *organizing*, das práticas de organizar como constituintes processos contínuos de materialização das organizações, traz a possibilidade de compreensão da organização a partir de sua emergência pelas práticas daqueles que dela participam ou com ela interagem. Diferentemente de uma definição a priori ou de uma conceituação modelar, de

onde se parte de alguma teoria para delimitação do objeto, entendemos que a proposta de abordar a organização a partir da perspectiva das práticas em andamento é justamente por tomá-la como um fenômeno dinâmico idiossincrático a ser compreendido e explicado. No esforço de embasar o entendimento das organizações diverso àquele que as consideram entes ou sujeitos coletivos pré-fabricados conceitualmente, fazendo-a servir de explicação para qualquer outro fenômeno, partiremos de algumas considerações de Latour sobre o social para construir o entendimento de como as organizações emergem e se mantêm na e a partir das práticas.

2.1. *Antropologia Simétrica e as Redes Actantes*

Em sua obra *Jamais fomos modernos*, Bruno Latour tece críticas à prática dos modernos e defende uma abordagem do “real” diferente daquelas baseadas na ciência moderna. Latour identifica uma não-modernidade na construção da verdade científica que se dá a partir de dois conjuntos de práticas dos modernos na produção do conhecimento. O autor adverte, contudo, que a solução não seria adotar para lugar destas uma posição pré-moderna ou anti-moderna (por não fazerem proliferar os híbridos¹⁴), nem mesmo uma pós-moderna por também operarem as práticas modernas (ainda que estes sejam céticos sobre as práticas dos modernos). Como possibilidade, então, o antropólogo e filósofo propõe a abordagem da antropologia simétrica.

Em relação às práticas modernas, Latour entende a designação de dois conjuntos de práticas que permanecem separadas no processo de produção do conhecimento. O primeiro conjunto de práticas promove uma construção de híbridos de natureza e cultura - ou seja, quase-objetos e/ ou de quase-sujeitos – totalmente novos por **processos de tradução/translação**¹⁵ mediados por uma série de aparatos científicos (não humanos) e pelos cientistas (humanos). O segundo conjunto de práticas cria, por meio do **processo de purificação**, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos (o social, a sociedade, o sujeito), de um lado, e a dos não humanos (os objetos, a natureza, as leis naturais), por outro lado. O

¹⁴ Latour entende os híbridos como realidades formadas por natureza e cultura, em que a associação entre esses dois termos (natureza e cultura) permite apreender a existência e criação dos quase-objetos ou quase-humanos.

¹⁵ Carlos Irineu da Costa na obra “Jamais Fomos Modernos: ensaio de Antropologia Simétrica” de Bruno Latour, traduz “*traducion*” do francês como “tradução”. Contudo, acreditamos que, assim como ocorre com a tradução do termo inglês para o português (*translation* – tradução; translação), a melhor opção de tradução para o conceito seria a palavra translação que entendemos conter de forma mais direta as ideias centrais de deslocamento e transformação, além de permitir se afastar das noções mais vulgares da ideia de “tradução”.

primeiro conjunto corresponde àquilo que ele denomina de **redes**, que conecta em uma cadeia contínua, por exemplo, “a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de estado, as angústias dos ecologistas” (LATOUR, 1994, p. 16). O segundo corresponde àquilo que ele chama de **crítica** e estabelece uma partição entre “um mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade” (LATOUR, 1994, p. 16).

De acordo com o filósofo-antropólogo, enquanto considerarmos separadamente essas práticas estaremos aderindo à constituição moderna em seu “projeto de purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação dos híbridos” (LATOUR, 1994, p. 16). Por outro lado, “a partir do momento em que desviamos nossa atenção simultaneamente para o trabalho de **purificação** e o de **hibridação**, deixamos instantaneamente de ser modernos, nosso futuro começa a mudar.” (LATOUR, 1994, p. 16, grifo meu). De acordo com Latour, ao atribuirmos historicidade a todos os atores (e não somente aos humanos), no intuito de acolher a proliferação dos quase-objetos, “a natureza e a sociedade tornam-se tão inexistentes quanto o Oeste e o Leste” (LATOUR, 1994, p. 84), ou seja, tão artificiais, híbridos criados na relação humano-natureza, sujeito-objeto, tanto quanto referências geográficas.

Latour pretende voltar-se ao império do meio, aproximar-se dos lugares onde são criados os híbridos, onde eles se multiplicam pelas práticas da modernidade, pelo coletivo produtor de coisas e homens, mas que não são representados. A partir dessa perspectiva, o ponto mais geral de onde se partia para as explicações — a natureza e a sociedade — precisam agora ser explicados (LATOUR, 1994). No império do meio, redes são traçadas. Seus habitantes, os quase-objetos e quase-sujeitos (os híbridos) são reais e coletivos. Nós humanos não os criamos, mas nos ligamos a eles e eles nos ligam a outros, circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São:

Reais como a **natureza**, narrados como o **discurso**, coletivos como a **sociedade**, existenciais como o **Ser**, tais são os quase-objetos que os modernos fizeram proliferar, e é assim que nos convém segui-los, tornando-nos simplesmente aquilo que jamais deixamos de ser, ou seja, não-modernos (LATOUR, 1994, p. 89, grifo meu).

Um dos pontos cruciais de ligação entre Foucault e Latour está em relação ao entendimento sobre a verdade e o erro. Assim como para Foucault, para Latour, a verdade e o

erro não tem ligação “direta” com o real. A questão da ciência e da técnica, para Latour, não está no fato delas serem verdadeiras ou eficazes, mas nos coletivos que elas são capazes de construir por acréscimo de híbridos e mobilização de objetos tornando (os coletivos) maiores. Assim, os coletivos modernos — “verdades” criadas pela mobilização de uma rede de práticas e instrumentos, de documentos e traduções (translações) — não são ontologicamente diferente daqueles dos pré-modernos, povos tradicionais, usualmente objetos de estudo da antropologia moderna. O que diferencia um e outro é o que se segue:

É a extensão da espiral, a amplitude dos envolvimento que irá suscitar, a distância cada vez maior onde irá recrutar estes seres que caracterizam as ciências modernas e não algum corte epistemológico que romperia de uma vez por todas com seu passado pré-científico. **Os saberes e os poderes modernos não são diferentes porque escapam à tirania do social, mas porque acrescentam muito mais híbridos a fim de recompor o laço social e de aumentar ainda mais sua escala.** (...) A cada vez uma nova tradução de quase-objetos reinicia a redefinição do corpo social, tanto dos sujeitos quanto dos objetos. As ciências e as técnicas, em nossa sociedade, não a refletem, assim como a natureza não reflete as estruturas sociais nas outras. Não se trata de um jogo de espelhos. Trata-se de construir os próprios coletivos em escalas cada vez maiores. É verdade que há diferenças de tamanho. Não há diferenças de natureza - e menos ainda de cultura.” (LATOUR, 1994, p. 106, grifo meu)

O central para Latour é, portanto, a formação desses coletivos, dessas redes, a criação e mobilização desses quase-objetos e a relação que é criada com eles que podem estabilizá-los. Após a estabilização, é difícil rastrear seu caminho de criação, os processos de **tradução (translação)** são escondidos pela **purificação crítica**, e as redes e os quase-objetos viram uma caixa-preta que, em vez de requerer explicações, são utilizados para explicar outros elementos e fenômenos.

A princípio, Latour interessa-se em compreender os processos e práticas que produzem a ciência, não a ciência pronta e acabada, mas a ciência em construção — as práticas e processos “não científicos” de criação de objetos científicos. Sua crítica que, a princípio, destinava-se aos epistemólogos e sociólogos da ciência posteriormente se amplia sendo endereçada aos demais pesquisadores do social.

Sua reflexão sobre as práticas modernas tem efeitos mais amplos, pois, primeiro, trata-se de uma forma de operar o pensamento moderno, o que significa que esta forma não é exclusiva da ciência, muito menos da ciência social, mas se trata de uma prática social, e, segundo, porque a ciência, o pensamento e as práticas científicas têm lugares de destaque em nossas sociedades nos processos de construção de verdade e, portanto, tem considerável

influência nos demais processos e práticas sociais. De nossa parte, interessa-nos a organização ou os processos de organizar que dão forma e corpo à organização a partir dessas práticas sociais. Interessa-nos a organização como produto, buscando entendê-la em sua formação e manutenção, ou seja, compreendê-la a partir dos processos e dos elementos que a tornam possível e das práticas que a materializam.

A abordagem da antropologia simétrica volta-se ao estudo do processo anterior à constituição dos fatos, daquilo que passa a ser tido como dado, do estabelecimento de uma dada verdade, enfim, das chamadas caixas-pretas. Tal só é possível quando as controvérsias em relação a determinada questão ainda estão em aberto. É preciso, pois, chegar antes que a estabilização (ou esfriamento) aconteça definindo algo como verdadeiro e indubitável. Nessa abordagem, o pesquisador conduziria um tratamento simétrico para todos os atores, tanto para os que se tornarão vencedores quanto para os que se tornarão vencidos; tanto para o enunciado que será tido como “verdade” quanto para aquele que passará a figurar, de modo negativo, como “erro”. Essa, poder-se-ia dizer, é a primeira dimensão da simetria: entre erro e verdade (FREIRE, 2013).

Outras duas dimensões da antropologia simétrica são importantes: a simetria entre natural e social, e a entre os humanos e não humanos. Sobre a simetria entre natural e social Latour crê que ambos também devem ser tratados sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que não há entre elas diferença em espécie. De acordo com o antropólogo, não há uma separação ontológica entre o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois, segundo ele, natureza e sociedade são efeitos de redes heterogêneas. Dito de outro modo, como coloca Freire: “o Princípio de Simetria Generalizada significa partir da explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário do hábito de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação” (FREIRE, 2013, p. 9) e — poderíamos acrescentar — sobre a natureza todo o peso da constituição dos fatos.

Latour, igualmente, busca romper as diferenciações ontológicas e a consequente separação entre homens e coisas, humanos e não humanos. De acordo com ele, isso não faz sentido uma vez que estes últimos só podem ser pensados em sua relação com os primeiros. O social é entendido como “uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não humanos, de modo que ambos devem ser simetricamente considerados” (FREIRE, 2013, p. 9).

Certa similaridade e diferenciação entre Foucault e Latour¹⁶ já se fazem notar. Latour, no que diz respeito à constituição dos fatos, interessa-se pelo “quente”, pelo não consolidado. A Latour interessa investigar, antes da estabilização, como determinada verdade é estabelecida e quais são os elementos (humanos e não humanos) mobilizados para essa estabilização. Foucault (2010), por outro lado, privilegia uma perspectiva histórica ampla se atendo aos processos de continuidade e ruptura entre os elementos discursivos e não discursivos mobilizados na constituição dos saberes consagrados, das técnicas de poder que a eles se ligam e produzem efeitos e dos modos de vida possíveis. Apesar dessa diferença metodológica, se podemos assim dizer, ambos partem de uma perspectiva desessencializada do mundo (dos objetos, dos sujeitos, do que é o real, a natureza, o social, etc.), de uma certa abertura acerca das possibilidades de constituição do real, se interessam pela questão da verdade e como ela corta, produz e organiza o mundo no qual vivemos e, finalmente, interessam-se pelos mecanismos através dos quais se dão as dinâmicas de construção de verdades, sempre em disputa.

Portanto, interessa-nos, a partir da articulação desse marco teórico, voltar-nos com este mesmo olhar desessencializado para a Ocupação Vicentão. Buscaremos entender como a organização é construída e sustentada em processos cotidianos, nas relações de poder, nos saberes e nos jogos de verdade que atravessam a organização bem como os sujeitos e elementos que a constituem.

2.2. Montando o Social: Teoria Ator-Rede e as Controvérsias

A abordagem proposta por Latour recebeu, num certo momento, o nome de Teoria Ator-Rede (TAR), incorporando vários outros pesquisadores além de Latour e Callon, como o sociólogo inglês John Law e a socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina. A Teoria Ator-Rede consistiria em seguir as coisas através das redes em que elas se transportam.

Apesar do “T” e de ter “Teoria” em seu nome, não se trata exatamente de uma teoria — talvez uma teoria alternativa —, mas de uma abordagem em relação ao social (FREIRE, 2013); um caminho metodológico para seguir a construção e a fabricação dos fatos (LATOUR, 2012; LAW, 2007), uma tentativa de explicar como os efeitos ordenadores são criados a partir das práticas, da performance (ALCADIPANI; HASSARD, 2010).

¹⁶ Latour, por sua representatividade nas abordagens que nos importam, aqui é utilizado para representar a semiótica material (ou TAR) metonimicamente.

Como colocado anteriormente, Latour busca entender, descrever e explicar o social por meios não tradicionais, abandonando a ideia do social como uma categoria ou uma propriedade essencial que poderia ser descoberta e medida. Em vez disso, retorna à etimologia da palavra recuperando a noção de social, agora não mais como uma coisa em si, mas enquanto algo conectado, juntado, agregado, composto, associado. A partir dessa abordagem não é mais pertinente se perguntar sobre como é o social, mas como coisas, pessoas, e ideias se tornam conectadas e agregadas em unidades maiores. De acordo com Czarniawaska, mais acurado do que entender a TAR como uma teoria do social é entendê-la como uma teoria sobre como estudar o social (CZARNIAWASKA, 2006).

Em sua obra “Reagregando o Social: uma introdução à Teoria-Ator Rede” (2012) [2005], Latour busca organizar a referida abordagem alternativa do social. Esta é posta a funcionar a partir do desdobramento das controvérsias sobre o mundo social movendo, ainda que parcialmente, a base daquilo que é tido como óbvio. Cada controvérsia é uma fonte de incerteza a ser explorada, e Latour discute cinco delas: (1) o estatuto de grupo; (2) o que é a ação (quem participa dela); (3) objetos também agem; (4) o estatuto de fatos; (5) como escrever os relatos de pesquisa.

“Não há grupos, apenas formação de grupos”, esse é o subtítulo do capítulo em que Latour (2012) discute o **estatuto do grupo**. Latour defende neste capítulo que “não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso” (LATOURE, 2012, p. 51–52). O importante de reter é que não há qualquer característica essencial ou primordial que justifique a existência de um grupo e que a agregação do social (ou a criação da realidade) não é prerrogativa de nenhum grupo isoladamente por mais poderoso que se possa crer que seja. A própria existência de um grupo nunca é óbvia e, por isso, não deve ser tomada como algo dado, ou uma categoria da qual se parte para uma explicação. Nesses casos, como coloca Czarniawaska, “não são os grupos que precisam ser estudados, mas o trabalho de formação e dissolução dos grupos” (CZARNIAWASKA, 2006, p. 2–3, tradução livre).

A segunda fonte de incertezas diz respeito à **agência** ou à capacidade de agir: “quem ou o que está agindo quando uma ação é observada?” (CZARNIAWASKA, 2006, p. 3, tradução livre). De acordo com Latour, a ação não deve ser tomada como algo que ocorre sob o pleno controle da consciência, mas deve ser encarada antes como “um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos” (LATOURE, 2012, p. 72). Assim, como coloca Czarniawaska

(2006), o que pode se apresentar a um observador como um ator pode, na verdade, ser uma rede. É essa característica de redes que agem que Latour revela desejar restaurar com a expressão ator-rede.

A terceira fonte de incerteza recai sobre os atores ou possíveis **atores engajados em uma ação**. Quem são, ou quem podem sê-los? Latour argumenta pela necessidade de se aumentar os atores em jogo. É preciso incorporar os objetos e entender os papéis desempenhados por eles nas redes actantes. Nesses termos, como nos chama atenção Czarniawaska (2006, p. 3, tradução livre) é que a “definição de social é significativamente estendida: de ‘apenas humanos’ para ‘todos os actantes que podem ser associados’”. Assim, a noção de que vivemos em uma sociedade — entre humanos — é substituída pela que nós vivemos em coletivos, composto por humanos e não humanos e as perguntas a se fazer são: como criamos esses laços? Como agregamos essas coisas?

A quarta fonte de incerteza é sobre o **estatuto dos fatos**. O que seria uma questão de fato e uma questão de interesse? Há diferenças entre as duas? O fato é algo que existe ou é construído socialmente? Sendo construído é algo mais frágil? Latour não crê que haja oposição entre o fato (naturalmente existente, ou seja, independente de qualquer intervenção do social) e o fato socialmente construído. Tanto a separação como os dois extremos opostos dessa régua — natureza e sociedade — são, para ele e para a TAR, parcialmente impertinentes¹⁷. Latour considera que os fatos são construídos, mas não à maneira do construtivismo social. O *construtivismo social* significa uma substituição daquilo de que determinada realidade é feita por algum *outro material* — o social de que ele "realmente" é feito: “Uma explicação sobre a gênese heterogênea de um edifício é substituída por outra que trata da matéria social homogênea da qual ele é construído” (LATOURE, 2012, p. 138). Diferentemente, Latour entende o construtivismo a partir da noção de social como associação. A partir dessa noção de social como associação, e não como um material específico, a ideia de uma construção feita de matéria social desaparece. Dessa forma, importa entender na fabricação de qualquer construção o papel desempenhado pelas entidades não humanas e humanas nas redes e nas associações que agem e produzem realidades.

A última fonte de incerteza listada por Latour diz respeito a **como escrever os relatos de pesquisa** que concerne, cremos, à parte metodológica deste trabalho e, por isso, guardamos seu desenvolvimento para o capítulo metodológico.

¹⁷ Parcialmente, pois, se por um lado não contribuem para a explicação final - nos termos que a TAR propõe - sobre o social ou a ciência, por outro lado ajudam a entender as operações feitas pela ciência moderna na fabricação de fatos como abordado por Latour principalmente na obra *Jamais Fomos Modernos*.

Assim, a pergunta que se colocaria a respeito da Ocupação Vicentão não é o que é a ocupação, ou a qual ente sociológico pertence ou constitui: É uma associação civil? Um movimento social? Que tipo de associação? Mas como coisas, pessoas, ideias, se conectam e se agregam para agir e formar um coletivo de humanos e não humanos, uma *assemblage* que age, um ente que nomeiam como Ocupação Vicentão.

2.3. Poder e Política na Semiótica Material

Diferentemente de perspectivas convencionais que veem as relações de poder como forças autônomas (episódicas ou sistêmicas) que podem ser aplicadas em/através/sobre/contra as organizações (FLEMING; SPICER, 2014), neste estudo, partimos da noção foucaultiana de poder, discutida anteriormente, e a trasladamos à pesquisa social adotando como casulo a semiótica material. Em ambas, as relações de poder são mais o efeito (resultado), e menos a fonte (origem), de associações entre humanos e não humanos, de organização da vida social (CZARNIAWSKA, 2017). Nessa abordagem, o sistema político, como comentado anteriormente (no tópico “1.2. As Lógicas do Poder em Foucault”), embora seja um grande organizador de fluxos, não é a fonte ou o lugar exclusivo do poder. Isso, contudo, não exclui o Estado da análise, ou subestima sua influência. Adicionalmente, o Estado também não é considerado um ente homogêneo e à parte da sociedade, mas uma justaposição de uma série de elementos heterogêneos discursivos e não discursivos que se desenvolveram ao longo da história e que adquiriram características específicas.

Alcadipani e Hassard (2010), nos dão conta de que, embora os trabalhos iniciais da Semiótica Material (ou TAR) tenham se desenvolvido a partir do objetivo de explorar dinâmicas de poder explícitas ou implícitas, a abordagem foi frequentemente acusada de desconsiderar a questão política (CASTREE, 2002) e, portanto, de ser inapropriada para uma análise crítica das organizações (WHITTLE; SPICER, 2008). A fim de desfazer os enganos acerca da perspectiva em questão, os autores afirmam categoricamente que a “TAR é totalmente sobre poder” (ALCADIPANI; HASSARD, 2010), mas, ao contrário de seus críticos que usam o poder como explicação, a TAR busca explicar o poder. Tal posição é mais notoriamente percebida nos desenvolvimentos posteriores da TAR, conhecidos como “TAR e Depois” (ALCADIPANI; HASSARD, 2010).

Partimos, portanto, de ponto diverso ao de abordagens ortodoxas (ver revisão em COURPASSON, GOLSORKHI, SALLAZ, 2012) que veem o poder como algo externo,

como uma entidade reificada que causa eventos. Nessa perspectiva ortodoxa, ainda que de forma relativizada, a política é vista como (1) algo diferente do restante da sociedade, do mercado, da vida em comunidade; (2) ela é também independente no sentido de obedecer a suas próprias leis; (3) auto-suficiente, ou seja, não precisa recorrer a explicações externas; e (4) a primeira e suprema causa, gerando todo o resto (SARTORI, 1973)¹⁸. Algumas outras conceituações contemporâneas da política (ver HEYWOOD, 2017), enquanto se inspiram em visões filosóficas que reconhecem a política como um modo de prática, associações que formam redes e, portanto, abordam as relações políticas e não a política com um ente autônomo (ver RANCIERE, 2001; CLEGG, 1989), ainda tratam o poder assemelhando-o a um objeto, como algo que se possa possuir. Buscamos nos afastar dessa concepção de poder e associar-nos a Foucault e a seu entendimento de que “nenhum poder existe por si! [*quelque pouvoir ne va pas de soi!*] Nenhum poder, qualquer que seja, é evidente ou inevitável! Qualquer poder, conseqüentemente, não merece ser aceito no jogo!” (FOUCAULT, 2009, p. 34). Isso, pois, “a maior conquista do poder é a sua reificação” (CLEGG, 1989, p. 207, tradução livre).

A Semiótica Material parte de uma abordagem desessencializada do mundo e não recorre à separação de mundos ou esferas da vida (social, político, econômico, estatal, privado, etc.) por sua diferente natureza, nem o faz em relação aos elementos (social, natural, material, discursivo, etc.). Desdobrando-se das controvérsias e contestações, os estudiosos da Semiótica Material propõe um novo modo de política, em sentido muito mais amplo do que a política institucional. Alguns chamam de cosmopolítica (STENGERS, 2005; LATOUR, 2004), outros de ontologia política (MOL, 1999). A mesma postura é adotada na presente pesquisa. Se, ao nos referirmos a algum substantivo passarmos a impressão de que falamos de alguma essência ou natureza será não por outra coisa senão por inabilidade com as palavras, ou para facilitar a comunicação.

A semiótica material não atribui capacidade de ação a apenas um tipo de ente da nossa realidade — humanos. Nessa abordagem há capacidade de agência também dos elementos não humanos — associados ou não aos humanos, mas provavelmente associados a eles e a outros. As abordagens filosóficas e sociológicas desessencializadas podem ser entendidas também como relacionais de forma que cada um dos elementos constituintes de uma dada realidade

¹⁸ Fragmento no original: “When we speak of the autonomy of politics, the concept of autonomy should not be understood in an absolute but rather in a relative sense. Moreover, four theses can be posited with respect to this notion: (1) that politics is different; (2) that it is independent-i.e., that it adheres to its own laws; (3) that it is self-sufficient-i.e., autarchic in the sense that it is sufficient for explaining itself; (4) that it is a first cause, generating not only itself, but, given its causal supremacy, everything else” (SARTORI, 1973, p. 11).

existe sempre em relações de continuidade e descontinuidade com outros elementos. Dessa forma, o método de destacar qualquer elemento de análise de seu contexto para descrevê-lo ou explicá-lo em suas características puras ou gerais não faz sentido. O importante para essas abordagens e para a presente pesquisa é o conjunto, ou seja, como essas coisas são postas a funcionar a partir das relações que são construídas por elementos heterogêneos internamente e externamente (estes “dentro” e “fora” são sempre circunstanciais, não estáveis).

O deslocamento da capacidade de ação de uma perspectiva antropocêntrica dominante nas tradições das ciências sociais e humanas para outra em que essa capacidade é distribuída é polêmica e por isso nos demanda clarificações a respeito. Esse deslocamento admite uma ação desprovida de humanos, desempenhada apenas — ou majoritariamente — por não humanos (como sistemas autônomos ou semiautônomos: um tsunami, tempestades, câncer, derrame; enchimento de uma caixa d’água por um sistema de bomba d’água e boia, algoritmos em sites de busca ou em aplicativos de investimento financeiro), mas, mais importante para nossa pesquisa, entende as ações como realizadas por um conjunto de entes humanos e não humanos, que se condicionam, possibilitam e/ou restringem, dependendo das relações criadas.

Se pensarmos em uma simples ação de um humano andando, há várias condicionantes relacionais (estruturantes circunstanciais) que terão impacto nessa ação. Algumas questões se colocam como sua capacidade física e fisiológica (tem os membros de que necessita para andar e pode movê-los?). Ainda questiona-se: o tipo de solo em que anda é firme ou mole (areia, lama)? É aderente ou escorregadio, inclinado ou plano? Ele utiliza algum calçado ou não? Esse calçado ajuda-o ou o atrapalha? Ele caminha na cidade ou em um deserto? Anda no Brasil ou na Nigéria? Hoje ou há 70 anos? Atravessa uma rua ou anda em um parque? Anda à noite ou durante o dia? Faz calor ou o clima está ameno? Veste pouca ou muita vestimenta? Carrega itens de valor ou apenas uma fruta? É homem ou mulher, negro ou indígena, velho ou novo? Está acompanhado ou só? De um cachorro ou de uma criança? Este humano conhece ou não a localidade em que está transitando? Ele consegue comunicar-se com os locais para pedir ajuda? Ele consegue orientar-se geograficamente? Possui um *smartphone* ou um mapa? Seu *smartphone* tem bateria e conexão com a internet?

Enfim, de saída, vemos que esse exercício nos leva do genérico ao particular e coloca o homem em contato com outros elementos que constituem o próprio homem e a circunstância da ação, de forma que separá-los só faz sentido se seguirmos as separações que as disciplinas modernas propõem. Não há um humano isolado do mundo que age à revelia do que está à sua volta. Um simples discurso, ou conversa entre amigos, depende que uma mensagem seja produzida — graças a um conjunto linguístico herdado, à sua capacidade

linguística e cognitiva (adquiridas socialmente no decorrer de um período) —, materializada em ondas sonoras por seu aparelho fonador, e propagada por um meio material (moléculas presentes na atmosfera terrestre – no “ar”) que possibilita a viagem das ondas sonoras desde a boca do emissor ao ouvido do receptor. Essa ação, portanto, é mais bem entendida como desempenhada por um coletivo de elementos, dos quais os humanos são parte. O que ele dispõe materialmente, discursivamente, socialmente, cognitivamente, simbolicamente para agir faz toda a diferença em suas possibilidades de ação. Não há um sujeito sequer que não esteja enredado em uma rede de relações sociais, econômicas, culturais, materiais, discursivas, tecnológicas, legais, históricas, etc. que servem tanto de suporte como de obstáculo para suas ações e para o exercício de poder.

A questão da política na semiótica, portanto, “objetiva levar em conta a questão da articulação, considerando os participantes que têm sido excluídos pelas tradicionais formas de análises” (LATOURE, 2005) e tem consequências em seu projeto político. Assim, esse projeto político implica deslocar a maneira como as entidades são analisadas, buscando reunir os elementos heterogêneos; não apenas os humanos ou os aspectos ditos sociais. Os termos cosmopolítica, de Isabelle Stanger (1997), citado por Latour (2004) para ilustrar sua proposta, assim como a ontologia política de Anne Marie Mol (1999), ressaltam algumas características cruciais da abordagem da Semiótica Material¹⁹.

No que diz respeito à cosmopolítica, Latour (2004) chama atenção para a relação entre os dois elementos “cosmos” e “política”. O cosmos resiste à tendência de “negociação”²⁰ significar algo que é exclusivo ao clubinho dos humanos, ampliando, assim, os participantes da política. A presença da política, por sua vez, resiste à tendência do cosmos ser tomado por uma lista finita de entidades que devem ser levadas em conta. Portanto, tanto o cosmos quanto a política, nesta relação, previnem o fechamento prematuro do outro termo deixando-os abertos para a entrada de outros elementos, fazendo, de um lado, com que a política envolva muito mais do que apenas humanos e, de outro, com que o cosmos seja múltiplo em vez de uno.

Política Ontológica, de Mol (1999), é também um termo composto em que a relação de seus elementos elucida a ideia da qual se pretende partir. Ontologia refere-se, na tradição filosófica, ao estudo da natureza do ser, do ser em geral e da essência do real (JAPIASSÚ;

¹⁹ Alcadipani e Tureta (2009) pontuam que essa atenção à política faz parte de desenvolvimentos posteriores da TAR (Teoria Ator Rede), conhecida como TAR e Depois. São desenvolvimentos da abordagem da Semiótica Material a partir de críticas internas, mas principalmente externas à abordagem.

²⁰ Originalmente escrito em inglês como “*take-and-give*”. Traduzido por Alcadipani e Tureta (2009) como “política”.

MARCONDES, 2008), as noções de natureza e essência dão a cor acerca daquilo que não muda no ser ou no real, que estabelecem as condições de possibilidade em que vivemos, para além (ou por trás) da aparência. A relação da ontologia com a política, proposta por Mol, sugere que as condições de possibilidade em que vivemos não estão dadas, mas são construídas e moldadas pelas práticas mundanas (política). Então, de acordo com a autora, o “termo política sublinha esse modo ativo, esse processo de moldagem da realidade, e o fato de que seu caráter é aberto e contestado” (MOL, 1999, p. 75).

Importante fixar as duas ideias. A primeira é o deslocamento da noção de ontologia de seu sentido mais comum na tradição filosófica essencialista ou realista para outra que passa a dar conta de uma concepção múltipla e desessencializada do mundo. A segunda é o entendimento de que a realidade é produzida a partir das práticas que se relacionam com e constituem os objetos. Há várias versões de um mesmo objeto, como Mol demonstra em seu artigo (MOL, 1999). São as práticas em relação a esse objeto que vão produzir essa ou aquela realidade particular. Como as práticas são histórica, cultural e materialmente localizadas, ou seja, são particulares, e como existem variações nas práticas (dadas as variações de processos históricos, culturas e materialidades locais), a realidade que elas formam em seu conjunto, então, é múltipla. Mol (1999) faz questão de diferenciar múltiplo de plural. Seu entendimento de que podem coexistir diferentes realidades, a partir de diferentes práticas, não significa que elas coexistam em dimensões separadas e homogêneas, mas que elas interagem e podem ser, além de complementares, conflitantes. Müller pondera que “essa multiplicidade, contudo, é frequentemente ocultada quando uma reivindicação de verdade, um tipo de conhecimento vem a dominar os outros” (MÜLLER, 2015, p. 31).

Nessa perspectiva, além do entendimento relacionado com o desempenho das realidades, não há pressuposição de que as relações são estáveis, pelo contrário, o centro da discussão são as controvérsias em relação ao que se considera um fato (ALCADIPANI; TURETA, 2009). A atenção recai sobre as forças produzidas por diferentes entes e conexões, assim como as resistências existentes interna e externamente a esse conjunto de elementos, ou seja: como eles são construídos, geram seus efeitos e sofrem resistência ao mesmo tempo em que produzem realidade. Assim, a proposta consiste em incluir todas as “coisas” na política e, partir de um entendimento de um mundo múltiplo moldado por práticas discursivas e não

discursivas²¹, analisar como este ou aquele efeito de poder é gerado e como repercute naquela realidade.

Law (2007) trata, a partir da perspectiva da semiótica material, da durabilidade pós-fundação quando lida com a questão da estabilidade para mostrar que antes de ser algo dado, a estabilidade é produzida e sustentada de diferentes formas. Ao fazê-lo, cita três diferentes possibilidades já estudadas de configurações de rede que produzem durabilidade pós-fundação (estabilidade): material, estratégica e discursiva. Em relação à **durabilidade material**, ele pontua que a estabilidade não é inerente aos materiais em si, mas o que produz a durabilidade da rede é a configuração da rede. De acordo com ele, “os arranjos sociais confiados à forma física não corporal tendem a manter sua forma melhor do que aqueles que simplesmente dependem da interação face-a-face” (LAW, 2007, p. 9, tradução livre). Law chama atenção para a indicação de tendência e reafirma que para a abordagem material semiótica tudo é um efeito relacional. “Os muros da prisão funcionam melhor se fizerem parte de uma rede que inclui guardas e burocracias penais, enquanto lençóis amarrados ou a pura passagem do tempo os subverterão” (LAW, 2007, p. 9, tradução livre). O autor defende que é a configuração da rede que produz durabilidade e que “a estabilidade não é inerente aos materiais em si” (LAW, 2007, p. 9, tradução livre).

Sobre a **durabilidade estratégica** Law cita o caso específico dos sistemas celestiais de navegação usados pelos portugueses para exemplificar a importância de se transportar estratégias desenvolvidas em outras redes para estabilizar redes “locais”. Ainda mais importante se essas estratégias — entendidas de maneira mais ampla para incluir “padrões de relações teleologicamente ordenados, indiferentes às intenções humanas” (LAW, 2007, p. 9, tradução livre) — se transformarem em caixas pretas duráveis e confiáveis. Assim como em Foucault razão ou estratégia não estão localizadas na deliberação humana, para Law a teleologia também pode não residir nas intenções humanas (LAW, 2007).

A respeito da **durabilidade discursiva**, Law vale-se de sua etnografia em laboratório, realizada em 1990, e afirma que os múltiplos discursos possibilitavam diferentes formas de ordenar as coisas (lógicas diferentes) o que lhes permitiam resolver problemas significativamente diferentes: de questões burocráticas a empreendedorismo. Law considera os modos de ordenação como minidiscursos nos termos foucaultiano entendendo que eles

²¹ O importante de apreender quando utilizarmos os termos práticas discursivas e não discursivas não é a diferença exata entre elas, uma definição clara, ou a classificação de cada prática analisada no presente estudo dentro dessa ou daquela categoria, o que buscamos com o uso, principalmente, da noção de práticas não discursivas é trazer para a análise do campo de forças da realidade a ideia de que há elementos que constituem e afetam esse campo que não tem, a princípio, uma relação imediata com o discursivo.

definem condições de possibilidade, fazendo com que algumas formas de ordenar redes de relações sejam mais ou menos possíveis (LAW, 2007).

Finalmente, gostaríamos de fazer notar, que, ao invés de abordar o poder como algo que deriva somente dos humanos, movido por intenções, ou algum fenômeno psicológico e mental, o poder é entendido como um conjunto de efeitos. Os efeitos que nos despertam maior interesse na presente pesquisa são aqueles que tanto derivam dos coletivos heterogêneos quanto adicionam ou subtraem de seus poderes (MUNRO, 2009). Na abordagem de que partimos, o poder é tanto o substrato de relacionamentos entre humanos e não humanos como também pode ser seu efeito. Isso significa que o poder forma os coletivos ao mesmo tempo que deles deriva.

Essa visão performativa nos possibilita avançar no entendimento de como certos tipos de fenômenos, incluindo a política, emergem na realidade através das práticas (BUTLER, 2010). O mesmo se aplica aos coletivos de coletivos, ou associações de associações, como coloca Latour (1986). O poder é a matéria do social amplo (do real, da vida) em sentido latourniano, de modo que não nos auxilia anunciar ou denunciar que este ou aquele fenômeno e realidade têm como origem ou é efeito de relações de poder, o que, em nossa perspectiva, é trivial. A noção de política aqui trabalhada é uma noção bastante aberta, mas que tem uma questão de fundo, ou questão central, bem específica. A política em nosso entendimento é o poder em ação, é, assim como o poder, um exercício, um verbo. Entendendo poder como a condução de condutas, a política pode ser entendida como tudo aquilo que dá forma, possibilita e constrange formas de viver, os “modos de existência”.

Discutida a questão das práticas (e do poder) como produtor da realidade, é importante informar que a semiótica material desafia não apenas os fatos, mas também suas explicações, ou seja, como, das variadas formas, o desempenho de determinadas práticas constitui ou possibilita um alinhamento entre todos os elementos de um coletivo (MUNRO, 2009) para produzir uma realidade particular. Dizendo de outra forma, a semiótica auxilia na compreensão de como determinadas verdades são construídas e sustentadas, ou desafiadas, a partir da formação de associações de elementos que desempenham uma determinada realidade. Importa-nos, portanto, compreender os fenômenos e explicar como se dão essas relações em seus aspectos gerais e específicos para a conformação/ constituição da Ocupação Vicentão.

2.4. Poderes Organizadores da Combinação, Translação e Agenciamento

Por se localizar, a presente pesquisa, dentro do campo dos Estudos Organizacionais e devido à proliferação das perspectivas de teorias da translação (VAN GRINSVEN; HEUSINKVELD; CORNELISSEN, 2016), consideramos importante: recordar que as origens intelectuais da translação são a antropologia e sociologia da ciência e tecnologia; propor alguns contornos acerca das noções de translação e agenciamento; e tecer algumas relações com nossos marcos teóricos.

Best e Walters bem nos lembra que a antropologia e sociologia da ciência e tecnologia é “um campo de estudo que tem focado particularmente na materialidade da produção de conhecimento” (BEST; WALTERS, 2013, p. 347). Em suas origens, pesquisadores investigavam, por exemplo, “o processo através do qual observações científicas eram transladas em afirmações sobre um fato e formas de especialidade que são tão poderosamente codificadas e pouco acessíveis que estão para além da disputa” (BEST; WALTERS, 2013, p. 347).

Se a origem de um conceito ou prática geralmente nos ajuda a entendê-los melhor, isso é especialmente pertinente em relação ao conceito de translação,. Latour define translação como um “deslocamento, acúmulo, invenção, mediação, criação de uma nova ligação que não existia anteriormente e que modifica, em parte, os dois agentes” (LATOURE, 1993, p. 6). Partindo de uma visão desessencializada da realidade, o que importa na caracterização dos elementos são as associações que são estabelecidas entre ele e outras coisas em um espaço e tempo específicos. Assim, como já dito anteriormente, no modelo do estudo da sociedade a partir da translação, há um deslocamento do estudo do social para o dos métodos de associação (McCABE; RUSSEL, 2017). Aparentemente, qualquer coisa pode ser translada, uma ideia, um objeto, práticas, uma teoria, até mesmo o conceito de translação.

Em seus estudos sobre a dinâmica de expansão do conhecimento gerencial Sahlin-Andersson e Engwall (2002) identificam a translação como uma das causas das variações que emergem do fenômeno estudado. De acordo com os autores, as particularidades e as variações encontradas acerca do conhecimento gerencial em seu processo de expansão estariam ligadas a quatro fatores: (i) a ambiguidade das etiquetas; (ii) o processo de translação; (iii) a significância do contexto; (iv) o processo político. A translação seria apenas parte de um cenário maior, que auxilia no entendimento das variações no conhecimento em administração emergidas em seu processo de expansão.

Leca *at al* (2014), em sua pesquisa sobre performatividade crítica, sugere que a flexibilidade que possibilita o processo produtivo de cooperativa de trabalhadores é

consistente com a noção de translação “que insiste na adaptação e transformação de conceitos e práticas quando eles são implementados em diferentes contextos locais” (LECA *et al.*, 2014, p. 699). A translação é entendida como uma técnica ou prática estratégica que é desempenhada para melhor adaptação em novos e diferentes contextos e necessidades.

Em relação às atividades de gerência, Czarniawska (2014) mostra como grande parte do trabalho do gerente tem a ver com lidar com textos e, em certo sentido, com translação. De acordo com ela, o texto é um dos rastros da atividade dos gerentes nas empresas “que dedicam boa parte de seu tempo a três ações relacionadas ao texto: transladando/ traduzindo, editando e inscrevendo” (CZARNIAWSKA, 2014, p. 42). Aqui, novamente, translação é vista com parte das práticas desempenhadas por atores organizacionais para influir em suas realidades específicas.

Em outro estudo, dessa vez sobre mudança organizacional, Czarniawska relaciona translação ao processo através do qual ideias da moda são transportadas e adaptadas de uma organização para outra. Assim, translação poderia ser entendida como a maneira como os atores organizacionais fazem suas as ideias disponíveis e o foco recai sobre o processo no qual os atores adaptam o uso do modelo gerencial, ou de qualquer outra coisa, em acordo com suas próprias premissas que podem ser desde entendimentos, tradições, necessidades ou meios. Nesse sentido, translação é entendida como um manuseio ativo que requer escolhas e massiva persuasão para promoção da transformação de uma ideia ou objeto transladado e que tem consequências inesperadas (CZARNIAWSKA, 2009).

O’Mahoney e Sturdy (2015) chamam atenção para o fato de que, mesmo o tema “poder” tendo conquistado certa centralidade nas pesquisas sociais e em administração, e de haver um amplo reconhecimento de que as ideias precisam de poder para se mover e fixar, ainda é comum encontrar pesquisas que não fazem qualquer referência ao poder. Acrescentamos a O’Mahoney e Sturdy (2015) que não só ideias são movidas e fixadas através de relações de poder, mas que também a adoção de determinadas práticas, de determinadas metas e objetivos, o uso deste ou daquele discurso, deste ou daquele objeto, camisa, bandeira, símbolos, músicas, enfim, a associação de uma série de elementos que fazem parte do mundo organizacional se estabelecem ou são negados a partir de relações de poder e, muitas vezes, de disputa.

Portanto, entendemos o processo de colocar junto, organizar, eminentemente como um processo político no sentido foucaultiano, que se estabelece a partir e através de relações de poder, mobilizando a verdade nos discursos e produzindo realidade. As coisas não se seguram porque elas são verdadeiras, mas elas são verdadeiras porque se seguram (LATOURE, 1987).

Se a translação é mesmo um processo aberto em que, por seus princípios ontológicos não essencialistas, quase qualquer coisa pode ocorrer e não é isso que vemos, ou seja, quando determinadas coisas se tornam fixas, isso nos deveria parecer estranho em vez de servir-nos para explicações de segunda geração; ou, dizendo de outra forma, se não há um destino que nos guia a um lugar, ou uma força subjacente que organiza as coisas “quando relações e redes aparecem duráveis, quando a ação se torna rotineira e repetitiva, é necessária uma explicação” (MUNRO, 2009).

Retomando a translação. Tomando elementos específicos como foco, translação pode ser entendida como processos de mudanças pelas quais uma ‘coisa’ (conceito, ideia, objeto, prática, sujeito etc.) passa quando transportada de um conjunto de relações (cenário, lugar, rede, etc.) a outro, e as mudanças a que esse novo conjunto de relações passa por causa da introdução desse novo elemento (FRANKEL, 2005). Interessa-nos, contudo, entender a formação de grupos, os coletivos de humanos e não humanos, não apenas a viagem de um conceito ou ideia de um lugar para outro. Assim, gostaríamos de seguir na discussão da translação e apresentar a noção de Michel Callon (1984) que, no nosso entender, é a que melhor nos poderá auxiliar a explicitar os “comos” das formações dos coletivos em consonância com as nossas discussões anteriores de política e poder.

Callon (1984) propõe o processo de translação para descrever como a formação de coletivos ocorre (no caso do mencionado autor, um coletivo com pesquisadores, vieiras, pescadores, marés, etc.). Segundo Alcadipani e Tureta (2009), a ideia de translação na TAR surgiu da análise do processo de organização, no qual os atores deslocam e modificam seus interesses contraditórios na tentativa de torná-los comuns. O ponto crucial da noção de translação passa a ser, então, enxergar como e quando esse “colocar junto” ocorre (MUNRO, 2009). De acordo com Callon e Latour (1981), o processo de translação é primeiro e antes de tudo uma formação de alianças entre atores tentando promover a adoção de seu modelo, de seu programa que se pretende fazê-lo comum aos inscritos na ação. Ao criar essas coalisões, os atores forjam conexões entre as características do modelo e as necessidades de seus potenciais aliados de forma a persuadi-los a dar apoio e a promover o modelo. Durante esse processo, o modelo adquire novos significados que não estavam a ele associados em seu contexto original, e, frequentemente, seus elementos práticos também se alteram (CALLON; LATOUR, 1981; CALLON, 1984).

Callon (1984) sugere subprocessos no processo de translação acima descrito: (i) problematização, (ii) identificação, (iii) engajamento; e (iv) agência²².

A **problematização** é “o processo através do qual os atores que estão à frente²³ configuram um problema para todas as entidades participantes e apresentam sua resolução como um ‘ponto de passagem obrigatório’ para a realização dos respectivos objetivos” (COCHOY, 2014, p. 112). A aceitação desse ponto de passagem obrigatório (PPO) pelos demais atores é o primeiro passo para seu alinhamento e para a contínua renegociação do PPO. Trata-se da apresentação do modelo em que há uma contextualização de dada realidade, um diagnóstico do problema, e uma proposta de resolução que demanda aceitação pelos demais participantes do PPO e garante um lugar relevante aos propositores do modelo.

Outro subprocesso é o de **identificação**, que consiste no “esforço dos atores que estão à frente para ‘impor e estabilizar a identidade dos outros atores, definidas através da problematização” (COCHOY, 2014, p.112–113). Como coloca Callon (1984), estabilização da identidade não é algo simples ou direto, muito pelo contrário, é uma situação em que há pouca clareza e há vários desvios que podem levar a diferentes resultados:

Cada entidade alistada pela problematização pode se submeter para ser integrada ao plano inicial, ou inversamente, refutar a transação através da definição de sua identidade, seus objetivos, projetos, orientações, motivações ou interesses de outra maneira (CALLON, 1984, p. 207).

As identidades e os objetivos não são formulados de maneira totalmente independente pelo grupo que está à frente no momento da problematização. Adicionalmente, é importante mesmo salientar que as identidades e os objetivos são realmente formados e ajustados durante a ação. Assim, promover a identificação dos outros atores do coletivo significa criar mecanismos que podem ser colocados entre os atores alistados e todas as outras entidades que querem definir as identidades deles de forma diferente (CALLON, 1984).

²² Os termos são propostas de substituição aos termos em inglês. Alguns são traduções, outros aproximações. No original em inglês: (i) *problematization*; (ii) *interestment*; (3) *enrollment*; (iv) *mobilization* (CALLON, 1984).

²³ “Atores que estão à frente” foi tradução escolhida para a expressão *leading actors* usada por Cochoy (2014). Nossa escolha de usar atores que estão à frente, em vez de ator principal ou protagonista ocorre por dois motivos inter-relacionados. Primeiro para que não haja uma adoção completa do dramatismo (metáfora teatral ou cinematográfica), pois, de fato não acreditamos que tal metáfora é adequada para auxiliar no entendimento de todos os contornos da história que desejamos contar. Segundo, para que não haja associação com teorias sociais simbólicas que se utilizam desses termos e partilham de um entendimento dramático da sociedade. Isso, pois, o simbolismo (Semiótica) é, para dizer de forma grosseira, apenas parte de nosso marco teórico, sendo o outro a materialidade (Material). A forma como se dá a relação entre os dois é principalmente importante em nossa abordagem.

Ao próximo subprocesso dá-se o nome de **engajamento**, que “consiste em negociar de maneira que as entidades em questão aceitem sua nova identidade e se comportem de acordo” (COCHOY, 2014, p.112). O engajamento responde à pergunta de como coordenar os papéis definidos de forma que eles sejam desempenhados como o planejado. É um conjunto de estratégias que os atores que estão à frente buscam utilizar para reforçar as identidades e fazer com que elas se inter-relacionem de forma a desempenhar as ações em acordo com os papéis definidos. De acordo com Callon, “descrever o engajamento é, então, descrever um grupo multilateral de negociações, testes de força e truques que se juntam aos processos de identificação e possibilita que eles tenham êxito” (CALLON, 1984, p. 211). Callon (1984) cita algumas diferentes maneiras através das quais os atores podem ser engajados: violência física, sedução, transação, consenso sem discussão, etc.

Por fim, a **agenciamento**, que Callon chama de *mobilization*. Nos termos callonianos, *mobilization* “consiste em representar a eles [a *assemblage*] de forma que um deles poderá falar em nome de todos os outros. (Quando o engajamento é conseguido, os transladores agem como se fossem seus porta-vozes)” (COCHOY, 2014, p. 12). Nas palavras de Callon, em relação ao caso que utiliza como ilustração, *mobilization* é “um conjunto de métodos usados pelos pesquisadores para garantir que o suposto porta-voz das várias coletividades são propriamente capazes de representar aquelas coletividades e não serem traídas por elas” (CALLON, 1984, p.203).

Contudo, a *mobilization* em nosso entendimento, pode ser entendida como um subprocesso mais genérico que tem a ver com a forma através da qual aquele coletivo, *assemblage*, é dotado, ou adquire, capacidade para agir enquanto um ente. Esta ação pode se dar por meio de representação concentrada (alguns atores específicos são os porta-vozes do coletivo), como estritamente propõe Callon (1984). Contudo, advertimos que, apesar desta, talvez, ser a forma mais comum em nossas sociedades modernas hierarquizadas, consideramos poder haver também outras formas de dotar um ente de ação como: uma representação dispersa de um coletivo horizontal (qualquer integrante, ou vários, do coletivo podem falar por ele); uma ação coletiva direta do coletivo (uma espécie de ação de multitudinária caótica ou auto-organizada em um protesto); algum outro tipo a ser inventado.

O importante seria manter em consideração a capacidade de ação da *assemblage* e entender como, através de que meios ela se faz possível, sem restringir alguma possibilidade de antemão. Como as organizações agem, por quais meios e através de quais mecanismos? Entendemos que, por já termos profanado os termos de Callon e para guardar a palavra mobilização para outros usos, seria mais pertinente nomear esse subprocesso de agenciamento.

A representação, em que uma pessoa age em nome da organização, certamente é uma dessas formas, mas não cremos que seja a única.

Esses esforços constituem diferentes subprocessos do processo mais geral de translação, ou seja, do “colocar junto” a partir do qual emergem coletivos de elementos heterogêneos. Durante esse processo a identidade dos atores²⁴, a possibilidade de interações e as margens de manobra são negociadas e delimitadas (CALLON, 1984).

Atores são qualquer entidade (humana, não humana ou híbrida) que define e constrói um mundo habitado por outras entidades, equipa-os com uma história, uma identidade e qualifica os relacionamentos que os unem. Uma rede, por sua vez, é qualquer agrupamento de entidades humanas e não humanas. Para ele, a criação de uma rede se baseia no uso de "intermediários" (porta-vozes, dispositivos técnicos) que ajudam a conectar seus elementos entre si. Logo, uma rede de atores é a rede descrita por um ator A, ou seja: uma rede inscrita nos intermediários cuja circulação é atribuída a A. Essa definição sugere que a ação é compartilhada entre o ator, a rede e seus componentes (COCHOY, 2014). Novamente, entendemos isso como uma possibilidade, mas não como a única.

A translação pode ser precariamente entendida, então, como vários e contínuos processos recorrentes de problematização, aquisição, aprendizado, negociações, disputas, inscrição de papéis, identidades particulares e conexões para a formação e estabilização de um coletivo de humanos e não humanos com capacidade de ação.

Devido ao esquematismo de nossa apresentação é importante advertir que o processo de translação (e os subprocessos) descritos não são lineares ou únicos, não partem apenas de um dos atores da rede e, portanto, que não são harmônicos ou sem disputas. Gostaríamos de salientar, ainda, que não o tomamos como um modelo, ou prescrição, mas um artifício para auxiliar na visibilização das ações que ligam e mantem ligados os elementos que formam os coletivos. Dizendo de outro modo, não se trata da adoção de um modelo, mas o que se espera com a noção de translação é fazer ficar visível às micropráticas que possibilitam com que os coletivos emergjam.

²⁴ Michel Callon entende como ator qualquer entidade [humana, não humana ou híbrida] que define e constrói um mundo habitado por outras entidades, equipa-os com uma história, uma identidade e qualifica os relacionamentos que os unem. Uma rede, por sua vez, é qualquer agrupamento de entidades humanas e não humanas. Para ele a criação de uma rede se baseia no uso de "intermediários" (porta-vozes, dispositivos técnicos ...) que ajudam a conectar seus elementos entre si. Como consequência, uma rede de atores 'é a rede descrita por um ator A, ou seja: uma rede inscrita nos intermediários cuja circulação é atribuída a A'. Essa definição sugere claramente que a ação é compartilhada entre o ator, a rede e seus componentes. (COCHOY, 2014, p.8)

Enquanto a sociologia da translação auxilia a compreensão de como os coletivos se formam, são tomados como substantivos e adquirem estatuto de “coisa”, esclarecimentos adicionais são necessários para entender os efeitos para além da formação dessas associações, ou melhor, os efeitos a partir de sua formação. Para isso, vamos nos aproveitar da proliferação conceitual e explorar algumas diferentes noções acerca dos “coletivos” nos valendo das reflexões sobre *assemblage*.

De acordo com Munro (2009) e Müller (2015), *assemblage* remonta os estudos dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari. Seus primeiros contornos foram feitos no *Anti-Édipo* com foco nas máquinas desejantes, mas ele foi redefinido em publicações posteriores, notadamente no *Mil Platôs* (MÜLLER, 2015).

Única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é uma simbiose, uma "simpatia". O que é importante não são nunca as filiações, mas as alianças e as ligas; não são os hereditários, os descendentes, mas os contágios, as epidemias, o vento. As bruxas bem o sabem. Um animal se define menos por seu gênero ou sua espécie, seus órgãos e suas funções, do que pelos agenciamentos nos quais ele entra. Seja um agenciamento do tipo homem-animal-objeto manufaturado: HOMEM-CAVALO-ESTRIBO (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 57)

Phillips (2006), contudo, assevera que Deleuze e Guattari se utilizam menos da palavra *assemblage* do que da palavra *agencement* e diz que quando o fazem (usam *assemblage*), certamente não o fazem em sentido filosófico como um conceito, mas como uma figura didática. Embora o conceito de Deleuze e Guattari seja o “*agencement*”, o uso da palavra *assemblage* na literatura para significar as conexões entre elementos heterogêneos que produzem efeitos não é rara. Ela aparece seja em forma de tradução de *agencement* ou como tradução da noção (não conceitual) apresentada pelos autores franceses de *assemblage*. Neste caso, não há problema de tradução, pois, tanto em francês como em inglês, o termo tem sentidos muito próximos (PHILLIPS, 2006).

Por outro lado, o uso do termo inglês *assemblage* utilizado para tradução do francês original *agencement* gera ainda mais confusão. Isso, pois, como dito acima, *assemblage* também é um termo utilizado por Deleuze e Guattari como ilustração, não como conceito filosófico. Não há uma tradução exata para *agencement* no inglês (COCHOY, 2014), e, por isso, algumas vezes *assemblage* é utilizada como sua tradução. Não obstante, e embora *assemblage* capture razoavelmente bem características relacionais básicas do coletivo de elementos — tal como a multiplicidade e heterogeneidade de partes que se juntam para formar um todo (em que a soma é maior que as partes) —, há um risco de perda de

conotações importantes do *agencement* (MÜLLER, 2015; ÇALIŞKAN; CALLON, 2010). De acordo com Çalışkan e Callon, (2010), a escolha de Deleuze e Guattari por *agencement* e não por palavras semelhantes em francês — como *arrangement* e *assemblage* — se deve justamente à raiz compartilhada com *agency*, o que empresta conotação mais direta acerca da capacidade de agência (MÜLLER, 2015) e a não separação entre humanos (agentes) e coisas (que são submetidas na ação) (ÇALIŞKAN; CALLON, 2010).

Cochoy (2014) adverte que Callon, embora parta de Deleuze e Guattari, translada o termo para o campo da semiótica material (ANT) alterando-o e adaptando-o em novas relações conceituais voltadas a preocupações particulares. Para Cochoy (2014), em Callon e, portanto, na semiótica material, o conceito acaba se aproximando bastante das noções de “organização” e “rede”, podendo ser considerado um termo intermediário entre elas. Segundo o autor, nos escritos de Callon, “*agencement* é mais estável que uma rede, já que seus elementos foram ‘ajustados uns aos outros’. Mas é menos estável que a organização, já que se refere a uma ‘miríade de entidades flexíveis’ (COCHOY, 2014, p.12–13).

Assim, para Callon, *agencement* é tanto o colocar as coisas junto de determinada forma quanto colocá-las em movimento provendo-as de agência. Nas palavras de Cochoy:

“o que Callon mostra é que os processos organizacionais e econômicos são feitos para ‘agenciar’ o mundo (veja sua última e detalhada contribuição na noção de ‘agenciamento de mercado’ em Callon 2013). Isso significa ambos arranjando-o (agenciação como produção de agenciamentos específicos) e colocando em movimento (agenciação como ‘dotando de agência’, isso é, convertendo algumas pessoas, entidades não humanas, ou ‘coletivos híbridos’(Callon & Law) em agentes, ou ainda atores)” (COCHOY, 2014, p.13, tradução livre).

Interessa-nos, como indicado anteriormente, chamar atenção para os processos de constituição e manutenção dos coletivos heterogêneos. Esses, quando se tornam entes, ou seja, possuem propriedades materiais e inscrições simbólicas, viabilizam o exercício do poder e tem capacidade de ação, serão chamados por nós de *assemblages*. No caso do nosso estudo, esse coletivo heterogêneo é a Ocupação Vicentão. A translação seria sua dimensão performativa, desde as ações a partir das quais se fez possível a emersão dessa *assemblage*, assim como as ações cotidianas que possibilitam sua continuidade no tempo, ou seja, seu re-existir, que de fato depende de desempenho incessante. Então, para nós *assemblage* e organização, quando entendida em sentido amplo, se aproximam. Na esteira dessa relação, podemos dizer que translação e *organizing* também estão em relação de extrema proximidade.

Consideramos o agenciamento, diferentemente, e guardamo-lo para utilizá-lo na descrição de processos mais amplos do que fizemos em relação à *assemblage*. Entendemos o agenciamento com um fenômeno que tem relação com a emersão da *assemblage* inicial, mas a transcende uma vez que os efeitos dessa *assemblage* vão além de seus elementos internos e suas relações, mas impactam a vizinhança dessa *assemblage*. Os efeitos, então, da *assemblage* em sua vizinhança causam impacto naquela rede de relações e, portanto, na própria *assemblage*. Essa série de efeitos de primeira e segunda ordem que ocorrem e estimulam a *assemblage* continuamente Callon (2008) chamou de agenciamentos sociotécnicos: processos de vinculação de atores heterogêneos de maneira aberta a partir da qual a agência é continuamente (re) formulada. A abertura e a reformulação da agência dão correta dimensão de quão essas relações são concretas, mas também dinâmicas, imprevisíveis e não possíveis de serem totalmente governadas por um grupo ou ator, por mais forte ou poderoso se creia que ele seja.

2.5. Texto e Política

A discussão acerca da questão sobre se um não humano pode ou não ser considerado como tendo ação pode ser calorosa, mas também gerar alguns consensos. Para Introna, por exemplo, agora “a maioria das pessoas concorda que artefatos ou tecnologia fazem coisas — uma chaleira ferve água, um martelo enfia um prego, um computador envia um e-mail, etc.” (INTRONA, 2014, p. 32, tradução livre). Segundo ele, “não seria muito controverso afirmar que a ideia de que artefatos têm, ou incorporam, algum nível de agência — mesmo que seja muito limitado ou derivado de alguma maneira — geralmente é aceita” (INTRONA, 2014, p. 32, tradução livre).

Contudo, a maior controvérsia se dá em relação à natureza e a origem dessa agência (INTRONA, 2014), principalmente entre aqueles que propõem o tratamento simétrico entre humanos e não humanos nos coletivos que agem. Entender que as coisas têm um papel na ação porque são usadas como suporte e, ao serem incorporadas na ação fazem diferença em seu curso, limitam algumas possibilidades e expandem outras, não requer necessariamente a simetria entre humanos e não humanos. Estudiosos alinhados ou inspirados pela semiótica material concordam, pelo menos até certo ponto, que qualquer coisa pode agir ou participar de uma ação (COOREN, 2004; COOREN *et al.*, 2012; BARAD, 2007; BENCHERKI 2016; HARDY; THOMAS, 2015; ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015). Já defendemos esse ponto

anteriormente, agora gostaríamos de refletir sobre algumas possibilidades concretas, os “comos”. Seleccionamos autores “simétricos” e “assimétricos” (ou não simétricos) para nos auxiliar nessa tarefa por entender que o importante aqui é mostrar como os textos, as palavras e os discursos fazem coisas, são parte dos coletivos que produzem a realidade.

Cooren (2004) defende a agência dos textos da organização e não em nome da pessoa que a produziu, como ele diz: “as inscrições, documentos e gráficos produzidos em nome da organização atestam as identidades dos atores coletivos, até quando sua própria existência é questionável” (COOREN, 2004, p. 379, tradução livre).

De acordo com o autor, analisar a agência não humana nos permite entender melhor os modos de ser e de fazer das formas organizacionais e como “as organizações fazem as coisas não apenas através de agentes humanos, mas também através de suas contrapartes não humanas (documentos, máquinas, dispositivos tecnológicos etc.)” (COOREN, 2004, p. 380, tradução livre). Ele argumenta que o texto exhibe uma forma de agência fazendo coisas que os seres humanos sozinhos não podiam fazer. “Criados por seres humanos, esses textos participam da canalização de comportamentos, constituem e estabilizam os caminhos organizacionais e transmitem informações / ordens” (COOREN, 2004, p. 388, tradução livre). Permitem, assim, que os membros da organização criem maneiras para que essas formas se mantenham estáveis na passagem do tempo e mudanças de espaço.

Czarniawska-Joerges e Joerges (1988), por sua vez, estão interessados no processo de introdução de dispositivos linguísticos para fins de controle organizacional. Dizendo de outra forma, interessam em como se controlam coisas com palavras. Eles analisam especificamente como o uso de etiquetas, metáforas e chavões, que são comumente usados para criar significado compartilhado nas organizações, também podem ser implementados para controlar o processo organizacional. Para simplificar o máximo possível, eles dizem que “os rótulos dizem o que são: eles classificam. As metáforas dizem como as coisas são: elas sensibilizam, dão vida. As banalidades dos chavões estabelecem o que é normal: elas tornam as coisas convencionais” (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, p. 174, tradução livre).

Alguns recursos desses dispositivos são importantes para entender como eles podem funcionar. Os rótulos, por exemplo, são considerados uma das chaves do poder organizacional. Eles podem ser um dispositivo forte e discreto, pois é raro as pessoas desconfiarem de classificações. Além disso, as classificações não são neutras e, uma vez aprendidas, influenciam as ações subsequentes (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, tradução livre). As metáforas, por sua vez, servem para espalhar novas ideologias. Elas

transmitem novos significados e os encaixam na mensagem de estímulo à imaginação. Elas operam carregando ou transferindo aspectos de um objeto para outro, de modo a fazer com que o novo objeto pareça mais familiar e, portanto, de mais fácil aceitação: “O papel delas consiste, portanto, em reduzir a incerteza produzida pelo encontro com o novo” (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, p. 180–181, tradução livre). Os chavões são entendidos como rituais verbais. O aspecto simbólico é o que mais importa. Sua função é facilitar a interação, reduzindo a incerteza e a tensão, apontando um terreno comum e valores compartilhados. São usados para construir a segurança e a rotina.

Czarniawska-Joerges e Joerges sugerem que “os artefatos linguísticos permitem à liderança gerenciar o significado, explicando, colorindo e familiarizando, em oposição aos métodos tradicionais de controle de comando, luta e punição” (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, p. 188, tradução livre). A produção de consenso é um instrumento de controle mais estável: “uma vez acordado, eles não provocam oposição e rebelião” (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, p. 188). Isso, contudo, não significam que são inertes, pelo contrário, podem mudar de função dependendo do usuário que o manuseia.

Os oponentes os usam para contra-controle: duvidar dos rótulos, apontar elementos não metafóricos em metáforas e ridicularizar banalidades são estratégias bem-sucedidas; criar novas etiquetas e metáforas opostas é ainda mais. Isso é facilitado pela natureza precária das metáforas de controle como dispositivos para integrar valores potencialmente conflitantes (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988, p.188, tradução livre).

Czarniawska, discutindo as relações entre coisas e palavras, afirma que “um discurso cheio de enunciados simbólicos pode alcançar resultados concretos, assim como ações físicas” (CZARNIAWSKA, 2013, p. 363, tradução livre). Ela sugere que a conversa é a ação política central, pois é através dela que os seres humanos são capazes de categorizar o mundo e agir — influenciados por essas categorias. Ele fornece um poderoso e ainda instável instrumento de controle, como citamos anteriormente, segundo mostraram Czarniawska-Joerges e Joerges (1988). Czarniawska também estabelece uma profunda conexão entre artefatos materiais e linguísticos, a fim de entender melhor o processo de organização quando coisas, palavras, dispositivos mecânicos e quase-objetos cooperam para exercer poder. A ideia de translação é central nesse relacionamento: “as coisas podem ser transladadas em palavras e as palavras podem ser transladadas em coisas” (CZARNIAWSKA, 2013, p. 365, tradução livre).

Czarniawska define pelo menos quatro características importantes de um texto (palavras inscritas nas coisas). Primeiro, ele torna-se objetivado pela inscrição, ou seja, a partir da inscrição das palavras em algum suporte ele pode ganhar materialidade e durabilidade no tempo e espaço. Segundo, ao ganhar materialidade o texto é liberado de seu agente e da performance dele, não mais depende de sua capacidade oratória ou vontade para existir. Pode, inclusive, tornar-se independente de seu produtor se não carregar sua assinatura ou mantiver com ele alguma outra relação. Terceiro, sua inscrição tem relevância além do seu contexto imediato, pois “objetos, como textos, podem viajar pelo mundo, literal e virtualmente” (CZARNIAWSKA, 2013, p. 366, tradução livre); por fim, pode ser lido como um trabalho aberto, com possíveis avaliações positivas e negativas de outros, além de diferentes interpretações.

Cooren *et al.* (2012), tratando da importância do discurso para a realidade social, e da possibilidade das palavras e textos agirem, refletem sobre como e por que “*matter always matters*”. A partir desse trocadilho com a palavra em inglês que significa tanto “importar” quanto “matéria”, os autores chamam atenção para o fato de a existência (ou realidade) e agência não dependerem necessariamente da materialidade corpórea. Os autores advogam pela compreensão das “múltiplas maneiras pelas quais várias formas de realidade (mais ou menos material) acabam por fazer coisas e até se expressarem em uma determinada interação” (COOREN *et al.*, 2012, p. 296, tradução livre). Eles entendem a ação como relacional, o que significa dizer que é compartilhada e/ou distribuída entre uma variedade de agentes como objetos, tecnologias, documentos e seres humanos.

Cooren *et al.*, no entanto, partem de uma compreensão da materialidade como uma materialidade discursiva, ou seja, quando algo é “traduzido” para o discurso e, por meio disso, é possível ser interpretado, reconhecido e depois passar a 'importar', ou seja, fazer diferença na ação humana. De acordo com os autores, “a materialidade se refere ao que é relevante ou pertinente a uma dada situação” (COOREN *et al.*, 2012, p.300–301, tradução livre) — que, a seu ver, precisa entrar na realidade discursiva — e não algo relacionado necessariamente à fisicalidade ou corporalidade. Assim, a materialização é uma abordagem performativa (discursiva) do que importa: “a questão da materialidade deve ser entendida e estudada relacionalmente, ou seja, devemos sempre nos perguntar “material para quem ou o quê?” (COOREN *et al.*, 2012, p. 311, tradução livre).

Bencherki (2016), no âmbito da comunicação organizacional, fazendo coro à Escola de Montreal (The Montreal School — TMS) e à Cooren, um de seus expoentes, defende que “as coisas fazem coisas com as palavras” (BENCHERKI, 2016, p. 3, tradução livre). De

acordo com o autor, isso “foi sugerido na literatura de comunicação organizacional existente (COOREN; MATTE, 2010), mas ainda não foi discutido sistematicamente” (BENCHERKI, 2016, p. 23, tradução livre). Bencherki está especialmente interessado na maneira pela qual as coisas entram no reino linguístico e como se pode obter objetividade nesse processo. O autor busca mostrar usando um “caso mais convencionalmente 'material'” (BENCHERKI, 2016, p.5, tradução livre) como as coisas não apenas fazem parte do nosso mundo ao serem interpretadas por seres humanos, mas podem realmente fazer outras coisas falarem permitindo uma 'objetividade' que não seria possível de outra maneira.

O caso usado para esclarecer seu argumento é o uso de diferentes dispositivos para falar sobre as condições do edifício, como termômetro e higrômetro ou medidor de umidade. Assim, de acordo com o autor “os dispositivos que os trabalhadores usam fornecem muitas maneiras pelas quais a realidade 'objetiva' de coisas ou estruturas — aqui, edifícios — é feita para falar e 'dizer' coisas sobre si mesma através de números, escalas e categorias de todos os tipos” (BENCHERKI, 2016, p. 21, tradução livre). Os seres humanos, assim como em Cooren *et al.* (2012), desempenham papel no processo tanto como receptores, que podem responder ou não à mensagem que foi dita da coisa, quanto como projetistas, ou construtores, que criam ferramentas para realmente permitir que as coisas falem. Para o autor, pode-se dizer, objetividade é algo a ser alcançada:

Quando nós, humanos, podemos nos apresentar como meramente relatando o que as coisas estão dizendo por elas mesmas. A questão da objetividade, então, é descobrir 'como as coisas fazem coisas com as palavras' (COOREN & BENCHERKI, 2010), mas também como as coisas podem falar através de outras coisas que traduzem sua linguagem 'objetiva' em uma linguagem verbal que nós, os seres humanos podem entender e isso sugere um curso de ação específico a ser adotado (BENCHERKI, 2016, p.8–9, tradução livre).

Ao fazer isso, ele busca mostrar como uma coisa não textual ou discursiva pode entrar no mundo discursivo não apenas por ser interpretada por seres humanos, mas por — através de uma inscrição e tradução — dizer a eles algo, de forma objetiva, que pode afetar (ou não) suas ações.

Esses códigos são significativos para os seres humanos e podem ser transcritos e transportados para um inspetor da cidade, adicionados a um relatório para a administração de saúde pública ou a um arquivo a ser apresentado em tribunal, e comparáveis com a lei, regulamentos da cidade e outros artefatos verbais. O edifício pode falar através dos medidores. O híbrido edifício-com-metro pode falar (ver Latour, 1999b) com humanos, mas também, através desses humanos, em mais uma

tradução, para a realidade institucional / organizacional com a qual estão lidando (BENCHERKI, 2016, p.22, tradução livre).

Bencherki busca mostrar-nos que “entender que os objetos podem falar é particularmente importante para apreciar como a objetividade é alcançada na prática” e como “os objetos, de fato, têm meios para participar de nossas deliberações e disputas, e de fornecer sua própria perspectiva” (2016, p. 24, tradução livre).

Contudo, cremos que podemos aprender um pouco mais sobre nosso mundo a partir da experiência e das proposições de Bencherki. Aprendemos, por exemplo, que nos jogos de verdade de Bencherki a objetividade é um valor na constituição de alguma coisa como um fato e que dispositivos podem auxiliar na construção dessa objetividade, como nos herdeiros de Boyle (LATOURE, 1994). Tal processo é descrito por Latour como de *blackboxing*, uma transformação de uma questão de preocupação/interesse (*matter of concern*) em uma questão de fato (*matter of fact*) através de caixas-pretas (*black boxes*)²⁵. As caixas-pretas podem ser entendidas como dispositivos ou processos — parte de uma rede-actante — que buscam construir determinado discurso sobre a realidade como objetivo e, portanto, verdadeiro, ou seja, para estabelecer um fato. Nas palavras de Latour, *blackboxing* constitui:

A forma como o trabalho científico e técnico é feito invisível pelo seu próprio sucesso. Quando uma máquina trabalha eficientemente, quando uma questão de fato é estabelecida, as pessoas precisam apenas de focar nos insumos e produtos e não em sua complexidade interna. Assim, paradoxalmente, quanto mais a ciência e tecnologia têm êxito, mais opaca e obscura ela se torna (LATOURE, 1999, p. 304, tradução livre).

Por desconhecermos seu funcionamento interno, suas peças, sua dinâmica, temos menos possibilidade de lhes apontar as falhas ou as decompor e mostrar como questões subjetivas e políticas estão inscritas nela e, assim, disputar com a rede-actante da qual ela faz parte a verdade em questão. Dessa forma, poderíamos dizer que esse tipo de dispositivo pode instituir uma relação desigual de forças na disputa em torno da verdade.

Hardy e Thomas (2015) contestam as afirmações sobre a impossibilidade de estudos do discurso abordarem verdadeiramente a materialidade e trazem luz para a relação entrelaçada entre discursos e materialidade. Os autores argumentam que abordagens discursivas, como as que se concentram na teorização foucaultiana do discurso, têm

²⁵ Caixas-pretas é qualquer sistema, dispositivo, que processam um insumo (input) transformando em produto (output) do qual se sabe pouco ou nada sobre seu funcionamento interno.

importantes contribuições para uma compreensão mais profunda da relação inextricável e entrelaçada entre discurso e materialidade. Segundo os autores, na abordagem de Foucault, os discursos não descrevem simplesmente o mundo, mas (i) o constituem (ii) trazendo-o à existência, categorizando e compreendendo-os, e (iii) estabelecendo as condições de possibilidade que definem quem e o que é normal, o padrão e aceitável” (MERILÄINEN *et al. apud* HARDY; THOMAS, p. 681, tradução livre). Hardy e Thomas expõem que é através do discurso que temos acesso a um mundo discursivo e material: “nosso conhecimento do mundo, nossa estimativa da verdade e nossa capacidade de falar (o escopo das coisas que podem ser ditas razoavelmente) são governados por certas formações discursivas” (HOOK, *apud* HARDY; THOMAS, p. 681, tradução livre). Segundo eles, ao vincular o discurso à materialidade, Foucault (1980) também enfatiza sua relação com o poder: “nada é mais material, físico, corporal do que o exercício do poder” (FOUCAULT *apud* HARDY E THOMAS, 2015, p. 681, tradução livre).

Para demonstrar seu argumento, examinam quatro aspectos da materialidade: corpos, espaços, objetos e práticas. Por exemplo, no que diz respeito aos **corpos**, eles afirmam que “estudos baseados em entendimentos foucaultianos do corpo forneceram análises detalhadas de práticas discursivas e materiais inter-relacionadas para mostrar como corpo, espaço, objetos e práticas se reúnem nas organizações para produzir [através de relações de poder] certos tipos de sujeitos” (HARDY; THOMAS, 2015, p. 684, tradução livre).

Em relação ao **espaço**, em vez de ver o espaço como um lugar neutro no qual as ações de grupos e instituições estão inscritas, ele é visto como uma forma de ordenação social com efeitos políticos. O espaço é tanto um meio de organizar ações e um resultado dessas ações.

Em relação aos **objetos**, evita-se a suposição de quaisquer características essenciais e o foco está nos regimes discursivos em que os objetos são formados e se tornam alvos de intervenção. Por outro lado, objetos ou formas materiais entrelaçam-na com novos arranjos e relações organizacionais, por exemplo, podem tornar as Organizações mais duráveis (HARDY; THOMAS, 2015).

Quanto à **prática**, Hardy e Thomas afirmam que “as divisões linguísticas e materiais se desintegram através da prática” (2015, p. 688 – tradução livre). Eles entendem a prática como formas rotineiras de fazer algo. Os autores sugerem que em muitas coisas relacionadas a organizações, como mudanças institucionais, organizacionais e estratégicas, as práticas discursivas não podem ser separadas das práticas materiais que as envolvem e interpolam. Segundo eles, “é essa fusão do material discursivo é que gera os efeitos de poder do discurso e permite que ocorram mudanças (ou, alternativamente, impedem que isso aconteça)”

(HARDY; THOMAS, 2015, p.690, tradução livre). Eles finalizam dizendo que “o discurso acrescenta à materialidade — e materialidade ao discurso — uma compreensão do papel das relações de poder na construção de nossas 'realidades', bem como a forma através da qual essas realidades podem ser desafiadas e reconstituídas” (HARDY; THOMAS, 2015, p. 692, tradução livre).

Orlikowski e Scott (2015) concordam com Hardy e Thomas (2015) sobre o uso de uma abordagem discursiva para estudar a materialidade. Para ambos (pares de) autores, a relação entre materialidade e discurso pode auxiliar na compreensão de como o poder opera nas organizações; os estudos do discurso podem abordar a materialidade; e, particularmente, eles concordam com a "abordagem fundamentalmente radical" que não afirma o primado da agência humana na vida social. No entanto, sua compreensão da prática é diferente. Orlikowski e Scott (2015) tratam a prática não apenas como outra materialização do discurso separada de corpos, espaço e objetos (HARDY; THOMAS, 2015), mas sua abordagem trata a prática como ontológica ou, para colocar em outras palavras, “corpos, espaços, e objetos são, em qualquer dado momento, o que as práticas deles o fizeram. Em outras palavras, as práticas são constitutivas do mundo” (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015, p. 698, tradução livre).

Não discordamos sobre a importância dos significados e do poder na representação da realidade, mas consideramos a materialidade e o discurso constituídos um pelo outro. Sob essa visão, a materialidade não "acrescenta" nada ao discurso (ou vice-versa), porque são ontologicamente inseparáveis. Como observa Barad, 'estar enredado não é simplesmente entrelaçar um ao outro, como na união de entidades separadas, mas falta uma existência independente e autocontida' (BARAD, 2007, p. ix) (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015, p.699, tradução livre).

Baseados no realismo agencial de Barad (2007), abalizado em uma noção foucaultiana do discurso, Orlikowski e Scott (2015) consideram a materialidade não como uma coisa, mas como um fazer. O foco está em como o discurso é “vivido”²⁶, ou performado/desempenhado, na prática. Ou para abordar isso de maneira mais completa: como as práticas, enredadas discursivamente e materialmente, configuram a realidade. Aqui as noções de materialização e performatividade são muito importantes. A performatividade concentra a atenção na “vivência” contínua, dinâmica e relacional do mundo, em uma realidade contingente, um

²⁶ Vivido nesse caso usamos como um correspondente da palavra inglesa *enacted*, palavra que os autores recorrentemente utilizam.

processo contínuo de materializações — como o discurso é materialmente vivido na prática (ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015). Nas palavras dos autores:

vemos a materialidade como constitutivamente enredada no discurso na prática, não separada de, antes de ou distinta do discurso e da prática. A implicação disso para as pesquisas gerenciais e organizacionais é que em vez de enquadrar nossos estudos em termos de interação - como duas entidades separadas se moldam - nos concentramos na vivência²⁷ (material) e nos preocupamos em detalhar como materializações específicas do discurso fazem diferença na prática, e com que consequências performativas (ORLIKOWSKI E SCOTT, 2015, p. 703, tradução livre).

A performatividade oferece uma maneira de entender como o mundo está sendo constantemente criado e reconfigurado em práticas material-discursivas. (ORLIKOWSKI E SCOTT, 2015, p. 700, tradução livre).

Lemke (2014) argumenta que a abordagem foucaultiana não desconsidera necessariamente o papel das coisas na construção do mundo, como critica Barad e como outros “novos materialistas” afirmam predominantemente. Os novos materialistas, em contraste com as formas mais antigas de materialismo, partem da “ideia de que a própria matéria é para ser concebida como ativa, contundente e plural, e não passiva, inativa e unitária” e estendem “o conceito de agência e poder a natureza não humana, pondo em dúvida também os entendimentos convencionais de vida” (LEMKE, 2014, p. 3, tradução livre). Lemke tenta mostrar como a noção foucaultiana de governamentalidade, ao sugerir uma simetria entre o “governo das coisas” e o “governo dos seres” no exercício do poder, pode abordar esses elementos centrais de uma abordagem pós-humanista.

Lemke, em primeiro lugar, aponta que o trabalho de Foucault desempenha um papel ambíguo nessa linha de pensamento. Por um lado, ele é frequentemente mencionado como uma inspiração para os estudos materialistas, por exemplo, sua noção de produtividade das relações de poder que produz corpos disciplinados e dóceis; no entanto, esse relato é frequentemente considerado insatisfatório. Além disso, ele também é considerado um dos representantes mais importantes da teoria do discurso e da virada cultural, que é percebida como “contestando ou negando a relevância da matéria” (LEMKE, 2014, p. 2, tradução livre). Foucault é, portanto, incluído na categoria de construtivismo social e antropocentrismo, incumbindo de permanecer na órbita humanista tradicional, sem levar em consideração as forças não humanas (LEMKE, 2014).

²⁷ Mais uma vez uma tentativa de tradução da ideia de *enactment*.

Lemke traz três pontos relacionados ao governo das coisas foucaultiano que esclarecem suas contribuições para a compreensão do mundo levando em consideração elementos materiais e não materiais. Primeiro, o “governo das coisas” não se baseia em uma separação fundamental de sujeitos e objetos e que tal qualificação de “humano” ou “coisa” e a distinção política e moral entre eles é, em si, um instrumento e efeito da arte de governo (LEMKE, 2014). Por exemplo, para abordar o fenômeno da população, Foucault, por um lado, considera-a como um corpo material “sobre o qual e para quais mecanismos são direcionados” e, por outro, como “um sujeito, uma vez que é chamado a conduzir-se de tal maneira” (LEMKE, 2014, p. 8, tradução livre). Em segundo lugar, os seres humanos podem ser objetivados e governados como as coisas. “Ao agregar estatisticamente os homens no nível das populações, eles finalmente se tornaram calculáveis e mensuráveis e poderiam ser concebidos como fenômenos físicos” (LEMKE, 2014, p. 8, tradução livre). Lemke cita Foucault: “governar significa governar as coisas” (FOUCAULT *apud* LEMKE, 2014, p. 8, tradução livre). Terceiro, a ideia de governo tem a ver com a disposição das coisas, organizando as coisas — leis e táticas — para alcançar um certo fim através de um certo número de meios: “assim, a arte do governo consiste na 'conduta de conduta', na estruturação do 'campo de ação possível de outros' (FOUCAULT *apud* LEMKE, 2014, p.9 — tradução livre).

Lemke leva adiante as contribuições de Foucault nas questões de moral, vida e política. Segundo ele, “a ideia de um 'governo das coisas' aborda a relação entre o físico e o moral, o natural e o artificial como algo que não pode ser reduzido ao domínio do social” (LEMKE, 2014, p. 10, tradução livre). O conceito de “governo das coisas” entenderia a vida questionando as condições de seu surgimento como um domínio distinto de prática e pensamento, não como algo que sempre esteve lá, “nem pode ser reduzido a um efeito (ilusório ou ideológico) de práticas científicas” (LEMKE, 2014, p. 12, tradução livre). Vida, política, economia ou qualquer outro objeto são “realidades transacionais”, ou seja, “conjunto dinâmico de matéria e significado” que possibilitam explicar a “ontologia histórica” (LEMKE, 2014, p. 12, tradução livre).

De acordo com Lemke, o “materialismo relacional”, trabalhado por Anne Marie Mol, de um “governo das coisas” nos permite conceber a “vida” e a “matéria” em termos de uma “ontologia histórica”, assim como a política, contribuindo para uma problematização desta como exclusiva do ser humano. “O conceito de 'governo das coisas' enfatiza a materialidade da política ao articular o elo entre a ‘questão do governo’ e o ‘governo da matéria’” (LEMKE, 2014, p. 14, tradução livre). O materialismo relacional refere-se, assim, a “uma realidade mais

abrangente que inclui os ambientes materiais e as constelações e redes técnicas específicas entre humanos e não humanos” (LEMKE, 2014, p. 15, tradução livre).

Buscando mostrar a afinidade entre diferentes perspectivas não essencialistas, Lemke informa que a proposta conceitual de um “governo das coisas” busca reunir uma análise do governo desenvolvida por Foucault com *insights* de estudos científicos e tecnológicos, especialmente a Teoria Ator-Rede e a Tecnociência Feminista. Aproxima-se, também da noção de “governamentalidade simétrica” de Richie Nimmo’s que busca combinar o trabalho de Foucault sobre governamentalidade com o princípio de “simetria generalizada” originalmente desenvolvida no contexto da Teoria Ator-Rede (LEMKE, 2014).

Davis (2014), articulando ideias de Barad e Foucault com Epigenética²⁸, argumenta em seu artigo que a política, e o Feminismo, são constitutivos de seus praticantes e também os constituem, materializando-se em suas práticas e corpos, mesmo no nível biológico e molecular, seus diferentes aspectos. Além disso, política e Feminismo são práticas materiais que também são influenciadas pelo passado e têm consequências não apenas nos indivíduos atuais, mas também nas gerações futuras. É um fenômeno cultural, social, histórico, político, físico e biológico que encontra diferentes materializações no mundo e no corpo.

A autora parte das conceituações de Barad sobre corpos e matéria como práticas ativas, não como coisas determinadas, mas como processos performativos de materialização. Na perspectiva de Barad,

conhecer, teorizar ou agir politicamente não se refere à aplicação de nossos esforços a objetos ou fatos preexistentes (...). Em vez disso, nossas políticas, teorias e práticas são engajamentos materiais específicos com o mundo que formam a configuração específica que investigamos como parte dessa configuração (DAVIS, 2014, p. 65, tradução livre).

²⁸ O professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro Marcelo Fontappié nos ajuda a entender o que é a Epigenética. De acordo com ele: “O termo “epigenética” tem origem do grego, onde “epi” significa “acima, perto, a seguir”, e estuda as mudanças nas funções dos genes, sem alterar as sequências de bases (adenina, guanina, citosina e timina) da molécula de DNA (ácido desoxirribonucleico). As modificações epigenéticas podem ser herdadas no momento da divisão celular (mitose) e irão ter um profundo efeito na biologia do organismo, definindo diferentes fenótipos (i.e. morfologia, desenvolvimento, comportamento etc)”. “Epigenética pode ser definida como modificações do genoma que são herdadas pelas próximas gerações, mas que não alteram a sequência do DNA. Por muitos anos, considerou-se que os genes eram os únicos responsáveis por passar as características biológicas de uma geração à outra. Entretanto, esse conceito tem mudado e hoje os cientistas sabem que variações não-genéticas (ou epigenéticas) adquiridas durante a vida de um organismo podem frequentemente serem passadas aos seus descendentes. A herança epigenética depende de pequenas mudanças químicas no DNA e em proteínas que envolvem o DNA. Existem evidências científicas mostrando que hábitos da vida e o ambiente social em que uma pessoa está inserida podem modificar o funcionamento de seus genes” (FONTAPPIÉ, s/d) (fonte: <http://revistacarbono.com/artigos/03-epigenetica-e-memoria-celular-marcelofantappie/>).

Para Barad, o agente de produção é um aparato material-discursivo. Um aparato é uma prática intra-ativa, física, que determina — e também é produzida por — “ideais, conhecimentos, pensamentos, corpos, sociedades, políticas, ambientes, espaço temporal e outros aparatos” (DAVIS, 2014, p. 65, tradução livre).

Davis usa as ideais de Foucault da “explicação material da constituição física dos corpos pela história, poder, meio ambiente e instituições sociais” (2014, p. 67, tradução livre). A materialidade do poder e do discurso são indissociáveis e seus efeitos podem ser vistos em “corpos, funções, processos fisiológicos, sensações e prazeres” (FOUCAULT *apud* DAVIS, 2014, p. 67, tradução livre). A autora transcreve as palavras de Foucault para fornecer um exemplo e esclarecer o ponto:

Acreditamos, em qualquer caso, que o corpo obedece às leis exclusivas da fisiologia e que escapa à influência da história, mas isso também é falso. O corpo é moldado por muitos regimes distintos; é quebrado pelos ritmos de trabalho, descanso e férias; é envenenado por comida ou valores, por hábitos alimentares ou leis morais. (FOUCAULT, 1998, p.380 *apud* DAVIS, 2014, p. 68, tradução livre).

A partir da epigenética Davis reforça a visão foucaultiana da materialização da cultura, história e etc. no corpo, bem como a noção de Barad de materialização no espaço-tempo que produz as entidades por diferenciação, pelo “corte de junção-separação” através de um processo interno de interação com os arredores. Davis toma o exemplo da diferenciação celular para formar vários órgãos e tecidos no corpo. Todas as células contêm o mesmo complemento genético, mas, no processo de desenvolvimento do organismo, os “processos epigenéticos regulam a diferenciação das células através da transmissão de mensagens bioquímicas (...) que definem a receptividade de um determinado gene à ligação com as várias proteínas ativadas. por fatores de transcrição” (DAVIS, 2014, p. 69, tradução livre). Segundo ela, os vários mecanismos epigenéticos atuam para facilitar ou suprimir o grau de expressão de um gene e isso acontece na interação com seus arredores, o ambiente. Assim, “o contexto do organismo — social e físico — impacta nos processos epigenéticos de expressão gênica” (DAVIS, 2014, p. 69, tradução livre). Em outras palavras, Davis afirma que

não são os genes em si que dão forma a um organismo, mas padrões de expressão genética que dão as características distintivas de uma célula ou tecido e, portanto, do organismo, através de uma interferência dinâmica entre os genes, organismo e meio ambiente” (DAVIS, 2014, p. 69, tradução livre).

Além disso, existem descobertas de pesquisas para apoiar a hipótese de que “a interação ambiental não se origina de novo em cada organismo, mas é transmitida intergeracionalmente” (DAVIS, 2014, p. 69, tradução livre), o que sugere que há herança intergeracional de respostas ambientais (DAVIS, 2014).

A política também está inserida nessa dinâmica, também é uma vivência²⁹ material, uma relação que mundifica o mundo e que não pode ser antecipada de forma alguma, está aberta. Não está separada e delimitada em uma outra dimensão da vida, mas trata-se de uma abordagem diante da vida e da sociedade, está espalhada em todos os lugares. Nas palavras de Davis “eu sugeriria que, em nossas vidas diárias, já estamos praticando política (e feminismo) — e, de fato, que somos políticos na prática. Tanto a política quanto o feminismo são práticas corporais da constituição do mundo” (DAVIS, 2014, p. 74, tradução livre).

Como dissemos anteriormente, em seu curso no Collège de France, *O Governo dos Vivos*, Foucault explica que elaborou o tema do “poder-saber” e depois do “governo pela verdade” para deslocar o tipo tradicional de análise que se baseava na noção de ideologia dominante (no domínio da História das Ideias), a qual ele tinha objeções. Foucault parte do senso geral e amplo de governo como “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2009, p.21) para estudar a relação entre governo e verdade. De acordo com o filósofo, “a arte de governar e, digamos, o jogo da verdade não são independentes um do outro, e não se pode governar sem, de um jeito ou de outro, entrar no jogo da verdade” (FOUCAULT, 2014, p.12, tradução livre). Na mesma obra, Foucault mostra como uma série de práticas ligadas a um determinado regime de verdade inscreve algo novo na realidade, algo que não necessariamente existia como a loucura, a economia, etc. e as submete-as ao julgo do verdadeiro e falso.

Acreditamos, portanto, no que diz respeito à essas questões, não se pode diminuir as ações dos textos, mas, pelo contrário, entender como elas entram, também nesse jogo da verdade, das práticas de poder e constituição do mundo.

2.6. Espaço e Política

²⁹ Aqui mais uma vez vivência é uma tentativa de tradução de *enactment*.

Uma noção primária de espaço para a Semiótica Material é a de que o espaço é uma das muitas conexões feitas por elementos heterogêneos (humanos e não humanos). É, assim, mais um elemento que é constituído (ou criado), que altera e é alterado, por um conjunto de relações entre outros elementos e a noção disponível (uso ou práticas) desse próprio espaço. Não existe espaço sem entidades ou um espaço com algum tipo de essência e características intrínsecas. Como colocado por Hardy e Thomas (2015), o espaço é tanto um meio de organizar ações como um produto dessas ações.

Um espaço, poder-se-ia dizer, então, é gerado por entidades e suas relações. No questionamento abaixo Latour explicita a diferença fundamental do entendimento sobre espaço:

o espaço é *aquilo dentro do qual* objetos e sujeitos residem? Ou o espaço é *uma* das muitas conexões feitas por objetos e sujeitos? Na primeira tradição, se você esvaziar o espaço de todas as entidades resta algo: espaço. No segundo, como as entidades engendram seu espaço (ou melhor, seus espaços) à medida que avançam, se você as retirá-las nada resta, especialmente o espaço. Diga-me qual é a sua posição no espaço e eu direi quem você é: suspeito que essa pedra de toque seja igualmente discriminatória para filósofos, arquitetos, historiadores de arte e outros. (LATOUR, 2009, p. 16, tradução livre).

Fenwick e Edwards (2011) reforçam a ideia de que, na Semiótica Material, espaço e tempo são entendidos como resultado de interações particulares entre elementos heterogêneos. Para eles, a concepção de simetria da TAR “desencadeia uma preocupação com o humano, o intersubjetivo e o significado, e recusa uma separação rígida entre objetos materiais e imateriais, objetos humanos e não humanos” (FENWICK; EDWARDS, 2011, p. XXI).

De acordo com os autores, a escala é outra questão a ser considerada. Fenwick e Edwards (2011) argumentam que “se o espaço é performado, se é um efeito de relações materiais heterogêneas, a distância também é performada” (FENWICK; EDWARDS, 2011, p. XVII). Dessa forma, eles defendem que as noções de perto e longe, aqui ou ali, não são uma relação estática entre dois pontos que é percorrida por algum objeto, mas são noções criadas pelas relações que estão sempre mudando entre dois pontos. Dessa forma, “quando vários pontos são interligados por meio de redes de atores, os conceitos de micro e macro não se mantêm” (FENWICK; EDWARDS, 2011, p. XVII)

Para Lemos (2013), o espaço pode igualmente ser entendido para além da ideia de uma infraestrutura por onde as coisas transitam. O autor entende a dinâmica de constituição do espaço, assim como ele próprio, como móvel e associativo. Lemos defende que o espaço

“é constituído por passagem de fluxos e dinâmicas que vai além de uma ação do micro no macro e vice-versa” (LEMOS, 2013, p. 6). Para o autor, ao abolir essas escalas é que o “analista social pode visualizar os movimentos associados de atores sem enfraquecê-los na estrutura (macro) ou sem interatividade (micro)” (LEMOS, 2013, p. 6).

O estudo do espaço a partir de uma abordagem da Semiótica Material constitui as questões de localização e contexto a partir do que Latour (2005) chama de articuladores e localizadores (e *plug ins*³⁰):

Efetivamente, o que vem sendo designado de ‘interação local’ é a *assemblage* de todas as outras interações locais distribuídas em outros lugares no tempo e no espaço, que foram trazidas à cena por meio dos relés de vários atores não-humanos. É a presença de lugares transportados para outros espaços que eu chamo de articuladores e localizadores (LATOURE, 2005, p. 194, tradução livre).

Como coloca Lemos (2013), o lugar não é independente do contexto e muito menos seu refém. Ademais, na semiótica material o contexto não é necessariamente aquilo que é contíguo, no entendimento euclidiano de espaço. O que pode fazer parte de um contexto ou localidade são os “vai-e-vem entre diversos mediadores que conectam localidades e temporalidades fazendo o local o resultado de um traslado de transportes” (LEMOS, 2013, p. 11). Reforçando a percepção sobre escala espacial na Semiótica Material, Lemos sugere que “se o espaço é essa rede móvel de coisas e seres humanos, de lugares em mutação, de comunicação entre objetos e humanos, nunca há algo meramente local ou global” (LEMOS, 2013, p. 11–12). Também, para o autor, tempo e espaço aparecem nas montagens e composições, não estão dados (LEMOS, 2013).

Lecomte (2013) nos informa que a noção de espaço da Semiótica Material é diversa ao da geometria euclidiana, que comumente media nossa relação intelectual com o assunto. De acordo com o autor, a geometria euclidiana assume que o espaço é uma dimensão extrínseca absoluta, na qual circulam entidades e na qual suas posições e transformações podem ser calculadas e medidas. A semiótica material, apesar de não fazê-lo explicitamente, parte de noção de espaço mais próxima a da geometria topológica, ou não euclidiana, que “implica uma definição mais relacional do espaço, segundo a qual não há deslocamentos que não

³⁰ Embora não nos detenhamos aos *plug ins*, devido ao recorte escolhido da pesquisa, cremos ser importante registrar esse conceito de Latour que juntamente com os articuladores e mediadores fazem pontes e constroem as relações do “global” e do “local”. Resumidamente, *plug in* é um termo que Latour (2005) propõe para ter em conta e possivelmente investigar “os veículos que transportam individualidade, subjetividade, personalidade e interioridade” (LATOURE, 2005, p. 207, tradução livre).

impliquem transformações” (LECOMTE, 2013, p. 475, tradução livre). Lecomte adverte que “as formas topológicas não se movem e circulam no espaço, não ocorrem no espaço, não estão contidas no espaço (por exemplo, como uma cama em um quarto), mas geram constantemente e modificam suas dimensões” (2013, p. 475, tradução livre).

Müller (2015) nos ajuda a compreender melhor essa noção de espaço topológico que não tem, por exemplo, sua distância contada por metros e não se baseia em noções tradicionais de escala. A distância, como já mencionado, é dada por quão proximamente conectadas as entidades estão em uma rede. O espaço nessa perspectiva “torna-se dobrado ou amassado” (MÜLLER, 2015, tradução livre). Para ilustrar isso, Müller utiliza um exemplo dado pelo próprio Latour: “Eu posso estar a um metro de distância de alguém que está ao meu lado ambos ao telefone, e estar, no entanto, mais proximamente conectado à minha mãe a 6.000 milhas de distância” (LATOURE *apud* MÜLLER, 2015, p. 34, tradução livre). O autor pondera que essa visão de espaço fica cada vez mais relevante dadas as tecnologias emergentes que mediam longas distâncias métricas como videoconferências, VoIP, as mídias sociais e as redes sociais como o *Facebook* (MÜLLER, 2015).

O mesmo ocorre em relação à escala, ou seja, “o global, o nacional e o local são todos efeitos de conexões mais ou menos densas” (MÜLLER, 2015, p. 34 — tradução livre). Mesmo as maiores organizações consideradas como atores globais são compostas por várias (e apenas) ligações locais. As ligações locais, no entanto, não podem ser consideradas como apenas de um mesmo local, pois, em sua constituição, vários outros espaços e tempos são trazidos. Dessa forma, “o global não está mais em algum lugar lá fora (...) em vez disso, o global também é criado ali, onde quer que vivamos” (MÜLLER, 2015, p. 34, tradução livre).

Odendaal (2014) retoma o fluxo entre espaço e os elementos que o constituem de forma dinâmica e traz isso para a relação humano-espaço. Segundo o autor, há uma troca entre espaço e sociedade que funciona nos dois sentidos. Da mesma forma que as atividades coletivas dos atores contribuem para a criação do espaço; as redes de relações mais ou menos estabilizadas determinam a criação de lugar por meio de decisões de investimento. O espaço seria, em alguma medida, as manifestações materiais do que foi negociado ao longo do tempo (ODENDAAL, 2014).

O autor faz coro à ideia de que a análise do espaço na Semiótica Material não se preocupa apenas com o físico, mas com os vários elementos que influenciam na construção do espaço. No entendimento da Semiótica Material, o local e o global são determinados pelo comprimento da rede. O perto e o distante são, também, produto das relações entre os vários elementos da rede, e não apenas localizações espaciais, uma vez que as relações heterogêneas

são capazes de conectar atores sociais à distância. A Semiótica Material preocupa-se com as relações entre os elementos e como essas relações fazem funcionar um certo número de coisas de determinada forma (ODENDAAL, 2014).

Como sugere Beetz (2016), na Semiótica Material a materialidade (tanto quanto a espacialidade) é uma questão complexa. As multidões de materialidades se agrupam a modalidades do que pode ser chamado de (1) *materialidade relacional*, uma vez que as relações em conjuntos heterogêneos não são fixas, mas se dão em fluxos, e a ela é adicionada a modalidade da (2) *materialidade processual*, ou de um *processo de materialização da matéria*, que só pode se dar por desempenho, ação, ou (completamos), nos termos foucaultiano, através de relações de poder; como efeito de relações de poder. Assim, diz Beetz (2016), “a materialidade positiva é um efeito” (p. BEETZ, 2016, p.130), de forma que, continua a autora, “objetos, por exemplo, não podem ser vistos como objetos isolados de contemplação passiva ou forças determinantes abstraídas das práticas”, mas são “efeitos de relações e processos que tem algum tipo de durabilidade, que fazem a diferença, e importam/materializam³¹” (BEETZ, 2016, p.130).

Handel (2019) nos ajuda a refletir sobre o espaço a partir de seus estudos sobre as diferentes facetas da casa/ lar e dos diferentes papéis que ela pode cumprir na produção e reprodução da vida. Entre outras literaturas, o autor mobiliza a Teoria Ator-Rede “para ver o que casas/ lares possibilitam ou restringem, e como elas se juntam a humanos, não humanos e sociedades” (HANDEL, 2019, p. 4). A partir da noção de dispositivo em Foucault, o autor defende que casas/ lares foram, desde sempre, parte de estruturas e dispositivos de poder: são “construídas de certa forma com determinadas características materiais, baseadas em suposições teóricas e práticas a respeito do bom e do mau, do eficiente e do ineficiente, do desejado e do indesejado” (HANDEL, 2019, p. 6).

O autor afirma que há pelo menos duas facetas na relação entre a casa/ lar e os sujeitos e sociedade. Uma das facetas é a do exercício do poder de cima pra baixo. A outra faceta, é um poder que parte de baixo, uma espécie de micro-contrapoder, se fossemos colocar em termos foucaultianos. A primeira liga a casa a uma rede de atores que, de alguma forma, constroem e possibilitam (influenciam) na sua forma, localização, materiais de construção, etc. Esta faceta tem a ver com o “planejamento estatal, a disciplina social, renovações urbanas, planos de bem estar, investimentos de capital, modelos patriarcais de regimentação, ações militares, e mais” (HANDEL, 2019, p. 6). Sarmiento e Gabriel (2011) nos trazem de

³¹ Tentativa de tradução de *matter*, que em inglês tem duplo significado podendo ser entendida tanto como “matéria” quanto “importa”.

Foucault um bom exemplo do que Handel (2019) afirma. Em a História da Sexualidade, Foucault sublinha uma série de elementos não humanos que fazem parte do dispositivo que produz certo tipo de sexualidade, que tem a ver, entre outras coisas com o exercício do poder através do espaço, ou, mais precisamente, da casa. Os autores destacam, por exemplo, como Foucault inclui nisso as “mudanças nos designs das casas que enfatizam a polaridade entre os quartos dos pais e das crianças, as técnicas de amamentação, e os aparatos de vigilância sobre crianças” (SARMIENTO; GABRIEL, 2011, p. 3).

A segunda faceta, por outro lado, tem a ver com os usos ativos, e às vezes inesperados, em contraposição ao uso passivo ou normalizado, das estruturas materiais que constituem o conjunto material-semiótico da casa/lar. Handel (2019) nos apresenta essa perspectiva abordando a questão da moradia dos palestinos em zonas controladas pelo exército de Israel. Ele conta-nos como os moradores palestinos utilizam-se da casa de várias formas não usuais para diversos fins como, por exemplo, resistirem à perda de suas residências e de um lugar para viver (subsistência), e resistirem à tentativa de expulsão da comunidade palestina dos territórios controlados pelo exército israelense (resistência). Uma das táticas de resistência política na luta desigual é, por exemplo, reconstruir incansavelmente as casas destruídas pelo exército israelense, mesmo sabendo que ela pode ser novamente destruída. Outra é ao serem avisados (por mensagens de celular) pelo exército israelense para deixarem suas casas, pois, seriam bombardeadas, os habitantes, ao invés de o fazerem, subiam aos telhados para “protegerem suas casas” da destruição, forçando as forças armadas israelenses a cancelarem o bombardeio. Handel (2019) chama essas práticas de *home-making* no intento de mostrar que o espaço da casa e as relações que construímos com ela são ativas, processuais e, sobretudo, políticas.

Guggenheim (2016) sugere que “a construção de nosso mundo é definida pela forma como diferentes tipos de objetos são distribuídos e interconectados” (GUGGENHEIM, 2016 p. 67, tradução livre). Baseado na ideia de Latour de Móvel Imutável (*Immutable Mobile*), Guggenheim (2016) reflete sobre os diferentes tipos de objetos e os diferentes tipos de agência sociomaterial.

Sem desenvolver a ideia do autor, gostaríamos de reproduzir o entendimento que ele tem sobre a infraestrutura e os prédios, que é a parte pertinente a nossa pesquisa. Em relação à infraestrutura, o autor diz que a discussão central dá-se em relação à sua distribuição e equidade, uma vez que ela pode potencialmente incluir a todos, ou produzir desigualdades a partir da exclusão, por exemplo, de infraestrutura de água (GUGGENHEIM, 2016). A questão em relação às redes sanitárias, e de energia elétrica, não é se elas funcionam ou não, mas

quem elas cobrem, como mostra McFarlane (2016): “infraestrutura são tecnologias de inclusão, e enquanto tal, são altamente políticas. É precisamente porque infraestruturas são imóveis que importa tanto onde elas vão e onde não vão” (GUGGENHEIM, 2016, p. 70, tradução livre).

Em relação aos prédios, se considerados como telhados, paredes, janelas, podem ser vistos também como infraestrutura, ou seja “uma sequência de tecnologias que abriga os humanos das intempéries” (GUGGENHEIM, 2016, p. 70, tradução livre). As tipologias de prédios (estádios, museus, bancos, residências), por outro lado, têm propriedades diferentes, menos tecnológicas e mais semióticas. Isso significa dizer que, de alguma forma, a tentativa dos arquitetos de transformá-lo em tecnologia, ou seja, impelir aos seus usuários determinados usos e práticas não é totalmente exitosa. Isso, pois, para que consiga tal feito, uma tipologia de prédio depende de mais coisas do que apenas sua arquitetura (GUGGENHEIM, 2016).

Guggenheim (2016) entende que os conjuntos de prédios são construídos por arquitetos e planejadores que visam fazê-los ter certos efeitos, mas que seus efeitos têm muito menos a ver com as intenções de seus planejadores do que com o uso que as pessoas fazem do prédio, de forma semelhante a Odendaal (2014). Nas palavras do autor:

prédios fazem o que quer que façam não porque são construídos da maneira que são, mas por causa de sua existência contínua, não tanto por causa da agência projetada pelo designer, mas pela agência permanente de usuários, cuidadores, faxineiros e proprietários. Essa existência, amplamente excluída dos escritos e interesses dos arquitetos, inclui uso, manutenção (STREBEL 2011), decadência, mudança de uso (GUGGENHEIM 2013b), preservação (ver GÖBEL, neste volume) e demolição (BRAND 1995). Por isso, não estou afirmando que o trabalho dos arquitetos não tem efeitos, ou nunca os efeitos que eles estão reivindicando (GUGGENHEIM, 2016, p. 73–74, tradução livre).

Isso não significa que a arquitetura não tenha efeito, apenas que, para Guggenheim o efeito é menor do que o esperado pelos arquitetos. Dessa forma, Guggenheim (2016), salienta, assim como outros, a ativa e processual construção do espaço por aqueles que o utilizam, não sem atentar para o fluxo reverso de influência e constituição que o espaço e os não humanos têm sobre os humanos.

Lancione e McFarlane (2016) buscam entender, a partir de uma abordagem semiótica material, como é a vida nas margens da urbe e se perguntam “como corpos, infraestruturas, e processos geográficos urbanos são reunidos — ou separados — na constituição da vida

cotidiana?” (LANCIONE; McFARLANE, 2016, p. 45, tradução livre). Para levar a tarefa a cabo propõem valer-se da literatura sobre *assemblages* que parte de uma abordagem de cidade que não pressupõem identidades essenciais duradouras. Essas abordagens entendem o urbano como “uma multiplicidade de processos de transformação, fixação de redes sociotécnicas, coletividades híbridas e topologias alternativas” (FARÍAS E BENDER, 2010 *apud* LANCIONE; McFARLANE, 2016, p. 45). De acordo com os autores, tal abordagem permite uma atenção ao imanente focando nas práticas através das quais humanos e não humanos são separados e juntados. Para desenvolverem o projeto, os autores articulam a noção de Stengers de cosmos com a micropolítica do campo social de Deleuze e Guatarri

Em nossa leitura, a noção de cosmos de Stengers não está acima — nem além — da micropolítica do campo social, das operações cotidianas das *assemblages* urbanas. Para Deleuze e Guattari (1987), o cosmos múltiplo e rizomático é constituído através da micropolítica cotidiana do social, um social marcado por uma produção irreduzível de diferenças, sujeitos e máquinas (LANCIONE; McFARLANE, 2016, p. 46).

A partir da cosmopolítica das margens os autores produzem uma noção politizada dos processos de performance/vivência/criação da urbe em que

as coisas urbanas – infraestruturas, atmosferas afetivas, horários urbanos, máquinas, encanamentos não são separadas dos sujeitos políticos: elas são realmente parte do que pode ser pensado como vida e política, e a vida e o político podem ser forjados através delas (LANCIONE; McFARLANE, 2016, p.59–60, tradução livre).

Inspirados em De Boeck, Lancione e McFarlane (2016) afirmam que juntos esses elementos emaranhados compõem a máquina social, o denominado domínio público, como a soma de diferentes experiências coletivas nas quais a sobrevivência individual é possível ou, pelo contrário, é constantemente feita impossível (DE BOECK *apud* LANCIONE; McFARLANE, 2016).

McFarlane (2011), em outro texto, refletindo sobre as contribuições que a abordagem de “*assemblage*” pode oferecer para a compreensão da cidade, parte das moradias de baixa renda para construir seu argumento central: se a constituição da moradia é um processo, se morar e habitar é um fazer tanto quanto o é construir, então, o morar é uma forma de *assemblage* urbana. De acordo com o autor, “essa caracterização do morar provê a base, eu sugiro, para pensar a própria cidade como um processo de aglutinação” (McFARLANE, 2011,

p. 650, tradução livre). Partindo dessa premissa, o autor mostra como a noção de *assemblage* é importante para o entendimento da natureza espacialmente processual, relacional e generativa da cidade. Por generativo, o autor explica que se refere tanto “ao processos históricos e economias políticas quanto às eventuais, disruptivas, atmosféricas e randômicas justaposições que caracterizam o espaço urbano” (McFARLANE, 2011, p. 652, tradução livre).

McFarlane (2011) entende que as cidades são produzidas por processos de desenvolvimento profundamente desiguais que ocorrem “em diferentes momentos de acumulação, mercantilização e em geografias particulares de tendências de investimento e preferências” (McFARLANE, 2011, p. 652, tradução livre) que produzem, também, uma urbanização fortemente desigual. O caminho desses processos, contudo, não é previamente traçado, pois, são abertos e há produções de cidades e resistências a certas produções de cidade, historicamente e no presente, de forma que elas sempre estão sujeitas a transformações e possibilidades alternativas. Dessa forma, a cidade é feita “através do trabalho e dos recursos ativos e díspares que a alinham de maneiras particulares e que estão constantemente sujeitos a serem imaginados e vividos de maneira diferente” (McFARLANE, 2011, p. 652, tradução livre).

Outra questão levantada por McFarlane como central na abordagem da cidade como uma *assemblage* é a de “quem e o que tem a capacidade de constituir a cidade” (McFARLANE, 2011, p. 668). A esse respeito ele pondera que as políticas urbanas são, em sua maioria, concebidas por diferentes concepções de habitação urbana que impactam nas possibilidades de habitações e os tipos de moradia que acabam por ser valorizados. Compreender quais e como determinados grupos e concepções têm maior capacidade de performar/produzir a cidade pode oferecer-nos uma base para pensar as diferentes maneiras de se montar uma cidade (McFARLANE, 2011).

Burrell e Dale (2014) também advertem para a relação indissociável entre política e espaço considerando espaço como um processo de ordenamento social com implicações políticas. Os autores consideram a visão passiva do espaço e do lugar como limitada e danosa. Entendimento esse que não nos ajuda a compreender as características sócio-organizativas do espaço: “como o espaço, na verdade, nos organiza, o que nós fazemos, e até como o espaço está relacionado à como nós nos percebemos. Concordando com o entendimento de Odendall (2014), eles dizem que, “enquanto nós ordenamos e vivenciamos³² o espaço, ele nos ordena”

³² Mais uma vez uma tentativa de tradução de *enact*.

(BURRELL E DALE, 2014 p. 13, tradução livre). “As formas como os espaços são produzidos e pelas quais eles nos produzem como atores sociais não são neutros, mas incorporam normas culturais e relações de poder” (BURRELL; DALE, 2014, p. 16, tradução livre).

Burrell e Dale (2014) nos mostram como as práticas espaciais de organização, criação ou fabricação no espaço estão relacionadas ao poder e à materialidade. Eles mostram, por exemplo, como os espaços que acreditamos criar para nós mesmos, nosso escritório em casa (*home-office*), são em grande parte criados por arquitetos, designers, fabricantes de equipamentos eletrônicos e uma série de outros profissionais. Além disso, os possíveis usos, as práticas realizadas neste espaço, dependem dos serviços e bens fornecidos (e do dinheiro para acessá-los — acrescentaríamos): fornecedores de banda larga, executivos de programas de TV, empresas de móveis, empresas de eletrônicos, fornecedores de energia, etc. Isso tudo, ao mesmo tempo facilita certas formas de uso enquanto restringe outras.

Os autores argumentam, através do exemplo do escritório doméstico, que a criação de determinados espaços está conectada a outros interesses como os das empresas, que buscam reduzir custos e implementar outras mudanças nas práticas organizacionais a partir das narrativas gerenciais que transformaram o espaço e as possibilidades de trabalho. Adicionalmente, mostram como essas coisas estão ligadas, também, às mudanças de marcos regulatórios e direitos trabalhistas, subsidiados pela narrativa sobre trabalho e produtividade no novo capitalismo (BURRELL; DALE, 2014). Enfim, é uma longa rede-actante que conecta vários atores diferentes, humanos e não humanos.

No final, tudo tem a ver com o controle do espaço para fins específicos. Burrell e Dale (2014) mostram como é cada vez mais difícil acessar espaços públicos — poderíamos adicionar os 'bons espaços' — das cidades e centros das cidades. Segundo eles, isso está relacionado à propriedade privada e ao controle burguês do espaço. Para os autores, o individualismo de mercado se uniu aos direitos de propriedade privada e desenvolveu a base dos padrões capitalistas de produção e ocupação do espaço. A principal transformação foi desatar o vínculo entre o homem e a terra, supostamente para libertá-lo. Na verdade, isso libertou a terra para sua mercantilização e, com outras mudanças, criou um aparato de captura em grande escala. Assim, a possibilidade de acumulação de terras por alguns resulta na falta de terras para outros. Nas palavras dos autores: "a alienação de nossos direitos está intimamente ligada à ascensão da propriedade privada de outros" (BURRELL; DALE, 2014, p. 14–15, tradução livre). Seguem algumas das transformações apontadas por eles, que salientamos acima, em suas próprias palavras:

Hoje, é cada vez mais difícil acessar os espaços "públicos" da cidade e dos centros das cidades que agora são encontrados atrás das portas trancadas e fechadas dos shopping centers. Após o anoitecer, os cidadãos são impedidos de andar em, o que talvez tenham sido por séculos, áreas cívicas. O controle do espaço alcançado pela burguesia na Europa Ocidental foi e é notável. O conceito de propriedade privada é central para essa conquista. Neale (1975: 94) nos diz que "na terra houve uma grande mudança de uma relação feudal e paternalista entre o dono da terra e o inquilino, para uma baseada mais exclusivamente na maximização dos lucros em uma economia de mercado". De acordo com Selznick (1969: 123), a vida agrária rural estava "enraizada em uma sociedade em que todos deveriam pertencer a algum lugar, e os maiores parâmetros de pertença eram parentesco, localidade, religião, ocupação e classe social". Mas essa conjunção do social e do espacial foi superada pelo desenvolvimento de padrões capitalistas. (...) O individualismo de mercado se uniu aos direitos de propriedade privada que os trabalhadores agrícolas (Trabalhadores agrícolas) teriam achado bastante estranhos [*alien*]. É no humilde laboratório agrícola que as origens do termo sociológico chave "alienar" [*alien*] se repousa (BURRELL; DALE, 2014, p. 14, tradução livre).

Nesse estágio, no entanto, devemos observar que a abertura do espaço às forças do mercado acarreta um fechamento do espaço por interesses imobiliários. A alienação de nossos direitos está intimamente ligada à ascensão da propriedade privada de outras pessoas. Havia um 'aparelho de captura' em grande escala. Ainda está acontecendo na China e em outras partes do mundo (BURRELL; DALE, 2014, p. 14–15, tradução livre).

Os autores nos mostram, portanto, que melhor do que falar apenas em espaço, o mais fértil seria tratar a questão como produção do espaço. Esse fazer, por sua vez, é um processo histórico, político e se dá através de relações de poder. As práticas, os discursos, os elementos humanos e não humanos se relacionam, são juntados e separados, competem ou se aliam, e interferem uns nos outros gerando efeitos. Em sua análise os autores nos mostram como o ente propriedade privada, e toda uma rede-actante a ele conectada, possibilitou o controle burguês do espaço e como esses dois aspectos são importantes para o entendimento da produção do espaço no contexto em que atuam: no contexto capitalista (BURRELL; DALE, 2014).

O espaço é também um aspecto essencial na relação poder-saber-verdade nas reflexões foucaultianas, como mostramos pouco acima (SARMIENTO; GABRIEL, 2011). Ele é um dos elementos de uma série de elementos que atuam na produção do saber, e no exercício do poder; é produzido e alterado pelo exercício do poder. Como nos lembra Grbin (2015) no poder disciplinar, as práticas de espacialização são centrais para criar um espaço mais controlado, permitindo a observação sistemática e o "controle" direto dos corpos. No poder governamental, o espaço é menos possível de ser controlado de forma tão minuciosa, como era nas instituições, pelo poder disciplinar, mas nem por isso é menos importante. O espaço é, então, tomado de outra forma, ou seja, é considerado um elemento (uma coisa) a ser levado

em consideração no conjunto geral de elementos para exercer o poder de forma indireta nos comportamentos, corpos e pensamentos das pessoas, voltaremos a esse ponto mais adiante com o próprio Foucault.

Grbin afirma que particionar o espaço do hospital para atender às necessidades do discurso médico e suas práticas (sociais) têm a função de articulação e implementação do poder/ saber do discurso médico. O papel do espaço é fundamental nesse caso. O uso desse espaço específico institucional na geração do saber é feito não apenas pela espacialização da imaginação mental interna (em termos de classificação e limitação do saber), mas também pela produção de configurações espaciais externas à mente (GRBIN, 2015), ou seja, da materialização dessas configurações na arquitetura de forma a reforçar toda relação entre os elementos proposta no discurso.

Grbin aponta para uma relação complexa e multidirecional entre: a instituição, o espaço arquitetônico, os discursos que circulam em torno dessa instituição, o conhecimento que é produzido nela e a partir dela, e os efeitos deles nos internos. O autor entende que discurso e materialidade (do espaço da clínica e das práticas) fazem parte de um arranjo específico que torna possível esse mesmo discurso e uma determinada práxis (GRBIN, 2015). Nas palavras do autor:

não podemos ver o espaço como categoria "normal" e neutra, independente de epítetos sociais e políticos. Portanto, o espaço não é constituído inteiramente pela única realidade material que possui. O espaço inclui suas propriedades e objetivos sócio-funcionais e possui camadas cultural-simbólicas e representativas. (GRBIN, 2015, p. 309, tradução livre).

Finalmente, pode-se notar que em Foucault a produção de espaço, seja em clínicas, prisões ou fábricas, ou mesmo na cidade em geral, não é uma prática neutra. Ao contrário, em geral, é uma prática apropriada para os objetivos específicos de exercício do poder e, assim, torna a produção do espaço uma prática de poder-saber em sua essência. O poder é exercido no, através e pelo espaço. Foucault insistiu que o espaço é uma categoria muito importante de análise porque revela domínios em que o poder, ou alguma outra categoria social, se torna visível (GRBIN, 2015).

Em seu curso no Collège de France denominado de *Segurança, Território e População* (1977–1978), Foucault (2008) trata do desenvolvimento das formas de exercício de poder até chegar ao que somos hoje, no estado moderno. No curso de suas reflexões ele

aborda a questão do espaço e informa que ela é comum às três tecnologias de poder usadas pelo estado: soberania, disciplina e segurança (governamentalidade).

“os problemas de espaço são igualmente comuns a todas as três [soberania, disciplina e segurança]. No caso da soberania, é óbvio, pois é antes de mais nada como uma coisa que se exerce no interior do território que a soberania aparece. Mas a disciplina implica uma repartição espacial, e creio que a segurança também - e é justamente disso, desses diferentes tratamentos do espaço pela soberania, disciplina e segurança que eu gostaria de lhes falar agora” (FOUCAULT, 2008c, p. 17).

No que diz respeito à **soberania** o elemento chave é a cidade-capital e como ela pode e deve funcionar gerando efeitos para o restante do território do soberano. É a partir dessa chave da soberania com problema fundamental que Foucault diz que irão surgir “um certo número de funções propriamente urbanas, funções econômicas, funções morais e administrativas, etc.” (FOUCAULT, 2008c, p. 19). Utilizando-se da reflexão de Le Maître sobre a capital Foucault destaca que é possível perceber o intuito de “conectar a eficácia política da soberania a uma distribuição espacial. [...] A capital é pensada nesse texto em função das relações de soberania que se exercem sobre um território” (FOUCAULT, 2008c, p. 19–20). Dessa forma, a organização da cidade, era pensada a partir de sua relação com a categoria mais geral e global do território, como uma organização exemplar a repercutir no restante do espaço sob a responsabilidade do soberano.

Outra forma de pensar e construir as cidades (o espaço), conta-nos Foucault, e que tem a ver com as técnicas de poder **disciplinares**, é a que se baseia na figura do acampamento do exército romano. Nesse caso a cidade é não a partir de sua relação com o território, que é maior que ela, mas “a partir do menor que ela, a partir da figura geométrica que é uma espécie de módulo arquitetônico, a saber, o quadrado ou o retângulo por sua vez subdivididos, por cruzes, em outros quadrados e outros retângulos” (FOUCAULT, 2008c, p. 21–22).

A partir do exemplo da pequena cidade francesa de Richelieu, Foucault mostra como módulos simétricos se tornam funcionais graças a assimetrias bem calculadas (retângulos e quadrados que cortados por ruas e avenidas formam quarteirões, bairros e diferentes áreas da cidade). Assim, o retângulo da cidade é dividido em outros dois retângulos menores por uma mediana. Um dos retângulos, a área residencial, que se encontra em um dos extremos da cidade, tem retângulos maiores, pois tal área é feita de ruas mais largas e quarteirões maiores. No bairro residencial haverá duas categorias de casas, as que dão para a rua principal ou próximas a ela — que serão as casas de mais andares — e nas outras ruas as casa menores,

com apenas um andar. O outro retângulo, a área comercial, localizada no outro extremo, é feito de retângulos menores e ruas mais estreitas, e é aí que os artesãos, lojas, o comércio, e também onde deve ter algumas praças, para a realização de feiras. É repartindo e controlando minuciosamente que a disciplina lida com a multiplicidade no espaço, arquitetando-o. Sobre isso, Foucault diz que:

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o triplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. No caso de Le Maître e da sua *Métropolitée*, tratava-se em poucas palavras de "capitalizar" um território. Neste, vai se tratar de arquitetar um espaço. A disciplina é da ordem do edifício (edifício no sentido lato) (FOUCAULT, 2008c, p. 21–22).

Foucault utiliza o exemplo da cidade de Nantes, também na França, para mostrar a relação dos dispositivos de **segurança** e o espaço. Para tanto, cita o projeto de Vigné Vigny, a partir do qual percebe quatro grandes funções que a cidade deveria assegurar: higiene, comércio interior; fluxo de comércio exterior, porém, com controle aduaneiro; e vigilância, para que as cidades — agora fora dos muros dos burgos e aberta aos afluxos de “mendigos, vagabundos delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc.” (FOUCAULT, 2008c, p. 24), — pudessem ser seguras. O que chama atenção no projeto, contudo, era a preocupação de projetar a cidade no futuro, de gerenciar probabilidades e incertezas, ou como coloca Foucault “como integrar a um projeto atual as possibilidades de desenvolvimento da cidade? [...] O que se deve fazer para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão?” (FOUCAULT, 2008c, p.25). O projeto de Vigny era basicamente construir um cais ao longo das margens do Loire, deixar um bairro se desenvolver para depois fazer outras construções complementares apoiando, assim, novos desenvolvimentos, inclusive de um novo bairro a partir do primeiro.

Mais importante que o projeto em si é o que se pode perceber a parti dele. Em primeiro lugar, aponta Foucault, “não se trata mais de construir, dentro de um espaço vazio ou esvaziado, como no caso dessas cidades, digamos, disciplinares, como Richelieu, Kristiania, etc”. De acordo com Foucault, assim trabalha a disciplina, num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído e controlado. Já a segurança vai se apoiar em certo número de dados materiais, com a disposição do espaço, sobre algo dado. Em segundo lugar, na cidade da “segurança” não se busca reconstruir o espaço para atingir a perfeição, mas trata-se de

maximizar os pontos que se creem positivos para o funcionamento tal como é desejado, assim como minimizar os negativos. Portanto, trabalha-se com quantidades e probabilidades. Em terceiro lugar está a polifuncionalidade de cada elemento que compõe a cidade. Uma rua, por exemplo, serve a múltiplas funcionalidades (circulação de doenças, circulação de mercadorias, acesso às lojas) e terá que ser tomada nessa perspectiva nos seus aspectos positivos e negativos. O ponto quatro, e final, é que se vai trabalhar com o futuro não controlado e nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, “o bom funcionamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer” (FOUCAULT, 2008c, p. 26).

O mecanismo do dispositivo de segurança funciona a partir do problema da série: série indefinida dos elementos que se deslocam (circulação e numero de carroças, de passantes, de ladrões, mercadorias etc.); de elementos que se produzem (barcos, carroças, etc.); de elementos que se acumulam (habitantes, imóveis, etc.). Enfim, é a gestão dessa série abertas que só podem ser controladas por estimativa de probabilidades, é isso que, para Foucault, caracteriza o mecanismo de segurança (FOUCAULT, 2008c). A seguir o resumo proposto por Foucault das técnicas de poder e seus diferentes mecanismos em que destaca a noção de meio:

Digamos para reunir isso tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede de governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. (...) **O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro.** É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É portanto o problema **circulação e causalidade** que está em questão nessa noção de meio (FOUCAULT, 2008c, p. 27, grifo meu).

A característica diferencial dos dispositivos de segurança, segundo Foucault, é que eles trabalham, criam, organizam, planejam um conjunto de dados naturais, como rios e morros, e dados artificiais, como aglomeração de indivíduos e de casas, e através dessa intervenção no meio visam provocar, ou intervir, na circulação de causas e efeitos afetando a população. Como coloca Foucault:

O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, de aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é

um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem (FOUCAULT, 2008c, p. 28).

Assim o meio, o espaço ou, se quisermos, a cidade — como ele usa em todos os exemplos —, funciona como um campo de intervenção através do qual se alcança, ou se incide, a população. Na passagem a seguir Foucault continua a explicação ao diferenciar o funcionamento do dispositivo de segurança do dispositivo da soberania e do dispositivo da disciplina:

E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias— o que acontecia no caso da soberania—, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (FOUCAULT, 2008c, p. 28) .

A primeira metade da passagem é justamente o que tentamos explicar anteriormente, ou seja, de como o dispositivo de segurança faz uso do meio (coletivos heterogêneos) para atingir a uma população. A respeito do meio e dos coletivos heterogêneos e do ambiente em que os humanos vivem, o autor vai dizer o seguinte:

parece-me que, com esse problema técnico colocado pela cidade vê-se – mas não passa de um exemplo, poderíamos encontrar vários outros, voltaremos ao assunto - vê-se a irrupção do problema da "naturalidade"³³ da espécie humana dentro de um meio artificial. Essa irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder é, parece-me, algo fundamental (FOUCAULT, 2008c, p. 29).

O fundamental, então, é essa condição da vida humana se encontrar, para se reproduzir e produzir, em um meio artificial, que pode ser, e é, modificado pelos humanos e que os

³³ No rodapé da bibliografia consultada nos é informado que entre aspas em seus manuscritos, Foucault escreve o seguinte:

“Dizer que é a irrupção da 'naturalidade' da espécie humana no campo das técnicas de poder seria um exagero. Mas, se [até] então ela aparecia principalmente na forma da necessidade, da insuficiência ou da fraqueza, do mal, agora ela aparece como interseção entre uma multiplicidade de indivíduos que vivem, trabalham e coexistem uns com os outros num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta”.

modifica: segregando-os, juntando-os, hierarquizando-os, cuidando de alguns, deixando outros à própria sorte, dando determinadas possibilidades de vida para uns e outras pra outros, etc. O fundamental, então, é a relação indissociável entre a multiplicidade de indivíduos e a materialidade dentro da qual existem, relação essa atravessada pelas relações de poder. Percebemos o grau de importância dessa relação quando o poder governamental é também chamado de biopoder, ou seja, o poder sobre a vida, sobre as formas de viver.

De acordo com Pickering (2013), o grande feito de Foucault foi ter mostrado que a distinção do eu moderno, se é que ele sequer existe, é uma criação histórica, não uma essência humana. Em *Vigiar e Punir* (1999b), Foucault mostra, por exemplo, como “a materialidade da arquitetura, o particionamento do espaço e a organização de campos de visão, podem funcionar para transformar estados internos, fazendo homens dóceis” construindo uma certa visão e experiência do mundo do eu moderno (PICKERING, 2013, p. 28). Para Pickering, “a descoberta central do livro é que específicos eus modernos são feitos em *assemblages* específicas de humanos e não humanos (PICKERING, 2013, p. 28, tradução livre).

Ecoando a passagem já transcrita de Lancione e McFarlane sobre cidade e subjetividades, gostaríamos de fazer novamente presente a noção de entrosamento entre meio e vida, cidade e sujeitos, e a política que ao mesmo tempo os constrói, só pode ser exercida se for a partir deles:

as coisas urbanas – infraestruturas, atmosferas afetivas, horários urbanos, máquinas, encanamentos não são separadas dos sujeitos políticos: elas são realmente parte do que pode ser pensado como vida e política, e a vida e o político podem ser forjados através delas (LANCIONE; McFARLANE, 2016, p.59–60, tradução livre).

IV. PROPOSTA METODOLÓGICA

A respeito da metodologia é importante dizer, primeiramente, como vemos seu papel na pesquisa científica, notadamente as chamadas qualitativas, como a que se propõe fazer neste projeto. Entendemos que adotar uma metodologia é mais do que se valer de instrumentos canonizados pela ciência como produtores de verdade; não se trata de escolher um número tal de procedimentos para deles emprestar à pesquisa qualquer autoridade que estes conquistaram no meio científico fazendo com que, assim (e só assim), a pesquisa seja considerada científica. A tal prática González Rey (2005) chama de “metodologismo”, no qual instrumentos e técnicas se emanciparam das representações teóricas convertendo-se em princípios absolutos de legitimidade para a informação produzida por eles. A importância da metodologia tem a ver com as possibilidades de compreensão que técnicas e métodos dão aos pontos a serem estudados dentre as infinitas possibilidades colocadas pelo real.

A seguir abordaremos uma série de orientações de diferentes naturezas, que por vezes poderão se sobrepor, e que serão utilizadas para balizar a presente pesquisa. Iniciamos com sete pontos³⁴ sobre metodologia e pesquisa de uma forma mais geral, que entendemos serem fundamentais e que são orientadores da prática proposta no presente projeto:

1. A estrutura da pesquisa é passível de desconstrução e precisa acolher a recursividade, a reelaboração, o inesperado e tudo aquilo que o objeto e os sujeitos de pesquisa estão nos dizendo no campo (problemas, objetivos e justificativa);
2. A subjetividade do pesquisador deve ser implicada na pesquisa, e não excluída dela;
3. A metodologia precisa realizar uma interlocução com o objeto e sujeitos de pesquisa. Ela não é totalmente pré-determinada, emerge do campo e é “artesanalmente” elaborada pelo pesquisador (A pesquisa é contingente);
4. Os objetos de pesquisa tratados nas ciências sociais são sempre complexos, mas admitem diversos recortes epistemológicos e metodológicos;
5. Do ponto de vista da problematização não é aconselhável estabelecer hipóteses, mas proposições abertas que podem ser revistas. Isto é fundamental para possibilitar a emergência de novos achados e conclusões;

³⁴ Esses pontos selecionados foram fruto do processo coletivo de discussão acerca da Transdisciplinaridade e das pesquisas nas ciências humanas e aplicadas, notadamente, nos Estudos Organizacionais, que ocorreu por ocasião de duas disciplinas (Transdisciplinaridade e Estudos Organizacionais I e II) ministradas pela Profª. Ana Paula Paes de Paula, com auxílio do Prof. Rafael Pereira, no CEPEAD/ FACE no primeiro semestre de 2015.

6. Mesmo durante a análise de dados novas questões e ideias podem surgir e devem ser acolhidas;
7. Do ponto de vista dos resultados é preciso considerar que são provisórios e que a pesquisa sempre tem um caráter inacabado e endereça novas questões.

1. Precauções de Foucault

Foucault, em seu texto *Soberania e Disciplina* (FOUCAULT, 1990a), lista as precauções que buscou tomar a fim de levar a cabo a proposta de sua analítica do poder. As questões que se fazia eram as seguintes “De que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT, 1990a, p. 179). São cinco as precauções listadas pelo filósofo e que também me orientará nesta pesquisa:

1. Buscar os efeitos do poder em suas extremidades, em suas pontas, captá-lo nas suas formas e instituições mais regionais e locais em suas extremidades cada vez menos jurídicas de seu exercício;
2. Deter-se aos efeitos do poder e não se voltar para suas intenções ou quaisquer coisas que equivalha à um tipo de abordagem interna; voltar-se para “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.” (FOUCAULT, 1990a, p. 182);
3. Abandonar as concepções que se tem o poder enquanto:(a) coisa, que está em determinado lugar ou que é possuído por certos indivíduos, grupos, ou classes; (b) fenômeno de dominação maciço de uns sobre outros; (c) algo que se tem e se pode possuir, herdar, dividir ou perder; (d) Diferentemente disso, o poder deve ser considerado como algo que se exerce, que só existe dentro de uma relação, enquanto relação de poder. Entendê-lo como: (i) algo que circula, que funciona em cadeia, se exerce em rede; (ii) nas suas malhas os indivíduos circulam e são capazes de exerce-lo, assim como sofrer a sua ação. Nunca são alvos inertes, são sempre centros de transmissão; (iii) passa pelos indivíduos; (iv) é aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos (efeitos de poder);
4. Analisar o poder de baixo pra cima, promover uma análise ascendente:

“partir dos mecanismos infinitesimais que tem uma história, um caminho, técnica e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global”. (FOUCAULT, 1990a, p. 184).

5. Abandonar a noção de ideologia, assim como relacionar diretamente leis e poder para entender a dinâmica das relações de poder. Voltar-se para os mecanismos reais de exercício de poder, de produção do saber e da verdade:

São instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isso significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (FOUCAULT, 1990a, p. 186).

2. Latour e o Estudo das Associações

Latour sugere três movimentos, que serão aqui metodologicamente incorporados, para auxiliar o estudo das associações e, para torna-las novamente rastreáveis. Os movimentos da ginástica corretiva, como ele a chama, são: (1) **a localização do global**, para evitar automatismos que levam da “interação” ao “contexto”. A localização do global significa, na verdade, que não há global da forma como é tradicionalmente concebido – em oposição ao local, ou em comparação entre um lugar maior e outro menor. O global passa a ser entendido como uma cadeia de locais conectados em que uma localidade tem efeito sobre outra através de determinados meios; (2) **a redistribuição do local**, para compreender porque a interação é essa abstração e falar de local é, via de regra, deixar fora todas as outras localidades que compõem este local. Ou seja, que originariamente vieram de outro local, mas que passam a compor o local presente, da interação. Assim, nem “contextos globais” nem as “interações face-a-face” podem ser assumidos como certos, a-problemáticos e naturais, eles não são o que parecem ser (CZARNIAWASKA, 2006); (3) **os conectores**, qual tipo de conexões possibilitam o transporte de ações a grande distância? Qual a natureza das ações assim transportadas? Quais os mediadores que possibilitam essas ações? (LATOUR, 2012). Afinal,

“o mundo das organizações é tudo menos plano, mas como as hierarquias são feitas? Do que elas são feitas?” (CZARNIAWASKA, 2006, p. 5, tradução livre);

3. Método, Instrumentos e *Corpus* da Pesquisa

Em consonância com o que foi discutido anteriormente sobre epistemologia, subjetividade e os cuidados metodológicos, e ainda nos valendo das ressalvas sobre “o lugar da metodologia” e os estudos das associações, gostaríamos de esclarecer como foram produzidos os dados da pesquisa. Utilizamos, como **métodos de pesquisa**, a observação participante (SERVA, M; JAIME JÚNIOR, 1995), a análise documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009) e entrevistas em profundidade.

A observação participante auxiliou, em primeiro lugar, uma inserção no campo de pesquisa de forma mais sutil possibilitando uma relação mais próxima com os sujeitos de pesquisa. Em segundo lugar possibilitou, com o passar do tempo, que essa convivência ocorrida dentro de um contexto de pesquisa se transformasse em algo menos artificial facilitando a interação e o engajamento do pesquisador no campo. Isso mesmo, ao contrário do que é mais comum em se ver, a observação participante teve na nossa pesquisa, acreditamos, mais impacto no engajamento do pesquisador do que dos sujeitos pesquisados. Em terceiro, possibilitou o compartilhamento dos espaços e a experimentação, na medida do possível, das posições dos sujeitos de pesquisa na militância, ou seja, na dinâmica dia a dia das organizações. Entendemos que isso nos ajudou a ‘compartilhar’ fragmentos que auxiliam a construir uma narrativa sobre o que foi estudado e que sem essa imersão como militante não seria possível. De acordo com Serva e Jaime Junior, observação participante pode ser entendida como

a uma situação de pesquisa onde observador e observados encontram-se numa relação face a face, e onde o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos. A vivência dessas situações pode proporcionar maiores angústias no pesquisador, comparativamente às outras metodologias de pesquisa, uma vez que a interação face a face continuada acarreta, em tese, maiores dificuldades e obstáculos comportamentais a serem transpostos. Ao resgate da subjetividade, pela inserção do pesquisador numa relação direta e pessoal com o observado, corresponde a abertura para a emoção, o sentimento e o inesperado (SERVA, M; JAIME JÚNIOR, 1995, p. 69)

Alguns **instrumentos** utilizados para a observação direta foram o celular pessoal para registros fotográficos, gravação de voz nas entrevistas, acesso e participação de grupos de discussão das Brigadas Populares. Cadernos de notas (de campo) para registros de reuniões e conversas, reflexões sobre o grupo, sobre a ocupação e sobre a pesquisa. Para a observação indireta utilizamos o computador pessoal e o perfil em rede social para acessar a rede da ocupação e acompanhá-la nas redes, assim como nos valemos de pesquisa documental.

Utilizamos a pesquisa documental para extrair e resgatar informações que possibilitassem ampliar o entendimento dos objetos cuja compreensão necessitava de contextualização histórica, sociocultural ou para complementar informações faltantes em interações face a face. Outro uso da pesquisa documental foi para acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). A análise de documentos foi utilizada também como um suporte para o acesso aos enunciados e discursos de forma direta e indireta. De forma direta quanto os enunciados e os discursos estivessem completos nas falas e interações e de forma indireta quando eles funcionaram como auxiliares das interações.

Materiais de análise

(A) Documentos das Brigadas Populares

1. Manifesto de Fundação e Programa das Brigadas
2. Normas de Funcionamento das Brigadas Populares
3. Linhas de Massas das Brigadas populares
4. Curso de Segurança digital das Brigadas Populares
5. Circular Brigadista jun 2017
6. Circular Brigadista set 2017
7. Compilado de tutoriais de segurança digital
8. Resolução nacional de segurança em manifestação
9. Circular_Brigadista_jan 2018
10. Circular_Simplificada_jul_encontro_autorganizado
11. Dica para segurança online + limitar e ou deletarfacebook
12. Informativo do Contestado Vive
13. CBN 12 –Jun – Com correção – Circular Simplificada
14. Nota de Conjuntura Brigadas Populares — Fortalecer Psol

15. Do Tuiuti a Caserna — a falsa intervenção Militar no Rio
16. Orientações de Segurança
17. Textos base para a ANBEBP
18. Orientações à militância brigadista no contexto
19. Circular 01-2018 – BP
20. Calendário 2018
21. Cartilha Básica de Segurança Militante

(B) Reuniões e atividades registradas nos cadernos de notas (participei de muitos outros eventos e espaços. Por exemplo, quase toda semana o Grupo de CSA se reunia, mesmo que rapidamente, na Ocupação Vicentão para pegar as cestas de verdura distribuídas pelos produtores do projeto. Além disso, tiveram a Festa Junina, os Bazares e eventos diversos na Ocupação Vicentão e alhures)

- 18.01.2018 Relato de Reunião das BPs e Conversa com Jorge³⁵.
- 03.02.2018 Reunião Brigadas Trabalho. Onde: Comuna Horto.
- 07.02.2018 Reunião de Celebração. Onde: Ocupação Vicentão.
- 04.04.2018 Reunião Ambulantes. Onde: Ocupação Vicentão.
- 15.05.2018 Reunião CPE — Coordenação Política Estadual. Onde: Sede Bonfim.
- 16.05.2018 Reunião com Ambulantes. Onde: Ocupação Vicentão.
- 10.06.2018 Reunião CPRM – Coordenação Política Região Metropolitana de BH. Onde: Sede Bonfim.
- 14.06.2018 Reunião Ambulantes Deficientes. Onde: Gabinete de Cida e Áurea (Gabinetona) Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte.
- 22.06.2018 Reunião CPRM – Coordenação Política Região Metropolitana de BH. Onde: Sede Bonfim.
- 26.06.2018 Reunião Casa Santa Tereza. Onde: Feira Terra Viva.
- 01.07.2018 Reunião CPE – Coordenação Política Estadual. Onde: Sede Bonfim.
- 09.07.2018 Reunião Infra-estrutura Lançamento candidatura. Onde Ocupação Vicentão.
- 25.07.2018 Reunião com Camelôs. Onde: Ocupação Vicentão.
- 25.07.2018 Conversa com Marta. Onde: Bar.
- 26.07.2018 Reunião CPRM — Coordenação Política Região Metropolitana de BH. Onde:

³⁵ Os nomes são todos fictícios

Sede Bonfim.

02.08.2018 Reunião Brigada Trabalho. Onde: Comuna Horto.

03.08.2018 Reunião Direção Ocupação Anita Santos. Onde: Ocupação Anita Santos.

04.08.2018 ASSEMBLEIA ESTADUAL.

08.08.2018 Conversa com Jorge e Teresa após o evento da UFMG. Onde: FACE/ UFMG.

20.08.2018 Reunião CPRM — Coordenação Política Região Metropolitana de BH. Onde: Sede Bonfim.

16.09.2018 Reunião da Frente Comunal e mutirão da sede. Onde: Ocupação Anita Santos.

19.10.2018 Reflexões sobre a pesquisa (a partir das conversas de whatsapp).

19.02.2019 Reflexões sobre a pesquisa quando do início da construção da narrativa.

(C) Conversas e grupos de aplicativo de mensagens (estadual, municipal, Brigada Trabalho, Brigada Educa & Comunica, CSAu cestas agroecológicas);

(E) Entrevistas pessoais com alguns membros para aprofundar os temas de interesse (nomes fictícios):

Entrevista com Aníbal — 1h 27' [arquivo 180913_001]; entrevista com Daniela — 1h 52' [arquivo 180926_001]; entrevista com Geraldo — 12' + 1h 14' [arquivo: 180920_002 e 180926_002]; entrevista com Jorge — 1h 27' [arquivo 180925_002]; entrevista com Teresa — 1h 23' [arquivo 180925_001]; entrevista com Maria — 2' + 54' [arquivo 180928_001 e 180928_002]; Entrevista com Gabriel 2h 18' [arquivo 200217_001 e arquivo 200217_002];

(F) Postagens e interações na rede social da Ocupação Vicentão;

(G) Conversas com pessoas da ocupação e das organizações coordenadoras;

(H) Matérias de jornais, revistas e blogues.

4. Tratamento/Organização de “Dados”

Retomamos aqui a última fonte de incerteza listada por Latour (2012), que diz respeito à **como escrever os relatos de pesquisa**. Latour utiliza-se da metáfora do laboratório e de sua

“função” na produção de fatos na ciência para dar a certa medida da importância e de como deve ser o relato textual dos cientistas sociais

os relatos textuais são o laboratório do cientista social; e, se a prática laboratorial pode servir de guia, é *em virtude* da natureza artificial do lugar que a objetividade consegue ser alcançada, desde que artefatos sejam detectados graças a uma atenção contínua e obsessiva (LATOUR, 2012, p. 187).

Tomar o relato textual como o laboratório do cientista social é não enfraquecer sua pretensão à realidade, mas produzir e deixar-se à vista a objetividade das conexões sociais. Um bom relato é aquele capaz de tecer uma rede e realizar o social, nas palavras do próprio Latour:

um bom relato TAR é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistas como parte da sociedade. O texto, em nossa definição de ciência social, versa portanto sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social. (LATOUR, 2012, p. 189)

Entendemos que a abordagem da semiótica material nos permitiu abordar a ocupação por uma via empírica (não idealista), prática (não conceitual) e processual (não estática), e a não cair na armadilha de fornecer explicações que são externas e alheias àqueles que a compõem no cotidiano. Importante reforçar as posturas de Latour (1994) de que não estamos em posição intelectual ou moral superior a dos sujeitos de pesquisa (1994). Tampouco consideramos o nosso conhecimento mais desenvolvido ou mais adequado para fornecer explicações sobre o que fazem. Nosso marco teórico serviu como um amparo para, estrangeiros que somos, conseguirmos adentrar outro ambiente e costurar-lhes algum sentido com os retalhos ali encontrados.

O tratamento dos dados se deu a partir de uma primeira leitura flutuante do *corpus* de pesquisa, seguido do esforço de construção de uma estrutura narrativa a respeito da ocupação (sua última versão é compartilhada com o leitor neste trabalho no tópico síntese da narrativa sobre a ocupação). No desenvolvimento da narrativa ocorreram inúmeros movimentos de idas

e voltas do *corpus* à narrativa, passando pelo referencial teórico do trabalho, assim como pela história dos elementos da ocupação. Uns sem número de modificações foram feitas nesse percurso.

Buscamos construir uma **narrativa** que evidenciasse os elementos que constituem a Ocupação Vicentão em ação. Isso é o que entregamos no lugar da “análise de dados”. Isso, pois, não há dados a analisar, mas relações a evidenciar, composições de uma série heterogênea de elementos que formam a rede-actante da Ocupação Vicentão a explicitar (LATOURE, 1988, 1996; CZARNIAWSKA, 1997).

Tentamos construir um processo investigativo de **seguir tudo o que age** através dos traços deixados e dos efeitos produzidos dos atores (sem nunca esgotá-los) na busca de evidenciar a rede-actante e sua saga na construção de fatos, artefatos e de si. Procuramos **explorar as controvérsias**, no intuito de deixar mais evidentes quais e como os elementos são mobilizados, assim como as articulações construídas pelas redes quando em disputa (LATOURE, 2012). Debruçamo-nos sobre as **relações de poder** através das quais os elementos (discursivos e não discursivos, humanos e não humanos) da *assemblage* são associados e mantidos para dar forma e agência à organização, assim como outras relações de poder que ameaçam a existência ou as pretensões políticas da ocupação. Atentamo-nos para as relações de poder endógenas, exógenas e transversais, que cruzam a organização, e que de alguma forma, a afeta. Ou seja, buscamos analisar nosso objeto de estudo como um efeito das relações de poder que promovem associações entre elementos heterogêneos para constituir a *assemblage* da ocupação, que por sua vez também constitui relações de poder e produz efeitos na realidade.

Law e Urry (2004) afirmam que uma abordagem metodológica não representa ou acessa uma realidade previamente constituída, mas participa e é expressão de uma realidade própria à postura metodológica adotada. De acordo com os autores a pesquisa social, e seus métodos são produtivos: eles (ajudam) a constituir realidades e mundos. Reafirmamos, assim, a reflexividade como um princípio metodológico (LAW, 1994) e consideramos que, de algum modo, fizemos(fazemos) parte da rede-actante da Ocupação Vicentão. Talvez nossa participação não tenha afetado tanto as dinâmicas próprias da ocupação, pois que éramos um pequeno ponto dentro de uma rede enorme. Contudo, certamente a narrativa que construímos aqui pode ser considerada, talvez, como um efeito da interação de duas redes-actantes às quais estivemos ligados, uma da academia e outra da ocupação. Para entendermos um pouco melhor como essas coisas podem ter se afetado, no próximo tópico dividiremos com os leitores algumas reflexões breves sobre isso.

5. Trabalho de Campo

Foi através das Brigadas Populares, uma das organizações coordenadoras da ocupação, que tivemos acesso à Ocupação Vicentão. Inicialmente a própria Brigadas era nosso objeto de estudo o que acabou mudando posteriormente. Foram por volta de nove meses desde o primeiro dia em que fizemos os primeiros contatos e participei³⁶ do mutirão de mudança (e de limpeza também, pois tivemos que limpar muito) de sede das Brigadas Populares até minha saída física para fazer o doutorado sanduíche na Austrália. O mutirão foi, salvo engano, em 17 de janeiro de 2018, pouco depois da entrada do grupo na Vicentão (dia 13 de Janeiro). A viagem para a Austrália ocorreu nos primeiros dias de outubro de 2018. O contato continuou mesmo durante meu estágio de pesquisa no exterior, mas foi muito menos intenso. Já no exterior pude continuar participando dos grupos de discussão em aplicativos de mensagens, da rede social da organização. Fiz algumas entrevistas, também com membros da organização para complementação de informações. Assim, pude acompanhar, ainda que de longe o desfecho das negociações que deram fim àquela versão da Ocupação Vicentão que tomou lugar na Rua Espírito Santo 461, no centro de Belo Horizonte, de 13 de Janeiro de 2018 a, mais ou menos, 15 de Fevereiro de 2019.

A aproximação ao grupo das Brigadas Populares se deu através de conhecidos meus de muito tempo. As Brigadas Populares foi formada por alguns egressos, e recebeu várias outras pessoas, advindas do Projeto Pólos de Cidadania — projeto de pesquisa e extensão da Faculdade de Direito da UFMG — do qual eu também participei durante parte de minha graduação (um ano e meio) e onde conheci alguns dos que futuramente seriam brigadistas. Eu havia também trabalhado com alguns dos brigadistas em outros lugares, em uma ONG da qual fiz parte e na Iniciação Científica na FACE/ UFMG. Além disso, possuía amigos em comum e já havia ido a alguns poucos eventos promovidos pela organização. Eu não era, então, um completo estranho para eles e nossa relação não seria, também, apenas de pesquisador-sujeitos de pesquisa. Havia ali algumas relações pregressas que nos ligavam por outros lados. Minha escolha foi de entrar para organização e fazer uma pesquisa participante na qual fui/ sou desde janeiro de 2018 um participante.

³⁶ Algumas ações como esta não posso colocar na primeira pessoa do plural, pois, diferentemente da pesquisa como um todo que foi feita com a colaboração e orientação de outros, essa parte fi-la só.

Desde o início o “meu sentimento era que o grupo mantinha uma relação desconfiada (por falta de palavra melhor) comigo” (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 30). Não sei dizer se é verdade ou não da parte deles – creio que um pouco devido a dois relatos de membros³⁷ das Brigadas Populares, mas o que senti teve a ver com duas coisas, ou duas preocupações que tive durante toda pesquisa (e que só consegui elaborar da forma como está aqui quando estava na Austrália) e que teve impacto nas possibilidades e condições do trabalho de campo. A primeira tinha a ver com minha intenção de pesquisa-los, ou seja, ter a própria organização Brigadas Populares como objeto de minha pesquisa. A segunda teve a ver com o que cada lado ganharia com a relação e, de alguma forma, o que eu entendia como “militante de verdade”, uma espécie de militante ou militância exemplar, que eu não consegui ser.

Em relação à primeira preocupação escrevi:

Foucault falava sobre a relação entre produção de conhecimento nas Ciências Sociais e as técnicas de governo do Estado, de como estavam relacionadas no desenvolvimento do Estado e da sociedade moderna [no texto denominado Governamentalidade, na obra *Microfísica do Poder*]. Assim, não queria estar a serviço dessas tecnologias de governo e em detrimento do grupo que me interessasse a pesquisar. Esse receio que vem desde o início da pesquisa foi reforçado por algumas conversas com outros militantes (alguns também pesquisadores que inclusive já pesquisaram a organização) que me sugeriram estudar não a organização para, entre outras coisas, preservar seus pontos sensíveis. Não queria, como ainda não quero, que qualquer coisa que eu produza seja utilizado contra eles, ou qualquer outro grupo social. (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 31).

Certo é que não temos controle dos usos que serão feitos do que produzimos já que uma vez produzido, impresso e publicado, o texto se autonomiza do autor. Decidi, após certo tempo sem saber o que faria, alterar o objeto da pesquisa. Assim, o objeto deixou de ser as Brigadas Populares e passou a ser a Ocupação Vicentão. Diferente de ocupações que eles chamam de “espontâneas” — ocupações que são feitas por terceiros e as Brigadas Populares são convidadas para apoiar e/ ou coordenar depois de já estabelecida em algum lugar com determinado público — a Ocupação Vicentão foi planejada pela organização. Nos casos espontâneos a organização se espreme (se vira) para tentar prestar auxílio fora de seu

³⁷ Em uma ocasião um membro comentou amistosamente na Assembleia Estadual das Brigadas, ao me dar boas vindas e celebrar minha presença na organização, que desconfiaram da minha primeira aparição na organização – no mutirão de limpeza da troca de sede - porque estava lavando um fogão da organização com muito afinho, da forma como ninguém fazia. Claro, a brincadeira no momento em que me foi contada funcionou para integrar-me ao grupo, mas mostrou, como em alguns outros casos, que há sim certa preocupação com quem participa de determinados espaços das Brigadas Populares. A segunda ocasião ocorreu em uma das entrevistas quando um brigadista, fazendo uma avaliação do passado recente e do presente da organização, mencionou que era bastante comum pesquisadores se aproximarem deles como forma de ter acesso ao público de ocupações que eles trabalham para fazerem suas pesquisas e depois sumiam.

planejamento e não raro fora de suas capacidades. A Ocupação Vicentão, então foi uma de muitas frentes de atuação da organização, mas pela magnitude e pelo planejamento pode se dizer que foi a principal no ano de 2018.

O segundo incômodo tinha a ver com “certa sensação ou impressão de que para eles (ou para mim?) a tarefa a que tinha me proposto, a pesquisa, seria importante para mim, mas não traria nenhum benefício para a organização” (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 31). Em uma das entrevistas com um dos Brigadistas ele relatou que isso não era tão incomum na história da organização, principalmente nos últimos anos depois do “sucesso” da ocupação Dandara e da repercussão na cidade, isso reforçou essa minha preocupação. Isso tem a ver com a reflexão sobre a relação entre pesquisador e sujeitos de pesquisa que não raro acaba sendo uma prática que gera benefício apenas para o pesquisador que usa dos sujeitos para fazer sua pesquisa. Sobre isso escrevi:

De fato não sei se o que quer que eu produza nessa pesquisa será útil aos sujeitos da organização. Mas isso eles dirão, ou não, depois. Por isso, e por outras motivos, busco ao longo do trabalho de campo militar junto com eles e, assim, tentar fazer minha contribuição independente da pesquisa (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 32).

Dessa forma, minha maneira de estar no campo tinha essa dupla dimensão de militante-pesquisador ou de pesquisador-militante. Não obstante esse fato e o de que a escolha desta organização, do tema da pesquisa, entre outras coisas, não serem apenas uma curiosidade acadêmica, mas estarem ligados à questões éticas e políticas que busco trazer para o meu trabalho de pesquisa científica, não se pode dizer que esta é uma pesquisa-militante (JAMOUNT; VARELLA, 2016). No entendimento de Jamount e Varella (2016) pesquisa-militante seria

O amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações (JAMOUNT; VARELLA, 2016, p. 433)

Foi, no meu entendimento e dentro das possibilidades, um caminho em que se viabilizou a pesquisa de campo com a contrapartida da militância, assim uma pesquisa com militância, não uma pesquisa-militante.

Portanto as vivências que tive na Ocupação Vicentão se deram a partir do lugar de militante e pesquisador, mas acredito que as pessoas da ocupação me viam como militante das Brigadas. As visitas a campo, o contato direto, ocorreram predominantemente de acordo com as atividades militantes quando, por exemplo, havia tarefas e reuniões do núcleo das Brigadas do qual eu fazia parte, quando havia mutirões, quando tinham eventos externos, em algumas reuniões com os ambulantes, etc. A agenda da Ocupação Vicentão era absolutamente cheia e eventos não faltavam. Assim, durante esse tempo posso dizer que frequentei a ocupação, quando pouco, pelo menos duas vezes por semana.

Contatos indiretos também ocorreram. Refiro-me a contatos indiretos como aqueles que são mediados por outras pessoas que davam notícias de como as coisas estavam andando na ocupação. O núcleo das Brigadas responsável pela ocupação dividia com o restante da organização o andamento geral das coisas, assim como os problemas maiores, que ultrapassavam a capacidade de resolução desse núcleo. Faziam-no por meios digitais ou face a face; como prática acordada dentro da organização, em reuniões ou comunicações intraorganizacionais, mas também em conversas pessoais ou em encontros casuais. Dessa forma, mesmo à distância na Austrália, continuei fazendo parte dos espaços digitais da organização, não sem impacto para a pesquisa. Já na Austrália escrevi: “Ainda me considero parte, de alguma forma, mas a intensidade do contato, tanto pela distância física quanto pelas outras preocupações que me tomam com mais urgência me afastaram consideravelmente do grupo” (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 30).

No capítulo seguinte aprofundaremos o que, de certa forma, demos início neste tópico: a construção do *locus* de Pesquisa. Neste tópico abordamos de forma reflexiva, ainda que ligeiramente, as relações da pesquisa com o campo e do campo com a pesquisa. No capítulo seguinte daremos especial atenção aos aspectos históricos e relacionais, tanto discursivos quanto não discursivos, dos elementos disponíveis para a constituição da Ocupação Vicentão. Buscamos, assim, trazer ao leitor um esboço do campo de coexistência de enunciados e práticas em disputa e seu desenvolvimento histórico pertinente à Ocupação Vicentão.

V. A LOCALIZAÇÃO DO GLOBAL E A CONEXÃO DO PASSADO COM O PRESENTE: a construção do *locus* de pesquisa

Latour (1994), em seu livro *Jamais Fomos Modernos* reflete sobre como os modernos (nós?), fundadores do pensamento científico, fazemos ciência e criamos o mundo, pelo menos em sua forma mais difundida. Grosso modo, o autor diz que o trabalho dos modernos na construção da verdade dá-se em duas tarefas: uma de “translação”, através da qual coisas, pessoas, ideias, máquinas criam misturas de natureza e cultura, os híbridos; e outra de “purificação” em que há a separação ontológica dos seres em duas categorias inteiramente distintas: a dos humanos e dos não humanos.

As tarefas relacionadas à translação correspondem ao que Latour chama de redes e é a conexão em cadeia contínua de elementos heterogêneos como “a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de estado, as angústias dos ecologistas” (LATOURE, 1994, p. 16). A outra tarefa é o que chama de crítica e corresponde a uma partição do mundo natural que sempre esteve aqui, objetivo e imutável em sua essência; e uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis. Sobre eles paira um discurso que habitaria outra dimensão independente tanto da referência quanto da sociedade. De acordo com o autor, enquanto considerarmos essas práticas separadamente, seremos realmente modernos, mas a partir do momento em que prestamos atenção para essas práticas simultaneamente, “deixamos de ser modernos, nosso futuro começa a mudar” (LATOURE, 1994, p. 16).

Dessa forma, inspirados não tanto pela promessa de um futuro mais otimista, mas pela oportunidade de apresentar ao leitor melhor noção do objeto aqui construído e narrado, é que apresentamos a seguir primeiro um breve tópico sobre a pesquisa de campo e o percurso da presente pesquisa. Em seguida exporemos o que poderíamos chamar de apresentação/construção do *locus* de pesquisa laborado de forma peculiar com inspiração arqueogenealógica³⁸ em um arranjo de elementos híbridos, a partir de história, discursos teóricos, relações de poder e passagens analíticas, em que tentamos trazer para o leitor as condições de possibilidade discursivas e não discursivas historicamente constituídas do objeto estudado.

³⁸ Arqueogenealogia entendida aqui com um esforço conjunto de cotejar tanto as regularidades discursivas quanto os exercícios de poder e disputa como condições de possibilidade para a emergência de determinadas realidades a partir da disputa em torno da verdade.

1. Nem mesmo as coisas estavam aí desde sempre, que dirá todo o resto

Argumentamos, anteriormente, que a ocupação é percebida como contínua e não acabada, precária e parcial. Um permanente processo que gera mais ou menos efeitos estabilizadores; um fenômeno emergente e heterogêneo, um verbo.

Gostaríamos, agora, no presente tópico, de mostrar que os elementos disponíveis para a confecção da *assemblage* da ocupação foram construídos historicamente. Ou seja, não estavam aí desde sempre. Os objetos, os sujeitos, as organizações, as realidades, são construídos por práticas e em disputa em relações estratégicas específicas (MOL, 1999; FOUCAULT, 2008c). Uma *assemblage* não se forma em um vazio de discursos, relações e objetos. Para se criar, e criar o novo, ela se apoia, esquiva, inverte, revira, conserva, junta e/ou separa elementos historicamente criados, estabelece novas e reativa antigas relações.

Nessa seção, apresentaremos as quatro organizações coordenadoras da ocupação e passaremos por elementos que consideramos chave para a ocupação: relação Estado e movimentos sociais, Direito à Cidade, Estatuto da Cidade, Função Social da Propriedade, Mesa de Diálogos, etc.

As quatro organizações coordenadoras das atividades da ocupação foram a **AMABEL** — Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte —, a **Associação Morada de Minas**, as **Brigadas Populares** e a **Intersindical**. A Morada de Minas e a AMABEL são ligadas às pessoas com necessidades habitacionais. As BPs atuam tanto com trabalhadores ambulantes quanto com pessoas com necessidades habitacionais. A Intersindical, por sua vez, atua com os trabalhadores ambulantes. A essas informações é importante acrescentar, de forma adiantada, que uma das ideias da ocupação era articular a luta por moradia com a luta pelo direito de trabalhar nas ruas do centro da cidade: “A nossa luta agora unificou, é sem teto lutando com camelô” (CADERNO DE NOTAS, 2018, p. 4). Este foi o lema muitas vezes proferido aos gritos em protestos e reafirmado em reuniões dentro da ocupação. Isso, contudo, também é parte de um processo histórico, como demonstraremos.

1.1. Lutas Sociais, Redemocratização, Experimentos em Participação Direta e Cidadania Favelada

A Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte — **AMABEL** — foi criada em 1986 pelo padre de origem Italiana que atuava na causa dos sem-teto. Padre Piggi nasceu em 1939 em Milão, Itália, e veio a Belo Horizonte em 1964 incentivado por seus superiores no contexto da disseminação da Teologia da Libertação no Brasil (CAMPOS, 2013).

Campos (2013) dá conta que, em 1985, o Padre Piggi iniciou um trabalho de organização das pessoas que moravam de aluguel nas favelas de Belo Horizonte a se mobilizarem para conseguirem a casa própria. Seu trabalho de organização dos moradores de aluguel na favela iniciou-se com a identificação de famílias em situação de necessidades habitacionais em sua região de atuação. Esse trabalho de organização foi precedido de sua atuação na Pastoral da Favela a partir de sua paróquia, de Todos os Santos, próxima ao Bairro Primeiro de Maio. O grupo tinha inicialmente três famílias que se reuniam semanalmente no salão da igreja. Em poucos meses, alcançou 800 famílias na região. Logo a iniciativa extrapolou a região do Primeiro de Maio e outros núcleos foram criados pela cidade. Em aproximadamente um ano, o movimento alcançou 3.500 famílias e foi quando se decidiu constituir uma pessoa jurídica para representar as famílias. Surgiu, assim, em 1986, a AMABEL (CAMPOS, 2013):

fundada em 1986, como uma entidade civil, sem fins lucrativos, tendo como uma das suas finalidades unir e organizar a população de baixa renda que sejam moradores de aluguel ou de favor, objetivando a obtenção de terreno, casa própria, ou mesmo conseguir melhorias de infraestrutura, serviços de transporte, educação, saúde, etc. (SOUSA, 2002, p. 124).

A criação da AMABEL faz parte de um contexto maior, dos anos 1980 no Brasil, de institucionalização dos movimentos sociais e do surgimento dos conselhos participativos (ARAÚJO; MELLO, 2012). Esse momento é marcado também por uma história de luta pela reforma urbana e da aprovação de uma legislação de direito urbanístico em Belo Horizonte que reconheceu direitos fundiários aos favelados e buscou inseri-los como parte da cidade.

Antecedendo-se a isso, em âmbito nacional, um processo de grande crescimento populacional das cidades brasileiras, iniciado na década de 1940 e acentuadas fortemente em 1960 e 1970. O crescimento urbano devido ao êxodo de trabalhadores do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades e condições de vida deu-se de forma desordenada e desigual em acesso à terra, principalmente para a população pobre. Isso contribuiu para o aumento de ocupações irregulares nas grandes cidades.

Nas décadas de 60 e 70, houve uma grande massa de pessoas vinda do campo para a cidade sem que houvesse planejamento para recebê-los. Um dos efeitos dessa migração foram as ocupações de terrenos — do Estado e privados — para fins de moradia dessa população recém-chegada. As comunidades que se formavam a partir dessas ocupações espontâneas não contavam com qualquer plano urbanístico ou serviço público como água encanada e tratada, esgoto, luz, entre outros, e eram chamadas de favelas.

De acordo com Sader (1988), a questão da Reforma Urbana surge em 1963, durante o Seminário de Quitandinha, em Petrópolis (RJ), organizado, entre outros, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Posteriormente inserido nas pautas das Reformas de Base do governo João Goulart, o movimento é frustrado pelo golpe militar que transforma a pauta da moradia em acesso à casa, longe da urbanidade e das regiões centrais das cidades, além de excluírem a população mais necessitada e carente de recursos (FREITAS, 2015). Segundo Maricato (1979), as políticas habitacionais promovidas pelo regime militar por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) privilegiaram as classes médias emergentes e buscaram consolidar o sistema de reprodução do capital imobiliário. A autora vaticina: “isso não quer dizer, como querem análises ingênuas, que o Estado é injusto na aplicação de seus recursos, mas que ao aplicar ele confirma a lógica da acumulação” (MARICATO, 1979, p. 79).

A história da história que contamos se desenrola, para não irmos muito longe, a partir da década de 1980, quando parte dos elementos da *assemblage* da ocupação foi se constituindo. Nessa época, nos países historicamente tomados pelo Brasil como modelo de democracia liberais (Europa e EUA), discutia-se a crise das economias mundiais centrais, conseqüentemente do Estado de Bem-Estar Social e a reforma do Estado. No Brasil havia um processo de redemocratização e conseqüente abertura política para a participação de novos atores políticos.

A década de 1980 marcou o pluripartidarismo — lei que restabelecia o pluripartidarismo, aprovada através da Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 — e a redemocratização – o início do fim da ditadura e a reorganização dos organismos do Estado. Essas mudanças possibilitaram o estabelecimento de uma relação legítima entre Estado e movimentos reivindicatórios (SOMARRIBA, 1996).

Com as mudanças de perspectivas e movimentações pela redemocratização (fim do regime militar), a luta pelo direito à moradia adequada em Belo Horizonte formou um polo de luta em relação ao acesso à terra urbana, conforme nos conta Freitas (2015). A demanda era o saneamento e a regularização fundiária das favelas e ocupações da cidade. As reivindicações dos movimentos se davam através de ações coletivas como “realização de seminários sobre a

temática da luta por direitos em que eles estavam inseridos – luta contra despejos, segurança da posse e serviços básicos” e “também pela realização de manifestações em vias públicas, na frente da Prefeitura Municipal, e pela pressão direta em mesas de negociação com representantes do governo municipal” (FREITAS, 2015, p. 33–34) e tinha como objetivo o acesso à terra urbana pelos setores favelados e a busca da segurança da posse da terra pelas comunidades pobres.

Freitas (2015) relata que havia uma articulação interna dos movimentos a partir das bases faveladas que viviam a precariedade de sua posição territorial em comunidades não regularizadas, das lideranças que integravam cargos de direção na União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), da Pastoral de Favelas e da Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte (FAMOBH). Além disso, havia **assessorias técnicas de arquitetos e advogados**, como na elaboração do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA). A elaboração do PROFAVELA contou com a participação por vários **segmentos da sociedade** como a UTP, **Igreja Católica** — por via da Pastoral de Favelas e do Padre Piggi —, Sociedade Mineira de Engenheiros, Sindicato dos Engenheiros, Instituto de Arquitetura do Brasil de Minas Gerais (**IAB-MG**), secretários municipais e estaduais, etc. (FREITAS, 2015).

Nesse contexto de disputa e tensão entre redemocratização e autoritarismo, os movimentos sociais urbanos de Belo Horizonte conseguem se articular para pressionar o poder público. Assim conseguiram “criar uma nova esfera institucional de reconhecimento de direitos ligados à proteção possessória e materializada no PROFAVELA” (FREITAS, 2015, p. 22). Em entrevista a Freitas (2015), **Vicente Gonçalves, o Vicentão** — liderança histórica dos favelados ligada à UTP —, conta um desses episódios de manifestação do grupo:

E nós falamos, nós vamos invadir a Assembleia com tudo, e eu punha 50 mil pessoas da cidade naquela época, “então, vamos? Vamos!”, aí João Batista entrou, pessoal entrou, nós fizemos uma assembleia no Francisco Nunes, levamos isso, depois foi pra negociação na mesa, onde saiu o Pró-Favela (GONÇALVES *apud* FREITAS, 2015, anexo II).

Segundo Freitas (2015), a Lei do PROFAVELA em Belo Horizonte (Lei Municipal nº 3.532/83) e seu Decreto Regulamentar nº 4.762/84 compunham a legislação geral do Programa Municipal de Regularização de Favelas. O Programa Municipal de Regularização de Favelas baseava-se em dois pressupostos fundamentais e explicitamente abordados no programa: o reconhecimento da favela como integrante da cidade e de seus habitantes como

sujeito de direitos. Desta forma, o PROFAVELA marca a mudança de postura em relação aos favelados, buscando integrá-los à cidade e reconhecê-los como legítimos usufrutuários dos benefícios da cidade, uma vez que participam da construção coletiva da cidade (FREITAS, 2015).

Até 1982/1983 a Prefeitura nem constava as favelas no mapa da cidade. Nos mapas, as favelas eram buracos brancos e considerados aglomerações clandestinas, apesar de serem naquela época constituídas por cerca de 400.000 a 450.000 favelados. Lembro-me da frase do então Prefeito Luiz Gonzaga de Souza discutindo um Plano de Urbanização e Erradicação de favelas feito por nossa equipe para o SERVAS de que “favelado mora em favela, que é um aglomerado clandestino, não consta nem na planta da cidade, portanto não é munícipe e não sendo munícipe a PBH nada tem a tratar.

Com a LEI DO PROFAVELA em 82/83 é que a PBH passou a considerar oficialmente a existência das 128 favelas em BH, dando-lhe o direito de posse através da Lei de uso e Ocupação do Solo através do Setor Especial Quatro (SE-4). (LAENDER *apud* FREITAS, 2015, p. 22–23).

É nesse contexto das lutas que culminaram no PROFAVELA, de atuação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil junto com a administração pública na questão das políticas de moradia que é criada a AMABEL. De acordo com Campos (2013), desde sua criação, a AMABEL buscou estabelecer relações entre seus associados e o poder público buscando promover parcerias que possibilitassem a satisfação das necessidades habitacionais dos associados. Assim, houve a parceria com o prefeito Sérgio Ferrara (1983–1986), o primeiro deles, e posteriormente com outros políticos e pessoas influentes como o Deputado Manoel Costa que acessava a Fundação Juscelino Kubitschek, que contava com o ministro do planejamento (federal) e secretários municipais de Belo Horizonte.

Nos anos 80, a AMABEL atuou em parceria com o poder público de Belo Horizonte, assim como em outros municípios da região Metropolitana de Belo, na construção de 10.000 unidades habitacionais. Construíram, conjuntamente, bairros inteiros como o Jardim Felicidade, o Conjunto Paulo VI, o Bairro Filadélfia, o Capitão Eduardo e parte do bairro Jatobá (SOUSA, 2002). Não obstante tenham atuado conjuntamente, a parceria na produção dos bairros e das unidades habitacionais entre os com necessidades habitacionais e o poder público se deu através de mobilizações massivas, enfrentamentos e protestos para a doação de lotes e materiais de construção para as famílias inscritas nos programas de habitação do poder público (BIZZOTO, 2015).

Embora Belo Horizonte tenha sido pioneira, em alguma medida, na questão da participação social na administração pública, nacionalmente os movimentos urbanos também ganharam projeção e vias de atuação institucional similar ao caso da AMABEL e do PROFAVELA. No processo inserido no bojo da redemocratização do Brasil e na luta contra a desigualdade e pela terra urbana, houve a unificação de vários movimentos sociais no **Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU)**, criado em 1985. Essas atuações tiveram grande papel na assembleia constituinte que formulou a Constituição Federal de 1988 (CF88). De acordo com Freitas (2015), a articulação de vários sujeitos em torno da questão da cidade resultou na proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana que levou à conquista do **Capítulo sobre Política Urbana da Constituição Federal de 1988 (artigos 182³⁹ e 183⁴⁰)**. Entre outras coisas, esses capítulos da Constituição Federal estabelecem a necessidade de **plano diretor** para cidades com mais de vinte mil habitantes e estabelecem a necessidade da satisfação da **função social** das propriedades (FREITAS, 2015).

A maior participação da sociedade e os dispositivos legais formatados promoveram algumas mudanças, mas não significou que a questão se encaminhava para solução. Apesar da maior participação da sociedade civil nas políticas públicas do estado e na promoção de habitações, o resultado produzido não conseguiu ter grande impacto, já que as políticas não atingiram 10% do número de pessoas com necessidades habitacionais (FREITAS, 2015). Ademais, de acordo com Azevedo e Afonso (1987), houve um enfraquecimento do movimento favelado uma vez que parte importante do movimento, principalmente lideranças da UTP, passou a lutar apenas no campo institucional, em cargos e espaços promovidos pela máquina pública, o que reduziu sua capacidade de acumular força social para o enfrentamento do Estado.

Após assumirem os cargos, essas lideranças passaram, nas reuniões da UTP, a prestar detalhada conta de suas atividades como funcionários da SMAC [Secretaria Municipal de Ação Comunitária], a justificar a não implantação do PROFAVELA como decorrência de entraves burocráticos, e a convidar as associações de favelados que apresentam reivindicações de melhorias urbanas ou solução para pequenos problemas locais a procurá-los na Secretaria, onde poderiam ser atendidas. Tudo isso a uma platéia que parece animada e esperançosa com as possibilidades de obter benefícios mais imediatos, tão prometidos anteriormente pelo próprio poder público e de atendimento sempre adiado (AZEVEDO; AFONSO, 1987, p. 133).

³⁹ “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988).

⁴⁰ “Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural” (BRASIL, 1988).

Além da atuação do movimento apenas via Estado, Freitas (2015) assevera que houve cooptação política dos partidos do chamado campo “democrático popular”, nomeadamente o Partido dos Trabalhadores, das lideranças dos movimentos populares. Abaixo uma fala de Vicente Gonçalves sobre o ocorrido à época:

eles estavam funcionando direitinho, mas o PT fez uma coisa errada acabou com a sede da UTP, cooptou os líderes de favela e já não tinha aquela força que tinha mais, já não existe a UTP mais, não existe nada, então não tinha aquela força, hoje as forças e no final depois que veio um ministro aí que começou a dar litro de leite, o pessoal chegou começou a trocar o litro de leite por pinga, aquela confusão e no final quem brigava era as mulheres e a gente. (GONÇALVES *apud* FREITAS, 2015, p. 45).

Percebemos a constante tensão na relação entre os movimentos sociais populares e o Estado. Antes das vitórias das lutas populares essa relação se dava entre os de dentro e de fora (do Estado), dos que tinham representação e eram vistos pelo estado e daqueles que eram invisíveis. Poderíamos entender também como um jogo de positivo e negativo, ou seja, daqueles que o Estado reconhecia como cidadãos e como não cidadãos, portanto, dos que participavam da vida política institucional e dos que não poderiam nela atuar. A dinâmica dessa relação assemelha-se à tecnologia de poder do tipo legal, em que o poder é exercido a partir de uma divisão binária, estabelecida por um sistema ou código legal que marca o que é permitido e proibido (FOUCAULT, 2008c). Após as vitórias das lutas populares no campo legal-institucional, essa relação não se harmonizou ou resolveu-se, mas se alterou. As transformações possibilitaram novas estratégias de luta para os dois lados (assim como para outros atores), visto que havia diferentes armas e arenas para a disputa.

Desde a redemocratização com as novas leis criadas a partir de organização e pressão popular, houve um alargamento das possibilidades de atuação dos movimentos sociais populares em relação ao Estado devido à implementação, ainda que parcial, do modelo de gestão societal, mencionado anteriormente. Entretanto, a participação dos movimentos sociais populares no Estado faz parte também da atuação de partidos e forças políticas que aturam institucionalmente, a partir da redemocratização do país. Esses atores buscaram transladar os movimentos sociais, colocá-los como seus aliados buscando inscrevê-los em sua rede-actante (CALLON, 1984) e capitalizar essas forças para suas disputas particulares e para seus projetos partidários. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se alargaram as possibilidades de atuação dos movimentos populares dentro do Estado, houve o risco de sua cooptação e

domesticação (SCHWARTZMAN, 1970) pelos atores políticos institucionais, que também travavam suas lutas, mas o faziam fundamentalmente de dentro, a partir do Estado e para seus próprios interesses e projetos.

A questão, então, não era mais apenas de dentro e fora, mas de centro e periferia, de governamentalidade e autonomia. Depois dessa transformação, importava não só estar dentro do Estado, mas ocupar espaços centrais em que se conseguisse travar disputas mais relevantes — pelo orçamento geral, por políticas estruturantes, em relação à propriedade privada —, e não mais apenas de políticas setoriais em que se tem limitada repercussão nos problemas da população em geral. Importava também estar dentro, mas conseguir agir autonomamente, de acordo com os princípios do movimento e das pautas das populações necessitadas, ou seja, como verdadeiros representantes destes, e não apenas como aliados incondicionais dos partidos do campo democrático popular, muitas vezes adotando suas práticas e objetivos em detrimento dos do movimento. Há uma ligeira mudança na forma de exercício de poder que será intensificada na década seguinte. As proibições e punições não serão mais a única, ou a forma privilegiada, de exercício do poder do Estado em direção aos movimentos populares, mas o governo das liberdades de forma a produzir os resultados mais ou menos esperados pelos atores que forjam a estratégia.

Freitas (2015) reflete sobre a relação entre movimento social e Estado destacando os limites da atuação via Estado. De acordo com o autor e participante dos movimentos pela reforma urbana, essa limitação tem a ver com o caráter absoluto da propriedade privada, que via Estado — dadas as distribuições de força no campo político formal — parece não ser possível gerar um deslocamento, além da própria questão da assimilação dos movimentos sociais pela máquina pública. De acordo com Freitas (2005), essa assimilação dos movimentos sociais pelo o Estado se deu porque os movimentos populares não conseguiram basear sua organização desde fora do Estado, de forma independente aos processos que conseguiam participar e influenciar dentro da esfera institucional da administração pública. Ou seja, a entrada desses movimentos completamente no Estado, sem que se preservasse um centro autônomo fora dele, fez com que esses movimentos assumissem práticas e lógicas da administração pública e das disputas partidárias e eleitorais.

Freitas (2015) pondera que, embora os movimentos devam fazer a disputa interna no Estado, para preservar a sua capacidade de luta e enfrentamento, eles devem guardar sua autonomia frente ao Estado para ampliação e radicalização das lutas. Dessa forma, o autor entende que “os movimentos de 1980 demonstram essa limitação clara do campo institucional e a necessidade de se ir além desse campo nas lutas urbanas” (FREITAS, 2015, p. 46).

Interessante trazer para isso a reflexão de Mol (1999), acerca da produção dos objetos através das práticas sociais, e dos jogos de verdade de Foucault (2008). De dentro do Estado os movimentos – ou seus representantes que ocupam cargos na administração pública ou em conselhos – agem de acordo com as regras e estão inseridos em um conjunto institucional, com papéis mais fixos, regras de distribuição de punições e recompensas, que funciona a partir de suas normas, guarda suas tradições, suas formas de fazer e estabelece o que é aceitável ou não, legal ou ilegal. Ou seja, é um espaço em que há certos exercícios de poder e um campo em que determinadas regras estruturam os jogos de verdade de forma razoavelmente diferente daquelas fora do Estado. Estabelecendo assim certo tipo de governo na medida em que possibilita algumas liberdades e restringe outras, aceita a disputa acerca de alguns objetos, mas não de outros, possibilita algumas formas de disputa em torno da verdade e nega outras. Dessa forma, a luta deve ser feita dentro e fora, não respeitando os limites ou as regras impostas pelo Estado, mas utilizando-se delas para a inversão da relação, sempre em uma relação estratégica específica de disputa (FOUCAULT, 2008).

Uma luta não se encerra na dimensão da promulgação de uma lei, mas se dá no plano da vida política em geral. Ela se dá continuamente no jogo das contradições que se estabelecem entre interesses do Estado, que nem sempre são os interesses do bem comum, do capital, em suas mais diversas variações, e das famílias sem teto no caso em específico (FREITAS, 2015, p. 42).

A discussão sobre a reforma do Estado se dá no contexto de crise das economias mundiais centrais, crise do fordismo/ taylorismo, após os 30 anos de crescimento subsequentes à Segunda Grande Guerra (ABRUCIO, 2000) e foram influenciadas pelas discussões e práticas empresariais e industriais da chamada reestruturação produtiva. A crise das grandes economias é acompanhada, nas décadas de 80 e início dos 90, de grande ascensão da influência das teorias liberais no mundo ao mesmo tempo em que se falava da crise dos Estados de Bem-Estar Social (DRYZEK, DUNLEAVY, 2009) e da crise da burocracia (PEREIRA, 1998). Adicionalmente, no Brasil e em outros países da América Latina, ocorriam processos de luta pela redemocratização (PAES DE PAULA, 2005; JACOBI, 2002) e busca de uma constituição tardia do Estado de Bem-Estar Social (STARK, 2001). A partir dos anos 90, a globalização e a pressão para a abertura internacional dos mercados são outros aspectos a serem considerados no Brasil e América Latina (PEREIRA, 1998).

Importante salientar que as discussões acerca da Reforma do Estado abarcavam tanto como o Estado deveria ser administrado, assim como o que o Estado deveria administrar e,

ainda, o que o Estado deveria administrar diretamente ou indiretamente (através de regulação e fiscalização, não no sentido de autarquias) e em qual nível da administração pública (Federal, Estadual e Municipal). Embora as propostas para a Reforma do Estado e as necessidades a serem atendidas tenham tido certa variação, é possível identificar no Brasil, como sugere Paes de Paula (2005), dois modelos que, de certa forma, se desenvolvem em disputa: um inspirado no **gerencialismo** e outro referenciado pelo que se chama de vertente **societal**, ambos com forte tendência a uma municipalização em detrimento à centralização Federal.

Segundo a autora, a primeira se constituiu no Brasil durante os anos 1990 no contexto da crise do nacional-desenvolvimentismo. A partir de críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro, promoveu-se a emergência de um consenso político de caráter liberal sob as seguintes estratégias: desenvolvimento dependente associado; estabilização econômica de matiz neoliberal; reformas do Estado, predominantemente, orientadas para o mercado. O segundo modelo, por sua vez, ligado à tradição mobilizatória brasileira — campo movimentalista⁴¹ —, desenvolve-se desde antes da ditadura militar, no início dos anos 60. As discussões promovidas pela Igreja Católica inspiradas pela Teologia da Libertação⁴² acerca de problemas coletivos, a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴³, e outros grupos nascidos dessas experiências se consolidaram como espaços alternativos de mobilização política e estímulo à participação popular no debate das questões quotidianas; formaram, inclusive, lideranças populares, que lutavam pela abertura de canais de participação da social na gestão pública (PAES DE PAULA, 2005).

O **primeiro modelo**, inspirado no gerencialismo, além de reorganizar o aparelho do Estado e fortalecer seu núcleo estratégico (atividades que somente o Estado poderia desempenhar — legislação, regulação, fiscalização, fomento e formulação de políticas públicas), pretendia transformar o modelo de administração pública vigente a partir de duas dimensões: (a) cultural, abandonar a cultura burocrática do Estado em favor de uma gerencial;

⁴¹ Expressão criada por Doimo (*apud* PAES DE PAULA, 2005) para se referir aos os movimentos populares e sociais, o movimento sindical, as pastorais sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as ONGs que lutavam pela defesa e ampliação de direitos.

⁴² Teoria da Libertação é um movimento social-político-ecclesial animado por um setor da Igreja Católica que propunha a confrontação pessoal com a pobreza, a injustiça e a marginalização social vivida pelas camadas pobres da população.

⁴³ “As CEBs são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos” (BETO, 1985, p.7). As primeiras surgiram no Brasil por volta de 1960. As CEB’s se orientam pelo método ver-julgar-agir. Adotam um método que parte da realidade. Os participantes relatam os problemas pelos quais estão passando, os principais são debatidos e julgados a partir dos princípios cristãos e planeja-se uma ação concreta para lidar com o problema (BETO, 1985).

e (b) de gestão, adoção de ferramentas de gestão do setor privado — como os programas de qualidade e reengenharia organizacional (PAES DE PAULA, 2005).

A respeito da dimensão cultural do modelo gerencialista, é possível dizer que consistiria em varrer todo e qualquer obstáculo tido como antiquado e irracional e abrir caminho para administradores públicos esforçados e bem intencionados. Inspirado na gestão da qualidade total, aqui se busca uma melhoria contínua dos processos e atividades exercidas a partir da avaliação do desempenho por produto e por resultado. A chave para o verdadeiro aprimoramento dos serviços é trabalhar para sempre oferecer o melhor, organizar de baixo para cima, e não de cima para baixo e estabelecer um sistema de cooperação entre os funcionários. A dimensão de gestão, por sua vez, tem a ver, em caso da necessidade de administração por parte do Estado, com reformar as condições de trabalho atuais dos administradores públicos para obrigá-los a deixar o relativo conforto dos monopólios estatais e enfrentar a concorrência, com o que acabarão por desenvolver seus talentos e chegarão a melhores resultados. E, em caso de não necessidade de administração pelo estado, promover terceirização dos serviços, contratação a partir de licitações e controle da qualidade pelos beneficiários (cidadãos). A inspiração aqui é na economia clássica que diz ser a competição a melhor forma de aprimoramento. Ou seja, crê-se que, a partir da competição e da possibilidade de seleção entre os concorrentes, eles se esforçarão para serem os melhores e de fato o que restará será o melhor (KETTLE, 1998).

Abrúcio (2000) lista as seguintes como as características do gerencialismo: (a) basear a ação dos órgãos estatais em contratos com metas e resultados definidos; (b) definir no contrato os objetivos organizacionais, suas formas de avaliação, sejam as ações feitas pelo provedor estatal ou por uma agência independente; (c) e criar uma pluralidade de provedores de serviços públicos. A ideia é que, a partir do uso da concorrência administrada, utilizada dentro da administração pública e na concorrência entre provedores privados, ou públicos não estatais, consiga-se obter melhores resultados obedecendo-se a três princípios orientadores: a lógica da concorrência; a hierarquia burocrática; e o quasi-mercado (ABRÚCIO, 2000).

O **segundo modelo**, de caráter societal, teve como questão central a inserção da participação popular na gestão pública e teve seu ápice em meados de 80, quando, na elaboração da constituinte, disputou com outras forças a visão de como deveria ser a construção da democracia no Brasil. Não obstante a heterogeneidade dos que lutavam por esse modelo, pode-se dizer que a questão da cidadania, o fortalecimento da sociedade civil na condução da vida política do país, o questionamento do Estado como o protagonista da gestão pública e a discórdia de se entender público como sinônimo de estatal eram pontos comuns

centrais. De acordo com Paes de Paula começou-se a formar uma agenda no âmbito desse campo:

a implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas (PAES DE PAULA, 2005, p. 39).

A partir dessas mobilizações e da iniciativa, principalmente, dos governos das Frentes Populares surgiram pelo país propostas inovadoras de gestão pública abrigando diferentes experiências de participação social. No bojo das propostas de democracia participativa estavam também a defesa da esfera pública não estatal, minimamente relacionada com os espaços públicos de negociação e espaços deliberativos tal como se viu no âmbito dos conselhos de gestão tripartite, comissões de planejamento e outras formas específicas de representação (PAES DE PAULA, 2005).

Rolnik informa que os anos 1990 foram anos de importantes avanços institucionais no campo do Direito à Moradia e **Direito à Cidade** com

a incorporação à nova Constituição do país, em 1988, de um capítulo de política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse de milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre esta política (ROLNIK, 2009, p. 31).

De acordo com a autora, esses têm sido os pontos centrais da chamada agenda da reforma urbana, proposta e sustentada, principalmente, por “movimentos populares, organizações não governamentais, associações de classe e instituições acadêmicas e de pesquisa organizadas em torno da promoção do direito à cidade” (ROLNIK, 2009, p. 31).

A década de 1990, no Brasil, foi o período que marcou o processo de descentralização federativa com o fortalecimento e autonomia dos poderes locais, propostos desde a Constituição de 1988. Esse processo, paulatinamente implantado, teve limitações entre outras coisas pelos efeitos das reformas macroeconômicas de viés liberal promovidos no início dessa mesma década tais como o desemprego, aumento das desigualdades econômicas e sociais, além da crescente dificuldade dos governos lidarem com essas questões (ROLNIK, 2009).

Não obstante, no Brasil em geral, e mais fortemente em algumas cidades com prefeituras de partidos afins com as propostas de democracia direta da nova constituição

(como Belo Horizonte e Porto Alegre), houve, na década de 1990, a multiplicação de conselhos e a experimentação na elaboração e implementação de políticas públicas com participação social.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 promoveu a municipalização das políticas habitacionais. Para dar conta da nova tarefa em Belo Horizonte a Frente BH Popular, após vencer as eleições municipais em 1993, com Patrus Ananias do Partido dos Trabalhadores (PT), criou a Política Municipal de Habitação (PMH) e o Sistema Municipal de Habitação (SMH)⁴⁴. O sistema criado baseava-se em um tripé legislativo e institucional: (i) a estruturação de um fundo municipal com recursos próprios (Fundo Municipal de Habitação, Lei 6.325/93); (ii) um órgão público executor da política (a URBEL — Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte — criada pela Lei 6508/94) e (iii) estruturas de incorporação e ampliação da participação da sociedade civil (o Conselho Municipal de Habitação, criado pela mesma Lei do Fundo, e o Orçamento Participativo da Habitação — OPH) (BITTENCOURT, 2016).

Em 1995, instaurou-se o Orçamento Participativo (OP) e, em 1996, o Orçamento Participativo da Habitação (OPH). A ideia fundamental dos orçamentos participativos é que a população escolhesse em que aplicar determinada quantia de recursos. Essa quantia é separada pelo poder público para essa finalidade e no caso do OPH o recurso deve ser gasto exclusivamente em habitações, definindo o número de unidades habitacionais a serem distribuídas entre os Núcleos de Sem Casa (como a AMABEL, por exemplo). Assim, para a execução dessa política é necessário que haja grupos organizados de sem casas para auxiliarem na distribuição dos recursos da política e na seleção de seus beneficiários. Em Belo Horizonte os núcleos de sem casa são parte da política habitacional (BAPTISTA, 2011).

Destaque-se que, nesse período de abertura para a criação do novo e para a participação e protagonismo dos sujeitos sociais diretamente envolvidos e afetados pelo escopo da política, é forçoso esclarecer que, ainda assim, predominaram os interesses e as formas produtivas relacionadas aos agentes de estados e setores privados; isto é, “favorecendo e estimulando o crescimento do mercado de terras e bens imóveis e fomentando sistemas de produção de habitação social, mas com compra regular das glebas urbanas e produção formal” (BITTENCOURT, 2016, p. 28). Isso é notado, entre outros eventos, a partir das formas de

⁴⁴ Bittencourt registra que Bedê – técnica da URBEL – relata que o projeto original, alterado posteriormente, em sua parte de produção de habitações, tinha clara proposta de estabelecer uma forma produtiva não capitalista por via da produção autogestionária, inspirada nas experiências de São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-93), que, por sua vez, tinham como principal influência prática e teórica o movimento cooperativista de produção de moradias uruguaio, a Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM) (BITTENCOURT, 2016).

produção das habitações que recorreram muito mais vezes à contratação de privados na elaboração e construção do que à autogestão dos grupos beneficiários e do não enfrentamento à propriedade privada para especulação (BITTENCOURT, 2016).

Bittencourt (2016) recupera trechos da dissertação de mestrado da técnica e diretora da URBEL à época (1993–1996), em que ela admite a existência da intenção dos quadros da prefeitura de elaborar uma política como o OPH para, entre outras coisas, constranger e estancar os processos de ocupações de terras que vinha crescendo e se fortalecendo na cidade: “isso talvez justifique o rigor do governo na adoção de critérios e procedimentos para atendimento dessas famílias, visando, por um lado, restringir possíveis práticas ilícitas, mas também, por outro lado, desestimular as ocupações” (BEDÊ, *apud* BITTENCOURT, 2016, p. 28).

De acordo com Bittencourt (2016), também participe do movimento de reforma urbana, nesse período ficou mais clara a tendência conciliadora e moderada da atuação via Estado na lida da questão da terra urbana. Mesmo na gestão do PT com seu arranjo de aliados populares e com vistas a garantir um projeto político e de cidade emancipatórios — aquecidos pelo contexto efervescente de lutas urbanas e sociais da época —, não houve enfrentamento à propriedade privada do solo e dos imóveis urbanos, entendidos pelos movimentos sociais populares como uma das principais raízes políticas e econômicas do desenvolvimento desigual das cidades (BITTENCOURT, 2016).

Bittencourt conta que os quadros diretivos da URBEL conseguiram estabelecer um sistema participativo de produção de novas unidades habitacionais com OPH. Essa política pública assentada em um sistema participativo na elaboração e construção das habitações garantiu consenso por parte dos atores sociais do cenário de mobilizações e lutas urbanas da época em torno da política formal. O consenso se deu em detrimento às ocupações e a outras implicações e possibilidades políticas que elas carregam (BITTENCOURT, 2016).

Vamos voltar aqui, em contexto ligeiramente diferente, à questão da limitação da atuação via Estado. Bittencourt (2016) reflete sobre a década de 90, como havia feito Freitas (2015) sobre a de 80, acerca da busca de solução para a questão habitacional via, exclusivamente, Estado. Os avanços no ordenamento jurídico (Constituição de 1988) e a criação do Sistema Municipal de Habitação, pela força dos movimentos populares e pelo interesse dos novos partidos políticos, instauraram a participação social na elaboração e execução das políticas de habitação. Como dito anteriormente, ao mesmo tempo em que isso representou novas possibilidades de atuação para os movimentos populares

institucionalmente, criou novos instrumentos e possibilidades de negociação e barganha para outros atores.

Utilizando os termos de Callon (1984), a nova situação permitiu aos novos atores políticos (partidos políticos e técnicos da prefeitura) **transladar** os movimentos sociais em seus aliados na questão habitacional do município. Para isso, estabeleceram uma **problematização** em que a Política Pública Habitacional era o **ponto de passagem obrigatório (PPO)** para a resolução das demandas. Os movimentos sociais populares foram **identificados** como cidadãos ativos e tinham o papel de parceiros/aliados do governo que promovia a política pública. O **engajamento** dos movimentos populares organizados como parte/responsáveis pela consecução da política pública foi alcançado a partir do “rigor do governo na adoção de critérios e procedimentos para atendimento dessas famílias”, como colocou a técnica da URBEL. O sistema de seleção de beneficiários e a projeção social e política de entidades e líderes que participavam dos processos beneficiavam aqueles que aderissem à proposta do governo e se submetessem aos processos estipulados, enquanto que os demais eram deixados à própria sorte, quando não desocupados à força pela polícia. Adicionalmente, o desenho da política com a presença das associações formalmente registradas, representando o seus quadros de sócios, era o mecanismo legitimador da relação de representação (**agenciamento**) entre os sem-teto (potenciais beneficiários) e aqueles que os representavam nas instâncias previstas na política. Por mais que os novos atores políticos e os movimentos sociais organizados pudessem ter afinidades ou projetos em comum, pareceu que seus interesses, seus campos de disputa e, portanto, suas possibilidades de luta, eram razoavelmente diferentes.

Podemos dizer, ecoando Freitas (2015) e Bittencourt (2016), que a limitação da atuação dos movimentos populares esteve justamente conectada com a sua dificuldade de extrapolar o ordenamento jurídico de uma dada época, quando se tornaram dependentes da atuação exclusiva via Estado. A relação entre movimentos populares e o Estado se deu em contexto bastante desigual e de inferioridade (de acesso a bens materiais e de representação política) dos movimentos populares na relação de poder exercidas a partir das novas legislações e da política habitacional. A adesão a esse conjunto de regras e práticas, que não rompiam com os mecanismos de produção de desigualdades sociais e a mercantilização da terra, não conseguiu produzir resultados significativamente diferentes no que diz respeito ao déficit habitacional, produção de habitações, etc.

Assim, é possível dizer que a capacidade de atuação e transformação da situação dos movimentos populares está relacionada à sua competência de, através de pequenas alterações,

produzir uma alteração no funcionamento sistêmico das redes-actantes e dos **agenciamentos sóciotécnicos** (CALLON, 2008) que produzem determinadas realidades. Parte disso tem a ver com a alteração das regras e práticas que ajudam a fazer funcionar as coisas de determinada forma para as fazerem funcionar de forma ligeiramente diferente até que seja possível uma mudança mais profunda, uma tomada de posição, uma apropriação, uma inversão.

A luta pela ruptura da lógica anterior da relação de poder entre Estado e movimento social em que havia o dentro e fora (cidadãos e não cidadãos) se transformou e criou novas possibilidades. Essas possibilidades guardam relação com as noções de democracia e cidadania inspiradas no modelo de gestão societal do Estado e a disputa deste modelo com o gerencial. A democracia participativa e a cidadania ativa serviram como base discursiva para a sustentação da disputa pelo modelo de Estado e do projeto de sociedade brasileiros, e tiveram repercussão na constituição, em leis, em competências do Estado, nos orçamentos, nas organizações sociais, em lideranças e partidos políticos, etc. Contudo, a cidadania ativa e a participação social, partes do projeto genuíno de intensificação da democracia e de radicalização da participação social, foram usadas também para o exercício de técnicas específicas de poder e desradicalização dos movimentos sociais. Trata-se de uma forma de gerenciamento dos conflitos, em que se deu parte do orçamento e da máquina pública em troca do engajamento dos movimentos no Estado e apaziguamento da relação conflituosa.

A relação entre Estado e movimento social, no caso em que abordamos, passou da lógica binária do mecanismo legal ao governo pelas liberdades, assemelhando-se ao que Foucault chama de lógica moderna governamental (FOUCAULT, 2008). Nesse tipo de lógica governamental:

só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. [...] A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo (FOUCAULT, 2008, p. 475).

Através da participação social e da cidadania, foi possível estabelecer liberdades para a ação dos movimentos sociais dentro e via Estado, ao mesmo tempo em que, em correlação a elas, outras possibilidades de ação — principalmente as mais radicais — eram transformadas em opções menos disponíveis e interessantes. Aqui vemos entrar em ação certa forma de governo que, ao mesmo tempo em que proporciona algumas liberdades, normaliza determinadas formas de ação e considera aceitável algum grau de desvio. A administração da

cidade e os movimentos sociais passam ambos a serem problemas políticos da esfera do poder e parte mais ampla da governamentalidade aplicada. A governamentalidade (as técnicas de governo), lembra Foucault, se tornou a questão política fundamental e o espaço real da luta política (FOUCAULT, 1990b). São essas mesmas

táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1990b, p. 292).

Bitencourt (2016) assevera que as políticas adotadas por Patrus Ananias (PT), da Frente BH Popular (1993–1996), assim como as posteriores por Célio de Castro, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) (1996–2002), embora inovadoras e ousadas, por basearem-se na participação social dos movimentos organizados e da comunidade, acabaram por estimular o mercado de terras e bens imóveis não rompendo com uma das lógicas produtoras das desigualdades e do déficit habitacional. Outras formas de luta, as ocupações, por exemplo, não faziam conciliação entre a especulação imobiliária e as formas de produzir habitação, mas questionavam suas bases: a propriedade privada e seu poder de concentração. Para promover tal luta, argumentavam “com base na Constituição Federal de 1988, que o seu usufruto e exercício [da propriedade] não é incondicional, mas submetido ao cumprimento de sua função social” (BITTENCOURT, 2016, p. 28–29). Bittencourt apresenta as ocupações de imóveis ociosos e terrenos vazios como contraponto a essa forma aparentemente consensual de lidar com a questão habitacional e das desigualdades na cidade que passou a existir na década de 1990 no Brasil.

1.2. Municipalização das Políticas Públicas e Participação Social Homeopática

A **Morada de Minas** foi formalizada em 1997 nesse contexto de municipalização das políticas habitacionais e da participação de setores da sociedade civil na elaboração e implementação dessas políticas públicas inovadoras, mas conciliatórias. A associação é também conhecida sob os nomes de Associação Morada de Minas Gerais, Associação Morada de Habitação Saneamento e Cidadania do Estado de Minas Gerais, A.M.O.P.M. Movimento Organizado Pela Moradia. Suas atividades são descritas como “as atividades de associações que são criadas para atuar em causas de caráter social, tais como a defesa dos direitos

humanos, defesa do meio ambiente, defesa das minorias étnicas”⁴⁵. A associação tem décadas de atuação na questão da luta por moradia e já participou de diferentes ocupações ao longo desses anos, é reconhecida, assim como a AMABEL, como um núcleo de sem-casa pela política habitacional municipal. Tem marcada atuação também junto ao poder público tendo estado presente em conselhos municipais setoriais da habitação na representação da sociedade civil repetidas vezes. Em anos recentes, sua atuação com maior repercussão foi a ocupação no bairro Granja de Freitas, em Belo Horizonte, na divisa desta com Sabará. A referida ocupação, nomeada de Ocupação Vicentão foi desfeita pelo poder público (polícia e município) em 2017 destruindo as casas de alvenaria ocupadas pelas famílias que estavam no local há 2 anos. Boa parte desses ocupantes despejados da ocupação Vicentão no bairro Granja de Freitas constituíram o grupo que ocupou o prédio no centro da cidade e formou a (nova) Ocupação Vicentão (OCUPAÇÃO VICENTÃO, 2018).

Bittencourt conta que desde a implementação das políticas públicas participativas de habitação, houve uma diminuição considerável das ocupações, mesmo em períodos de baixa produtividade das políticas oficiais. A disputa entre essas duas formas de resolução da questão habitacional — uma via Estado que indiretamente estimulava o mercado imobiliário e outra via ocupação de imóveis e terrenos ociosos que questionava a propriedade absoluta — foi vencida durante algum tempo pela forma proposta pelo Estado. Por vencida queremos dizer, também, aceita. De acordo com o autor, apenas em 2006 surgiram novas organizações políticas e movimentos sociais que novamente se opuseram às políticas estatais.

As reflexões de Bittencourt sinalizam uma mudança em relação à atuação de parte do movimento popular por habitação. Parece que ao longo do tempo vai se configurando outro grande objetivo e caminho de luta que se dá via habitação, mas que é bem mais amplo e diz respeito ao **Direito à Cidade** e ocorre a partir do questionamento, ainda que não absoluto, da **propriedade privada**. A partir das noções de **função social da propriedade** na constituição de 1988, o estatuto legal da propriedade de indiscutível passa a ter uma condição: sua função social. A operacionalização dessa ideia expressa na Constituição de 1988 depende do **Estatuto da Cidade**, já previsto no texto da CF88 e obrigatório para toda cidade brasileira que tenha mais de 15 mil habitantes, mas que ainda demoraria um tempo para ser criado.

Desta forma, vemos as ocupações sendo **transladadas** ao longo do tempo. Se antes serviam como formas diretas e autoproduzidas das populações acessarem o direito à moradia, a partir de certo momento e cada vez mais – por causa do aprendizado dos sujeitos e grupos

⁴⁵ Descrição do CNPJ da associação em CNPJ Federal: <https://www.cnpjconsultas.com/empresa/associacao-morada-de-habitacao-saneamento-e-cidadania-do-estado-de-minas-gerais/02156318000191>

envolvidos na luta –, as ocupações vão se tornando outras coisas. Uma delas é instrumento de luta e pressão ao poder público, primeiro para o reconhecimento desses sujeitos como cidadãos e atores políticos da cidade. Outra como uma maneira de “ativação das leis”. Sabido que a existência das leis não garante a sua aplicação, para que os benefícios esperados das novas políticas e do novo ordenamento jurídico, é preciso que se tenha alguma forma de exercer poder nos atores responsáveis por sua aplicação. Se os movimentos sociais não têm representatividade dentro do Estado para exercer esse poder desde dentro, ou outras formas de influência política, como o poder econômico, uma das formas encontradas pelos movimentos populares por habitação foi a pressão política de fora, por meio das ocupações e protestos.

Através da URBEL, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) continuou a desenvolver um processo de recuperação e urbanização dos assentamentos urbanos irregulares com a participação de organizações populares. Contudo, a prefeitura de Pimentel (PT) (2002–2008) marca a mudança nas políticas urbanas e habitacionais em Belo Horizonte, inserindo uma forma de governança da cidade com o propósito de deixá-la mais atraente a investimentos. Inspirados no suposto caso bem-sucedido de Barcelona, nos anos 90, a proposta assemelhava a cidade a um negócio em que o propósito seria convencer e atrair investidores (BITTENCOURT, 2016). De acordo com Vainer (2000),

este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. Mediante a postulação dos propugnadores do planejamento estratégico urbano de que sua adoção seria o único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais (VAINER, 2000, p. 78).

Essa apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados é promovida pelo Estado que se torna parceiro de investimento desse empresariado. Essa discussão está no bojo do gerencialismo, mas representa uma transformação significativa, um desenvolvimento das ideias e radicalização das propostas. O Estado não diminui de tamanho ou retrai sua influência sobre a economia, atuando apenas como regulador, mas muda seu foco de atuação deixando de ser um concorrente dos empreendedores capitalistas (na produção direta de bens e serviços para garantia dos direitos mínimos e da dignidade dos seus) e passa a ser seu sócio, auxiliando-os a criarem e regularem mercados lucrativos, criando ativamente as condições para a atuação de empresas (DARDOT, LAVAL, 2014).

Harvey (1996) trata dessa mudança do gerencialismo ao empresariamento na gestão pública municipal iniciada anteriormente nos países capitalistas centrais e depois, como mostramos, adotada em outros lugares. Harvey cita o colóquio realizado em 1985 em Orleans, nos EUA como episódio sintomático na reorientação de atitudes. Nesse colóquio se reuniram acadêmicos, homens de negócios e políticos de oito grandes cidades de sete países diferentes para discutir a questão da gestão urbana no contexto da crise fiscal e econômica. De acordo com Harvey, o grande consenso atingido foi da necessidade dos governos urbanos serem mais inovadores e empreendedores para explorar meios alternativos no intuito de melhorar suas condições fiscal e econômica e, assim, assegurar melhores possibilidades para suas populações (HARVEY, 1996).

A abordagem gerencialista que marcou fortemente países do capitalismo desenvolvido nos anos 60 deu lugar às formas de ação de empresariamento nos anos 70 e 80 nesses mesmos países. Essa mudança de entendimento e postura parece ter atingido o consenso geral nos anos 80 de que “benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 1996, p. 49, tradução livre). O autor aponta para o deslocamento do empresariamento urbano para o centro do palco na formulação da política urbana e das estratégias de crescimento urbano estadunidense e alhures. As características mais básicas desse fenômeno que se replicou em outros lugares segundo Harvey são a parceria público-privada tendo prioritariamente como objetivo político e econômico imediato o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, deixando como consequência indireta a melhoria das condições de vida ou trabalho (HARVEY, 1996).

Especificamente em relação ao planejamento urbano, Vainer (2000) sugere que após a ruína do modelo tecnocrático-centralizado-autoritário, o modelo promovido que mais ganha espaço no Brasil e na América Latina — pela ação combinada de agências multilaterais (BIRD, Habitat), além de consultores habitacionais (que fizeram o projeto de Barcelona, já citado) — é o chamado de *planejamento estratégico*. De acordo com o autor, o modelo é inspirado em conceitos e técnicas empresariais oriundas do planejamento empresarial originalmente sistematizadas em Harvard (ver MINTZBERG, 1994). A importação do modelo e conceitos empresariais impactou sobremaneira as discussões acerca da questão urbana que antes se davam em torno de temas como crescimento desordenado, equipamentos coletivos, etc. e passaram a se dar acerca da *competitividade urbana*, partindo de noções da cidade como mercadoria, empresa e pátria (despolitizando as discussões urbanas entre outras coisas a partir do trabalho do consenso). Nas palavras do autor:

Se durante um longo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos central a problemática da *competitividade urbana* (VAINER, 2000, p. 1, grifo do autor).

A mudança de postura da administração pública municipal de Belo Horizonte, com Fernando Pimentel (PT) (2002–2008), é significativa, mas não é brusca e não encerra as políticas anteriores. Há uma mudança de prioridades notada, entre outros lugares, no volume do orçamento dedicado para diferentes intervenções. Em 2007, por exemplo, o orçamento para obras viárias foi de 600 milhões, contra 80 milhões para o Orçamento Participativo da Habitação (OPH) (BITTENCOURT, 2016). Essas obras viárias também produziram o que Lopes (2010) definiu como “desfavelamento de novo tipo” que consiste na renovação do parque imobiliário por meio de intervenções públicas favorecendo as tendências de valorizações do espaço urbano e os agentes do mercado imobiliários, em detrimento das famílias que ali viviam. Partindo de uma noção de que a favela é um freio ao desenvolvimento, buscou-se “urbanizar as favelas”. A partir disso, as famílias eram removidas de suas casas e realocadas, geralmente em predinhos de apartamentos pequenos de qualidade questionável em lugares mais distantes (com menor interesse do mercado imobiliário), ou expulsas pelo aumento de preço dos imóveis na área da ex-favela urbanizada.

Um bom exemplo da gestão de Pimentel é o programa de intervenção em Vilas e Favelas. O conhecido como “Vila Viva” foi criado em 2005, e nele praticamente não havia mais a participação dos técnicos da URBEL, ou dos movimentos sociais e beneficiários, mas apenas de grandes construtoras e empreiteiras que planejavam e executavam obras de infraestrutura viária nas favelas (BITTENCOURT, 2016). O programa consistia na intervenção estrutural através de melhorias do sistema viário, redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário e regularização fundiária. Ocorreu que, em muitos casos, as melhorias nos moldes planejados acarretaram reassentamentos e, nas piores situações, remoções das famílias (BIZZOTO, 2015).

Bittencourt resume bem as transformações das políticas habitacionais dos períodos mencionados:

Portanto, a concepção do planejamento de política habitacional realizada pelos dirigentes e técnicos da URBEL e SMAHB sob esta gestão, se distanciou das possibilidades de invenção e flexibilização dos processos de planejamento e

produção forjados no contexto da década de 90 e da Frente BH Popular [década de 80], aproximando-se do padrão de habitação popular de massa, de baixo custo, baseada na racionalização do espaço mínimo e na predeterminação dos modos e formas de morar das camadas populares, beneficiárias da política, de forma muito semelhante com o que ocorre com o resultado médio em termos espaciais dos empreendimentos e unidades habitacionais produzidos pelo programa petista MCMV [Minha Casa Minha Vida], em âmbito federal, anos depois. (BITTENCOURT, 2016, p. 41).

Outra política que parte desse ideário da cidade-empresa para atrair investimentos são os projetos de requalificação de espaços da cidade, notadamente nas áreas centrais, objetivando a ampliação do turismo e serviços na região, e o uso residencial dos setores médios. A Operação Urbana Simplificada (OUS) nomeada “Centros de Comércio Popular” (Lei n.º 9.058/2005) e implementada em 2005 é curiosa e emblemática desse momento de transição suave que mencionamos e afeta outro ator importante da nossa história: os **trabalhadores ambulantes**. A OUS mencionada visava, entre outras coisas, dar continuidade à retirada de vendedores ambulantes do centro da cidade, apoiando-se nas diretrizes do Código de Posturas do Município⁴⁶.

A operação foi viabilizada pelos dispositivos criados no Plano Diretor da Cidade, aprovado em 1996, criados também pela força das lutas do movimento da Reforma Urbana, mas foi utilizado para interesses privados sob o pretexto de dar melhores condições de trabalho para os ambulantes e a requalificação do hipercentro. A mídia à época ecoava a Associação dos Comerciantes do Hipercentro em discursos em que a figura dos “*camelôs*” recebe explicitamente a responsabilidade por problemas urbanos, tais como o tumulto das vias, degradação da região central e a sujeira” (CARRIERI *et al.*, 2009b, p. 282). Além disso, a proposta da prefeitura dos Shoppings Populares era retratada como a única e ideal solução: “a idealização dos *shoppings* como solucionadores dos problemas é explicitada pelo enunciador [mídia] através das expressões “sonhado ‘*Shopping Popular*’” e “única alternativa” (CARRIERI *et al.*, 2009b, p. 282).

Cota (2013) conta que essa proposta de operação urbana teve um caminho pouco usual, não sendo discutida no Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), instância de discussão e deliberação e políticas de planejamento urbano, como seria o processo habitual. O projeto de lei original versava sobre a alteração do zoneamento em parte do bairro Belvedere III, no entorno do BH Shopping, área muito valorizada da cidade, em um bairro de

⁴⁶ O Código de Posturas do Município (Lei 8.616 de 14 de julho de 2003) proíbe a utilização da rua pelos camelôs e ambulantes. Artigo 118: “- Fica proibido o exercício de atividade por camelôs, toreros e flanelinhas no logradouro público”.

classe média-alta que tem um dos mais caros metros quadrados de Belo Horizonte. Isso mostra, segundo Cota (2013), a intenção desde o princípio de se gerar maior potencial construtivo para a região centro-sul da cidade, áreas muito valorizadas que tinham limitações construtivas, a partir da operação urbana (COTA, 2013).

Segundo o substitutivo da lei que implementou os Centros de Comércio Popular, aos empreendedores que implantassem boxes para os camelôs (retirados da rua) nos shoppings populares da cidade⁴⁷ — e os mantivesse por pelo menos dez anos — seriam concedidos potenciais construtivos a serem utilizados adicionalmente em imóveis situados em outros zoneamentos até o limite máximo de 20% de acréscimo em cada lote. A cada metro quadrado de boxes, os empreendedores receberiam três metros quadrados de potencial adicional de construção (COTA, 2013).

Assim, a complexa operação envolveu a combinação de dois instrumentos, a operação urbana e a Transferência do Direito de Construir (TDC)⁴⁸ e vários atores: prefeitura, vendedores ambulantes e empreendedores. Um destes eram os proprietários do shopping Pátio Savassi, localizado em área nobre e adensada da cidade e que necessitavam de maior potencial construtivo do que a lei permitia para a localidade. O outro era proprietário de um edifício tombado construído em 1940. O edifício, que havia sido sede de uma antiga fábrica de cerveja, ficava em uma área considerada central da cidade, e, com a operação, o proprietário poderia vender os TDCs de seu imóvel, além do retorno com aluguéis dos boxes ao estabelecer, ali, um Shopping Popular (CARRIERI *et al.*, 2009b; COTA, 2013; FREITAS 2019).

A prefeitura então negociou com as lideranças dos trabalhadores ambulantes para que saíssem das ruas e fossem para os shoppings populares. Foram feitos cadastros de cada um dos que aceitaram a proposta para serem alocados nos espaços privados. Os demais, que não aceitaram os termos da proposta e tentaram continuar a trabalhar nas ruas, foram reprimidos pela polícia militar no dia a dia de trabalho e recorrentemente tiveram suas mercadorias apreendidas. Houve uma cisão entre os dois grupos de camelôs: os que não aceitaram a proposta da prefeitura se sentiram traídos pelas lideranças que negociaram o acordo (CADERNO DE NOTAS, 2018). Os empreendedores, tanto os do Pátio Savassi, quanto os do edifício tombado conseguiram fazer os negócios que esperavam.

⁴⁷ Segundo a lei, seriam os seguintes: Centro de Comércio Popular Tupinambás, o Centro de Comércio Popular Caetés, o Centro de Comércio Popular Tocantins e o Centro de Comércio Popular Xavante.

⁴⁸ O TDC é o instrumento através do qual o Poder Público Municipal permite ao proprietário de imóvel urbano alienar ou a exercer em outro local, mediante escritura pública, o direito de construir previsto na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo relativo ao Coeficiente de Aproveitamento Básico — Cab —, conforme previsto no Plano Diretor (Lei nº 7165) de 1996 em seu artigo 60 (FREITAS, 2019).

De acordo com Carrieri *et al.* (2009), o programa da prefeitura assemelhou-se a uma limpeza urbana e desarticulou o grupo de vendedores de rua, “aumentando a precariedade de suas condições políticas e sociais de trabalho” (CARRIERI *et al.*, 2009, p. 1316). Os autores sugerem que a prefeitura havia colocado em prática uma forma de governo chamada de “gestão da cidade” em que se valeu do Código de Posturas para disciplinar o comportamento dos cidadãos (não de todos, podemos acrescentar) e do programa Centro Vivo para revitalizar partes do centro da cidade, estimulando outros usos desses territórios, preferencialmente com viés empresarial (CARRIERI *et al.*, 2009).

A questão do trabalho ambulante no centro da cidade de Belo Horizonte é recorrente e tem a ver com a crise do trabalho formal no Brasil, principalmente após a década de 1980. As pressões das associações de comerciantes e da administração pública para mantê-los afastados do centro e de zonas comerciais da cidade como forma de normalizar e controlar os usos e fluxos a partir de uma determinada visão de cidade aumentam na medida em que aumenta o número de ambulantes nas ruas da cidade. O elevado crescimento populacional e o intenso fluxo migratório rural-urbano que citamos ter ocorrido no Brasil nos anos 60 e 70, além do aumento agudo de ocupações irregulares, também criaram um excedente de mão de obra nas metrópoles. Esse excedente de mão de obra barata e desqualificada contribuiu para a já problemática questão do emprego formal nas cidades brasileiras e ajuda a explicar a informalidade e os baixos salários no Brasil.

De acordo com Pochmann (2013), o país, sem ter completado o ciclo de estruturação do mercado de trabalho iniciado ainda na década de 1930 — com o projeto de industrialização nacional —, conviveu com mais de duas décadas de regressão do trabalho, aumento do desemprego e precarização das formas de uso e remuneração dos ocupados. Apesar da industrialização (de 1930 a 1970) ter gerado empregos formais e estimulado o assalariamento no meio urbano, as políticas do governo militar mais focadas nas classes médias não avançaram na expansão do emprego formal. A fase de intensa expansão urbana e industrial foi brutalmente interrompida na crise da dívida externa do início da década de 1980 que atingiu o Brasil e outros emergentes (POCHMANN, 2013).

Assim, de acordo com Oliveira e Proni (2016), o que se viu na economia brasileira nas décadas seguintes foi a escalada das taxas de desemprego que, de acordo com o IBGE, aumentou de 7,2% em 1992 para 10,4% em 1999, mantendo-se nesse patamar no início dos anos 2000. Além disso, os anos 1990 e 2000 foram marcados por mudanças profundas no mercado de trabalho brasileiro — privatizações, terceirizações das atividades, precarizações, etc. — que aumentaram o mercado de trabalho informal. Simultaneamente, houve diminuição

do rendimento médio dos ocupados por conta da alta da inflação, do aumento da oferta excedente de força de trabalho, do enfraquecimento dos sindicatos e da moderação do reajuste do salário mínimo (OLIVEIRA; PRONI, 2016).

1.3. Empresariamento, Novos Movimentos de Moradia e Interseção das Lutas

Entre 2004 e 2013, o Brasil passou por um ciclo de crescimento econômico e a produção do espaço urbano viveu novo ciclo de expansão e valorização imobiliária. As grandes cidades brasileiras, em geral, e Belo Horizonte especificamente, sofreram transformações devido ao forte dinamismo do mercado imobiliário, com o aumento vertiginoso da quantidade de construções, lançamentos, negociações, elevação dos preços, além da busca e expansão da atuação de incorporadoras e construtoras em áreas, antes, menos assediadas. De acordo com Bastos *et al.* (2017), esse processo foi marcado por tendências socioespaciais de gentrificação e financeirização do espaço urbano (BASTOS *et al.*, 2017).

As Brigadas Populares surgem nesse contexto de gentrificação e financeirização do espaço urbano, do planejamento estratégico da cidade visando à atração de investimentos privados e de diminuição das políticas de participação social na prefeitura de Pimentel (2002–2008). Do Núcleo de Estudos Marxistas (NEM) — grupo de estudos marxistas formado em 2003 — cria-se, em 2005, as Brigadas Populares visando a uma atuação na prática. Em reunião em que estiveram presentes aproximadamente 15 pessoas do núcleo, decidiram mudar a atuação e fazer trabalho de base:

Tínhamos muito aquela inspiração de ir pra realidade, a gente não queria ficar só teorizando, a gente queria teoria e prática (Entrevista de MARIA, 2018).

Na época em que se formou o grupo, Maria nos conta o que se segue:

Havia outros movimentos que já estavam discutindo poder popular e aí já tinha a proposta de criar assembleias e fóruns para debater com a comunidade a partir da realidade ali, dos problemas que as pessoas detectavam ali (Entrevista de MARIA, 2018).

Em um dos territórios em que começaram a atuar perceberam a questão premente da habitação:

Aí a gente começou a ir para o Lajedo e no Lajedo tinha essa questão de despejo. Foi aí que começamos a ver que a questão de moradia era bem central, porque até então a gente não sabia. Hoje existem ocupações, mas na época não existia. O pessoal precisa morar mesmo! Então, a questão da moradia sempre aparecia. A gente sabia dos números do déficit e tal, mas eram “só” números pra gente. Na nossa fundação não pensamos: vamos lá fazer a ocupação. Mas isso ficou muito concreto na nossa prática. Aí resolvemos fazer ocupação e fizemos a Caracol. Foi aí que a gente começou (Entrevista de MARIA, 2018).

A ocupação Caracol surgiu do trabalho territorial de base junto à associação de moradores da Vila Cafezal, no Aglomerado da Serra. Bittencourt conta que “a ocupação nasceu no dia 24 de novembro de 2006, ocupando prédio de cinco andares, na Rua do Ouro, (...) abandonado há mais de 10 anos por seu suposto proprietário” (BITTENCOURT, 2016, p. 63) e que os sem-teto do aglomerado da Serra já estavam planejando ocupar um prédio abandonado no bairro vizinho de classe média, o bairro Serra. Depois dessa vieram outras ocupações verticais a João de Barro I, II e III, algumas dessas com parcerias do Fórum de Moradia do Barreiro e o da Assembleia Unificada dos Sem-Casa. Todas foram despejadas em menos de seis meses (BITTENCOURT, 2016; PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019).

A retomada das ocupações se inicia no governo de Pimentel (PT), com as experiências de ocupações verticais, mas é no governo de Márcio Lacerda (PSB) que elas se intensificam, em formas horizontais, majoritariamente em terrenos vazios nas periferias.

A partir de 2009, inicia-se o ciclo de processos socioespaciais e políticos que reúne todas as características das experiências de ocupações urbanas pelo direito à moradia e à cidade. Bittencourt (2016), Bastos *et al.* (2017) e Dias e Decat (2018) identificam este como um novo ciclo de lutas em relação à reforma urbana. Bastos *et al.* (2017), por exemplo, pontuam que, embora as novas ocupações se inscrevam nas tradições de lutas pela terra urbana no Brasil, trazem aspectos que as distinguem das de períodos anteriores como a formação de uma rede ampla de agentes e aliados:

Famílias em luta pela terra e/ou pela moradia, movimentos sociais e políticos organizados, tanto antigos como novos, e, por outro lado, agentes políticos ligados a instituições consolidadas – Igreja Católica, esferas do Estado (administração pública e poder judiciário, por ex.), educação pública superior (alunos e professores universitários). Especificamente em Belo Horizonte, a nova onda de movimentos urbanos é marcada pela ausência de vínculos com as gestões municipais do ciclo sintonizado à plataforma da reforma urbana, o que provoca uma ruptura e um conflito com grupos anteriormente estruturados e que participaram de formas variadas do processo de gestão e planejamento urbano do município, inclusive de sua política habitacional (BASTOS *et al.*, 2017, p. 256).

De acordo com Bittencourt:

É diante deste desvio do sentido e da capacidade de dar resposta à demandas legítimas em Belo Horizonte que começa a se delinear uma nova rede de movimentos sociais de moradia, criando novo campo, fora das influências dos partidos da institucionalidade e de seus espaços de participação, que se inicia com estas ocupações de prédio aqui narradas e posteriormente direciona-se para as mais de 24 experiências de terrenos ocupados e autoconstruídos perene (BITTENCOURT, 2016).

As Brigadas Populares foram uma das que reativaram as práticas de ocupação, mas logo outras organizações surgiram e se juntaram na luta pela reforma urbana por meio das ocupações, seja participando delas diretamente, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MLB (2012) e, depois de 2013, a Luta Popular e a Frente Terra e Autonomia; ou dando algum tipo de apoio técnico, material, etc., como o Coletivo Margarida Alves e outros de advogados populares, Escritório de Integração da PUC-Minas, projeto de extensão Polos da UFMG, Arquitetos Sem Fronteiras (do grupo PRAXIS das Escola de Arquitetura/UFMG), o grupo Indisciplinar (também da Escola de Arquitetura/UFMG) entre outros professores, alunos e pessoas que apoiaram e aproximaram da luta de forma menos perene (BITTENCOURT, 2016). A articulação entre esses diferentes atores foi se configurando lentamente nas práticas cotidianas e foi se formando uma rede de contatos e apoiadores, que se adensou e estendeu com o tempo, que contribuíam com a resistência das ocupações para evitar e reverter despejos:

Uma estratégia importante era a ativação de uma rede de contatos capaz de contribuir na resistência e reverter o despejo: representantes do legislativo e de suas comissões, defensores públicos, repórteres, artistas, intelectuais ou qualquer um que pudesse pressionar as autoridades e contribuir estando presente nos momentos de resistência. Assim, entre 2009 e 2015 nenhuma ocupação organizada por movimentos chegou a ser despejada em Belo Horizonte (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019, p. 839).

Dias e Decat (2018) estabelecem outros traços de diferenciação desse novo ciclo de ocupações em relação a outros assentamentos urbanos informais experimentados na cidade anteriormente. Os autores ressaltam, para marcar essa diferença, a importância da luta pelos direitos sociais, a maneira organizada e coletiva que movimentos sociais e moradores criaram para realizar essas ocupações reivindicando o exercício do direito à moradia e, finalmente,

não tinham como estratégia a apropriação econômica da propriedade. Esclarecendo o último ponto: “as áreas escolhidas para a ocupação são aquelas que não cumpriam a função social da propriedade” (DIAS; DECAT, 2018, p. 1163).

De acordo com Dias e Decat (2018), as novas ocupações urbanas em Belo Horizonte são complexas e incitam em implicação mútua a luta pela inclusão política e os processos de urbanização informal. A luta, portanto, não diz respeito apenas à violação dos seus direitos e à igualdade de direitos, mas também à violação do princípio de autorealização. Os autores colocam que “diversamente dos antigos assentamentos urbanos informais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, todas as novas ocupações urbanas têm em comum a afirmação do direito à moradia adequada e ao exercício do direito à cidade” (DIAS; DECAT, 2018, p. 1172).

As análises de Bittencourt (2016) complementam o quadro colocando em perspectiva o fato de que esse novo ciclo de lutas abrem conflitos contra as formas predominantes de produção do espaço urbano em que a aliança entre Estado e agentes econômicos privados são a tônica. Entre outras coisas, por se instalarem em imóveis vazios, descumpridores da função social e propriedade de agentes tradicionais da produção capitalista do espaço — especuladores imobiliários, construtoras, incorporadoras, bancos e grandes empresas —, essas ocupações rivalizam, ainda que nas partes periféricas da cidade, com a forma hegemônica de produção do espaço.

É, no entanto, no governo que sucede Pimentel na prefeitura de Belo Horizonte que há a intensificação da gestão empresarial da cidade e a intensificação e multiplicação das lutas. O governo de dois mandatos de Márcio Lacerda (2008–2016) foi marcado por falta de diálogos com setores populares da sociedade, pelo abandono quase que completo da participação social nas políticas públicas e pela ampliação de parcerias com privados — com as Parcerias Públicas-Privadas (PPPs) e os dispositivos das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) (BITTENCOURT, 2016; CANETTIERI, 2017).

Em seu mandato, por exemplo, o então prefeito aprovou um decreto municipal em que se proibia a realização de quaisquer eventos na Praça da Estação (praça no centro da cidade onde é corriqueira a utilização por diferentes grupos da cidade, de grupos de maracatu, evangélicos e blocos de carnaval). Conta-nos Canittieri (2017) que, juntamente com a proibição, a administração municipal buscou, através de cartilha e campanha publicitária, ensinar os cidadãos a forma correta de uso da praça. Valendo-se do dispositivo de “direito de paisagem” de uma lei aprovada em sua gestão, Lei nº 10.059, de 2011, impediu-se o trabalho de ambulantes e artesãos no espaço. Além disso, o governante dificultou a realização da

Conferência de Política Urbana, que ocorreu com atraso e sem a presença dos movimentos sociais; e promoveu desalojamento de moradores para alargamento de vias e outras obras viárias para a Copa do Mundo. Outras ações que chamaram atenção da gestão empresarial do governo de Marcio Lacerda foram suas tentativas de privatização de parques municipais, as operações urbanas visando satisfazer o empresariado imobiliário e a criação de uma S/A para gerir o patrimônio da administração pública municipal, a PBH ATIVOS S/A (CANETTIERI, 2017). Ou seja, um movimento de estatização do público e posterior privatização do estatal de forma direta — com a venda de ativos — ou indireta — com o exclusivo usufruto de privados para obtenção de lucros.

No tocante às políticas habitacionais, Márcio Lacerda não conseguiu beneficiar a cidade a contento com o programa do Governo Federal de construção e financiamento de habitações “Minha Casa Minha Vida”, o maior programa que já existiu no país no que diz respeito a orçamento e ao número de unidades habitacionais construídas. Em seu primeiro governo (2008–2012), o programa praticamente não foi executado na cidade (BITTENCOURT, 2016). O então prefeito ainda tentou se aproveitar da responsabilidade municipal na gestão e execução do programa para incluir no projeto de lei que regulamentaria o seguinte parágrafo: “que as famílias que invadirem área de propriedade pública ou privada, a partir da data de publicação desta lei não serão contempladas pela mesma”⁴⁹, mas a pressão de duas ocupações urbanas fez com que a referida parte do texto fosse suprimida (BITTENCOURT, 2016; FREITAS 2015).

Bittencourt (2016) entende que a interrupção do ciclo de participação popular em Belo Horizonte, iniciada nos governos de Pimentel (PT) e consolidada definitivamente nos de Márcio Lacerda (PSB), de alguma forma contribuiu para a emergência de novos movimentos e para o aumento exponencial das ocupações de imóveis ociosos. No primeiro mandato de Lacerda, ocorre, então, a eclosão de uma série de ocupações urbanas horizontais organizadas⁵⁰ como a Dandara (abril de 2009), Irmã Dorothy (fevereiro de 2010), Eliana Silva (agosto de 2012) e as três ocupações da região do Izidora: Rosa Leão (maio de 2013), Esperança (junho de 2013) e Vitória (julho 2013).

De acordo com Canittieri (2017), uma série de outros movimentos não relacionados à habitação de forma direta se uniram contra as propostas de empresariamento da cidade e estatização da coisa pública. O autor cita, por exemplo, um movimento de contestação à

⁴⁹ Projeto de lei nº 11.977/09, de autoria do Executivo Municipal.

⁵⁰ Nesse período surgem também ocupações espontâneas, como a Canaã (2011), Novo Paraíso (2012), Nova Cachoeira (2012) e Nelson Mandela (2014) (BITTENCOURT, 2016).

proibição de uso da Praça de Estação por decreto do prefeito, a “Praia da Estação” o “Fora Lacerda” etc. Migliano (2018) relata as narrativas e práticas que compuseram a Praia da Estação e a ligação desta manifestação com a reativação do carnaval de rua em Belo Horizonte (transgressor e politizado); com as táticas “*occupy*” de ação política; e com a disputa da rua e da coisa pública entre cidadãos e o poder municipal (MIGLIANO, 2018). Esses desdobramentos, junto com outros acontecimentos, seguiram criando possibilidades para outras formações contestatórias como a Assembleia Popular Horizontal que posteriormente possibilitaram o surgimento da plataforma “Muitas pela cidade que queremos” (MUITAS), entre tantas outras (MIGLIANO, 2018).

Durante as manifestações de vulto em Belo Horizonte, em 2013, na ocasião da chamada Jornadas de Julho, no pré-Copa das Confederações de Futebol da FIFA, houve a coagulação de ativista e pessoas em torno de diferentes coletivos e fóruns. Houve, por exemplo, a criação do Comitê dos Atingidos Pela Copa (COPAC-BH) e foi, também, criada a, já referida, Assembleia Popular Horizontal na cidade. O COPAC tinha como objetivo promover a organização dos moradores e trabalhadores atingidos pelas obras de infraestrutura da copa do mundo e pelas novas regras de comercialização na cidade. Estas vislumbravam atender os patrocinadores do evento em detrimento dos trabalhadores que já desempenhavam essas atividades para fazerem seu sustento. Assim, no COPAC, buscavam fazer a defesa e a promoção dos direitos à moradia e ao trabalho dessas comunidades. A Assembleia Popular Horizontal, por sua vez, se reunia para pensar formas de articular a luta e movimentações de modo planejado coletivamente. Isso com o intento de fazer frente ao uso dos grandes eventos para a intensificação da produção do espaço urbano orientado pelo e para o mercado (MIGLIANO, 2018). Portanto, é para se contrapor a essas práticas e a seus efeitos, a produção de um espaço urbano desigual e excludente, que essas experiências são criadas. Importante pontuar que elas não foram as únicas e que sua ocorrência demonstra o contexto de efervescência política no país e na cidade.

Para Fonseca e Gonçalves, essa efervescência se relaciona, na cidade, sobretudo após as manifestações de 2013, ao “esvaziamento das práticas de participação institucionalizada e ao fortalecimento da orientação neoliberal no tratamento da questão urbana”. A partir disso, viu-se o florescimento de novos atores e novas formas de ação coletiva em Belo Horizonte (FONSECA; GONÇALVES, 2018, p. 4).

Segundo Paolinelli e Canittieri (2019), toda essa movimentação levou a uma importante e “ampla participação do setor popular organizado na IV Conferência Municipal de Política Urbana (IV CMPU), realizada entre 2013 e 2014, com a pauta da revisão do **Plano**

Diretor do município” (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019, p. 840, grifo meu). De acordo com os autores, com o apoio de técnicos da prefeitura alinhados com a pauta da reforma urbana, conseguiu-se importante acolhimento das demandas dos movimentos sociais que foram inscritas no projeto de lei resultante (que viria a se tornar o Plano Diretor). Por esse fato, houve forte tentativa de boicote do encontro e de obstaculização da aprovação do Plano Diretor liderada pelo empresariado da cidade. Segundo relata Paolinelli e Canittieri (2019), desde o envio do projeto de lei do Executivo para o Legislativo Municipal, em 2015, o setor empresarial busca combatê-lo e atrasar sua aprovação criando até mesmo uma campanha publicitária (Mais Imposto Não BH!) para influenciar vereadores e a sociedade (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019).

Importante advertir que o Plano Diretor não é um instrumento qualquer, é o principal instrumento de planejamento urbano do município. Ele foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade como forma de cumprir a política urbana estabelecida na Constituição Federal. Cabe ao Plano Diretor, entre outras coisas, definir qual a função social a ser satisfeita pela propriedade urbana e estabelecer outros instrumentos de gestão urbana:

Os princípios, objetivos e diretrizes contidos no Plano Diretor fundamentam-se no princípio da Função Social da Propriedade e da Cidade, nos termos do Art. 182 da Constituição Federal de 1988 e do Art. 2º da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, bem como nas disposições da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (PBH, 2020, s/p).

O Plano Diretor de Belo Horizonte foi aprovado, entre outras coisas, devido à pressão e mobilização dos movimentos organizados, apenas em junho 2019, 4 anos após ter ido ao legislativo municipal.

Outro acontecimento importante que merece menção nas lutas contra o empresariamento em geral, mas que concerne mais diretamente às ocupações urbanas, foi a conquista da **Mesa de Diálogo**. O instrumento foi instituído por meio do Decreto nº 203, de 1º de Julho de 2015, com alterações feitas pelo Decreto nº 520, de 28 de Setembro de 2016, pelo então governador do estado Fernando Pimentel (PT). O objetivo inicial da Mesa era mediar e solucionar conflitos fundiários de luta pela terra e pela moradia.

De acordo com Paolinelli e Canittieri (2019), em 2015, depois da ressaca das manifestações de 2013 e 2014 contra a Copa e seus usos na cidade, a prefeitura intensificou os esforços para remover as ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória). A disputa entre prefeitura e as ocupações organizadas se deu no campo jurídico, social e político. A

prefeitura pediu uma série de ordens de despejo, que foram revertidas pelos advogados populares, pela ampla mobilização da rede “Resiste Izidora” e pela ação direta dos movimentos (enormes marchas com as famílias das ocupações, militantes e apoiadores) (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019).

De Jesus *et al.* (2019) conta que, em 2014, houve uma série de atos de resistência e protesto feitos pelas ocupações de Minas Gerais chamando a atenção para a forma como a questão era tratada pelas autoridades. Visando pressioná-las contra as ameaças de despejo e de reintegração de posse, realizaram várias atividades: um grande ato pelo “#DespejoZero”; o seminário na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a presença e participação de diversos setores da sociedade civil, grupos de pesquisa e extensão universitária, movimentos sociais, rede de apoio das ocupações e outros atores, para auxiliarem a definir os contornos normativos da planejada Mesa de Diálogo; um ato nacional intitulado “Periferia Ocupa a Cidade! Reforma Urbana de Verdade!”; além de trancamentos de rodovias em diferentes estados do país (JESUS *et al.*, 2019). Assim,

Em julho de 2015, então, após pressão popular, mobilização social autônoma de movimentos, de organizações políticas e pelo apoio de uma ampla rede de atores que atuam na luta pelo direito à terra, à moradia e à cidade em MG, conseguiu-se a publicação do Decreto nº 203/2015, que instituiu a Mesa de Diálogo. Entre 2015 e 2018 mais de 300 (trezentos) conflitos fundiários passaram pela Mesa de Diálogo abarcando uma diversidade de movimentos sociais e diversos sujeitos como indígenas, quilombolas, sem-teto, sem-terra, povos tradicionais envolvendo conflitos urbanos, rurais e socioambientais. (DE JESUS *et al.*, 2019, s/p).

Nos anos entre 2013 e 2016, o clima político foi bastante agitado no Brasil. Isso devido às manifestações contra a Copa do Mundo; às Jornadas de Junho iniciada pelos protestos contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo que se espalharam pelo país; às eleições presidenciais acirradas de 2014 entre PT e PSDB; às investigações da operação Lava Jato que fragilizaram significativamente o PT e outros partidos tradicionais; e, finalmente, ao impeachment da Presidenta Dilma (PT) em 2016. Não é demais pensar que a assinatura do decreto que instituiu a Mesa de Diálogo tenha sido possível por um momento favorável em que o Governador do estado à época, e ex-prefeito de BH, Fernando Pimentel (PT), e seu partido, estavam politicamente fragilizados.

Em 2014, é criada a Intersindical, Central da Classe Trabalhadora (Intersindical). A recente organização foi oficialmente fundada no dia 30 de março/2014. Sua constituição se deu no Congresso Nacional realizado em São Paulo–SP (SINDIFORT, s/d). De acordo com

informações no site da organização, a constituição se deu após anos de debates e de processos de lutas e amadurecimento de mais de sete anos a respeito do mundo do trabalho e das formas de organização (INTERSINDICAL, 2015). A fundação contou com representações de 19 estados e mais de 500 pessoas de diferentes segmentos da sociedade civil (sindicalistas, movimentos populares pela terra, moradia, etc). De acordo com informações no sítio da organização, o objetivo é “unificar as lutas e fortalecer uma concepção e prática sindical democrática, combativa, plural, com independência de classe” (INTERSINDICAL, 2015).

A organização não nasceu das movimentações que mencionamos, relacionadas, de alguma forma, à disputa política no município e região metropolitana concernentes à reforma urbana. A área de atuação e luta da Intersindical se dava no mundo do trabalho, de organização da classe trabalhadora em um contexto de reformas trabalhistas e precarização do mundo do trabalho e de acentuação da crise dos sindicatos. Partindo de uma visão ampla do mundo do trabalho, buscando a organização política não apenas dos trabalhadores fabris e/ou formais, a Intersindical se coloca como “uma organização para as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, da cidade ou do campo, da ativa e aposentados, do setor privado ou público, do trabalho formal ou informal” (INTERSINDICAL, 2015).

A partir de 2017, a Intersindical, juntamente com as Brigadas Populares, se engajou no processo de retomada da organização dos camelôs de Belo Horizonte e região metropolitana, desfeita à época da primeira operação de requalificação do hipercentro que levou parte dos trabalhadores ambulantes para dentro dos Shoppings Populares. A reorganização dos trabalhadores se deu na retomada desse mesmo Plano de Reabilitação do Hipercentro, formulado em 2007, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. De acordo com Console (2018), a retomada do referido plano foi incitada pelo movimento “SOS Hipercentro”, criado pela Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais, que pressionou a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura a removerem os trabalhadores informais do centro de Belo Horizonte. Console (2018) conta que, desde meados de 2017 os trabalhadores informais passaram a ser alvo de tentativas sistemáticas de expulsão do centro da cidade:

Em abril do ano passado [2017], a Prefeitura patrocinou uma ação higienista no hipercentro, com alto contingente de operadores da fiscalização, Guarda Municipal e Polícia Militar, culminando na prisão e agressão de diversos camelôs. Toda essa atuação visava à instituição do Plano de Reabilitação do Hipercentro, formulado em 2007 pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), cuja principal diretriz seria o fortalecimento da política de transferência dos ambulantes para os shoppings populares (CONSOLE, 2018, s/p).

Reportagens da época dão conta de protestos por conta da implementação do plano da PBH e da repressão destes pela polícia militar (AGÊNCIA BRASIL, 2017; O TEMPO, 2017). De acordo com as informações, 400 pessoas entre fiscais, agentes de campo, Guarda Municipal e Polícia Militar fizeram parte da equipe da operação que consistia em impedir que os vendedores instalassem suas barracas com uma advertência, mas caso insistissem, “ele será retirado e os materiais apreendidos” (O TEMPO, 2017, s/p), além de receberem “a infração [que] pode gerar uma multa de aproximadamente R\$ 1,9 mil” (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

Console (2018) adverte que, novamente, a medida de retirada dos camelôs das ruas e levá-los aos Shoppings Populares beneficia apenas os lojistas e os donos dos shoppings, que mais uma vez poderiam trocar a alocação de camelôs em seus centros comerciais por potencial construtivo adicional a serem comercializados. Poder-se-ia dizer que nesse contexto de luta pelo direito de trabalhar no centro da cidade um novo ator surge para disputar a produção urbana e associando aos outros atores, em geral, e às Brigadas Populares especificamente pela reforma urbana e pelo direito à cidade: “Enquanto trabalhar for proibido, ocupar as ruas é um direito!” e “Por uma cidade onde caibam muitxs cidades!” (INTERSINDICAL, 2017, s/p).

Em 2016, no âmbito nacional falava-se e sofria-se pelo golpe de estado para empossar um presidente conservador (Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro — MDB). No entanto, localmente buscavam-se outras formas das organizações populares, movimentos, ativistas, da “periferia” incidirem na cidade. As eleições municipais de 2016 ativaram as redes criadas desde 2013 para a disputa no campo da política institucional. De acordo Paolinelli e Canittieri (2019), as movimentações dos anos anteriores criaram o entendimento de que seria importante disputar também os espaços institucionais para fazer frente às políticas neoliberais. Os autores contam o que se segue:

A confluência de ativistas de diversas causas (lutas por moradia, mobilidade, questão indígena, feministas, movimento negro, LGBT, etc.) pela ocupação das eleições consolidou-se nas Muitas pela Cidade que Queremos, que construiu, com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), uma plataforma eleitoral que se converteu no lançamento de candidaturas populares (Fonseca e Gonçalves, 2018). (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019, p.843).

As MUITAS, “Muitas pela cidade que queremos”, foi uma articulação inspirada pela experiência de construção horizontal espanholas do *Ahora Madrid*, *Barcelona en Comú* e do

“Podemos!” de Barcelona e o Wikipolítica no México (FONSECA; GONÇALVES, 2018). O grupo foi criado em março de 2015, após uma reunião realizada no Parque Municipal de Belo Horizonte e que reuniu grupos de ativistas e movimentos sociais da cidade. Muitos dos quais já haviam se encontrado e participado das experiências da Assembleia Popular Horizontal. Segundo Fonseca e Gonçalves (2018), as MUITAS

nasceu do desejo de discutir a política municipal, acreditando na possibilidade de vislumbrar outras dinâmicas para a atuação política e para a participação popular que caminhasse em direção à cidadania insurgente, como uma ação na contramão dos processos hegemônicos. (FONSECA; GONÇALVES, 2018, p. 4).

O movimento conseguiu eleger a vereadora mais votada da história da cidade “Áurea Carolina, mulher negra, mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mais de 17 mil votos”, e também Cida Falabela (MIGLIANO, 2018, p.184). As duas vereadoras eleitas pela plataforma MUITAS montaram um gabinete conjunto, derrubando divisórias que os separavam e integrando as equipes para criar um espaço de trabalho coletivo e horizontal, ao qual se deu o nome de Gabinetona. O substantivo no feminino foi utilizado “porque o mandato é declaradamente feminista e preconiza a valorização da mulher nas lutas urbanas” (FONSECA; GONÇALVES, 2018, p. 6). Fonseca e Gonçalves (2018) contam que a Gabinetona era também um espaço efetivo para discussão e acolhimento das demandas de movimentos sociais e representantes e participantes de grupos organizados compunham a equipe do gabinete das vereadoras:

Na Gabinetona, além das próprias vereadoras que atuavam na ação direta através dos movimentos de *hip hop* e do teatro e da cultura, os demais membros participam diretamente de movimentos sociais, tais como as Brigadas Populares, o Tarifa Zero, o MLB, o movimento em prol da juventude, da causa indígena e LGBTQIA+, o que demonstra que a confluência entre a ação direta e os espaços institucionais é possível e necessária para a construção de um diálogo direto com a sociedade (FONSECA; GONÇALVES, 2018, p. 6).

Em 2017, em meio à conjuntura municipal favorável, como bem colocam Paolinelli e Canittieri (2019), surgiram novas ocupações na cidade, desta vez no centro da cidade “levando a pauta do direito à cidade agora em confronto direto com o território do poder.” (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019, p.843). Em setembro de 2017, o MLB ocupou uma edificação abandonada no bairro Funcionários, vizinhança com o segundo metro quadrado mais caro da cidade. Abrigando 200 famílias a ocupação se manteve por quase 1 ano e foi

desocupada após acordo com o governo do estado e prefeitura que se comprometeram a pagar 2 anos de bolsa-aluguel a cada família e a reassentá-los em um local negociado pelo movimento e autoridades. No mesmo mês, nasceu a ocupação Pátria Livre, organizada pelo Movimento de Trabalhadores por Direito (MDT), em um edifício abandonado na Pedreira Padro Lopes, localizado próximo ao centro (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019).

No ano seguinte, nasceu a Ocupação Vicentão.

VI. NASCIMENTO DA OCUPAÇÃO

“NASCE A OCUPAÇÃO VICENTÃO NO CORAÇÃO DE BELO HORIZONTE!” (VICENTÃO, 2018). O nascimento ocorreu no dia 13 de Janeiro de 2018 quando um grupo de pessoas adentrou o prédio abandonado, fechou-o com cadeado e correntes e anunciou a sua posse. O prédio, um edifício comercial privado de 10 andares, localiza-se no centro de Belo Horizonte próximo de vários marcos da cidade como a Praça Sete de Setembro (marco central da cidade), a sede da Prefeitura, o Parque Municipal, Palácio das Artes, Rodoviária, Estação Central do Metrô, etc. O Anúncio foi feito por nota pública (FIGURA 1) que foi postada no Facebook, na página da Ocupação Vicentão criada no mesmo dia pelas organizações que coordenam a ocupação. A nota circulou em outras páginas da mesma rede social e em outros meios (outras redes sociais e blogs). A Ocupação Vicentão foi constituída por famílias de pessoas com necessidades habitacionais e vendedores ambulantes e perdurou por aproximadamente 1 ano — Janeiro de 2018 a Fevereiro de 2019. A ocupação foi coordenada pelas Brigadas Populares (BPs); Intersindical, Central da Classe Trabalhadora (Intersindical); Associação Morada de Minas Gerais (Morada MG); e a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), as quatro organizações que assinaram a nota pública. Nascia, assim, mais uma ocupação na cidade de Belo Horizonte.

Iniciada a ocupação a partir do evento relatado acima os ocupantes e as organizações coordenadoras se prepararam e se organizaram para promover translações no intuito de construir a *assemblage* da ocupação e manter a posse do imóvel. Translação, conforme explanado anteriormente, é uma ideia para compreender o processo de organização e formação de coletivos, no qual os atores deslocam e modificam seus interesses contraditórios na tentativa de torná-los comuns e subscritos a um modelo proposto. Nesse processo, o modelo proposto no início adquire novos significados que não estavam a ele associados em seu contexto original, e, frequentemente, seus elementos práticos também se alteram (CALLON; LATOUR, 1981; CALLON, 1984; CALLON, 1986; ALCADIPANI, TURETA, 2009).

1. Personalidade Digital e Translação

O programa dessas translações da *assemblage* da ocupação fica mais claro e organizado a partir da nota pública. Na nota pública, o enredo da narrativa é estruturado, os **principais atores são apresentados** (aliados e não aliados) assim como **os papéis a serem desempenhados** por eles dentro de uma cosmovisão formada por **diferentes feixes discursivos** — jurídico, ético, moral, político e histórico — que travam a disputa em torno da verdade e buscam estabelecer as condições de possibilidade da ocupação. Pela sua importância, optamos por reproduzi-la integralmente.

Antes de entrar nos elementos textuais, gostaríamos de explorar brevemente aspectos extratextuais da nota que entendemos ser importantes. O primeiro deles tem a ver com o suporte material da nota. Como dito anteriormente, a nota foi postada na rede social *Facebook*, no mesmo dia da entrada do grupo no edifício abandonado. A postagem, ao longo do tempo, foi compartilhada por outros perfis na rede e reproduzida em outros meios, principalmente em *blogues* de outras entidades e pessoas apoiadoras. Esse suporte permite a durabilidade no tempo, dado seu suporte material. Além disso, permite sua multiplicação, reprodução e compartilhamento em diferentes perfis da mesma rede social ou mesmo em outras mídias, como *blogues*. Assim, é possível aumentar o alcance da comunicação tanto no tempo quanto no espaço. Possui, assim, o que Law chama de durabilidade material (LAW, 2007).

O segundo aspecto tem a ver com a comunicação através do perfil da Ocupação Vicentão na rede social. O perfil funciona como um canal direto de comunicação entre a ocupação e os outros (apoiadores, detratores e neutros), possibilitando a produção de narrativas sem intermediação de terceiros, por exemplo, da mídia tradicional. Adicionalmente, o perfil da Ocupação Vicentão não impõe limitações em relação às interações em suas postagens. Na página do perfil, é possível comentar livremente, inclusive fazer críticas. Esses dois aspectos — produção e circulação das narrativas sem mediação de terceiros e a possibilidade de interação, diálogo — dotam a ocupação de alguma capacidade de ação dinâmica na disputa em torno da verdade, essencial para a sustentação e durabilidade da ocupação ao longo do tempo. Como dissemos anteriormente: as coisas não se seguram porque elas são verdadeiras, mas elas são verdadeiras porque se seguram (LATOUR, 1987). Entendemos esta como uma durabilidade discursiva (LAW, 2007).

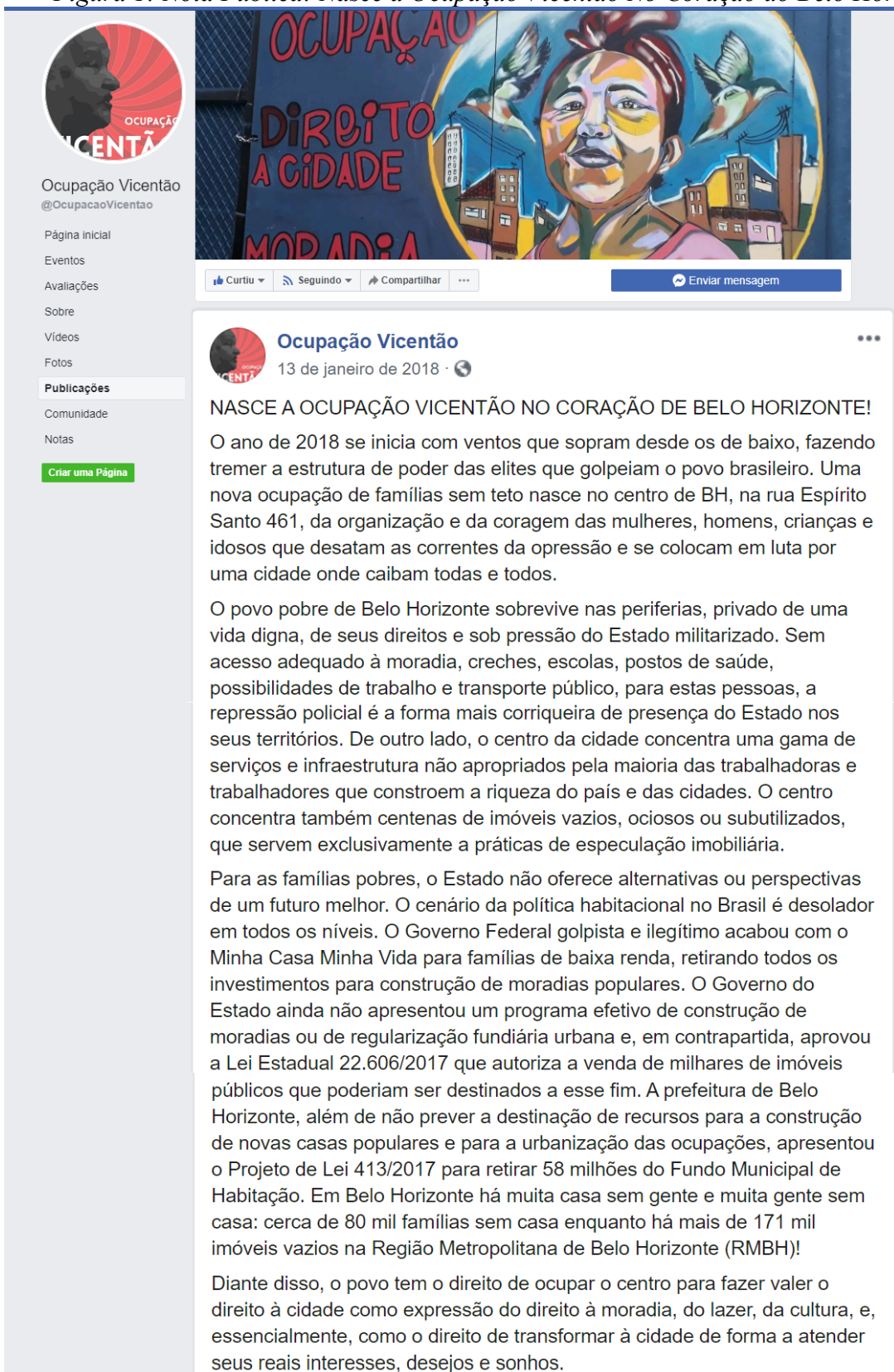
O terceiro aspecto diz respeito à criação do perfil da ocupação na rede social. Na impossibilidade de se constituir em sujeito coletivo formalmente institucionalizado — pessoa jurídica — o perfil da Ocupação Vicentão contribui, assim como o próprio nome, entre outras

coisas, para a constituição da pessoa social/digital da ocupação. Essa pessoa social, ente em construção, nomeado de Ocupação Vicentão, é dotado de ação, entre outras coisas, por meio do perfil da rede social. A partir do referido perfil, a Ocupação Vicentão tem um rosto, faz publicações, curte comentários e interagem com pessoas que deixam comentários em suas postagens. Isso não é suficiente, mas contribui para a constituição da Ocupação Vicentão como um ente coletivo, um macro ator, um coletivo de híbridos capaz de agir de forma coordenada, forjando sua unidade na ação. Entendemos, então, que esse é o aspecto que contribui para a durabilidade estratégica (LAW, 2007) da ocupação que é, em última instância, ser capaz de agir coletivamente, ou simplesmente, ser capaz de agir.

A foto do perfil e a foto de capa também merecem comentário. A foto do perfil é um desenho do rosto de Vicente Gonçalves, advogado negro periférico, que tem história em Belo Horizonte na luta por moradia e por direitos dos favelados. Vicentão, considerado a primeira liderança na luta pelos favelados em Belo Horizonte⁵¹, faleceu aos 83 anos em 2016. Ele é o grande símbolo, representa a ocupação com sua figura e é homenageado emprestando seu apelido para nomear a ocupação. Mais conhecido como Vicentão, sua figura representa o povo pobre, negro e periférico em suas lutas históricas por direitos e contra o desfavorecimento dos seus. A foto de capa, mural feito nas grades do edifício ocupado, reforça a mesma ideia. As casas coloridas no morro, na periferia. Os dizeres mostrando que a ocupação é uma luta por direitos, o direito à cidade. A figura feminina marca posição nas questões de gênero, na luta feminista por direitos iguais entre homens e mulheres. Finalmente, a pomba branca (são duas) que no simbolismo cristão remete à paz, sugerindo, talvez, os meios e os limites da disputa, e/ ou ao Espírito Santo, podendo sugerir a presença de Deus ou à bênção. Esse símbolo evoca o envolvimento com a religiosidade cristã, notadamente a católica, que é marcante nos movimentos sociais brasileiros e da América Latina a partir da década de 60 e 70 pelas atuações das pastorais (da Terra, de Rua, etc.) fundamentadas na Teologia da Libertação. Todos esses elementos são mobilizados novamente na nota pública e acrescidos de outros, como veremos.

⁵¹ Palavra Ética com Vicente Gonçalves, o Vicentão, Adv. dos favelados em BH. Entrevista concedida ao Frei Gilvander em 02/08/2011: <https://www.youtube.com/watch?v=V34O0MKBFdc>

Figura 1: Nota Pública: Nasce a Ocupação Vicentão No Coração do Belo Horizonte



Ocupação Vicentão
@OcupacaoVicentao

Página inicial
Eventos
Avaliações
Sobre
Vídeos
Fotos
Publicações
Comunidade
Notas
[Criar uma Página](#)

Ocupação Vicentão
13 de janeiro de 2018 · 🌐

NASCE A OCUPAÇÃO VICENTÃO NO CORAÇÃO DE BELO HORIZONTE!

O ano de 2018 se inicia com ventos que sopram desde os de baixo, fazendo tremer a estrutura de poder das elites que golpeiam o povo brasileiro. Uma nova ocupação de famílias sem teto nasce no centro de BH, na rua Espírito Santo 461, da organização e da coragem das mulheres, homens, crianças e idosos que desatam as correntes da opressão e se colocam em luta por uma cidade onde caibam todas e todos.

O povo pobre de Belo Horizonte sobrevive nas periferias, privado de uma vida digna, de seus direitos e sob pressão do Estado militarizado. Sem acesso adequado à moradia, creches, escolas, postos de saúde, possibilidades de trabalho e transporte público, para estas pessoas, a repressão policial é a forma mais corriqueira de presença do Estado nos seus territórios. De outro lado, o centro da cidade concentra uma gama de serviços e infraestrutura não apropriados pela maioria das trabalhadoras e trabalhadores que constroem a riqueza do país e das cidades. O centro concentra também centenas de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados, que servem exclusivamente a práticas de especulação imobiliária.

Para as famílias pobres, o Estado não oferece alternativas ou perspectivas de um futuro melhor. O cenário da política habitacional no Brasil é desolador em todos os níveis. O Governo Federal golpista e ilegítimo acabou com o Minha Casa Minha Vida para famílias de baixa renda, retirando todos os investimentos para construção de moradias populares. O Governo do Estado ainda não apresentou um programa efetivo de construção de moradias ou de regularização fundiária urbana e, em contrapartida, aprovou a Lei Estadual 22.606/2017 que autoriza a venda de milhares de imóveis públicos que poderiam ser destinados a esse fim. A prefeitura de Belo Horizonte, além de não prever a destinação de recursos para a construção de novas casas populares e para a urbanização das ocupações, apresentou o Projeto de Lei 413/2017 para retirar 58 milhões do Fundo Municipal de Habitação. Em Belo Horizonte há muita casa sem gente e muita gente sem casa: cerca de 80 mil famílias sem casa enquanto há mais de 171 mil imóveis vazios na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)!

Diante disso, o povo tem o direito de ocupar o centro para fazer valer o direito à cidade como expressão do direito à moradia, do lazer, da cultura, e, essencialmente, como o direito de transformar à cidade de forma a atender seus reais interesses, desejos e sonhos.

As famílias da Ocupação Vicentão na sua maioria estão desempregadas, assim como 14 milhões de brasileiros, ou estão no trabalho informal, ou seja, têm o seu direito à moradia e ao trabalho negados, sobretudo nas áreas centrais. Parte das famílias da ocupação foram despejadas no dia 16 de março de 2017 de um imóvel na área hospitalar de propriedade da Santa Casa que até hoje não deu destinação social para o prédio. Algumas famílias foram atendidas de forma precária no abrigo Granja de Freitas, o que não representa alternativa digna de moradia. Outras famílias trabalhavam no centro e em outras regionais e, desde maio, estão sendo impedidas de trabalhar pela prefeitura. A violação do direito ao trabalho tira o alimento de suas casas e as impossibilita de pagar os altos valores dos alugueis e do transporte público praticados na nossa cidade.

O imóvel ocupado, por sua vez, está repleto de embaraços judiciais que envolvem débitos com a Fazenda Pública de Belo Horizonte e a Fazenda Nacional, dentre outros. Só de débitos de IPTU há competências em aberto dos anos de 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. O suposto proprietário do imóvel seria o banqueiro falecido Tasso Assunção, o primeiro condenado por crime de colarinho branco no Brasil e responsável por lesar centenas de clientes e trabalhadores por via de esquemas fraudulentos envolvendo o Banco Hércules e o Consórcio Mercantil. Foragido da Justiça, ele se escondia em um cômodo que ficava atrás de um armário em sua mansão no bairro Cidade Jardim. Exigimos que o prédio seja destinado à habitação de interesse popular e estamos abertos à um processo de negociação e mediação ético.

A Ocupação Vicentão é um levante dos pobres contra a Casa Grande, contra os banqueiros e magnatas que praticamente não pagam impostos no país, contra o 1% da população que detêm mais riqueza que os 99%, contra a elite que se enriquece às custas do nosso trabalho precarizado e mal pago, contra a privatização dos nossos bens comuns e do roubo de nossas riquezas.

O nome da ocupação homenageia Vicente Gonçalves, “Vicentão”, advogado popular negro e uma das principais lideranças faveladas de Belo Horizonte. Ele faleceu em 2016 com mais de 80 anos dos quais lutou por mais de 70! Vicentão participou de várias tomadas de terras na cidade e atuou em várias comunidades tais como a Cabana do Pai Tomás, Morro Querosene, Nova Cintra, Conjunto Santa Maria, Vista Alegre, João XXIII e Marmiteiros. [ver nota aqui: <https://goo.gl/UFgkac>]

O povo pobre de periferia tem o direito ao centro, à cultura, ao lazer e a todos os acessos que o coração da cidade propicia. Essa ocupação é uma forma de efetivar direitos, dar destinação social a um imóvel que estava completamente abandonado transformando-o em moradia, espaço de formação e organização do povo. A ocupação vem efetivar na luta uma Reforma Urbana estrutural, feminista e popular reforçando a vitalidade da resistência no centro da nossa capital.

Pátria-Mátria livre venceremos!

Por uma cidade aonde caibam todos e todas!

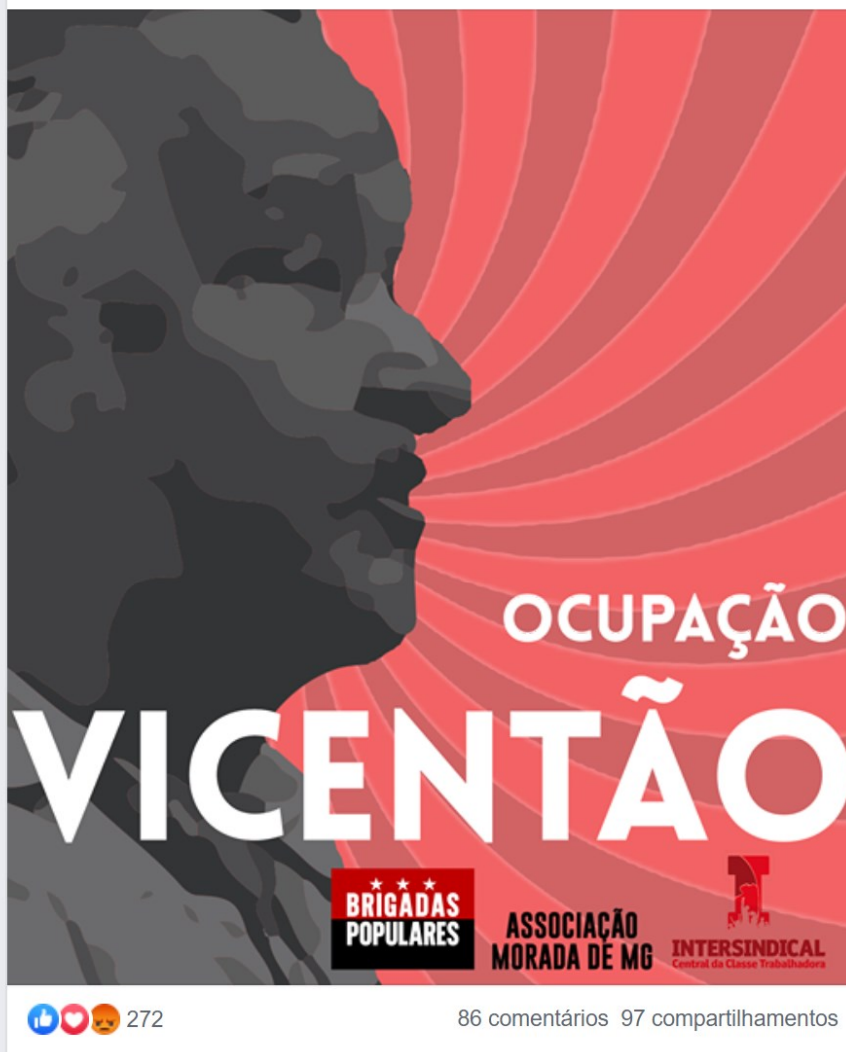
Enquanto morar é um privilégio, ocupar é um direito e um dever!

Vicentão não morreu, se multiplicou em nós, na luta!

#OcupacaoVicentão #MorarNoCentro #CentroVivo

Assinam essa nota pública:

- Brigadas Populares – Minas Gerais
- Intersindical - Central da Classe Trabalhadora
- Associação Morada de Minas Gerais
- Amabel - Associação de moradores de aluguel de Belo Horizonte



Fonte: https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/192572354817685?_tn_=_K-R

Devido à importância e densidade da nota, gostaríamos de propor dois movimentos a fim de conseguir mostrar com maior clareza as inter-relações entre os elementos que a compõe. Primeiro faremos, a partir de uma decantação, o destaque dos elementos mais importantes de cada parágrafo de onde se por compreender o programa da ocupação, os principais atores, os papéis a serem desempenhados, os discursos que suportam a proposta e os pontos cruciais de suporte (Móveis Imutáveis – direito a cidade; função social da propriedade e mesa de negociação). Nesse momento estamos “quase-ausentes”, repetimos a voz da Nota Pública na tentativa de usar uma *infralinguagem* para, paradoxalmente, fazer com que o discurso dos atores seja ouvido em alto e bom som (LATOIR, 2012).

Em seguida, concentramo-nos nos atores-chave a serem transladados: os ocupantes, o Estado e o edifício no centro da cidade, mostrando suas transformações e como o papel de cada, no programa da ocupação, é construído em relação ao do outro para fazer funcionar o todo de determinada maneira. Neste momento, exercitamos nosso lugar de analistas-cientistas para mostrar as conexões propostas entre os elementos.

[1§] A nota pública inicia dizendo que a Vicentão é feita pelos de baixo e é de lá que vem a esperança. Nesse sentido, a nota estabelece logo de início um jogo de diferenças contrapondo explicitamente “os de baixo” com aqueles que, implicitamente, encontram-se “por cima”, as elites. Os de baixo não são os páreas da sociedade, o problema social, vagabundos ou objetos de intervenção de políticas públicas, mas são aqueles que constroem o novo, não mais uma sociedade e uma cidade excludente, mas “uma cidade onde caibam todos”. Além disso, não são uma massa de quaisquer, de descartáveis, números em planilhas e estatísticas em tabelas. São pessoas com vidas e histórias: mulheres, homens, crianças e idosos. Os de baixo são os sujeitos da mudança de uma cidade para todos, são um sujeito coletivo, mas também pessoas reais com histórias, dramas e alegrias, como todas⁵².

[1§] São corajosos, pois, enfrentam, mesmo a partir de sua situação de inferioridade de meios, aqueles que estão detêm muito mais possibilidades, os do topo. Ademais, o fazem em tempos de adversidades, de baixo de golpes dos de cima que lhes tiram, e da sociedade, direitos e recursos que afetam negativamente as suas vidas. Os de baixo são corajosos, pois, apesar do desequilíbrio aparente de forças e da adversidade política mais aguda no momento atual, não deixam de lutar pelo que é melhor para todos.

[2§] Os de baixo são o povo pobre e trabalhador que moram nas periferias. Carentes das condições para uma vida digna, inclusive das garantidas por direito, e acuados pelo Estado, conhecem mais a face policial deste ente nas suas comunidades e nos locais a elas adjacentes do que a face das garantias dos direitos sociais previstos na Constituição. Os de baixo são o povo trabalhador que constrói as riquezas da cidade e do centro, e tem, por isso, direito a ele, mas não tem acesso às suas benesses pois não conseguem morar em suas cercanias. Nesse mesmo centro há grande quantidade de imóveis sem uso, servindo apenas à especulação imobiliária.

[3§] As famílias pobres não podem fiar suas esperanças de melhoria de vida e conquista da moradia digna no Estado. A política habitacional no Brasil é insuficiente e no

⁵² No Brasil, há que se humanizar os pobres, negros, mulheres e minorias em geral. Não parece óbvio que são humanos. Devido ao alto grau de desigualdades sociais, raciais e de gênero, o status dessas minorias como parte do mesmo grupo humano que gozam os homens brancos, classe média/ ricos e heterossexuais é instável e precário e deve ser refirmado a toda oportunidade.

momento atual apresenta viés de piora com corte de programas e de investimentos nos níveis nacional, estadual e municipal. As famílias pobres, mulheres, homens, crianças e idosos não podem depositar suas esperanças no Estado para melhorar suas condições de vida e moradia. Há indicadores de que o Estado, em todos os níveis, terá ainda mais dificuldade em solucionar o problema do déficit habitacional. Numericamente, vê-se que o problema do déficit habitacional não é a não-existência de locais para se habitar: há mais locais vazios do que famílias necessitadas. Não é, portanto, a inexistência de meios materiais que impede a resolução.

[4§] O povo, diante da falta de interesse e de ações provindas do Estado para lidar com o déficit habitacional, tem o direito de buscar por si a satisfação do direito à habitação digna. Não apenas isso. A questão da habitação liga-se à do direito à cidade que tem a ver com o direito a ter acesso a tudo que a cidade oferece: moradia, lazer e cultura. A satisfação desse direito do acesso à cidade não se dá de forma passiva, como recebedores, mas de forma ativa. Enquanto cidadãos viventes naquele espaço têm, também, o direito de influir, interferir e criar no espaço em que vivem e compartilham com os demais. Têm direito a serem sujeitos desse processo de viver e transformar o espaço da cidade, notadamente, o centro. Dadas as incapacidades do Estado e a desigual distribuição das possibilidades de gozo das partes “boas” da cidade, o povo tem direito ao centro e a tudo que ele oferece. Tem o direito também de exercer sua cidadania ativamente participando dos processos de criação e transformação da cidade e do centro.

[5§] As famílias da ocupação não estão em situação precária somente em relação à habitação digna, mas também em relação ao trabalho, são em sua maioria desempregados ou trabalhadores informais. Tal situação faz parte de uma situação mais ampla de crise do emprego formal no país. As dificuldades que enfrentam para conquistar uma moradia digna não são de agora; parte delas foi despejada de outra ocupação que, até o momento da nota pública, não havia ganhado nenhum tipo de função, ou seja, continuava vazia e sem uso. As questões do trabalho e da moradia são inter-relacionadas e se influenciam mutuamente. As famílias da ocupação estão em situação precária no que diz respeito à moradia e ao trabalho. Esses problemas conjugados se reforçam e agudizam a vulnerabilidade e precariedade da situação dessas pessoas. Elas já foram anteriormente expulsas de outra ocupação, cujo imóvel, até então, continua sem uso, portanto, ocioso, servindo à especulação imobiliária e não atendendo à obrigatoriedade da função social da propriedade.

[6§] O imóvel ocupado possui dívidas com o município e com a união. Seu antigo dono foi condenado por crime de colarinho branco (à ordem econômica) ligado a escândalos

de bancos e lesou centenas de clientes e trabalhadores. Ficou foragido e escondido da justiça em sua mansão em um dos bairros mais nobres da cidade para evitar sua prisão. Exige-se, pelos débitos que o imóvel tem com o Estado e a União, que seja desapropriado e destinado à mitigação do déficit habitacional em processo de negociação e mediação com os ocupantes. O Estado e a União são credores do imóvel o que poderia facilitar seu processo de transmissão do imóvel para pagamento de dívidas. Ademais, pela condenação do antigo dono, sugere-se que o imóvel seja parte de um patrimônio indevidamente construído, reforçando a possibilidade de transmissão do imóvel por expropriação. Devido ao prejuízo causado pelo antigo dono a sociedade, a clientes e trabalhadores, e à relativa facilidade de dispor do bem pelo fato de serem credores, faz-se a exigência que o município e a união o destine à habitação de interesse popular.

[7§] A Ocupação Vicentão, transcende a questão da luta por moradia. É colocada aqui como uma luta por justiça social mais ampla. Tira-se um imóvel de um banqueiro multimilionário (1% da população) para beneficiar famílias pobres (99%) que há muito são exploradas e expropriadas da riqueza que criam com seu trabalho. A Ocupação Vicentão representa uma justiça social mais ampla em que os 99% da população pobre explorada é beneficiada pela distribuição do patrimônio da elite⁵³. Ademais, o patrimônio do 1% é fruto, historicamente, da transferência das riquezas do povo. Ela acaba por concentra-se em suas mãos através de sistemas legalizados de privatização das riquezas sociais. Associa-se, também, a lutas de outros locais do mundo contra essa expropriação legalizada, da riqueza produzida socialmente, para benefício de poucos.

[8§] O nome da ocupação retoma e amplia a luta da Ocupação Vicentão. Conecta-a à memória de luta do povo negro e periférico representado na figura de Vicente Gonçalves, o Vicentão, transportando outros tempos e outras localidades para a luta da Ocupação Vicentão.

[9§] A ocupação não é uma invasão, uma simples apropriação da propriedade alheia, mas é uma ação para a efetivação de direitos garantidos pela constituição, ao mesmo tempo em que é uma forma de fazer-se cumprir a função social da propriedade.

1.1. Os Ocupantes

53 A referência aos 99% e aos 1% remete mobilizações contra o sistema financeiro e econômico neoliberal que concentram as riquezas nas mãos dos ricos. Essas mobilizações ocorreram em diversos lugares do mundo e dos Estados Unidos, mas a que ficou mais famosa foi em Nova Iorque iniciada em 2011, *Occupy Wall Street*.

Os ocupantes do prédio abandonado são abordados de diferentes formas na Nota Pública. Algumas vezes como famílias de sem teto, outras vezes como o povo pobre, desempregados ou os trabalhadores informais. São também retratados como trabalhadores que criam as riquezas do país e da cidade, mas que em sua maioria, não conseguem se apropriar delas por não usufruírem das facilidades de viver e trabalhar no centro da cidade. Essas caracterizações não são muito diferentes do que se vê na sociedade brasileira, no senso comum e em outros lugares como nos meios de comunicação de massa, nas políticas públicas do estado.

No entanto, há outras caracterizações dos ocupantes na Nota Pública que são significativamente diferente dessas, por exemplo, como mulheres, homens, crianças e idosos corajosos e organizados que quebram as correntes da opressão e se colocam em luta para uma cidade onde caibam todas e todos. São, também, desacreditados no estado uma vez que este não oferece quaisquer “alternativas ou perspectivas de um futuro melhor” descontinuando as poucas políticas públicas que eram voltadas a eles. São, por tudo isso, aqueles que têm o direito de ocupar o centro da cidade e fazer valer seu direito à cidade como forma de acesso aos direitos básicos (educação, saúde, transporte, moradia, etc.), mas “essencialmente, como direito de transformar à cidade de forma a atender seus reais interesses, desejos e sonhos”. Não estão isolados em sua luta, pois são parte de um levante (nacional e internacional) maior, dos de baixo contra os de cima, no plano nacional — com suas especificidades raciais — da Senzala contra a Casa Grande, no plano internacional dos 99% contra os 1%, que enriquecem às custas do trabalho precarizado e mal pago, da riqueza saqueada do povo que a produz. São, finalmente, continuação de uma história de luta na cidade de Belo Horizonte dos pobres, negros e favelados contra a injustiça e a exploração, representada pelo Vicente Gonçalves, Vicentão, homenageado através do nome e rosto da ocupação.

Na Nota Pública, as caracterizações mais consensuais e aceitas dos ocupantes, ou seja, as visões (a) tradicional e conservadora são acrescidas e conectadas de outra (b) humanizada e finalmente de uma (c) ativa, organizada e politizada. Em que pese sua multiplicidade, estimulam, instigam, falam e transformam os ocupantes. A primeira, nessa composição, funciona como caracterização fátual, é a constatação das condições materiais de vida de trabalho dos ocupantes. A segunda os transforma de números estatísticos ou problema social em pessoas reais, mulheres e homens, crianças e idosos como todas, como você que lê essas letras e como eu, que as escrevo, com carne, sangue, dramas, esperanças, necessidades e tudo mais.

A terceira adiciona outros atributos e conectam a situação deles com seu papel ativo. Eles não são apenas pobres, necessitados, desempregados e sem teto. São também organizados, corajosos, produtores de riqueza e, portanto, capazes e legítimos para ter um papel ativo na construção da solução para a situação. Não apenas isso, pois lutam por todos, por mudanças maiores e mais profundas que irão beneficiar a todos. Isso, pois, a situação em que se encontram é apenas um dos efeitos de algo que afeta não apenas a eles, mas a maioria da população que não consegue acessar as partes “boas” e o centro da cidade e gozar de seus direitos. Ademais, essa luta está conectada a outras lutas ao redor do globo contra a opressão e roubo dos 99% pelos 1%. Dessa forma, nós percebemos que (i) a situação material e de trabalho dos ocupantes são associadas a (ii) questões éticas humanitárias e à (iii) capacidade e legitimidade dos ocupantes para (iv) tomar dianteira em uma luta que (v) irá beneficiar a todos. Assim, é a partir dessas cinco dimensões que se busca transladar os ocupantes de caracterizações mais tradicionais normalizadas em cidadãos ativos ou, mais precisamente, em sujeitos revolucionários.

No entanto, como dissemos antes, nenhum elemento na semiótica-material é isolado e age sozinho. Outro ator-chave que faz parte dessa rede de ação e está conectado aos ocupantes é o Estado. O conector, adiantamos, é a noção de Direito à Cidade.

1.2. O Estado

O Estado também é construído discursivamente de várias formas diferentes na nota pública. Primeiramente, a nota formula que, quando se trata de pobres, o Estado ou se ausenta ou mostra a sua face repressora (militar). Assim, os sem-teto não têm esperança de uma possível solução para seus problemas que possa vir do Estado, o Estado não é um aliado com quem possam contar. O Estado está ausente em sua responsabilidade de fornecer e garantir os direitos dos pobres e os trata como criminosos ou suspeitos: “(...) sem acesso adequado a moradias, creches, escolas, postos de saúde, possibilidade de trabalho e transporte público, para estas pessoas, a repressão policial é a forma mais corriqueira da presença do Estado em seus territórios” (NOTA PÚBLICA).

A nota menciona uma situação concreta de proibição de trabalho de vendedores ambulantes — muitos deles viriam a fazer parte da ocupação — pela prefeitura, para exemplificar concretamente a relação que se pode esperar do Estado para com os pobres e trabalhadores: “Outras famílias [que estão na ocupação] trabalhavam no centro e em outras

regionais e, desde maio, estão sendo impedidas de trabalhar pela prefeitura” (NOTA PÚBLICA). A nota pública é bastante enfática ao afirmar que a ação da prefeitura é uma violação do direito ao trabalho e de outros direitos constitucionais relacionadas a ele aumentando a situação de pobreza e vulnerabilidade dessa população: “A violação do direito ao trabalho tira o alimento de suas casas e as impossibilita de pagar os altos valores dos aluguéis e do transporte público praticados nessa cidade” (NOTA PÚBLICA).

No que diz respeito à política habitacional, os sem-teto e os pobres também não têm motivos para acreditar que sua situação irá melhorar ou ser resolvida por qualquer um dos três níveis da administração pública; eles estão desenganados em relação aos três níveis da administração pública: “Para as famílias pobres, o Estado não oferece alternativas ou perspectivas de um futuro melhor. O cenário da política habitacional no Brasil é desolador em todos os níveis (...)” (NOTA PÚBLICA). No nível federal as faixas mais vulneráveis da população saíram da prioridade do programa: “o Governo Federal golpista e ilegítimo acabou com o Minha Casa Minha Vida para famílias de baixa renda, retirando todos os investimentos para construir moradias populares” (NOTA PÚBLICA). No nível estadual, o Governo estadual “ainda não apresentou um programa efetivo de construção de moradias ou regularização fundiária urbana e, em contrapartida, aprovou a Lei Estadual 22.606 / 2017 que autoriza a venda de milhares de imóveis públicos que poderiam ser destinados a esse fim” (NOTA PÚBLICA). No nível municipal, “a Prefeitura de Belo Horizonte, além de não prever a alocação de recursos para a construção de novas casas populares e para a urbanização de ocupações, apresentou o Projeto de Lei 413/2017 para retirar 58 milhões do Fundo Municipal de Habitação” (NOTA PÚBLICA).

Se a relação dos pobres com o Estado em geral não é boa, a nota aponta que ela fica ainda pior no nível federal com a mudança de presidente. O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 foi interpretado por setores da sociedade como um Golpe de Estado (MST, 2016; ROSSI; MELLO, 2017). Para os que assim o veem, a retirada de Dilma Rousseff foi orquestrada por setores da sociedade como forma de implementar um projeto neoliberal de país. Esse projeto de estado mínimo e com poucas ou nenhuma política social — derrotado eleitoralmente na corrida presidencial de 2014 representado por Aécio Neves (PSBD) — seria então implementado à revelia da vontade democrática, através de vias alternativas à eleição. A saída de Dilma Rousseff, e do Partido dos Trabalhadores (PT), do cargo possibilitou a ascensão do vice-presidente Michael Temer, que se voltou para a administração alinhada ao neoliberalismo. Sob o discurso de lidar com a estagnação econômica e com o aumento da dívida pública, Temer implementou a reforma trabalhista (BBC BRASIL, 2017) e aprovou

uma medida congelando gastos sociais em 20 anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016), ou seja, diminuindo as políticas sociais e redistributivas que favoreciam os pobres e trabalhadores. Uma mudança importante no governo Temer foi a reformulação do programa 'Minha Casa, Minha Vida', estabelecido durante o governo do PT. Esse programa que focava no financiamento e contratação de moradias sociais para pessoas de baixa renda passou a atender a classe média e classe média baixa (G1, 2017).

No nível estadual, não havia propostas significativas para lidar com o déficit de habitação social e o governador no momento, Fernando Pimentel (PT), apesar de ser de um partido historicamente ligado a movimentos sociais e sindicatos, afeito a programas sociais e potencialmente aliado, era um velho conhecido dos movimentos por moradia, já que tinha sido prefeito da cidade de 2002 a 2008, quando modificou as políticas urbanas e habitacionais dando início ao já mencionado empresariamento da gestão municipal. Nesse contexto, a nota cita que o referido governador aprovou uma lei (Lei Estadual 22.606/2017) para permitir a venda de edifícios públicos, que poderiam ser usados para mitigar os problemas do déficit habitacional se fossem usados como habitação social.

No nível municipal, a nota indica que foi aprovada uma lei para diminuir os já poucos recursos financeiros destinados para habitação social. Contudo, assim como ocorre no nível estadual, também no nível municipal a fonte da desesperança em relação ao Estado não se refere apenas à falta de recursos, mas trata-se de escolhas feitas pela administração pública que mostram que os sem-teto e os pobres não são uma prioridade. Em relação ao nível municipal, por exemplo, eles dizem: “Em Belo Horizonte, há muitas casa sem gente e muita gente sem casa: cerca de 80 mil famílias sem casa enquanto há mais de 171 mil imóveis vazios na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)!” (NOTA PÚBLICA). Ou seja, o argumento circulado na nota é de que a solução de problemas relacionados à moradia e habitação não está estritamente relacionada às possibilidades materiais, como é muito utilizado pelos governantes dado o cenário de crise fiscal dos municípios — que vem se agravando desde a municipalização das políticas públicas sem o correspondente repasse de recursos da união, na década de 1990. Com isso, há mais propriedades vagas do que sem-teto, e o que o impossibilita é mesmo a não disposição dos governantes para lidarem com a questão habitacional tendo como prioridade os interesses dos necessitados, e não dos investidores do mercado imobiliário.

Apesar da desolação em relação ao Estado, a nota demonstra que ele é um ator-chave para a resolução do conflito e por isso é jogado de um lado a outro, sacudido e colocado na parede para que se torne um aliado da ocupação. Esse papel do Estado aumenta de

importância na condição, também, de credor, como informa a nota. Uma vez que o imóvel tem dívidas com a administração pública, tanto federal quanto municipal, o Estado passa a estar implicado com a questão a partir de outro lugar, o que o provê de outras possibilidades de ação podendo dispensá-lo, por exemplo, de ter que indenizar os proprietários para desapropriação do imóvel a ser destinado à moradia social. Já que pode negociar a partir de um lugar duplo, de ser responsável por garantir os direitos básicos da população e como credor do imóvel, a atuação do Estado ganha ainda mais relevância: “O imóvel ocupado, por sua vez, está repleto de embaraços judiciais que envolvem débitos com a Fazenda Pública de Belo Horizonte e a Fazenda Nacional, dentre outros. Só de débitos de IPTU há competências em aberto dos anos de 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018” (NOTA PÚBLICA).

Mais uma vez, podemos ver diferentes caracterizações — agora em relação ao Estado — que se reúnem para formar um elemento que consideramos essencial na narrativa atual. Na nota pública, o Estado é retratado de (a) ausente e não aliado do povo pobre; por isso (b) não confiável e violador de direitos; embora seja (c) responsável pelo que ocorre, já que há garantias constitucionais relativas ao direito à habitação; e, por ser (d) credor das dívidas do imóvel, tem possibilidades adicionais de auxiliar na resolução da questão. Ao contrário do que se poderia pensar, a caracterização do Estado como ausente e não aliado do povo não tira a responsabilidade do Estado de garantir os direitos do cidadão, fornecendo-o diretamente ou criando as possibilidades para que sejam gozados. A ausência, nesse sentido, significa falta de algo que deveria estar lá. Assim, no processo de construção das alianças (CALLON, LATOUR, 1981) proposto na nota pública, o Estado é tido primeiramente como não-aliado, mas busca-se translada-lo em um aliado. A forma através da qual se busca fazer isso é através do subprocesso de **identificação** (COCHOY, 2014), ou seja, da proposição de um papel para o Estado no programa da ocupação ao afirmar a responsabilidade do Estado, e ao convocá-lo para participar da resolução da questão. A desconfiança, no entanto permanece e, assim, o Estado teria um papel, mas um papel secundário na resolução.

Portanto, seguindo o argumento, a nota afirma que os pobres não podem confiar no Estado para melhorar suas condições de vida e moradia; mostra que as ações do Estado em relação ao déficit habitacional não apontam para uma melhora da situação; ao contrário, sugere que a falta de resolução do problema não é devido apenas às dificuldades materiais e financeiras, mas de vontade e prioridades do Estado; defende que os ocupantes devem ter o direito de moradia, assim como outros, assegurados pelo Estado; e, diante disso, sentenciam que, por isso tudo, essas pessoas têm o direito de ocupar o centro da cidade: "Diante disso, o

povo tem o direito de ocupar o centro para fazer valer o direito à cidade como expressão do direito à moradia, ao lazer, a cultura e, essencialmente, como direito de transformar a cidade de forma a atender seus reais interesses, desejos e sonhos"(NOTA PÚBLICA).

Na formação de uma *assemblage*, os processos de translação na formação de coletivos não se tratam apenas de juntar partes e propor um papel para cada, mas também de criar/propor uma inter-relação entre os elementos e de **engajá-los** (CALLON, 1984) nas relações propostas. Não é um amontoado, mas relações e correlações.

Assim, nessa montagem, a partir dos papéis dos Ocupantes e do Estado, temos o estabelecimento de uma relação de hierarquia que inverte a comumente imaginada e outra por vezes praticada como o clientelismo⁵⁴ ou a cidadania passiva. Em vez de os ocupantes se submeterem ao Estado, seja lhe suplicando uma ajuda na expectativa que este lhe agracie com um “favor”, ou esperando passivamente que o Estado lhe proveja o necessário/básico para que gozem de seus direitos, os ocupantes têm papel ativo e são os protagonistas na construção da solução. A noção do Direito a Cidade é um dos elementos que permite a inversão dessa relação e algumas outras coisas interessantes.

Primeiramente, o Direito à Cidade possibilita levar a luta por moradia e pelo centro da cidade para além da luta dos sem-teto, ou dos trabalhadores ambulantes, para ampliar e estender o benefício da luta que é “por uma cidade onde caibam todos” (NOTA PÚBLICA). Adicionalmente, o Direito à Cidade transporta outras localidades, lutas de outros lugares contra a desigualdade e opressão como os “*occupy*” de Nova Iorque e alhures na luta dos 99% (pobres) contra o 1% (bilionários) para Belo Horizonte, para a Ocupação Vicentão. A ela adiciona ao caso brasileiro a questão da raça trazendo para o presente da ocupação as lutas do passado brasileiro da Senzala contra a Casa Grande⁵⁵. Finalmente, a noção de Direito à Cidade articula os dois atores-chave que já mencionamos (os ocupantes e o estado) com o terceiro que iremos tratar em seguida: o imóvel no centro da cidade.

Contudo, o que gostaríamos de sublinhar é que a noção de direito à cidade, como dito anteriormente, afirma não só o direito individual de acessar os recursos inseridos na cidade de forma passiva, mas “o direito de nos mudarmos através da mudança da cidade mais em

⁵⁴ Clientelismo uma prática identificada na história política brasileira na relação entre administração pública e cidadãos/eletorado. Essa relação consiste em uma espécie de troca de favores em que um serviço público ou vantagem a partir da administração pública é dada a uma pessoa em troca de uma retribuição, muitas vezes em forma de apoio político ou votos em eleições.

⁵⁵ Casa Grande refere-se à casa dos proprietários de escravos no Brasil no período colonial. Na Nota Pública, o uso da expressão é uma referência da desigualdade existente no Brasil contemporâneo que tem suas origens nos tempos da escravidão (SOUZA, 2017). Casa Grande, portanto, é uma expressão brasileira, que se refere a um processo histórico particular, mas análogo à opressão e exploração dos 99% pelos 1%, ocorridos nos EUA e alhures.

direção aos desejos do nosso coração” (HARVEY, 2008, p. 1). Interessante notar com relação à noção de Direito à Cidade é que ela serve também para endereçar, de certa forma, o tema da governamentalidade e das práticas de si colocado por Foucault, assim como o entendimento do espaço e política como apresentamos na interseção da semiótica material e Foucault, como constituinte das redes de relações e possibilidades de construção dos objetos, dos sujeitos e das práticas. No nosso entendimento, a noção do Direito à Cidade promove um ultrapassamento da noção de direitos fundamentais, presente na Constituição brasileira, em relação aos quais o Estado tem que garantir o mínimo de básicos materiais para os cidadãos para uma noção de atuação no espaço da cidade que se liga à política, como prática de produção do espaço urbano; à vida, entendendo o urbano como o lugar em que se vive e se constrói em vivência; e na imbricação entre vida e política, das vidas que são possíveis nesse urbano e das transformações nessa vida que ocorrem à medida que se transforma esse urbano (PICKERING, 2013; LANCIONE; McFARLANE, 2016; FOUCAULT, 2008c).

Dessa forma, não nos parece arriscado dizer que o Direito à Cidade é a pedra suporte da alavanca utilizada para tentar fazer funcionar diferentemente as relações entre governo e população na medida em que nega a posição de governante e governado e propõe uma alternativa ligada ao governo de si e dos outros, por outras bases e práticas políticas, a partir de outras liberdades, mas, ainda, a partir da disputa do meio através do Direito à Cidade.

1.3. O Imóvel no Centro da Cidade

De forma análoga ao que se sucede com os ocupantes e o Estado, a Nota Pública também parte de caracterizações primárias do imóvel no centro da cidade a partir das quais busca transladar para outras identificações para fazer funcionar o programa da ocupação.

A primeira caracterização do imóvel é como parte de um fenômeno maior. Esse fenômeno são as práticas de especulação imobiliária que contribuem para que o centro da cidade, que nas grandes cidades brasileiras passou por um processo de desvalorização, tenha um grande número de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados (FIGURA 3). A este fato soma-se a concentração de serviços e infraestrutura no centro da cidade aos quais a maioria dos trabalhadores, principalmente mais pobres e das periferias, não têm possibilidade de acessar e gozar e, por isso, não têm seus direitos básicos satisfeitos. Assim, o centro da cidade e os imóveis vazios constituem (a) uma situação de desperdício e ineficiência tanto (b) social, uma vez que repercute na vulnerabilização da população que não é capaz de acessar seus

direitos por não conseguir, entre outras coisas, acessar o centro da cidade; quanto (c) democrática, uma vez que o Estado não consegue cumprir com seus preceitos estabelecidos pela Constituição.

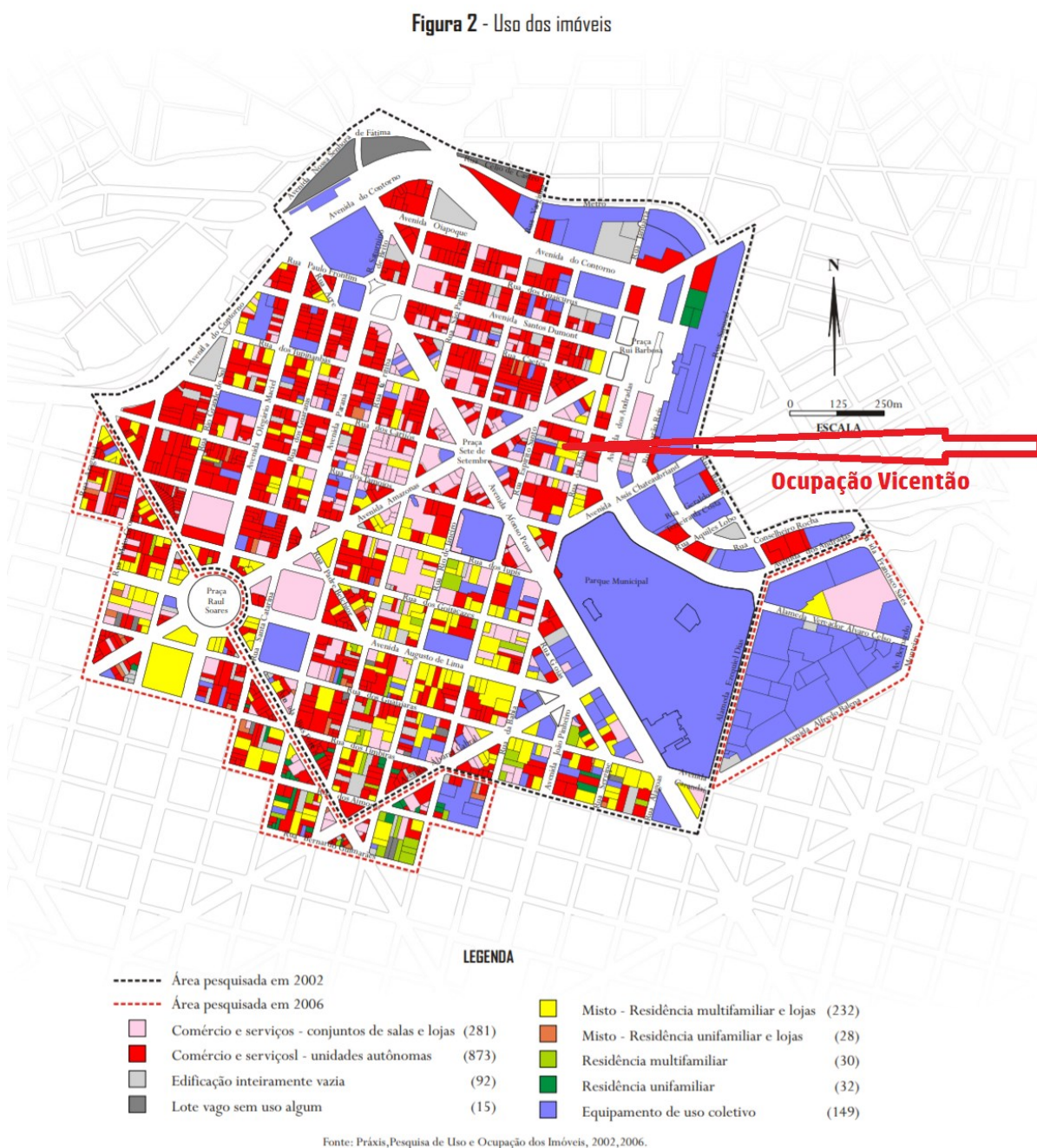
O imóvel no centro, e o centro da cidade, então, são transladados de “vazios, ociosos e subutilizados” e “rico, mas inacessível”, para passíveis de se transformarem em soluções para as questões da moradia e do trabalho, em primeira instância, mas também para o acesso mais amplos a outros direitos e até mesmo a promoção ao Direito à Cidade. O centro da cidade em relação à moradia e ao trabalho é transladado de proibitivos, uma vez que “outras famílias trabalhavam no centro e em outras regionais e, desde maio, estão sendo impedidas de trabalhar pela prefeitura” (NOTA PÚBLICA), e pelo “alto custo dos aluguéis e do transporte público praticados na nossa cidade” (NOTA PÚBLICA) para uma oportunidade de realização dessas camadas mais empobrecidas e vulneráveis.

Dessa forma, estabelece-se uma relação diferente entre ocupantes e centro da cidade a partir da qual parte dessa população empobrecida e vulnerável poderá gozar de seus direitos e acessar a riqueza produzida socialmente. Não se trata apenas da moradia, mas das possibilidades que a moradia em determinado lugar oferece para a satisfação das outras necessidades básicas. É uma questão relacional e interconectada. A moradia e o acesso ao centro estão ainda mais ligados uma vez que o transporte, que seria outra via de acesso ao centro, também é caro e não permite uma circulação tão livre assim na cidade. Por isso, é importante poder morar e trabalhar no centro. Para uma possibilidade de acesso ao direito ao trabalho e à geração de renda para as famílias “a violação do direito ao trabalho tira o alimento de suas casas e impossibilita de pagar os altos valores dos alugueis e do transporte público praticados na nossa cidade”. Assim, um imóvel localizado no centro da cidade, não é um acaso. O edifício está localizado no centro de Belo Horizonte, a quarta maior cidade brasileira (IBGE, IPEA) cuja área central possui grande concentração de equipamentos públicos (FIGURA 2), concentra 30% da receita da cidade e é onde cerca de 2 milhões de pessoas circulam diariamente (AYER, 2014).

Mas não é apenas isso. Espera-se que o acesso ao centro da cidade auxilie também no exercício do Direito à Cidade, como forma de participar mais ativamente da produção política da cidade e fazer valer tal direito, tanto como expressão do gozo dos direitos fundamentais quanto como “direito de transformar a cidade de forma a atender seus reais interesses, desejos e sonhos” (NOTA PÚBLICA). A partir disso é que a Nota Pública propõe a seguinte solução: que “o prédio seja destinado à habitação de interesse popular” (NOTA PÚBLICA) e se

(aqueles que são autores da nota, ou seja, as quatro organizações coordenadoras) colocam “abertos à um processo de negociação e mediação ético” (NOTA PUBLICA).

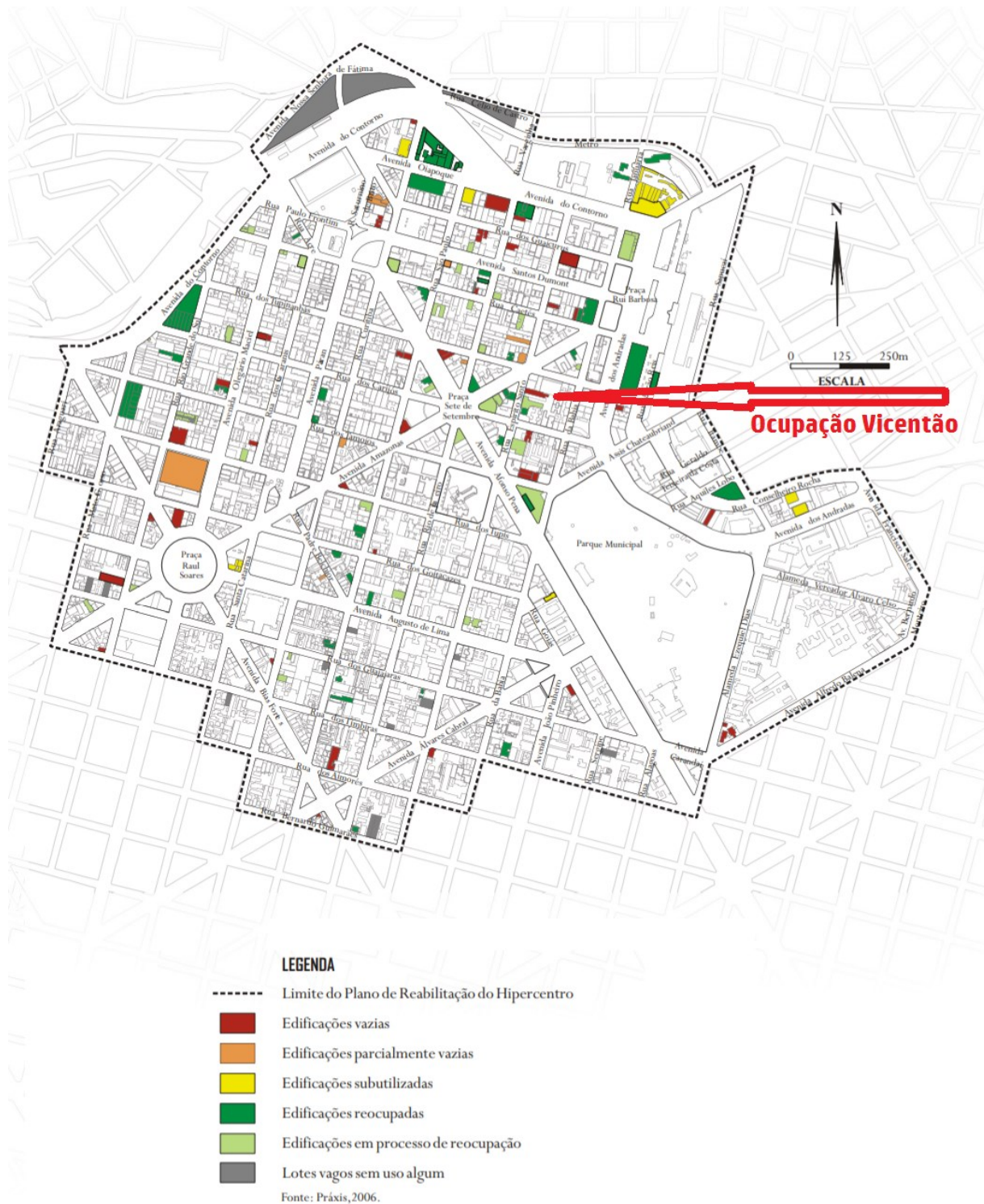
Figura 2: *Uso dos Imóveis, Equipamentos Coletivos (2007*⁵⁶)



Fonte: Adaptado pelo autor da figura retirada de PBH/ PRÁXIS (2007)

⁵⁶ Mais de 10 anos e pouca coisa mudou em relação à ocupação do centro da cidade: “pelo menos 89 imóveis estão completamente ociosos no hipercentro de Belo Horizonte, segundo levantamento da Subsecretaria de Planejamento Urbano da capital. (...) Os dados compõem pesquisa feita pela pasta há dois meses. O último levantamento, de 2007, indicava 92” (HOJE EM DIA, 2018b).

Figura 3: Situação dos imóveis na localidade (2007)



Fonte: Adaptado pelo autor da figura retirada de PBH/ PRÁXIS (2007)

No que diz respeito especificamente ao edifício, faz-se sua identificação, primeiramente, como ocupado, já estabelecendo o novo fato e a nova situação do imóvel. Em seguida, ao explicar sua situação, ele (na verdade seu dono) aparece como “repleto de

embaraços judiciais que envolvem os débitos com a Fazenda Pública de Belo Horizonte e a Fazenda Nacional” (NOTA PÚBLICA), devedor, portanto, do município e da união. Em seguida, é dito que o imóvel é suposta propriedade de um criminoso que ficou foragido e que se escondia atrás de um armário em sua mansão em bairro nobre da cidade, “o falecido Tasso Assunção, o primeiro condenado por crime de colarinho branco no Brasil e responsável por lesar centenas de clientes e trabalhadores” (NOTA PÚBLICA), “foragido da polícia, que se escondia em um cômodo que ficava atrás de um armário em sua mansão no bairro Cidade Jardim” (NOTA PÚBLICA). Essa informação é importante para buscar transladar a questão da propriedade do bem imóvel, que a princípio pertencia a algum privado, que se supõe, como de costume, ter construído seu patrimônio com mérito próprio e por meios lícitos, mas que, a partir da revelação do escândalo no qual esteve envolvido, é possível questionar mesmo se a relação de propriedade que liga o bem imóvel a seu dono (ou herdeiros) realmente se mantém. Isso, pois, tanto o discurso moral quanto jurídico são utilizados como via de questionamento dessa relação de propriedade. O enfraquecimento dessa relação de propriedade com o antigo dono aproxima mais o imóvel de sua identidade no programa da ocupação, a saber, de prédio ocupado que será transformado em habitável e posteriormente em moradia social.

O edifício foi construído para abrigar o Banco Hércules de propriedade de Tasso Assunção Costa, dono também do Consórcio Mercantil, que foi condenado em 2003 a nove anos de prisão por falsificar assinaturas de clientes para obter empréstimos no Banco Central. Esta foi a primeira condenação no Brasil por crimes de colarinho branco, o que lhe deu grande cobertura midiática. O banqueiro falido morreu em 2010, e, a partir de então o edifício passou a compor seu inventário para o processo de sucessão aos herdeiros, ou melhor, a massa falida de suas empresas (O BELTRANO, 2018; O GLOBO, 2010; ZOLINI, 1995; FIGUEIREDO, 2010). O prédio chegou a ter outros inquilinos comerciais após o Banco, mas foi abandonado completamente por volta de 2014. No entanto, as dívidas imobiliárias já estavam se acumulando desde 2002.

Como mencionado, o prédio comercial é transladado de um imóvel ocioso para um ocupado, de um imóvel que servia para especulação imobiliária em um que cumprirá a função social da propriedade, se tornando moradia dos ocupantes. Essa translação, assim como todas as outras, não demanda apenas as articulações discursivas da Nota Pública, mas demanda o exercício, o desempenho desses elementos (BUTLER, 2010). Portanto, a respeito do edifício, é importante dizer um pouco das características físicas e da situação na qual se encontrava quando foi ocupado.

O prédio possuía dez andares, sem contar com o térreo (nível da rua) e o subsolo. Os pisos inferiores eram maiores (1º a 6º) e pisos superiores menores (7º a 10º) — cerca da metade do tamanho. O sexto andar era único e possuía a única área aberta, com duas mesas de concreto e assentos, e uma área verde que estava tomada pelo mato e por lixo. Os sistemas centrais de energia e encanamento estavam localizados no subsolo. Como na maioria dos edifícios comerciais, todos os andares tinham uma arquitetura em plano aberto, com banheiros, escadas e elevadores no fundo do prédio e janelas apenas na parte da frente, opostas ao elevador e banheiros. Além de três pequenos cômodos (aprox. 2m x 4m) no 1º andar, e dois muito pequenos em cada outro, não havia paredes dividindo ou separando espaços em cada andar (CADERNO DE NOTAS, 2018)..

Os dois elevadores não estavam funcionando devido aos problemas no fornecimento de energia central do edifício e à falta de manutenção. O acesso a quaisquer andares tinha que ser feito via escadas de incêndio e no escuro. Havia dois banheiros coletivos em cada andar, com 3 cabines e 3 pias — não tinham água na pia ou nos banheiros, pois o sistema central de água estava danificado/desativado. O edifício estava significativamente deteriorado. Além do abandono, havia sido, também, saqueado por invasores que roubavam pequenas coisas pra vender. Estava cheio de entulho, poeira, peças quebradas, com problemas elétricos (falta de cabos de cobre) (O BELTRANO, 2018; CADERNO DE NOTAS, 2018). Em suma, o edifício era um imóvel inabitável e teria que ser trasladado para um edifício habitacional e, mais do que isso, teria que transformar as pessoas no interior do edifício em um grupo que convive. Uma comunidade, ou, no mínimo, em condôminos.

1.4. O Programa da Ocupação

A Nota Pública faz parte da tentativa de constituir o ato de entrar em um prédio abandonado como 'ocupação', em vez de 'invasão', entendendo-o como uma busca por satisfação por direitos fundamentais. E de busca por direitos fundamentais em uma luta por uma cidade mais democrática, onde todos possam participar da política e da redistribuição das riquezas produzidas socialmente. Nesse caminho, a compreensão do ato como ocupação é muito importante para que tenha apoio social, se distancie da possibilidade do entendimento de crime e para que se aproxime do sentido que os ocupantes e movimentos buscam que é o da luta histórica por direitos e por outras formas de fazer política.

Embora, em termos legais, as ocupações sejam consideradas irregulares, na prática, a desocupação ou expulsão de ocupações organizadas (com uma rede de apoio extensa) podem gerar alto custo político para as autoridades. A falta de políticas de habitação, de habitações sociais, a desigualdade e as altas taxas de desemprego explicam o alto número de pessoas sem teto ou com necessidades habitacionais, e isso torna, aos olhos da população em geral, o despejo de pessoas vulneráveis de prédios não utilizados parcialmente negativo. Adicionalmente, esses fatores não apenas protegem os ocupantes do despejo, mas também os auxiliam a trazer apoio político, uma vez que se apela para a satisfação de necessidades básicas e direitos fundamentais, como a moradia, e no nosso caso específico, também, o trabalho.

A Nota tentou traduzir a entrada em um prédio não utilizado de *uma questão de fato* para uma *questão de preocupação/interesse* (LATOURE, 1999, 2012). Ou seja, ele tentou convencer o público em geral e as autoridades de que algo que é considerado ilegal é algo "certo, legítimo e de direito" a partir dos elementos mobilizados no texto e de suas articulações. Todas essas translações são propostas no que chamamos de Programa da Ocupação e as organizamos a partir dos subprocessos de **problematização**, **identificação**, **engajamento** e **agenciação** (CALLON, 1984). Esses subprocessos, no entanto, se desenrolaram em diferentes espaços e tempos, através de diferentes agentes, e não são, portanto, sequenciais.

Neste estudo, para abordar o Programa da Ocupação, focamos na Nota Pública e nas práticas de materialização/desempenho da ocupação. A nota não apenas aglutina discursivamente os principais elementos, mas define papéis e interações entre os atores e influi neles para que eles façam as coisas, assumam seus papéis (**engajamento**). O momento de materialização/desempenho da ocupação é o momento de emersão e sustentação cotidiana da ocupação. Ela se dá a partir de micropráticas (relações de poder) discursivas e não discursivas que buscam, também, **engajar**, e manter engajados, os humanos e não humanos, dentro do esquema de relações proposto para que eles desempenhem seus papéis. Antes de tratarmos das micropráticas no tópico seguinte, voltemos à nota e ao que consideramos o "Programa da Ocupação".

Problematização

O Programa da Ocupação parte da **problematização** da situação, ou seja, da definição do que consiste o problema, a situação e a proposição da solução, também chamada de **ponto de passagem obrigatório** (PPO).

A nota define o **problema** apontando para a não efetivação de direitos de parte da população, especificamente moradia e trabalho. A falta de políticas habitacionais resultou em “cerca de 80 mil famílias desabrigadas, enquanto [há] houver mais de 171.000 propriedades desocupadas na cidade” (NOTA PÚBLICA). Em dados oficiais de 2015, o déficit habitacional registrado no estado foi de 575 mil unidades em Minas Gerais, segunda Unidade da Federação com maior déficit, e 159 mil unidades em RMBH (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015). O número de unidades vazias ou desocupadas, também em dados oficiais, de 2015, foi de 988 mil em Minas Gerais e 193 mil na RMBH. Outra questão é a do trabalho em que se diz que “as famílias da Ocupação Vicentão na sua maioria estão desempregadas, assim como 14 milhões de brasileiros” (NOTA PÚBLICA). De acordo com dados do IBGE (2018), a taxa de desocupação no segundo semestre de 2018 no Brasil foi de 12,4%, o que corresponde a 13 milhões de pessoas. Já a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas alcançou os 18,7% ou 19,6 milhões de brasileiros.

Adicionalmente a nota afirma que os sem-teto e os pobres não têm motivos para acreditar que sua situação melhorará via Estado, uma vez que, nos níveis federal e estadual, os recursos para a habitação foram reduzidos, e a administração municipal, além de retirar recursos do Fundo Municipal de Habitação, impede os trabalhadores de trabalharem no centro da cidade. A nota, então, localiza o problema da habitação e trabalho como parte de um problema maior de distribuição desigual de recursos e usurpação da riqueza: “A Ocupação Vicentão é um levante dos pobres contra a Casa Grande, contra os banqueiros e magnatas que praticamente não pagam impostos no país, contra o 1% da população que detêm mais riqueza que os 99%, contra a elite que se enriquece às custas do nosso trabalho precarizado e mal pago, contra a privatização dos nossos bens comuns e do roubo de nossas riquezas”.

Essa maneira de problematizar a situação é feita a partir da noção de **Direito à Cidade**. A noção foi formulada por Henri Lefebvre [1968], na França, e refere-se ao “direito à participação e ao direito à apropriação” (PURCELL, 2002, p. 102, tradução livre) para os habitantes da cidade. O “espaço deve ser produzido de uma maneira que possibilite esse uso completo” (PURCELL, 2002, p. 102, tradução livre). A ideia é que as pessoas tenham o direito de usar toda a infraestrutura disponível no centro da cidade (transporte, educação, saúde) e o direito de participar do processo de tomada de decisão da cidade. Nessa ocupação,

o direito à cidade se tornou uma das forças motrizes para legitimar e materializar a ocupação propiciando tanto a articulação dos elementos quanto a legitimação do ato.

Acreditamos que o Direito à Cidade se assemelhe ao que Latour chama de móvel imutável, um dispositivo que se move no tempo e no espaço sem perder suas características principais, suas relações internas (LATOURE, 1987), transportando princípios sociais e políticos que apoiam os movimentos sociais urbanos ao redor do mundo (HARVEY, 2008), e ao redor do Brasil (FERNANDES, 2007). Como dito anteriormente, no Brasil a ideia de direito à cidade está inscrita no capítulo da Constituição sobre a função social da propriedade e no Estatuto da Cidade (FERNANDES, 2013; ROLNIK, 2009, 2013; CALDEIRA & HOLSTON, 2015).

Em relação à **proposição da solução**, a Nota exige “que o prédio seja destinado à habitação de interesse popular” dizendo-se, contudo, abertos a negociação. Consideramos, então, que o ponto obrigatório de passagem estabelecido pela Nota é o da negociação com o compromisso de se encaminhar a questão Da habitação social para o público em questão.

Identificação

Um dos principais objetivos da nota era propor e buscar fixar os atores em papéis específicos inscritos no Programa de Ocupação. Isso é o que Callon (1984) chama de **identificação**. Ou seja, a nota definiu e inter-relacionou os vários papéis que diversos atores precisavam desempenhar neste programa. Como vimos, ela caracteriza os **ocupantes** como pessoas pobres marginalizadas, que vivem nas periferias, sobrevivendo na incerta e instável economia informal, para quem o Estado não oferece alternativas para melhorar suas condições de vida; refere a eles também como trabalhadores que criam as riquezas do país e da cidade que lhes é usurpada; são pessoas de carne e osso, homens, mulheres e crianças, corajosos, que estão na luta por seus direitos, mas também em benefício de todos; por fim, são os sujeitos revolucionários, legítimos e capazes para ir à luta e promover mudanças na política e na sociedade. Isto é, no Programa da Ocupação, os ocupantes são os atores principais desse plano.

O **Estado**, por sua vez, é identificado como ausente e não aliado do povo pobre, e, por isso, apesar de ser responsabilizado pela situação, não é confiável para conduzir a resolução. Assim, o papel do Estado no programa é de corresponsável na resolução da questão, mas assumindo uma posição secundária, submetendo-se aos ocupantes.

O **imóvel no centro da cidade** também é um elemento central, pois várias disputas ocorrem em torno dele, algumas, inclusive, o ultrapassam, como as questões da função social da propriedade, do direito à cidade, das formas de governo e das liberdades. Como dissemos anteriormente, ele é parte do meio através do qual se busca constituir uma resistência à determinada forma de governo. Para justificar a ocupação, o papel do edifício passou por várias translações. Foi caracterizado como abandonado, vazio, alvo de especulação imobiliária, com dívidas acumuladas, propriedade de um condenado por crime de colarinho branco, localizado em uma área em que circulam muitas riquezas, em que há pessoas carentes de habitação e de acesso a serviços públicos. Em suma, não cumpria a função social da propriedade. É trasladado, no Programa da Ocupação, para um prédio que pode receber os ocupantes e transformar-se em sua habitação, seu lar, uma moradia social.

Ou seja, o edifício precisa de uma função social; o Estado não está cumprindo sua função de garantir moradia e outros direitos fundamentais; vendedores ambulantes e sem-teto precisam de moradia e de acessar o centro da cidade. Então, a nota inter-relaciona o estado com os sem-teto e ambulantes, e o imóvel no centro da cidade, de forma que cada um desempenhe um papel específico para fazer funcionar o Programa da Ocupação. Os ocupantes precisavam habitar e conduzir uma solução com as autoridades do Estado; Estado precisava negociar com os ocupantes a constituição das habitações sociais; e o imóvel precisava transformar-se em um lugar habitável para os ocupantes.

Engajamento

O Programa da Ocupação não apenas sugere, mas também atua sobre os atores para fazê-los se comportarem de acordo com o papel nela definido. Ele faz parte da série de truques, estratégias e negociações que buscam fazer com que os atores aceitem seus papéis e os desempenhem de acordo com o plano. Isso, lembramo-los, Callon (1984) chamou de **engajamento**.

O Programa da Ocupação não é apenas um ato de fala descrevendo o mundo (“falta de moradia”, “Estado repressor”, “direito à cidade”), mas também um texto categorizando (“abandonado”, “trabalhadores”, “moradia”), fazendo sentido (“é um levante”, “uma forma de efetivar direitos”) e definindo as condições da possibilidade e o que é normal, aceitável e legítimo, ou não, (“enriquece às custas do nosso trabalho”, “enquanto morar é um privilégio, ocupar é um direito e um dever!”) (CZARNIAWSKA, 2014; HARDY e THOMAS, 2015). Ou seja, é uma prática discursiva que, junto com outra série de práticas ligadas a um

determinado regime de verdade, inscreve algo na realidade que não necessariamente existia, pelo menos não ali. O Programa da Ocupação tem, também, um caráter performativo. Articula discursivamente os atores, mobilizando formações discursivas a partir das quais é possível fazer surgir seu objeto (FOUCAULT, 2008a), a ocupação.

Agenciação

Finalmente, as quatro organizações coordenadoras que assinam a nota tornam-se suas autoras. Passam, também, de alguma forma, a representar a ocupação e o Programa da Ocupação. Ou seja, ao assinar a nota, elas se tornaram os porta-vozes do programa e de toda a *assemblage*. Isso é o que Callon (1984) chamou de *mobilization*, e nós, de **agenciação**.

Assim, considerando os processos de translação realizados a nota é um texto que, entre outras ações, cristaliza a narrativa da ocupação (LATOUR, 1996; LAW, 2007) e constrói um programa (CALLON, 1984). É parte da tentativa de inscrever todos os participantes da ocupação no espaço de ocupação, justificando-a a sociedade, às autoridades estatais e aos próprios ocupantes. Trata-se também da definição do problema, de uma situação e da proposição de uma solução; que tenta persuadir os participantes se tornarem aliados e a desempenharem seus papéis de acordo com o Programa da Ocupação. Misturando argumentos, fatos, números, leis, políticas públicas, informações sobre dívidas da propriedade, antecedentes criminais de ex-proprietário, slogans e a desigualdade social, o Programa da Ocupação reúne um conjunto de atores díspares que constituem e realizam a ocupação e que são representados, momentaneamente, pelas quatro organizações coordenadoras. A seguir, nós deteremos com mais atenção às propriedades da nota com um todo.

2. Agência Textual da Nota Pública

A Nota Pública é um elemento crucial. Nela são movimentados e associados argumentos, fatos, números, leis, políticas públicas, débitos imobiliários, crimes e condenações, lemas, personagens históricos da luta por moradia, etc. Ela condensa e articula elementos em uma narrativa, entre outras coisas, pelo direito a cidade, ao mesmo tempo em que lança ramificações (com cordas e ganchos) para sustentação em diversos discursos e

grupos de apoio, desempenhando uma série de funções. Portanto, de início, ela é **(1) uma narrativa que mobiliza enunciados e discursos para a sustentação do programa apresentado e para o desempenho dos papéis estabelecidos.**

A nota pública poder ser considerada uma certidão de nascimento, um manifesto e um programa da ocupação, mas é, também, **(2) um artefato que insere o grupo num campo de disputa.** Ela é parte do híbrido engajado na ação (pessoas, grupos, personagens históricos, discursos, representações, redes sociais, dados, crimes, o edifício abandonado, etc.) e acrescenta à luta servindo como uma trincheira, uma localização em relação a outros discursos e práticas, afins e opostos, que serve como ponto de partida para táticas de luta, para o ataque e defesa. Ela permite (e convoca a) avanços em direção à luta pelo Direito à Cidade ao mesmo tempo em que busca se resguardar na função social da propriedade, nos direitos constitucionais de moradia e trabalho, no assombroso problema do déficit habitacional, na calamidade do desemprego e informalização do trabalho, na incapacidade do Estado, etc. garantindo maiores possibilidades de manutenção da ocupação durante o tempo.

A nota também pode ser vista como **(3) uma prática discursiva** (FOUCAULT, 2008a), ou seja, **desempenha ação**, performa. Não é apenas um ato de fala descrevendo o mundo ('falta de moradia'), mas também um **(4) texto com qualidades organizadoras** (CZARNIAWSKA, 2014) que categoriza, gerencia significados (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988) e define as condições da possibilidade do que é normal e aceitável (HARDY; THOMAS, 2015). A nota busca transformar a entrada em um prédio abandonado de uma “questão de fato” para uma “questão de preocupação/interesse” (LATOUR, 1999). Ou seja, a entrada de um grupo na propriedade de outrem, em geral considerada um crime ou ilegal, passa a ser, no mínimo, um ponto de disputa e, talvez, um direito.

A nota é uma prática discursiva textual que inscreve e cristaliza a narrativa da ocupação no suporte material no ambiente virtual da rede social (LATOUR, 1996, CZARNIAWSKA, 2013). A nota é uma prática discursiva em andamento, uma vez que seu programa proposto tenta se tornar verdade inscrevendo o espaço físico (edifício), objetos materiais (portas, fogões, água) no jogo de uma verdade emergente em disputa. É uma tentativa de inscrever todos os participantes da ocupação no espaço de ocupação, justificando a ocupação para a sociedade, autoridades do Estado e para os ocupantes; definindo o problema, o papel dos participantes e a solução, e persuadindo os participantes a aliarem-se ao programa e a desempenhar seus papéis.

O suporte material-digital em que ela foi veiculada permite e potencializa sua permanência no tempo, possibilitando, por exemplo, o acesso até o momento presente de escrita dessa tese. Possibilitam também sua multiplicação e fluxo em outras páginas da rede social e em outros veículos de mídia. Por isso, entendemos que a nota pode ser considerada também o que Latour (1984) chamou de **(5) móvel imutável⁵⁷, que, desde que foi publicada, agiu à distância, definiu papéis para diversos atores e teve permanência no tempo guardando as relações internas que buscou estabelecer.**

A nota é assinada pelos quatro grupos que coordenam a ocupação, portanto uma ação atribuída a eles. Contudo, ela é postada na página da Ocupação Vicentão, e as interações que ocorreram a partir da postagem da carta são respondidas pelo perfil da Ocupação Vicentão em uma espécie de postagem-fantasma⁵⁸. Assim, por meio de uma rede social, entre outras coisas, a Ocupação Vicentão adquire capacidade de ação, faz postagens e interage com outros perfis que comentam suas postagens seja apoiando-a ou combatendo-a. A Nota juntamente com o perfil da Vicentão são **(6) estratégias textuais e autorais que reforçam a identidade e existência da organização como um ator coletivo entificado** (COOREN, 2004).

Buscamos indicar no tópico “1. Nem mesmo as coisas estavam aí...” parte do processo histórico que constitui as bases dos elementos que viriam a ser mobilizados a fazer parte da Ocupação Vicentão. No subtópico “1.4. O Programa da Ocupação”, buscamos mostrar como a nota articula esses elementos em uma narrativa que se constitui em um programa para sustentar o ato de ocupar o prédio, a luta pelo Direito à Cidade e a formação desse ator coletivo, dessa *assemblage*, que é a Ocupação Vicentão. O próximo passo é entender de quais outras formas a Ocupação Vicentão é materializada. Ou, dito de outra forma, quais outras práticas, enredadas discursivamente e materialmente, configuram e produzem essa realidade específica que é a Ocupação Vicentão.

3. Materialização e Desempenho da Ocupação

⁵⁷ Móvel Imutável é uma tradução de *Immutable Mobile* e é utilizada por Latour e os teóricos da semiótica material em uma variedade de situações. Latour define Móvel Imutável como inscrições feitas em objetos. Em seu texto *Visualization and Cognition* ele dá destaque às superfícies de papel escritas, numeradas ou opticamente consistentes, que, em sua opinião, são os melhores móveis. Para o autor, a mobilização de muitos recursos através do espaço e do tempo é essencial para a dominação em grande escala e é isso que os móveis imutáveis permitem que ocorra (LATOUR, 1990).

⁵⁸ À postagem fantasma me refiro à atribuição da ação de postar, uma vez que não tem autoria, ao ente “Ocupação Vicentão”.

3.1. Micropráticas

Manter uma ocupação não é tarefa simples que começa ou se encerra com a entrada no imóvel. Não é o mesmo que manter uma casa ou um condomínio predial convencional, com seus correlatos amplamente aceitos na sociedade, esses sim, questões de fato e por isso são muito mais estáveis. A ocupação é uma situação frágil em que disputas, negociações e busca por convencimento em diferentes arenas são corriqueiras. A estabilização dessa rede é difícil e pode se desfazer a qualquer momento. Por isso, sua durabilidade no tempo é também precária e está sempre sob risco. Demanda, portanto, estratégias, planejamento, esforço cotidiano e improvisações para colocar os atores humanos e não humanos a favor de um mesmo projeto que é bastante dinâmico e enfrenta significativa resistência de outras redes de atores, além das próprias dificuldades internas.

Uma vez dentro do imóvel, a nota pública postada na rede social, como se pode imaginar, não é suficiente para garantir a posse e a durabilidade da ocupação no tempo. Outros sem número de atividades são desempenhadas para performar a ocupação cotidianamente no sentido de fazer funcionar algumas coisas como: garantir a segurança da ocupação e dos ocupantes, as condições materiais mínimas de habitabilidade, os recursos para sobrevivência como água, luz, comida, mobília e utensílios domésticos, as condições de convivência, etc. Cada uma dessas grandes atividades são feitas a partir de várias microatividades que necessitam de algumas centenas de suportes materiais, discursivos, afetivos, financeiros, históricos, jurídicos, etc. que são mobilizados para terem efeito na realidade, às vezes com planejamento, outras com improviso.

Nosso objetivo não é listar ou entrar nas minúcias de cada um desses conjuntos de ações, mas entender como a organização é feita na prática, ou seja, como através do fazer, da performance de humanos e não humanos, das relações de poder a organização emerge como um efeito, se faz existir e produzir resistência. Ou colocado de outra forma, como as micropráticas de poder produzem essa realidade específica que é a Ocupação Vicentão.

A seguir contaremos a história (uma versão) da ocupação e gostaríamos de dividir previamente com nossos leitores a estrutura dramática que acabou se configurando na narrativa que construímos. Fazemo-lo por questões didáticas, por crer que pode auxiliar na compreensão global da narrativa. Ela é constituída dos seguintes elementos: (i) personagem

principal; (ii) personagens importantes; (iii) contexto; (iv) motivação; (v) acontecimento; (vi) desenvolvimento; (vii) crise; (viii) desdobramento da crise; e (ix) negociação e fim.

Consideramos a **personagem principal** como sendo a própria *assemblage* da ocupação, ou seja, a Ocupação Vicentão; nosso personagem principal surge na nossa narrativa. O desempenho da nota pública, de outros não humanos e as práticas cotidianas dará corpo, materialidade à Ocupação Vicentão. Outros **personagens importantes** que interferirão no personagem principal são: (1) Ocupantes (coordenadores e moradores); (2) Estado (múltiplas faces, poderes e níveis); (3) O imóvel no centro da cidade; e (4) Os articuladores: Direito à Cidade e Função Social da Propriedade. O **contexto** é o prédio abandonado, em área valorizada (centro da cidade) que, a princípio, é inadequado para moradia, mas que a situação jurídica (possui embaraços judiciais) o faz ser “propenso” à disputa da posse. Além disso, as organizações coordenadoras, pessoas sem teto e ambulantes estão dispostos à luta para satisfazerem suas necessidades e direitos básicos: moradia e trabalho, além da luta pelo direito à cidade. Assim, a **motivação** é que as pessoas sem casa querem gozar do direito da moradia, camelôs que querem ter direito ao centro da cidade, e ambos querem ter poder de influir na e usufruir da cidade.

O **acontecimento** é a ocupação do prédio abandonado no centro da cidade pelo grupo de pessoas lideradas pelas quatro forças políticas (organizações coordenadoras). Como **desenvolvimento**, temos: (a) os ocupantes e os coordenadores iniciam a transformação do prédio comercial abandonado em lugar que possa abrigá-los e lhes servir de moradia; (b) ao mesmo tempo que os coordenadores querem que o grupo se organize comunitariamente (construir uma comunidade); (c) e também se organizem politicamente, que estejam dispostos à luta e ao embate político.

Há três situações de ameaça direta que desencadeiam uma **crise**: (1) o incêndio em prédio ocupado em São Paulo chama atenção de todos e coloca as ocupações na alça de mira, cria um contra-programa que ameaça a Ocupação Vicentão; (2) o pedido de reintegração de posse (irregular); (3) a companhia Estatal de energia recusar a fornecer energia elétrica desde o início da Ocupação Vicentão precarizando ainda mais a ocupação e fazendo com que os moradores tenham improvisar a ligação elétrica. Além disso, a companhia elétrica desliga a conexão clandestina que havia sido feita pelos moradores para terem um acesso mínimo à energia elétrica.

O desdobramento da crise é a pressão que se cria sobre a ocupação e as reações de cada um dos atores à incitação da mídia utilizando-se do incêndio: a Prefeitura passou a compor a mesa de diálogo para prestar informações sobre as ocupações; a Polícia Militar

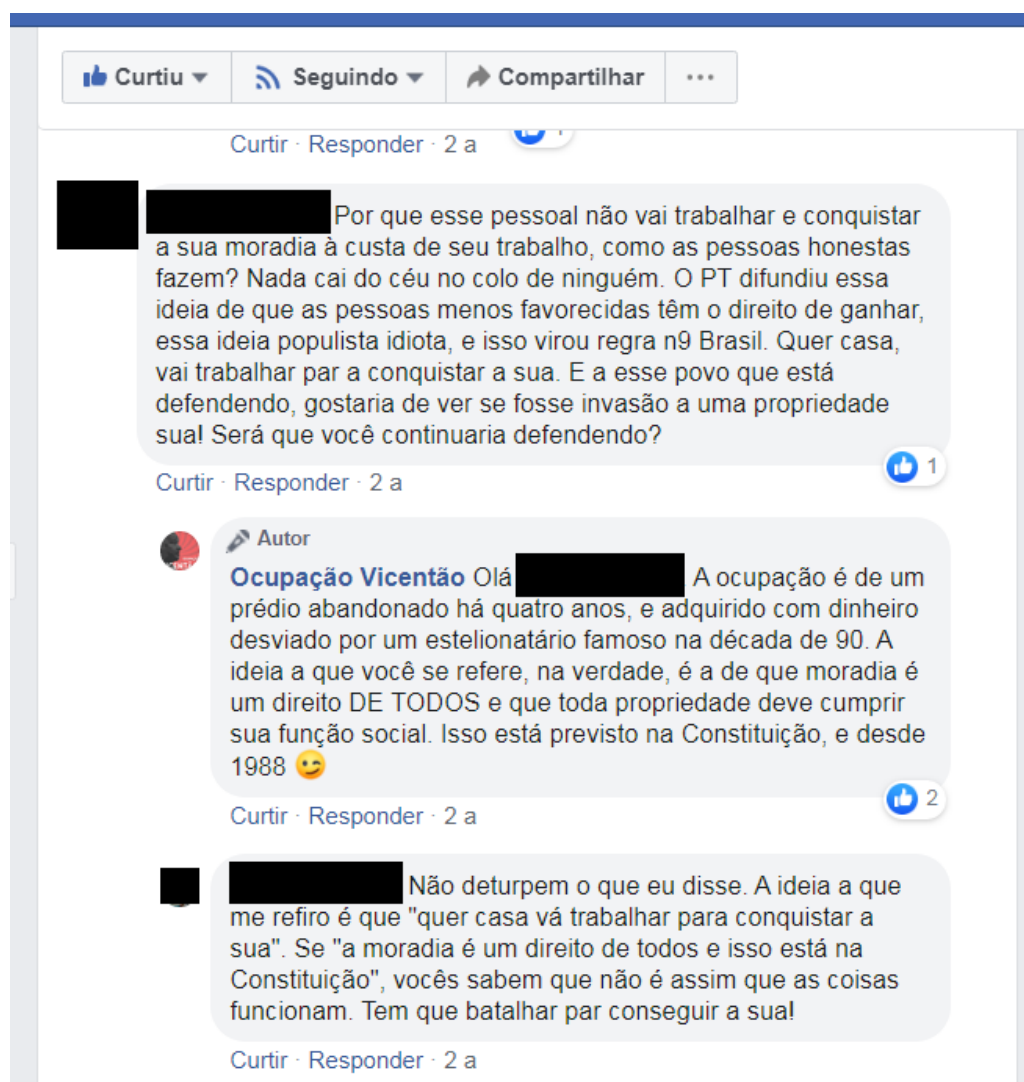
demonstrou força para intimidar as ocupações; os Bombeiros atestaram o risco que as ocupações ofereciam para os ocupantes; os Ocupantes reagiram a cada um dos atores buscando manter os elementos inscritos nos papéis definidos; a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) primeiro jogou a responsabilidade da questão da energia elétrica pra a prefeitura, depois foi até a porta da ocupação e desligou as ligações clandestinas que haviam sido feitas.

A negociação se deu em um cenário sensivelmente adverso em relação à troca de governos no Executivo Federal e Estadual, além do custo em adaptar o edifício comercial em moradia social (*retrofit*) e das questões internas. Assim, o desfecho foi o aceite da proposta da Mesa de Diálogo de desocupação do prédio e dois anos de aluguel social com a promessa de um posterior reassentamento das famílias.

3.2. Disputas Discursivas

Na postagem que divulgou a nota pública na rede social, em meio às mensagens de apoio e celebração, há algumas mensagens de repúdio e condenação ao neonato. Contrapondo-se, por exemplo, à mensagem que repercutia o slogan da luta por moradia na cidade “Enquanto morar for privilégio, ocupar será um direito!”, pôde-se ver:

Figura 4: Diálogo (1) na rede social na postagem do nascimento da ocupação.



Fonte: retirado pelo autor da rede social: https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/192572354817685?_tn_ =K-R

O assunto “ocupação” é controverso na sociedade brasileira, como a breve interação virtual trazida acima bem exemplifica. Não é uma algo sobre o qual não há discussão, ou que as pessoas tomam como certa, mas algo sobre o qual há uma disputa, em que as associações entre os elementos que compõem a rede-actante têm que ser laboriosamente conectados e mantidos. Valendo-nos das palavras de Latour, trata-se de “uma questão de preocupação/interesse [*matter of concern*]” e não de “uma questão fátual [*matter of fact*]” (LATOIR, 2012).

Uma das práticas de manutenção e construção da ocupação é a comunicação direta com a comunidade interna e externa para vários fins, entre eles fazer a disputa de narrativas e conseguir produzir e propagar as suas próprias. Isso se deu não apenas na postagem da nota pública, mas recorrentemente, seja em outras postagens, outras notas, no próprio debate

virtual através do perfil da rede social, no curso de defensores populares⁵⁹, em outros encontros presenciais e nas análises de conjuntura⁶⁰. As narrativas produzidas e propagadas pela ocupação, em seu perfil primeiramente e depois em outros perfis de aliados e em mídias alternativas, carregam possíveis agências do texto como dissemos anteriormente, tanto para “fora” quanto para “dentro” da ocupação.

Uma questão a destacar é que elas são feitas dentro de uma coerência discursiva em relação à nota pública para reafirmar os papéis e relações lá estabelecidas e para mobilizar os atores para as práticas. Outra questão relevante é que nesses momentos pode haver várias intervenções e falas diferentes e de pessoas diferentes, mas o que fica marcante é a inclinação para o futuro e para a ação, sempre, na medida do possível para mobilizar para a ação.

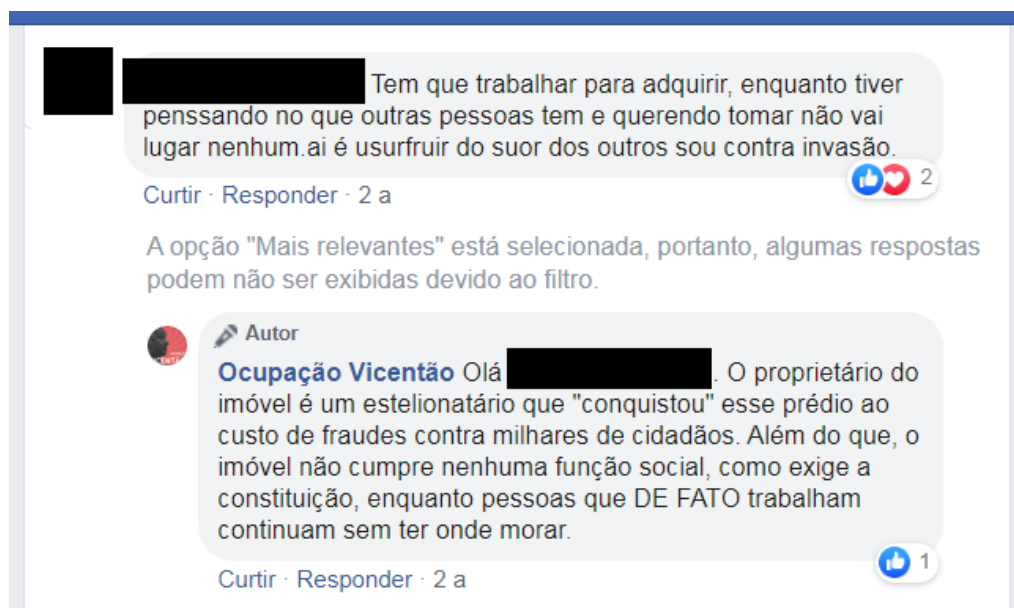
Assim como colocamos acima sobre a translação dos ocupantes, do estado e do imóvel no centro da cidade, é importante discorrer sobre a propriedade privada e seu *status* na sociedade, e como se faz a disputa dessa noção para a materialização da ocupação e para a luta do direito à cidade.

Em relação ao significado na sociedade, a ideia de tomar para si algo de outrem é condenada pelo princípio da propriedade privada e reforçada pelas regras jurídicas do país.

⁵⁹ Curso de Defensores Populares são cursos promovidos pelo núcleo jurídico das Brigadas Populares, às vezes em parceria com outras organizações, voltado para lideranças comunitárias que já sejam referências nos territórios pela luta, potencializando essas referências, com compromisso com o curso e a luta para discutir temas como regularização fundiária, antiprisional, feminismo comunitário, negritude, trabalho e desenvolvimento territorial.

⁶⁰ As Análises de Conjuntura são momentos dos encontros em que se discute o contexto social e político, ou algum acontecimento relevante específico, em que são revisadas as ações e possibilidades de ação da organização e da ocupação.

Figura 5: Diálogo (2) na rede social na postagem do nascimento da ocupação.



Fonte: retirado pelo autor da rede social: https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/192572354817685?_tn_=K-R

Para além da ideia implícita de apropriação indevida, as afirmações contrárias à ocupação mobilizam a ideia da satisfação da necessidade de moradia através do mercado. Adicionalmente, remetem ao merecimento de posse ou usufruto de um bem por sua conquista através do esforço pessoal no trabalho e marcam a tentativa de descaracterização do projeto enquanto ocupação colocando-o como invasão. Não menos importante, sugerem contornos acerca do papel mínimo do Estado na garantia dos direitos dos cidadãos.

Juridicamente, a invasão de propriedade alheia pode ser caracterizada como esbulho possessório e é considerada crime com pena que varia de um a seis meses e multa (BRASIL, 1940). Além disso, inibe a possibilidade de desapropriação do bem imóvel. Se a ocupação é considerada crime, aqueles que a performaram serão, então, criminosos. São eles os cidadãos pobres, sem teto ou que vivem de aluguel com dificuldade, trabalhadores ambulantes e os movimentos sociais que lutam pela causa da moradia. Esses movimentos são chamados por alguns de seus opositores de “ganges que exploram a invasão de imóveis” (REVISTA VEJA, 2018) ou referidos entre aspas como movimentos sociais, de forma a levantar dúvidas sobre se são de fato são organizações que lutam por direitos ou um grupo de aproveitadores.

A resposta dos responsáveis pela página ao comentário transcrito mais acima reafirma o caráter de ocupação e questiona o estatuto do direito de propriedade do imóvel a partir de seu (não) uso e dos meios a partir dos quais ele foi conseguido (não legítimos, ilegais), como no diálogo 1. Adicionalmente, a resposta ao comentário nesse mesmo diálogo evoca o direito

fundamental de todos à moradia, previsto na Constituição Federal e o estatuto da função social da propriedade, Título II, Capítulo I, artigo 5^o, parágrafo XXIII: “a propriedade atenderá a sua função social” (BRASIL, 1988).

Percebemos que a propriedade não é, a princípio, questionada em seu estatuto mais amplo, ou seja, se existe ou se deveria existir. No entanto, vemos surgir uma disputa dos condicionantes para que essa relação específica entre pessoa e bem (relação de propriedade) seja estabelecida no que diz respeito, especificamente, ao bem imóvel. Essas condicionantes poderiam ser lidas também como os discursos vizinhos que sustentam certa ideia e prática em relação aos bens, que diz respeito à relação de propriedade. Eles nos fazem perceber que a noção de propriedade não está discursivamente isolada e encerrada em si, mas existe em uma rede de relações com outros discursos e práticas (FOUCAULT, 2008a) e é nessa vizinhança que se busca atuar para torcer, ainda que um pouco, a noção de propriedade fazendo-a deslocar para poder, talvez, produzir outras realidades.

De um lado, as condicionantes são o esforço pessoal, o trabalho, a satisfação através do mercado. Do outro, têm-se o uso do bem imóvel, os meios pelos quais ele foi adquirido (legal ou ilegal), a necessidade de satisfação de um direito básico e garantido pela constituição — moradia —, e a função social da propriedade (que retoma a questão do uso do bem imóvel). Assim, a disputa em relação ao estatuto geral da propriedade privada não é feita, no atual momento, de forma direta, visando, por exemplo, extinguir a propriedade privada. Em vez disso, busca-se um ataque lateral para fazer pesar a rede de ação desestabilizadora da noção e prática da propriedade privada de uma determinada forma para fazê-la funcionar de outra forma e possibilitar outras práticas e discursos.

Juntamente a isso, dispositivos legais, dados sobre déficit habitacional, sobre verbas e políticas habitacionais atuais em diferentes níveis de governo, sobre a quantidade de imóveis vazios e sem uso, sobre os negócios escusos do antigo dono do imóvel, a noção de função social da propriedade, auxiliam na disputa específica da ocupação em fragilizar a relação de propriedade dos atuais proprietários com o imóvel. Mesmo que não seja capaz de conseguir uma desapropriação para fins de moradia, que pelo menos garanta que a ocupação perdue mais no tempo gerando um fato político na cidade e promovendo a politização da ocupação e das forças sociais.

Outro sem número de práticas foram necessárias para que a ocupação se fizesse e se mantivesse durante praticamente 1 ano (janeiro de 2018 a fevereiro de 2019). A seguir gostaríamos de explorar algumas delas sem, claro, a pretensão, sequer o desejo, de inventariá-las.

3.3. *Práticas Pré-ocupacionais*

As práticas que constituíram a ocupação começaram antes da ocupação, muito antes, como tratado anteriormente. Mas, tratando daquelas práticas temporalmente mais próximas à Ocupação Vicentão, é curioso contar esse pedaço de história que volta um pouco no tempo. Mesmo que seja a volta há um tempo que, inclusive, as Brigadas Populares não estavam afeitas a constituir novas ocupações tão cedo, pois queriam dedicar-se às ocupações que já existiam e as quais estavam apoiando, como nos contou Gabriel (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Paolinelli e Canitieri (2019) contam de ações tomadas no contexto das candidaturas da MUITAS, em 2016, para o legislativo municipal, estadual e federal, que possam ter contribuído para a identificação preliminar de imóveis sem uso que poderiam ser ocupados pelos movimentos de moradia. De acordo com os autores, nas diversas reuniões, eventos e debates feitos para discutir uma nova forma de política e de política urbana, a questão do centro da cidade foi o grande destaque: “Tudo parecia confluir para o centro: as propostas mais votadas nas redes sociais diziam respeito à moradia central e a ocupações de imóveis vazios e ociosos” (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019, p. 843). A partir disso, as Brigadas Populares, que também compunham o MUITAS com a candidatura da brigadista Bella Gonçalves para o legislativo municipal, promoveram uma panfletagem juntamente com um mapeamento de imóveis vazios no centro da cidade: o Rolezinho da Função Social. Durante o rolezinho, ao mesmo tempo em que se fazia a panfletagem para a candidatura de Bella e para o MUITAS, buscava-se identificar imóveis sem uso no centro (PAOLINELLI; CANITTIERI, 2019).

A despeito desse movimento das Brigadas Populares, a ideia da ocupação no centro chegou até a organização por demanda de outros grupos, especialmente da Morada Nova de Minas e dos ambulantes. Gabriel, em entrevista (2020), nos contou que a Morada Nova de Minas os procurou (as Brigadas Populares) dizendo que, como não havia produção habitacional eles queriam fazer uma ocupação em um prédio, como forma de pressão. Paralelamente a isso, os ambulantes que já tinham uma relação com o grupo por conta das disputas pelo centro da cidade — devido ao programa da prefeitura de proibi-los de trabalhar no centro e novamente colocá-los nos shoppings populares — também procuraram a organização querendo fazer ocupação no centro. Já tinham, inclusive, contou-nos Gabriel,

mapeado alguns edifícios. Somando-se a isso, as Brigadas mantinham relação e encontros com um núcleo de sem-teto do Barreiro que estava sem perspectivas dado que não havia promoção de qualquer política habitacional no município.

Gabriel, contou-nos então, que decidiram fazer pela demanda dos grupos e por verem que seria possível fortalecer a pauta dos ambulantes:

com essa possibilidade, as pessoas acionando a gente, tanto os ambulantes, quanto o núcleo do barreiro e o núcleo de moradia formal aí a gente levou isso para a coordenação política e decidiu por fazer, principalmente para fortalecer a pauta ambulante, do direito ao centro, direito à cidade e tal. (Entrevista de GABRIEL, 2020).

O brigadista salienta que foi ponderado que não teriam condições de organizar uma ocupação sozinhos, mas que, com o auxílio e parceria da Morada Nova de Minas e da Intersindical, isso poderia ser feito.

O que discutimos nas Brigadas é que não teríamos a condição de fazer sozinhos, então, daí a importância de fazer com os núcleos, esses núcleos formais para que eles também assumissem a gestão e organização da ocupação (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Fizeram reuniões entre as organizações coordenadoras para que se discutisse como seria feito, qual metodologia utilizariam e para definir como elas lidariam umas com as outras, como conduziriam conjuntamente e politicamente a ocupação. Partiram de um interesse em comum e construíram outros alinhamentos para se tornarem, de fato, aliados na constituição da ocupação. A formação de alianças e coalizões — translação — é o processo fundamental na formação de coletivos híbridos (de humanos e não humanos) (CALLON; LATOUR, 1981). A princípio, as organizações que fariam parte e participaram das reuniões eram a Intersindical, as Brigadas e a Morada Nova de Minas, mas a AMABEL entrou no grupo uma semana antes da ocupação. Nas palavras de Gabriel:

Então foram feitas algumas conversas de pactuação política mesmo, uma negociação para acertar algumas coisas, inclusive a AMABEL não estava, ela surgiu na semana em que a ocupação ia acontecer chamada pelo Morada de Minas que disse que não teria condição de assumir sozinha e chamou a AMABEL (Entrevista de GABRIEL, 2020).

A ocupação foi iniciada formando um grupo de ocupantes a partir das quatro organizações coordenadoras. Elas se valeram da relação que mantinham com seu público para agruparem todos no mesmo espaço da ocupação. Cada uma negociou com seu público internamente e depois os juntaram para fazerem a ocupação. Ou seja, a primeira relação dos futuros ocupantes com a ocupação foi mediada e só foi possível, pelas organizações coordenadoras e pelas relações que seus públicos mantinham com elas, mais ou menos antigas. O grande grupo, a que nos referimos como ocupantes de forma geral, são, ou foram anteriormente, grupos menores das Brigadas Populares, da Intersindical, da Morada Nova de Minas e da AMABEL. Foi através delas que se deram as negociações em nome de seus públicos, representando-os, para posteriormente poder reuni-los em um mesmo espaço, o espaço da ocupação. Dizendo de outra forma, a formação do grande grupo se deu pela associação de grupos menores, através da representação — **agenciação** (CALLON, 1984) — dos indivíduos e famílias pelas quatro organizações coordenadoras que negociaram entre si os mínimos para fazerem uma ocupação conjuntamente.

Houve, então, esse planejamento prévio e outros que consistiram, em linhas gerais, em estudar a situação física e jurídica de imóveis abandonados no centro da cidade⁶¹.

As quatro organizações coordenadoras da ocupação conduziram as demais ações pré-ocupacionais⁶². Os planos práticos iniciais foram desenvolvidos por um pequeno grupo composto por integrantes destacados de cada uma das organizações coordenadoras, assim como um pequeno número de pessoas com necessidades habitacionais e vendedores ambulantes. Parte do planejamento lidou com o necessário para a entrada no prédio e para a manutenção da ocupação nas primeiras semanas.

Anteriormente à entrada no prédio, o grupo se articulou para pedir e receber doações de produtos de limpeza e alimentos:

a gente já acionou uma rede previamente sobre a ocupação e a gente recebeu né, principalmente nos primeiros dias, nas primeiras semanas muitas doações de alimentos, de material de limpeza, de água, que fortaleceu a ocupação (Entrevista de ANÍBAL, 2019, p. 5).

⁶¹ Foi-nos solicitado pelos entrevistados e membros das organizações que não expuséssemos detalhes do funcionamento e do planejamento interno das organizações para ocupação por entenderem que esse tipo de exposição poderia desfavorecê-los nas suas lutas e quiçá servir para imputar-lhes crimes.

⁶² Embora fossem quatro organizações na coordenação, notamos, ao longo do tempo, que havia proeminência das Brigadas Populares em relação às demais organizações em relação à condução da ocupação. Isso, contudo, não significa que as outras organizações se submetiam a ela, apenas que havia certa ascendência de uma nas outras.

Houve também a articulação prévia de uma rede de comunicação para cobrir, dar visibilidade e publicidade ao ato da ocupação e à luta por moradia e pela ocupação do centro da cidade.

Nós articulamos uma rede de comunicação sim, então vários apoiadores na área de comunicação ficaram fazendo os registros, a divulgação na página e propagando aí a nota, articulação de imprensa e tudo isso (Entrevista de ANÍBAL, 2019, p. 2).

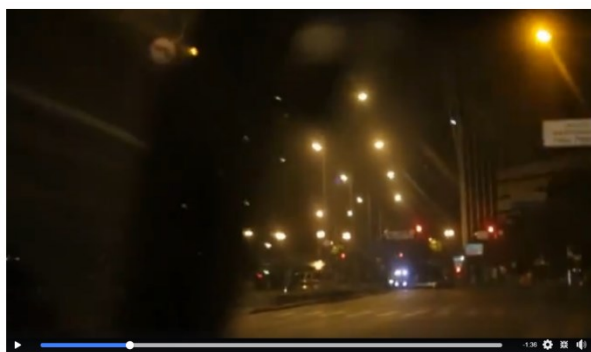
Em vídeo⁶³ (FIGURA 6) feito por um desses integrantes da rede de comunicação é possível ver o grupo adentrando o edifício no início da manhã de 13 de janeiro de 2018, quando ainda estava escuro. Carregavam mochilas, travesseiros, celulares, produtos de limpeza. No mesmo vídeo, pode-se ver que, assim que adentraram, fizeram a leitura da Nota Pública no pátio de entrada do edifício sob a luz de velas e celulares. Um ônibus levou as famílias até o local para que entrassem no prédio junto com os materiais que julgavam necessários e iniciassem a ocupação.

a entrada na ocupação, ela se deu a partir da concentração e saída de um ônibus com as famílias e todos os materiais, né? A gente levou ali os materiais de limpeza, rodo, vassoura, sabão, sabão em pó, detergente, tudo isso... bucha. Levamos também alimentos, né? Pra já estocar ali inicialmente os alimentos e já começar também a fazer os almoços, os cafês (Entrevista de ANÍBAL, 2019).

No mesmo vídeo do parceiro da rede de comunicação, já nota-se que, tão logo entraram, iniciaram os trabalhos de alteração do espaço. Vê-se um grupo de pessoas em um local escuro, iluminado por luzes de celulares, carregando materiais, limpando o chão com sabão vassouras e puxando a água com rodo.

⁶³ <https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/672769409513606/?v=672769409513606>. Captação de imagens: Lucas Bois / Jornalistas Livres. Edição: André André.

Figura 6: mosaico de frames do vídeo de "nascimento" da Ocupação Vicentão



Grupo no alvorecer à caminho do Edifício



Grupo com travesseiros, lanternas, cobertas, mochilas e outros itens



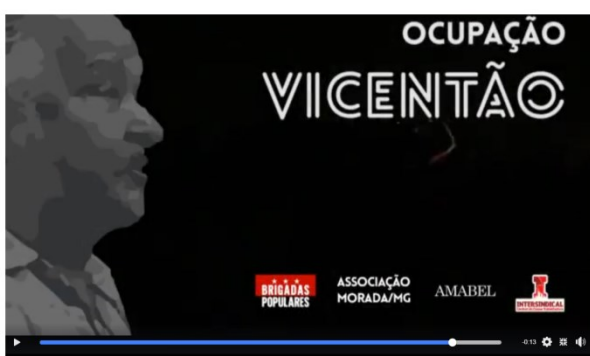
Leitura da Nota Pública (com imagens do centro da cidade. Vista do último andar da ocupação)



Leitura da Nota Pública (com imagens do grupo fazendo os primeiros trabalhos de limpeza no local



Leitura da Nota Pública (com imagens de um dos membros da comissão de coordenação da ocupação. Membro das Brigadas Populares)



Última cena com o grupo cantando "com luta com garra a casa sai na marra" (com imagen do rosto de Vicentão Gonçalves, o nome da ocupação e as marcas das quatro organizações coordenadoras da ocupação)

Fonte: feito pelo próprio autor.

Juntamente com a limpeza, para que pudessem realmente dormir nos próximos dias, a segurança, para evitar a entrada da polícia ou de outros indesejados, Gabriel contou-nos que também a cozinha comunitária já foi estruturada logo no primeiro dia. Já levaram fogão industrial, botijão, utensílios, alimentos e tudo mais que era necessário para cozinhar e alimentar os ocupantes. Afinal, era preciso não apenas adentrar no edifício, mas garantir e justificar sua posse, o que significava manter as pessoas na ocupação, assegurar que elas tivessem condições mínimas de conforto, higiene e segurança para morarem ali.

Assim foi o começo da materialização e desempenho da ocupação. A transformação dos ambulantes, sem-teto, pobres periféricos, etc. em ocupantes quando adentram o edifício abandonado e iniciam os trabalhos no edifício para transformá-lo em habitável. É o início da formação do grande grupo de ocupantes, que, no começo, eram subgrupos espalhados pela cidade, que mantinham relação, cada um, com uma organização coordenadora. Mas que agora, dentro do edifício, na ocupação, passaram, também, a lidar com as questões e instâncias da ocupação como um todo, às vezes de forma direta, outras ainda com influências dos subgrupos anteriores de cada organização como veremos a seguir. Dá-se, assim, início ao trabalho de transformação do edifício em **habitável** e dos subgrupos ligados a cada uma das organizações em **ocupantes** da Vicentão, com os predicados e papéis a eles propostos na Nota Pública — cidadãos ativos e sujeitos revolucionários —, e de pessoas, que pouco ou nada se conheciam, em uma **comunidade**.

3.4. Estruturação do Cotidiano, Comissões e a Assembleia Geral

Logo após a entrada no prédio e de ter assegurado que havia segurança, já se fez a Assembleia Geral e, na abertura, a leitura da Nota Pública (como se vê nos *frames* da FIGURA 6). No espaço da Assembleia foram tiradas comissões (ou frentes) de trabalho para materializar a transformação do **prédio** e dos **ocupantes**. Como argumentamos antes, há um entrelaçamento entre a produção do espaço e a produção dos sujeitos (FOUCAULT 1999b; PICKERING, 2013; BURREL; DALE, 2014; ODENDAAL, 2014; GRBIN, 2015; HARDY; THOMAS, 2015; LANCIONE; McFARLANE, 2016; BEETZ, 2016; GUGGENHEIM, 2016; HANDEL 2019).

Conta-nos Gabriel que o plano era organizar essas frentes de trabalho coletivo a partir do que se entendesse como demanda ou necessidade: “a gente já tinha a ideia de organizar trabalhos coletivos à medida que a necessidade que a ocupação ia mostrar ali dentro” (Entrevista de GABRIEL) para atender as necessidades de habitabilidade do espaço e dar condições mínimas aos ocupantes. O funcionamento das frentes de trabalho previa a participação de todos os moradores. Todos deveriam estar em pelo menos em uma frente de trabalho, como nos conta Aníbal: “então, todo morador tinha que está em uma comissão de trabalho: portaria e segurança, na limpeza, na creche ou na cozinha” (Entrevista de ANÍBAL, 2019).

Essas formas já haviam sido previamente acordadas nas negociações pré-ocupação, a assembleia, o trabalho e decisões coletivos, compartilhamento de informações, etc.:

A coisa da assembleia a gente propõe desde o início, quando teve a conversa com as outras organizações. A gente fala: as decisões são coletivas, em assembleias, a gente tem que coletivizar as informações e tal. Na reunião com eles a gente já explicou qual era o nosso método de operação na ocupação. Então, entrou na ocupação, foi lá viu tudo, fechou tudo, analisou as possíveis entradas de força policial, deixo tudo seguro a primeira coisa que faz é a assembleia com todo mundo que entrou (Entrevista de GABRIEL, 2020).

A Assembleia Geral era a instância oficial de circulação de informação, discussão e tomada de decisão da ocupação. A periodicidade alterou durante o período da ocupação. No início, elas eram diárias (às vezes até duas vezes ao dia), depois passaram a ser duas vezes na semana e mais próximo ao final da ocupação sucediam uma vez por semana. Elas ocorriam geralmente no período noturno para facilitar a participação dos trabalhadores. Aconteciam após o jantar coletivo ser servido, por volta das 20h, e podia chegar a um quórum significativo de pessoas presentes e discutindo, no entanto, era comum terminar em torno das 22h30. Geralmente ocorria da seguinte forma: discurso breve dos coordenadores⁶⁴ cumprimentando os participantes; os coordenadores sugerem e recolhem pontos de pauta, junto aos presentes, a serem tratados (e acrescentam pontos oriundos da reunião de coordenação); os coordenadores sugerem a ordem e a prioridade de cada ponto (a ser discutido primeiro ou depois); as pessoas concordam ou não, e, em seguida, os coordenadores fazem alguns ajustes na agenda; notícias e informações são circuladas para todos antes de entrar nas discussões da pauta; a pauta é discutida e algumas ações são eleitas para serem realizadas. Para fazer isso, um grupo de trabalho especial pode ser criado ou eles podem criar outra forma de fazê-lo, dependendo dos recursos, das pessoas e do tempo disponível (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Essa estrutura simples pode fazer com que a Assembleia Geral pareça muito procedimental e organizada, mas devemos dizer que era muito dinâmica e poderia variar consideravelmente, dependendo das circunstâncias. Dependendo do que estava acontecendo na ocupação ou na cidade, os humores, medos, conflitos e coisas que aconteceram ao longo da semana, a Assembleia Geral poderia ser muito agitada, cheia, barulhenta ou calma e com poucas pessoas. A Assembleia Geral e a organização dos ocupantes através das comissões de

⁶⁴ Não havia essa posição oficial na “estrutura” da organização da ocupação Vicentão. Com coordenadores queremos nos referir àqueles que participavam da reunião de coordenação constituída por 1 representante de cada frente de trabalho e de 1 representante de cada organização coordenadora.

trabalho, entre outras formas, faz parte da metodologia desenvolvida pelas organizações, notadamente as Brigadas Populares, em outras ocupações coordenadas pelas entidades⁶⁵. Essas formas têm a ver com o labor de formação do grupo, um coletivo de pessoas (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Certo número de pessoas, 85 famílias em ocupação, como se pode imaginar, não formam necessariamente um grupo. Para que sejam, precisam compartilhar algo e agir de modo compatível. Assim, técnicas e esforços organizativos tal qual o da Assembleia, as frentes de trabalho, e outros espaços e tarefas coletivas, são exercícios nesse sentido de construção do grupo de ocupantes, ou como coloca Callon (1984) de **engajamento** no papel que foram inscritos no Programa da Ocupação, na Nota Pública.

A Assembleia Geral proporcionava o compartilhamento do mínimo comum coletivo: de informações, conhecimento das questões mais relevantes da cidade e da ocupação, problemas que deveriam ser solucionados ou mitigados, ameaças externas à ocupação, problemas internos da ocupação, etc. Oferecia, além disso, a possibilidade de participação na construção das estratégias para lidar com cada uma dessas questões, estabelecendo regras de convivência, horários para refeições, discutindo se fariam ou não um protesto à frente da companhia de energia que lhes negavam acesso à energia elétrica, entre outras. Servia, finalmente, para estabelecer a **agenciação** (CALLON, 1984) da ocupação através não mais da representação, mas da participação direta e das tomadas de decisão coletivas. Na Assembleia, a Ocupação decidia esta ou aquela coisa.

A decisão coletiva, por sua vez, empresta uma força para a decisão, para que o grupo se submeta a ela, para que adiram ao que foi decidido. Na Ocupação não há formas ou mecanismos de regulação externos, ou supracoletivos, para fazer-se cumprir uma regra, executar uma norma, por isso, para garantir que as coisas sejam feitas, é muito importante que ocorra um processo de convencimento, de livre adesão, e a Assembleia auxiliava nesse processo uma vez que a decisão coletiva e a questão coletiva como princípio da ocupação (prática discursiva) desde o início eram tidas como basais e necessárias para a disputa em

⁶⁵ A Ocupação Dandara, iniciada em 2009 na região norte de Belo Horizonte no Bairro Céu Azul, obteve grande sucesso tornando-se uma ocupação definitiva. “Organizada inicialmente pelas Brigadas Populares no ano de 2009, as cercas de mil famílias ocuparam um verdadeiro latifúndio urbano, improdutivo e ocioso, até então de propriedade fictícia da Construtora Modelo, que nunca havia atribuído qualquer função social para a área. Após anos de resistência e construção cotidiana, as famílias conseguiram na justiça a legitimidade para fazer uso do terreno, e então se iniciou um processo de ocupação definitiva que inaugurou um novo capítulo no campo das lutas por moradia, em Minas e em todo o Brasil. Com o apoio da assessoria técnica de **arquitetos, urbanistas e estudantes**, foi projetado um **Plano Urbanístico** para a Comunidade Dandara, que a partir dali passou a crescer dentro de uma configuração própria” (Brigadas Populares, disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/vivos-10-anos-da-comunidade-dandara-em-belo-horizonte-□□□/>.)

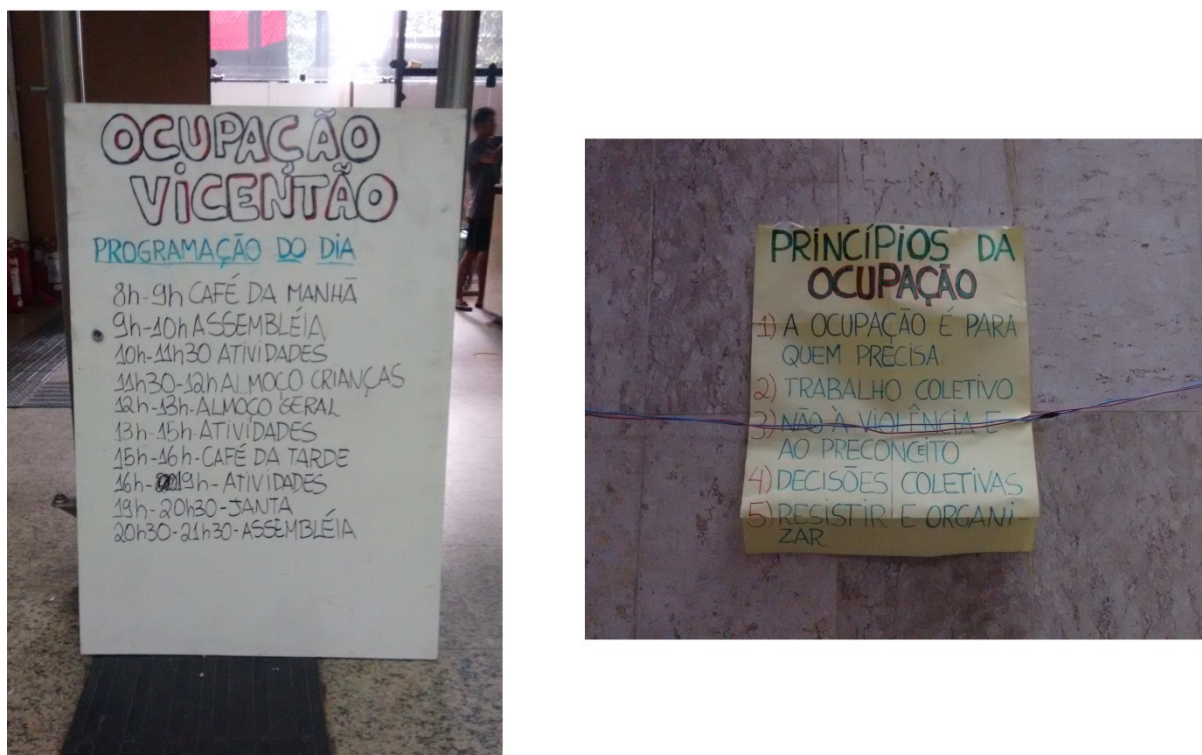
torno da verdade e para o exercício do poder (FOUCAULT, 2008a). Assim, a Assembleia Geral (prática discursiva e não discursiva) auxiliava a ocupação, enquanto sujeito coletivo, a organizar e a orientar as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos individuais, criando as possibilidades e as condições para sua manutenção e expansão para outros andares do prédio na medida em que, a partir dela, era possível exercer certa forma de poder para a inscrição na realidade do coletivo de humanos da ocupação (os **ocupantes**), e da própria **ocupação**, a *assemblage* de humanos e não humanos.

acho que qualquer luta de frente com o Estado exige hierarquia, porque você tem que pensar estratégia de luta (Entrevista de GERALDO, 2018).

definiu coletivamente que a tarefa é mobilizar, mas na hora de executar ninguém está ali... e aí? (...) papel da assembleia, o papel dos moradores o controle social por parte deles (Entrevista de GERALDO, 2018)

Outro papel importante da assembleia, como notamos na fala de Geraldo, é o do controle social dos ocupantes em relação às decisões que são tomadas e discussões que são propostas. Entendendo que relações hierárquicas podem, e de fato se formam, a assembleia também funciona como uma forma de lidar com isso e promover uma prestação de contas e uma responsabilização das lideranças como restante do coletivo.

Figura 7: Sinais que ficavam no andar térreo da Ocupação Vicentão, logo na entrada



Fonte: retiradas e adaptadas de O Beltrano <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/ocupacao-vicentao-tomando-o-centro-de-volta/>

As frentes de trabalho, por sua vez, buscavam de forma geral: (i) a implicação e participação de todos na manutenção e nos trabalhos que são feitos na ocupação; (ii) a viabilização do cumprimento das tarefas; (iii) o sentimento de pertencimento e merecimento de estar ali, uma vez que empregaram trabalho para modificar e cuidar do espaço; e (iv) a criação e desenvolvimento de relações de confiança para a construção de um sentimento coletivo e de comunidade, que se dá através da partilha do trabalho coletivo para o objetivo coletivo. De forma específica, cada frente de trabalho tinha um propósito diferente que contribuía para a ocupação como um todo (CADERNO DE NOTAS, 2018).

A frente de segurança, por exemplo, buscava, como o nome sugere, lidar com a questão da segurança, a segurança da ocupação, mais especificamente, e nem tanto a segurança individual de cada ocupante. A frente de segurança tinha como atividade principal cuidar da portaria da ocupação. Era formada por volta de 15 pessoas que se ocupavam de vigiar, em rodízio, 24 horas por dia, o único portão por onde se poderia acessar a ocupação (outras formas teriam que ser via helicóptero, escadas, cordas ou coisas parecidas para adentrar pelas janelas ou pelo terraço do edifício). A atividade consistia em controlar a

entrada e saída das pessoas pelo portão, fazendo-as preencherem uma folha com informações simples como o nome, data, hora (de entrada e de saída) e o pertencimento (morador, visitante, ou se pertencia a alguma das organizações coordenadoras). O portão ficava na fachada do edifício e fazia parte de uma grade/tela grossa que fechava a fachada de lado a lado, de baixo até em cima, de forma que só fosse possível adentrar o prédio por esse portão. Após adentrarem, como forma de aumentar a proteção da ocupação, a grade da fachada foi reforçada com compensados de madeira do lado externo para bloquear a visão interna, e foram pintados em seguida (FIGURA 8) (CADERNO DE NOTAS, 2018).

As pinturas reforçavam a ideia de que a Ocupação Vicentão significa, de alguma forma, a periferia no centro da cidade (as casas coloridas no morro, na periferia) como forma de possibilitar que os pobres e trabalhadores gozem de seus direitos, assim como a ideia do direito à cidade e de que o que se tem ali é uma luta legítima por direitos e por moradia. Os dizeres mostrando que a ocupação é uma luta por direitos, o direito à cidade. A figura feminina marca posição nas questões de gênero, na luta feminista por direitos iguais entre homens e mulheres (como se vê o símbolo do feminismo na camiseta da mulher representada na pintura). Não é possível ver na foto, mas juntamente com essa figura e a faixa da Ocupação Vicentão, logo acima, havia, também, faixas de algumas das organizações coordenadoras da ocupação que funcionavam para mostrar, entre outras coisas, que aquela era uma ocupação com apoio de grupos organizados.

As práticas da frente de segurança, juntamente com os elementos físicos (corpóreos) do prédio, como a grade, o cadeado, o compensado e os simbólicos como as pinturas e faixas, e os significados que elas mobilizam, funcionavam para a produção do espaço da ocupação, na medida em que produziam as bordas/fronteira da ocupação e buscavam controlar os fluxos entre a ocupação e a cidade. Por exemplo, não se podia entrar e sair a qualquer hora, foi definido em assembleia que não se poderia entrar na ocupação depois de 00:00h e nem todas as pessoas eram bem-vindas, sempre havia a preocupação da infiltração de espiões que pudessem fazer algo para fragilizar a ocupação.

Figura 8: Fachada da Ocupação Vicentão



Fonte: Brasil de Fato <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/05/22/em-belo-horizonte-ocupacao-vicentao-proporciona-trabalho-e-moradia-para-familias>

Em relação à creche, poder-se-ia dizer da importância dela para a ocupação, uma vez que as mulheres eram maioria na ocupação e muitas delas precisavam ter com quem deixar seus filhos para poderem tanto trabalhar fora e prover a casa, assim como desempenhar as atividades internas da ocupação se inteirando e participando do espaço também politicamente. É importante salientar o papel central das mulheres na construção dos espaços coletivos e na estruturação das atividades da ocupação. O reconhecimento do papel das mulheres não se dava apenas no discurso da ocupação quando se afirmava como “uma luta feminista”. A materialização da construção de uma luta feminista estava, por exemplo, na representatividade das mulheres nas reuniões de coordenação, na vigilância em relação às práticas machistas de silenciamento, homem-explicação, assédio, violência e também nos espaços da “ciranda”. (CADERNO DE NOTAS, 2018).

O espaço da ciranda era o espaço de cuidado e brincadeira com as crianças. Era criado em eventos ou reuniões para que as mulheres-mães, boa parte das ocupantes, não deixassem

de participar das atividades ou que pudessem participar delas sem que tivessem que, ao mesmo tempo, cuidar de seus filhos. Criava-se então uma equipe de pessoas para que ficassem com as crianças durante aquele período. Havia essa dinâmica tanto nas Brigadas Populares quanto na Vicentão. Servia tanto para liberar as mulheres dessa atividade quanto para implicar os homens, como essa convocação feita pelo aplicativo de mensagens mostra:

Hombres desta organização! Vamos nos mobilizar para estarmos em peso na estrutura da Imersão Auto-organizada das Mulheres. É um encontro muito importante para a organização, e para que as camaradas estejam 100% livres para as discussões e debates, é necessário que os homens estejam presentes nos bastidores para tocarmos as cirandas, rangos e demais tarefas necessárias para que a imersão seja um sucesso! (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Participei da ciranda deste evento das Brigadas Populares e de outro da Vicentão. Fiz uma anotação sobre essas experiências intensas:

Nossa... meo deos! O que foi isso? A primeira vez no sítio [primeira imersão autoorganizada e regional das mulheres das BP] foi beleza. Foi gostoso ficar com as crianças, apesar do estresse da demanda de atenção incessante e do cuidado o tempo todo para que não se machucassem, não pintassem as paredes com as canetinhas e não procurassem suas mães. Foi tudo mais ou menos tranquilo. No final teve o pito [chamada de atenção] da Ana Paula por eu ter deixado sujar a roupa da Duda quando ela já estava de banho tomado e pronta para ir embora, além da zoação pelo baile que tomei das crianças. Mas essa da Vicentão foi de outro mudo! (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Na ciranda da Vicentão, na ocasião do Curso de Defensores Populares, estavam eu e mais uma pessoa cuidando de aproximadamente 15 crianças no sexto andar. Estava impossível manter qualquer ordem ou segurança. Nenhuma brincadeira durava mais de 15 minutos. As idades eram muito diferentes, e por isso, havia certo risco para as crianças menores. Reforços de outros adultos chegaram, notadamente do pessoal que foi fazer uma oficina de agroecologia urbana mas mesmo assim aconteceu um acidente no balanço. Uma criança que passava pelo balanço foi acertada por outra que balançava e caiu com a testa no chão. O tombo criou um enorme galo na testa da criança que, chorando sem parar, pedia pela mãe que estava participando do curso no térreo. No caminho até a mãe ela acalmou-se um pouco cessando o choro. Chegamos onde estava ocorrendo o curso eu, a criança e o galo em sua testa. A mãe assustada confortou a criança enquanto eu expliquei o ocorrido.

Parece-nos, portanto importante salientar a contribuição da Assembleia e das frentes de trabalho — não só as de segurança e a creche, mas todas as outras — serviam para a **construção do espaço da ocupação** (*space making*) ao mesmo tempo em que constituíam o coletivo de humanos os **ocupantes**, como ativos na construção do espaço em que vivem e, por efeito dessas práticas, constituíam a própria *assemblage* da ocupação.

A dinâmica e os problemas de cada frente de trabalho eram definidos e tratados internamente, por cada frente. As frentes eram as formas perenes de organização e estavam relacionadas a tarefas que devem ser executadas continuamente. Não obstante, reclamações e questões maiores, além de percorrer os corredores e serem resolvidas entre os pares, também eram levadas à Assembleia Geral para serem reconhecidas e discutidas por todos, principalmente quando ficavam sérias.

Os conflitos na comissão da cozinha, por exemplo, começaram dentro do grupo quando alguns alegaram que outros, que faziam parte da comissão, não estavam trabalhando corretamente ou não apareceram para cozinhar ou ajudar na cozinha. Diziam que sobrecarregava os que apareciam e, às vezes, a refeição não era tão boa quanto poderia ser porque não havia pessoas suficientes para prepará-la. Eles tentaram negociar dentro do grupo criando regras para punir e substituir os ausentes, mas o problema persistiu e foi levado à Assembleia Geral (CADERNO DE NOTAS, 2018).

O pessoal aqui gosta de comer, de ter o jantar, mas ajudar mesmo ninguém ajuda. Aqui ó, não tem nem prato mais pra servir porque eles pegam os pratos e vão comer lá em cima e não trazem de volta. Vou te falar, viu, não é fácil isso aqui não (Fala de uma das participantes da frente de trabalho da cozinha, CADERNO DE NOTAS, 2018).

O início da ocupação foi nos primeiros andares, no térreo e na sobreloja (primeiro andar). O local foi preparado. Tirou-se o carpete antigo que cobria o piso (havia carpete em todos os pisos) e fez-se a limpeza. Ali se instalou a cozinha comunitária, o dormitório e a lavanderia (ao fundo) coletivos.

Quando começou a gente ficou no primeiro [térreo] andar e algumas pessoas no segundo [primeiro andar ou sobreloja] sobre. Aí todas as famílias que entraram dormiam todo mundo junto. Inclusive a gente, assim, da organização. Assim, no chão, um do lado do outro. Todo mundo dormindo junto. Criança, brinquedo, televisão... (Entrevista de GABRIEL, 2020).

A maioria dos eventos acontecia nesse espaço já que os outros ainda não tinham sofrido intervenção do grupo, ainda não tinham sido transformados. Assim foram os dois primeiros meses. Importante dizer que não foi fácil ou simples realizar o trabalho e buscar organizar-se para fazê-lo coletivamente, transformar ao mesmo tempo o prédio e os ocupantes. E o mais crucial, transformar os ocupantes como condição de transformar o prédio, pois não seria possível sem um trabalho organizado coletivamente.

Aí a gente tinha um desafio interno que era, com a ocupação de um prédio de 10 andares onde tinha muito trabalho a ser feito, não só trabalho político, que a gente enquanto organização acredita que tem que ser feito, mas de transformação do espaço, de estruturação do espaço, de pensar atividades pro espaço. Então tinha muito trabalho (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Gabriel conta que o início foi bastante difícil. Nos dois primeiros meses havia muito conflito entre outras coisas devido ao espaço reduzido e o convívio intensificado, mas, também, pela forma através da qual as pessoas estavam acostumadas a resolverem seus problemas. Contou-nos que era uma carga emocional muito grande mediar os conflitos que, algumas vezes beiravam, ou chegavam mesmo a ocorrer, agressões físicas (Entrevista de GABRIEL). Após certo tempo, que não conseguimos precisar, foi criada uma estrutura mais ampla de direção, uma espécie de reunião de coordenação, para pensar e organizar a ocupação de forma transversal, ligando as coisas que aconteciam e eram discutidas em cada frente de trabalho com questões mais gerais da ocupação.

Aí a gente criou uma estrutura ali mais ampla de direção mesmo, que era 1 referência de cada frente de trabalho com 1 referência de cada movimento [organização coordenadora], que era uma espécie de reunião de coordenação, a gente nem chamava desse nome, mas servia pra pensar a ocupação mais ampla. Foi dessa reunião, por exemplo, que surgiram várias propostas ou coisas para serem levadas e discutidas em assembleia. Uma por exemplo, foi a de que a gente precisaria ocupar novos andares... aí tá, mas como a gente vai ocupar? A cozinha vai continuar sendo coletiva ou vai ser uma por andar? O valor que arrecada vai ser um caixa comum ou vai ser um caixa por andar? [Que seria por organização, já que a partir de determinada hora cada organização ocupava um andar]. (Entrevista de GABRIEL, 2020)

Havia outras formas de organização especialmente para lidar com situações específicas ou temporárias. O “mutirão” (esforço conjunto; tarefa de grupos grande), por exemplo, para limpar o espaço antes de um evento, ou uma arrumação após ele, era comum quando grandes tarefas tinham que ser realizadas em pouco tempo. E o tempo sempre foi

curto para tudo. Além disso, muitas vezes, uma tarefa de grupo específica era criada para lidar com, por exemplo, a produção de um evento de almoço/festa destinado a arrecadar fundos e doações para a ocupação fazer melhorias na infraestrutura elétrica.

3.5. Avanço da Ocupação e Novos Desafios

Depois de minimamente estabelecidos no térreo e no primeiro andar (sobreloja), os ocupantes decidiram em Assembleia Geral realizar novos esforços de limpeza nos andares seguintes para progredir a ocupação. O intuito era melhorar as condições de acomodação (casa) e de convivência (comunitárias). O mutirão de limpeza foi planejado para avançar e ocupar, além do térreo e da sobreloja, os terceiro, quarto, quinto e sexto andares. Destes, a princípio, o subsolo, o térreo e o sexto andares foram acordados de servirem para uso coletivo (FIGURA 9). A sobreloja (primeiro) e do segundo em diante seriam para moradia com a exceção do sexto andar. Ao final, a ocupação alcançou até o oitavo andar.

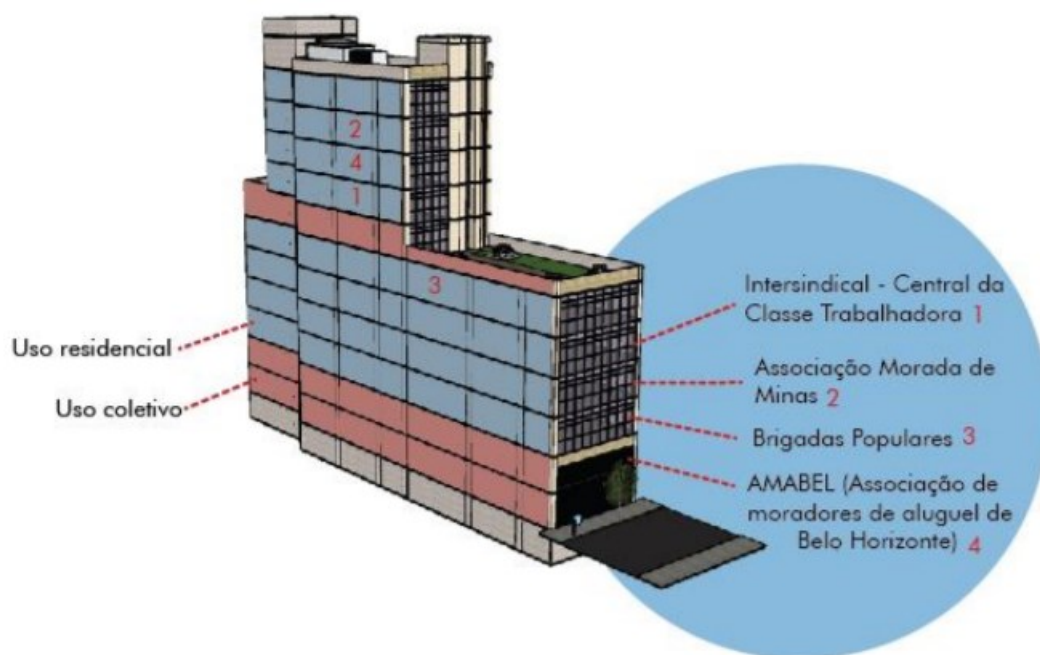
Após a limpeza desses pisos, houve uma reorganização da ocupação do espaço.

O grupo decidiu olha... a gente precisa avançar porque está dando muito conflito junto. Então, como nós vamos dividir? Vai ser por núcleo, ou vai ser por identificação das famílias? Aí paralelo a isso a gente fez um estudo junto a escola de arquitetura pra saber assim, quantas pessoas, pensando em um plano ideal com uma regularização, poderiam ter em cada andar? Quantas unidades habitacionais poderiam ter em um possível *retrofit* do prédio. Então a gente já organizou as famílias com o que seria possível ajustar em um possível *retrofit* do prédio. Então a partir desse estudo, junto com o Prof. Tiago Castelo Branco, a gente foi e colocou nessa reunião de coordenação de quantas pessoas caberiam no prédio e em cada andar (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Optou-se pela divisão por organizações coordenadoras, assim cada uma delas poderia coordenar as atividades do andar sob sua responsabilidade. Dessa forma, as pessoas que já eram conhecidas ou pelo menos vinculadas à mesma organização foram agrupadas em subcomunidades. À medida que a convivência com os vizinhos mais próximos se tornava mais interna, ou seja, entre as famílias da mesma organização, a mediação dos conflitos e os processos de organização desse andar também podiam ser tratados internamente, dentro de cada força política, em vez de trazê-los para a Assembleia Geral. A divisão por organização coordenadora reduziu o conflito diário e a tensão entre os ocupantes ligados às diferentes forças políticas, que advinham de diferentes experiências de vida, de diferentes lugares da cidade (FIGURA 10) e de diferentes organizações de luta. Por outro lado, quase a totalidade

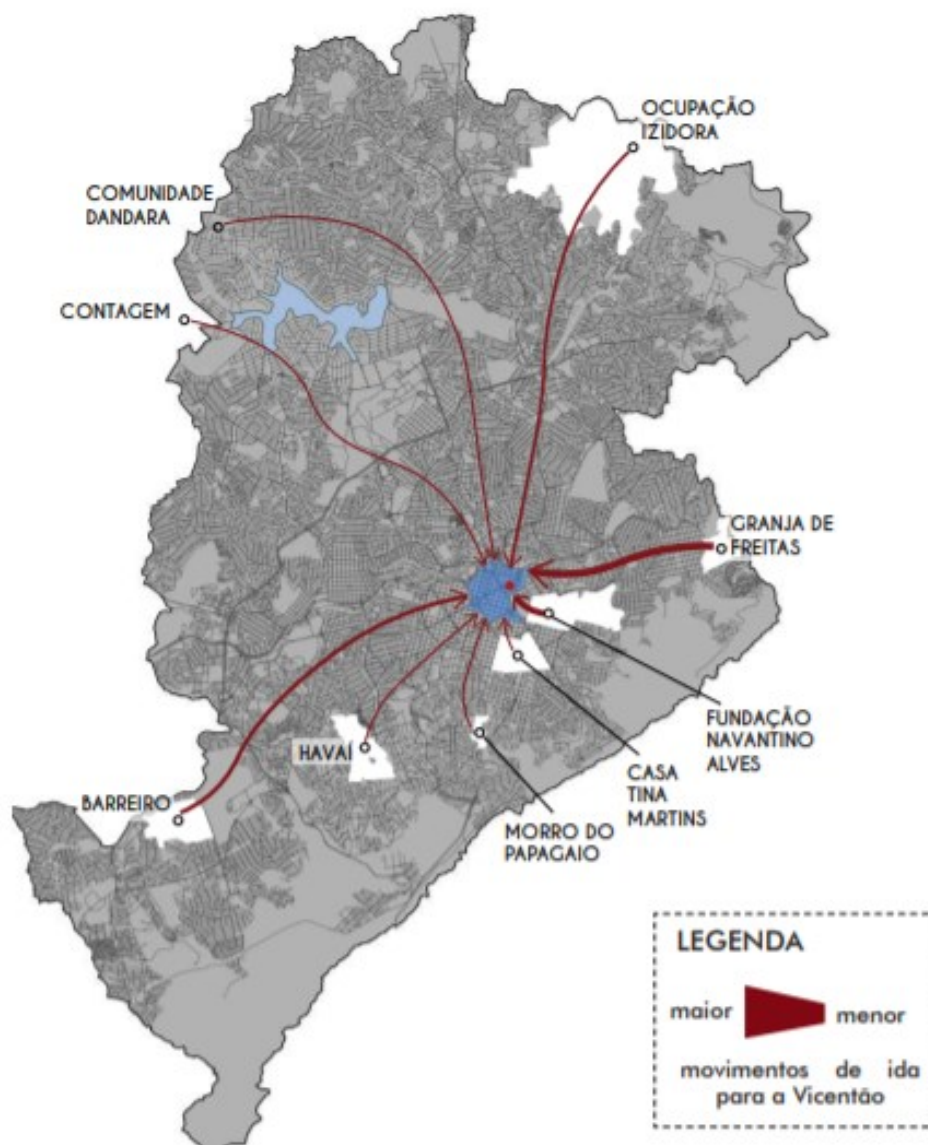
das atividades que eram feitas coletivamente nas frentes de trabalho passaram a ser feitas de forma segregada em cada andar, o que acaba por ter impacto na noção de coletivo e grupo dos ocupantes (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Figura 9: Distribuição dos usos propostos com a ocupação, em vermelho os pavimentos de uso comum, em azul com moradia



Fonte: retirado de MACHADO *et al*, (2019, p. 6)

Figura 10: mapa com a origem do ocupantes



Fonte: adaptado de BARRETO (2019, p. 21)

Essa situação, ao mesmo tempo em que gerou mais comodidade e espaço para cada família, por outro lado, reforçou a identidade progressa dos subgrupos aos quais os moradores já tinham ligação e, dessa forma, enfraqueceu o grupo que estava sendo formado, grande coletivo formado por todos os **ocupantes**. Em relato à assessoria técnica, uma moradora diz de suas impressões a partir do avanço da ocupação para os andares superiores que retratam justamente essa dinâmica:

Antes era melhor por conta que todo mundo ficava no coletivo. Assim, não era só a pessoa do andar. Era todos do prédio. A gente ficava mais próximo né? Dos moradores do prédio. Hoje em dia, depois que subiu, dividiu os andares, o pessoal pensa que assim, todo mundo é só no andar deles. O coletivo é só no andar sabe? (Moradora 4, 08 de setembro de 2019 *apud* BARRETO, 2019).

Isso foi reduzindo a possibilidade de organização coletiva entre os moradores. As demais comissões, como a de limpeza, creche e infraestrutura, ou foram descentralizadas ou tiveram problemas para continuar a funcionar, à exceção da segurança, que se manteve diante da necessidade de controlar o acesso ao edifício. As portas de entrada de cada andar também passaram a ficar trancadas, sendo que antes havia uma livre circulação pelo prédio. Essa desmobilização encadeou alguns desacordos nos andares, uma vez que uma parcela pequena dos moradores assumiu o trabalho coletivo na ocupação: participavam das assembleias, atividades e manifestações, conduziam a cozinha, entre outras ações que eram importantes para construir a resistência no prédio. A princípio, a cozinha tinha continuado a ser coletiva, mas a nova solução de organização por andar e por organização, além dos conflitos permanentes na equipe da cozinha, fez com que posteriormente a cozinha também fosse descentralizada para cada pavimento (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Juntamente com o avanço da limpeza, buscou-se progredir também com a estruturação da parte hidráulica até o sexto andar. Para isso fez-se um encanamento paralelo, passando por fora do prédio. Instalou-se chuveiro. Isso aconteceu depois de um tempo, porque antes se tomava banho de balde e mangueira lá em baixo, onde se lavava as roupas (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Como mencionado por Gabriel, a ocupação recebeu assessoria técnica através de realizações de oficinas com os moradores para discutir a consolidação de unidades habitacionais no edifício. A atividade envolveu profissionais e estudantes de Arquitetura e Urbanismo (no âmbito da disciplina de Assentamentos Precários, da Faculdade de Arquitetura UFMG) associados com profissionais e estudantes de outras áreas do conhecimento, como: Ciências Sociais, Direito, Geografia, História e Pedagogia (MACHADO *et al.*, 2019; BARRETO, 2019).

Foram realizadas oficinas com os moradores de cada pavimento para planejar as unidades habitacionais. Nessas oficinas e reuniões se rediscutiram a função de cada andar, o número de famílias por andar e as melhorias elétrica e hidráulica, que posteriormente foram levadas à Assembleia. Para acomodar todas as famílias com conforto, de 15 a 20 famílias por pavimento, decidiu-se que o melhor era, a princípio, não fazerem cozinha e banheiros

individuais, mas coletivos para cada andar. Além disso, a lavanderia e os espaços de convivência, como o sexto andar continuariam comunitários. A solução foi pensada para resolver os problemas provisoriamente já que a transformação do edifício em moradia exigia mudanças significativas que requeriam aporte financeiro não disponível (MACHADO *et al.*, 2019).

Com a melhoria paulatina da ocupação, foi possível não apenas melhorar a condição de moradia dos ocupantes, mas promover mais eventos e atividades na ocupação, atrair mais público e aumentar e ativar a rede de apoio.

3.6. O Contraprograma, Crise e Desdobramento da Crise

Não foram poucas ou raras as ameaças e tentativas de desestabilização da Ocupação Vicentão. Consideramos três as principais ameaças, que acabaram gerando o que consideramos como crise. Gostaríamos de expô-las, assim como alguns de seus desdobramentos, a fim de mostrar parte da dinamicidade da *assemblage*, agora concernente aos desafios externos. Curiosamente, ou não⁶⁶, todas ocorreram em maio (ou quase), mês do trabalhador: (1) fogo em São Paulo, 1º de maio; (2) reintegração de Posse, 11 de maio; (3) desconexão da energia elétrica pela CEMIG, 03 de julho.

A primeira ameaça foi uma campanha de detração de parte da mídia tradicional que formou um **contraprograma** em relação ao da ocupação. O contraprograma resultou da combinação de um evento “inesperado”⁶⁷ (incêndio em um prédio ocupado em São Paulo) e eventos esperados (cobertura tendenciosa de grande parte da imprensa tradicional) que resultaram em um debate público sobre ocupações. Este, por sua vez, provocou uma nova resposta das autoridades do Estado pressionando as ocupações urbanas do centro em geral, e também a Ocupação Vicentão. Este contraprograma não foi apenas um evento isolado, mas uma **coordenação frouxa** de atores diversos (fogo, imprensa, sistema judicial, autoridades do Estado) tentando lidar com a ocupação e com o que elas representam e reivindicam.

⁶⁶ Em matéria com título “Será que incêndio de prédio em SP foi também mais um não-acontecimento?” Wilson Ferreira avanta a possibilidade de o incêndio não ter sido um mero acidente:

“Da mesma forma como os recentes atentados em Paris, Berlim, Londres etc., o incêndio seguido de desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, no Centro de São Paulo e ocupado por movimento de luta à moradia, está cercado de sincronismos, “coincidências significativas”, recorrências, anomalias e evidente oportunismo pelo lucro político e comercial da tragédia” (REVISTA FORUM, 2018, disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/sera-que-incendio-de-predio-em-sp-foi-tambem-mais-um-nao-acontecimento/>)

⁶⁷ Há farta ocorrência histórica de incêndios em ocupações. Existe, também, debate se os incêndios são de fato causados por acidentes ou se alguns são propositais para fragilizar as ocupações e remover as pessoas à força.

O colapso do prédio de 24 andares após incêndio em São Paulo provocou uma crise nas ocupações de Belo Horizonte. De maneira similar a Belo Horizonte, o prédio de São Paulo era ocupado por moradores sem-teto e organizado por movimentos sociais. O evento em São Paulo ocorrido no dia 1º de maio, dia Mundial do Trabalhador, atraiu ampla cobertura da imprensa em todo o país, e internacionalmente, e colocou ocupações e movimentos sociais no foco da tragédia (THE NEW YORK TIMES, 2018; CNN, 2018). O impacto do incêndio foi imediato no aplicativo de mensagens das Brigadas Populares, pois era esperado que se fizesse uso do acontecido contra as ocupações, assim como algumas reações das autoridades:

BRIGADISTA1: Triste esse incêndio de uma Ocupação de um prédio em São Paulo — link para reportagem.

BRIGADISTA2: Horrível... Sabem qual movimento atuava lá!? Só fico pensando na Vicentão. No tanto que precisamos resolver o trem da luz logo.

BRIGADISTA1: Sim. Exatamente.

BRIGADISTA3: Pelo visto Bombeiros e Defesa Civil já vão começar fazer vistorias para alegar problemas nas ocupações (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Embora tenha havido certa variação de pontos de vista sobre ocupações, alguns veículos de imprensa disseram que movimentos sociais estavam violando a lei e colocando pessoas vulneráveis em perigo:

Prédios queimados em SP foram ocupados por facções criminosas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018),

Não há problema em invadir: as gangues que exploram a invasão de imóveis estão acima da lei (GUZZO, 2018).

João Dória um político em ascensão — ex-prefeito da cidade de São Paulo e à época pré-candidato ao governo do estado de São Paulo nas eleições de 2018, eleição que viria a ganhar — segundo a reportagem:

“chegou a dizer que parte da invasão foi ‘financiada e ocupada por uma facção criminosa’ e que há no prédio ‘um centro de distribuição de drogas’” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

A ocupação de Belo Horizonte foi diretamente questionada:

Incêndio em São Paulo liga o alerta para perigos que rondam prédios em situação similar em BH. Fora do alvo de vistorias, invasões em edifícios privados multiplicam as ameaças (O ESTADO DE MINAS, 2018).

Em algumas reportagens, utilizaram-se de expressões que remete a discursos técnicos e rigorosos como “raio-x” para subsidiar a narrativa (FIGURA 11), além de colecionaram falas de autoridades que apontavam riscos das ocupações de forma peremptória, mesmo sem terem sido vistoriadas.

Figura 11: Arte retirada da matéria "Bombeiro aponta 'risco elevado' em prédios ocupados no Centro de BH"

Raio-x

Ocupações em prédios no Centro de BH

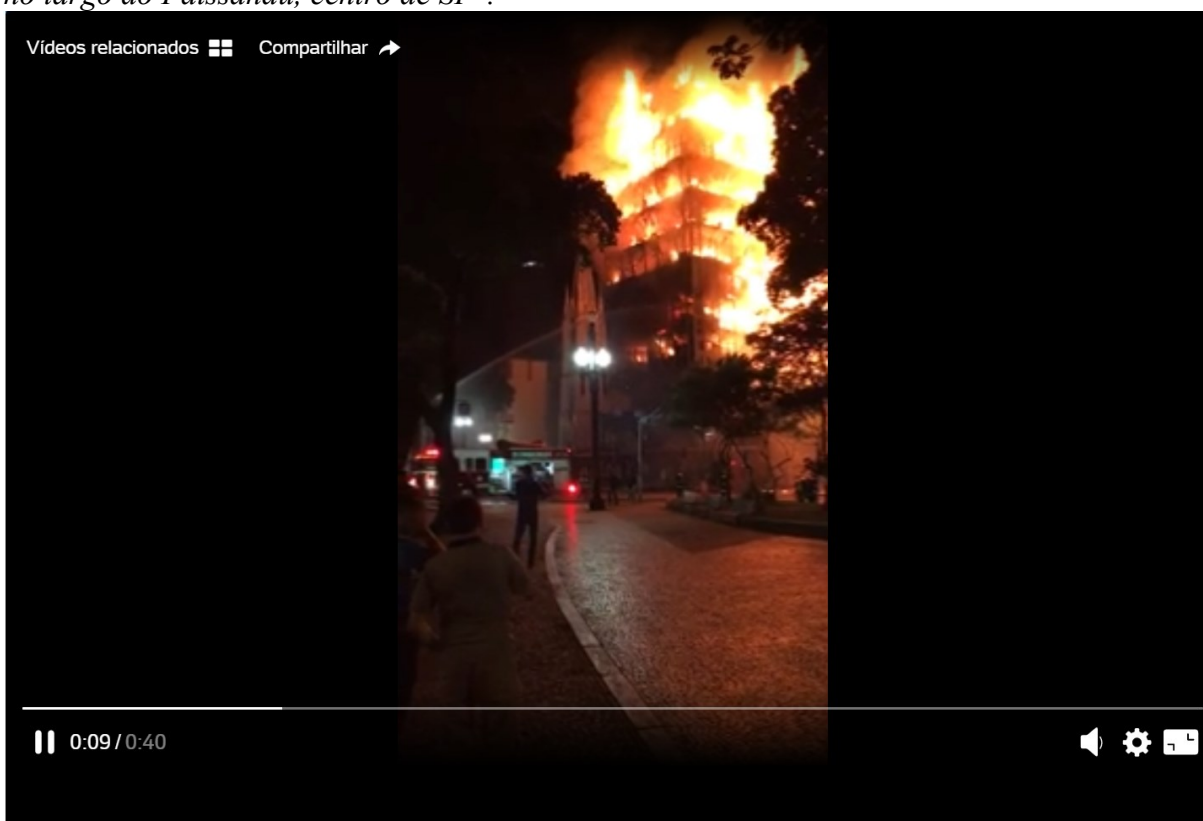


Fonte:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/05/03/interna_gerais.955936/bombeiro-aponta-risco-elevado-em-predios-ocupados-no-centro-de-bh.shtml

A partir da experiência do incêndio em São Paulo, a grande mídia desenvolveu uma **contraproblematização** afetando o programa e a *assemblage* da ocupação. Reunindo diferentes eventos e criando continuidades temporais (passado, presente) projetaram futuros catastróficos. Rotularam a questão como “o problema da ocupação”. A mídia tradicional (jornais de grande circulação e telejornais de grande audiência) criou uma nova interpretação para a questão das ocupações. A imprensa transportou o incêndio de São Paulo e as preocupações a ele associados para Belo Horizonte. As imagens de TV e as fotos de jornais de um arranha-céu de 24 andares queimando no centro da maior cidade da América do Sul fizeram acender as **controvérsias** sobre as ocupações e pressionaram autoridades públicas contra elas. As relações entre problema, solução, papéis, atores, foram completamente redefinidas no **contraprograma**.

Figura 12: Frame do vídeo do incêndio na reportagem "Prédio invadido desaba em incêndio no largo do Paissandu, centro de SP".



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-um-edificio-no-largo-do-paissandu.shtml>

O *problema* central foi redefinido para o alto risco que as ocupações representavam para a segurança das pessoas pobres e vulneráveis. Os *papéis* dos atores principais também

foram redefinidos. Os prédios abandonados passaram a ser perigosos; os ocupantes a serem pessoas pobres e vulneráveis; os organizadores são facções criminosas que ganham dinheiro explorando um mercado imobiliário clandestino e usando os pobres; o Estado seria o responsável pela segurança dos ocupantes (caso dos bombeiros), bem como pela proteção da propriedade privada (justiça e polícia).

Para conseguir o **engajamento** dos atores em seus papéis, a imprensa fazia-os falar: prefeito, governador, técnicos, outras autoridades envolvidas e até mesmo os ocupantes, para que falassem diferentemente dos organizadores das ocupações. O corpo de bombeiros, por exemplo, consultado pela imprensa, afirmou que:

Todas as ocupações são consideradas de risco elevado devido ao excesso de material combustível dos barracões do interior: madeira, papelão e isopor, principalmente. Aliado a isso, temos instalações elétricas que não foram dimensionadas para o uso atual, o que traz sérios riscos de incêndios (ESTADO DE MINAS, 2018).

A solução que pareceu sugerir para as questões foi o despejo dos ocupantes e levar os organizadores aos tribunais. Raras vezes se falou em propostas para a questão habitacional, de políticas públicas ou dos arranjos que fazem possível existir tal realidade.

A primeira atitude a tomar é remover com urgência – se possível, hoje mesmo – quem vive em condições precárias nos imóveis invadidos, sobretudo no centro da cidade. Vítimas do oportunismo de movimentos que se dizem “sociais”, refêns da demagogia que considera a invasão ilegal um “mal menor” ou afirma não haver “alternativa” diante do “déficit habitacional”, são na verdade habitantes de um corredor da morte à espera da próxima fâisca (GUROVITZ, 2018, s/p).

Assim, é possível dizer que a mídia tradicional não apenas tentou reformular a ocupação, reformulando “o problema” associado às ocupações e estabelecendo uma contraproblematização. Além disso, tentou traduzir os interesses de alguns atores de maneira diferente — prefeito, chefe dos bombeiros, ocupantes — e identificá-los em novos papéis. O que pudemos notar foi que o contraprograma emergente, no entanto, era muito frouxamente coordenados. Seu organizador (grande mídia) era heterogêneo e não pareceu coordenar as vozes com proximidade, disciplinarmente, apenas instigavam as pessoas a falarem (e, possivelmente, selecionavam trechos ou pessoas que lhes interessassem). Ainda, eles não buscaram o estabelecimento de um ponto de passagem obrigatório; não havia dispositivos adicionais para estabelecer o papel dos atores (**identificação**) e fixá-los em suas funções,

garantindo que se **engajariam** em seus papéis. A estratégia de **agenciação** foi, em geral, a de reforçar as posições de cada sujeito como representativa do grupo ao qual pertencia. No caso das autoridades, por exemplo, o chefe dos bombeiros que institucional e legalmente representa a corporação e a autoridade competente no assunto, isso é pacífico e a prática apenas reforça uma relação já existente. No entanto, no caso dos ocupantes, a prática era ligeiramente diferente. Em vez de se buscar o discurso dos representantes dos ocupantes, buscava-se o discurso dos ocupantes, e, algumas vezes, viu-se a confrontação do discurso do representante dos ocupantes com o discurso dos ocupantes. Esses trechos do caso de São Paulo na reportagem do G1 bem exemplificam:

Um morador da ocupação do prédio que desabou diz que Ananias e Hamilton são os líderes do movimento e ficavam com dinheiro cobrado das famílias, ao invés de oferecer melhorias na infraestrutura dos edifícios. O rapaz, que preferiu não se identificar, assume que trabalhou três anos para o movimento com a função encontrar prédios vazios, informação que ele conseguia por meio do pagamento de propina para porteiros e seguranças de rua.

A ex-moradora Maria Rangel de Oliveira disse que não tem boas lembranças do comando da ocupação. “O negócio dele era só lucro. Todos com carro do ano, todos bonitinhos, já tem casinha ali, casinha acolá, me entende?”, disse à reportagem.

Outros moradores preferiram não se identificar por medo de represálias. “A gente não pode ir falando de preço de aluguel porque nós somos ameaçados aqui dentro. Fui expulsa porque não queria participar da manifestação nas ruas”, disse. (G1, 2018b).

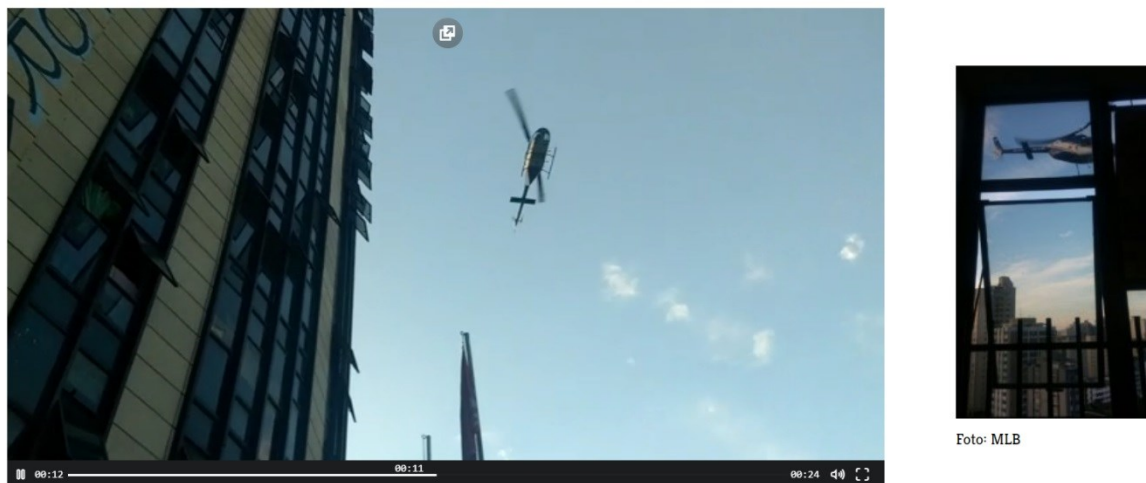
Faz-se importante advertir que o caráter frouxamente coordenado deste contraprograma não significa que ele seja fraco. Ao contrário, sua força é baseada em sua flexibilidade e adaptabilidade e em conseguir fazê-lo funcionar sem a energia necessária, e os riscos e desvantagens, de um acoplamento rígido.

Diferentes atores reagiram de maneiras diversas à incitação da imprensa e a seu contraprograma. A **Prefeitura**, por meio de alguns de seus órgãos e secretarias, apenas se uniu à mesa de negociações, que já contava com Ministério Público, Defensoria pública, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar para compartilhar levantamentos preliminares feitos acerca da situação dos edifícios ocupados (HOJE EM DIA, 2018a).

A **Polícia Militar**, em 08 de maio, fez uma demonstração de força para intimidar as ocupações. Eles realizaram uma simulação de exercício de uma ordem de despejo forçada em uma das ocupações no centro da cidade (Ocupação Carolina Maria de Jesus). Nessa simulação, usaram cordas e voos rasantes de helicópteros, bem próximos da ocupação, demonstrando que tinham equipamentos, força e organização tática para desfazer as

ocupações nos prédios do centro de Belo Horizonte à força, se assim lhes fossem demandado pelos juízes (O BELTRANO, 2018).

Figura 13: Frame do vídeo do voo baixo do Helicóptero perto das janelas do edifício ocupado e foto de dentro de um dos andares



Fonte: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/pm-prepara-invasao-de-ocupacao-com-helicopteros/>

Os **Bombeiros** tentaram fazer vistoria na ocupação, mas tiveram sua entrada negada. Ocupantes e advogados conseguiram impedir a entrada deles por um tempo, pois, sabiam que devido às condições do prédio (que havia estado abandonado por bastante tempo e que nesse ínterim teve cabos furtados, entre outras avarias materiais) a vistoria seria desfavorável, sobretudo, no contexto do incêndio em São Paulo. No entanto, posteriormente tiveram que os receber devido a um mandado judicial que os obrigavam. Após vistoria, o Corpo de Bombeiros asseveraram que o edifício não apresentava as exigências mínimas de segurança contra incêndio previstas na Lei estadual 14.130/2001. Os responsáveis que os acompanhavam receberam um relatório constatando as irregularidades do edifício (falta de segurança contra incêndio, fiação exposta, além de materiais combustíveis) com prazo de 60 dias para serem corrigidas antes de ser feita uma nova vistoria.

Ocupantes realizaram diversas ações para sustentar sua posição e não se deixarem transladar (CALLON, 1984) para o contraprograma da mídia. Em resposta aos principais argumentos da mídia, lançaram nota pública (FIGURA 15) reestabelecendo as relações propostas no Programa da Ocupação. Argumentavam que os ocupantes e os movimentos sociais não podem ser culpados de algo que justamente lutam contra o que é o direito básico à moradia e à vida digna, e que a responsabilidade em última instância é do Estado que sempre

se ausenta de suas obrigações com os pobres. Um projeto de prevenção e combate a incêndio foi desenvolvido com auxílio da assistência técnica dos estudantes da arquitetura da UFMG. Além disso, criou-se juntamente com apoiadores o movimento de apoio às ocupações com o lema "quem ocupa, não tem culpa!" (FIGURA 14), deslocando a culpa para a negligência do Estado em relação aos pobres e a falta de moradia social (TEORIA E DEBATE, 2018; FERRARO, 2018; BRIGADAS POPULARES, 2018; INSTITUTO POLIS, 2018).

No calor da repercussão do fogo no prédio ocupado em São Paulo, decidiram que tinham que tomar outras medidas. A questão foi discutida na Assembleia Geral e chegaram à conclusão de que isso era uma violação de um direito básico, pois a luz e a eletricidade são fundamentais para uma vida e moradia decentes. Além disso, o fornecimento de energia foi entendido como um recurso crucial para manter a ocupação. Havia, então, duas questões a serem endereçadas: lutar pelo direito e resolver o problema da fonte de energia (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Eles planejaram, então, um protesto na CEMIG — empresa S.A com controle do governo do estado de Minas Gerais que presta monopolisticamente serviço de fornecimento de energia para o estado — em 05 de maio. Na ocasião, a CEMIG alegou que reconectaria, mas que precisaria da aprovação do Prefeito.

Assim, em 10 de maio, os ocupantes também protestaram em frente à prefeitura: “os moradores gostariam de dialogar com o Poder Público para garantir a ligação da energia elétrica do prédio de 10 andares” (O ESTADO DE MINAS, 2018). Os protestos foram uma forma de pressionar o poder público e a companhia a fazerem a ligação, mas também uma forma de reafirmar a luta por direitos básicos e de desempenharem o papel de cidadãos ativos exigindo seu direito, como no Programa da Ocupação. Apesar da pressão, os protestos não foram suficientes, pois a empresa continuou a negar o fornecimento de energia adequado.

Figura 14: Apoio às ocupações "Quem Ocupa, Não Tem Culpa!"

Fundação Perseu Abramo Formação Publicações Memória Teoria e Debate Ar

Quem ocupa não tem culpa!

EDIÇÃO 172 - 11/05/2018 Juliana Cardoso

COMPARTILHE

A perversidade da lógica embutida na atual política habitacional e urbana, que alia retração de investimentos com políticas de remoção pela cidade, gera mais ocupações



O incêndio da Torre de Vidro escancarou o drama da falta de moradia para pessoas de baixa renda. Foto: Rovera Rosa/ABR Brasil

Quem Ocupa Não Tem Culpa! Circuito em defesa da Reforma Urbana



No último dia 01 de maio, dia Internacional de luta da classe trabalhadora, fomos surpreendidos com um grande trágico: o incêndio seguido de desmoronamento de um prédio no centro da cidade de São Paulo.

Este prédio estava ocupado por pessoas sem-teto, organizadas pelo Movimento Social de Luta Pela



PÁGINA INICIAL QUEM SOMOS NOTÍCIAS PUBLICAÇÕES PARCEIROS CONTATO

Frentes de Luta Notícias Opinião

QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA | Desumanizar e culpabilizar as vítimas é racismo!

Posted on 03/05/2018



O Primeiro de Maio mais triste da nossa história recente. As luzes da manhã no centro de São Paulo se misturaram com fumaça e lágrimas. Um edifício onde moravam 146 famílias há oito anos desabou em chamas e matou muita gente. Que

QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA!

02/05/2018

O Instituto Polis se solidariza com todas as famílias atingidas pelo trágico incêndio que atingiu o Ed. Wilton Paes de Almeida no Lgo. do Paissandu hoje em São Paulo e também com todas as famílias que ainda estão neste momento ocupando edifícios vazios que não cumprem sua função social.

Nos últimos tempos, toda vez que nos deparamos com tragédias como deste 1o. de maio de 2018, temos assistido à construção imediata de narrativas que culpam os moradores de ocupações e assentamentos precários por sua precariedade e risco e que criminalizam movimentos de moradia e redes de apoiadores destes moradores. No entanto, esta narrativa mascara as verdades sobre as enormes necessidades habitacionais do Brasil e a falta de políticas públicas habitacionais e urbanas inclusivas. Só na cidade de São Paulo, segundo o Plano Municipal de Habitação (2016) existe a necessidade de 700 mil novas moradias para combater o déficit habitacional, além da necessidade de intervenções em favelas e cortiços. Ao mesmo tempo, na mesma cidade, está-se a existência de cerca de 290 mil imóveis vazios ou subutilizados (mais de 2 milhões de m²) que não cumprirem sua função social. Os programas habitacionais desenvolvidos pelos governos federal, estadual e municipal não dão conta destas necessidades habitacionais. São programas que ora buscam melhorar a economia com a construção de milhares de moradias nas novas frentes periféricas, piorando ainda mais a qualidade de vida destes cidadãos que ficam desprovidos de direito à cidade; ora realizam investimentos nas áreas centrais, como atualmente no caso de São Paulo, com a construção de moradias onde a população de

Fonte: páginas dos grupos (TEORIA E DEBATE, 2018; BRIGADAS POPULARES, 2018; INSTITUTO POLIS, 2018).

Figura 15: Nota pública da manifestação na CEMIG e da tragédia em São Paulo



Ocupação Vicentão
@OcupacaoVicentao

Página inicial
Eventos
Avaliações
Sobre
Vídeos
Fotos
Publicações
Comunidade
Notas
[Criar uma Página](#)

Ocupação Vicentão
5 de maio de 2018 · Belo Horizonte · 🌐

Famílias da ocupação Vicentão manifestaram ontem na sede da CEMIG no intuito de reivindicar melhorias na rede elétrica do prédio onde moram.

Diante da tragédia ocorrida em São Paulo nos mobilizamos novamente no intuito de cobrar do poder público que seja garantido às famílias da Ocupação Vicentão o direito à moradia com dignidade.

Nesta tarde de sexta-feira nos reunimos com a CEMIG para cobrar a instalação da energia elétrica na ocupação de forma a minimizar os riscos de eventuais acidentes, considerando ainda que o imóvel que há anos estava abandonado, hoje cumpre uma função social, servindo de habitação para mais de 150 famílias.

Tal solicitação ainda está prevista na resolução 414 de 2010, da ANEEL, que trata do fornecimento de energia elétrica como dito anteriormente.

Ainda assim, nossa solicitação é para que a energia seja religada com a cobrança de tarifa social das famílias que hoje residem na Vicentão.

A CEMIG por sua vez se baseia numa série de normativas frágeis e se esquivava de garantir esse direito às famílias, se recusa a fazer uma visita técnica no interior da ocupação e passa a responsabilidade ao Poder Executivo, no caso, ao Prefeito Alexandre Kalil.

Deste modo, evidenciamos que cabe ao Estado em suas instâncias, garantir a energia elétrica para tais famílias no intuito de minimizar os riscos e a garantia do cumprimento da função social que o imóvel hoje cumpre.

Para além disso, vale ressaltar que construímos uma rede de apoio que conta com a Universidade Federal de MG, PUC-Minas entre outros, que presta às famílias uma assistência que visa promover melhores condições a vida.

Diante de tantas acusações aos movimentos sociais, reiteramos que nossa luta é pela garantia de direitos daqueles que são constantemente criminalizados, as trabalhadoras informais, as mães e pais de família, pobres e negros.

Exigimos agora um posicionamento da Prefeitura de Belo Horizonte já que a CEMIG repassa a ela a responsabilidade de autorizar a ligação elétrica.

Matria / Pátria Livre! VENCEREMOS!

#QUEMOCUPANÃOTEMCPA
#VAVICENTÃO
#MORADIAÉDIREITONOCENTRÃO

QUEM OCUPA NÃO TEM CULPA

51
4 comentários 9 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/246707206070866>

Outra ameaça foi o mandado de reintegração de posse do edifício expedido a pedido do administrador da massa falida do Banco Hércules (empresa falida proprietária do imóvel). O mandato chegou ao conhecimento dos ocupantes no dia 11 de maio. A reação foi no mesmo dia, anunciando a ameaça, convocando uma reunião dos apoiadores e indicando formas de apoiar a ocupação (FIGURA 16; FIGURA 17). Se a tentativa da reintegração de posse tivesse obtido êxito, isso desfaria a relação de posse dos ocupantes com o prédio, restabelecendo a antiga relação de posse ao proprietário, ou administrador da massa falida. A Ocupação deixaria, então, de ser. O prédio não mais seria um prédio ocupado que funciona como moradia e cumpre a função social da propriedade, e os moradores deixariam de ser ocupantes. Ou seja, a *assemblage* seria severamente desestabilizada.

Isso, contudo, não ocorreu. Primeiramente porque, orientados pelos advogados das Brigadas Populares⁶⁸ desde antes de entrarem na ocupação, os ocupantes se recusaram a receber a ordem de desocupação do oficial de justiça. Assim, não receberam a ordem e, muito menos, deixaram o edifício.

Então tardou um pouco de iniciar o processo de negociação, mas quando chegou a ordem de despejo, que foram lá entregar, notificar com um oficial de justiça. Aí a gente não assinou né, a gente orientou os moradores a não assinar para não reconhecer a invasão. Então antes de receber a gente tinha que conhecer o processo então a gente orientou eles a não receber se caso chegasse lá [o oficial de justiça e assinar a notificação] (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Segundo, porque, logo que descobriram que havia um pedido de reintegração de posse da massa falida, as entidades coordenadoras da ocupação acionaram a Mesa de Diálogo para negociar a situação extrajudicialmente. Posteriormente, um problema com o pedido de reintegração de posse foi detectado. O Núcleo Jurídico das Brigadas Populares interpôs um recurso com o pedido de suspensão da ordem despejo, e a decisão do TJ/MG deu provimento ao recurso suspendendo a decisão anterior. O pedido havia sido feito no curso do processo falimentar sem ação autônoma de reintegração de posse e, portanto, impossibilitando o direito ao contraditório e à ampla defesa das famílias, que não estavam incluídas como partes no processo. Adicionalmente, desrespeitava o procedimento especial de ações possessórias (Entrevista de GABRIEL, 2020; Entrevista de ANÍBAL, 2018).

⁶⁸ As Brigadas Populares têm um núcleo jurídico composto, majoritariamente por advogados, que acompanham as ocupações em que a organização se envolve prestando serviços e assessoria jurídica aos ocupantes e à ocupação.

Figura 16: Urgente, ameaça de despejo, chamada de apoio



Ocupação Vicentão
11 de maio de 2018 · 🌐

URGENTE: OCUPAÇÃO VICENTÃO AMEAÇADA DE DESPEJO

Hoje, dia 11 de Maio, tomamos conhecimento da existência de uma decisão judicial de reintegração de posse do imóvel onde 100 famílias vivem e constroem a Ocupação Vicentão.

Ainda não fomos notificadas da decisão ou citados no processo judicial. A decisão foi proferida em primeira instância pela 2 vara empresarial no processo da massa falida do Banco Hércules.

O imóvel ocupado estava absolutamente abandonado e depredado quando foi ocupado e acumula dívidas de IPTU na ordem de milhões de reais. O Banco Hércules e do banqueiro falecido Tasso Assunção, que foi o primeiro empresário condenado na lei do colarinho branco, também tem dívidas milionárias com o Estado, União e Município.

As famílias estão cuidando do prédio e construindo ali, além de moradias, uma comunidade. Temos cozinha e creche comunitária, o cursinho pré-vestibular, o centro de referência do trabalhador informal e atividades de agroecologia. A nossa luta é por casa, trabalho e digno, no centro da cidade! Convocamos toda a rede de apoio à fortalecer a luta da Ocupação Vicentão.

Como?

- 📍 Se envolvendo nas atividades que ocorrerão nos próximos dias na Ocupação.
- (Amanhã, dia 12 de Maio, a partir das 14:00 teremos uma Feijoada com Pagode - <https://goo.gl/8vJiUQ>).
- 📍 Segunda as 19:00 convocamos toda a rede de apoio para uma reunião na Ocupação.
- 📍 Doações de alimentos, roupas, brinquedos, dinheiro para a ocupação.
- 📍 Propondo atividades artísticas, políticas e culturais na Ocupação.
- 📍 Divulgando as notas, fotos e vídeos sobre a Ocupação Vicentão.

**URGENTE!
AMEAÇA DE
DESPEJO
OCUPAÇÃO
VICENTÃO**

👍 🤔 😞 80

11 comentários 63 compartilhamentos

Fonte: <https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/249568432451410>

Figura 17: Chamada para a reunião com a rede de apoio após ameaça de despejo

VENHAM CONHECER A OCUPAÇÃO VICENTÃO!

CURTA A PÁGINA E VENHA À REUNIÃO DE APOIADORES

**17/05, QUINTA FEIRA, 19H
RUA ESPÍRITO SANTO, 461**

VENHAM CONHECER A OCUPAÇÃO VICENTÃO E APOIAR A NOSSA LUTA!

A Vicentão é formada por cerca de 100 famílias que ocupam hoje um prédio na região central de BH que estava abandonado há mais de 5 anos. Essas pessoas são trabalhadores ambulantes despejados do seu lugar de trabalho pela prefeitura, em conjunto com outras famílias que também não podem arcar com o alto custo dos aluguéis, além de famílias despejadas de outra ocupação. Ao mesmo tempo em que o Poder Público impede que comerciantes informais permaneçam nas ruas trabalhando e garantindo seu sustento, não existe política habitacional efetiva para a população de baixa renda, que segue sendo expulsa de Belo Horizonte. Assim como as outras ocupações urbanas, a Vicentão representa uma conquista na diminuição do déficit habitacional na cidade.

O imóvel pertence à massa falida do Banco Hércules e do banqueiro falecido Tasso Assunção, que foi o primeiro empresário condenado na lei do colarinho branco, e que tinha dívidas milionárias com o Estado, União e Município. Além disso, acumula dívidas de milhões de reais em IPTU.

A ocupação Vicentão produz:

- * espaço para o trabalho ambulante e seu Centro de Referência;
- * moradia para quem precisa;
- * cursinho popular para os jovens e adultos, o Cursinho Milton Santos;
- * conexão entre os quintais produtivos das ocupações das periferias e as ocupações centrais - a Agroecologia na Periferia também está na Vicentão;
- * auto-organização popular com creche, cozinha coletiva, limpeza e segurança!

Essas 100 famílias que hoje cuidam do prédio estão correndo o risco de serem despejadas!

Curta a página e venha para a reunião de

Escreva um comentário...

Fonte:

<https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/photos/a.192572348151019/251936818881238/?type=1&theater>

A terceira ameaça, logo após, no início do mês seguinte, foi a desconexão da ligação de energia elétrica improvisada pelos moradores. Como foi dito antes, desde o início da Ocupação Vicentão, a CEMIG negou a ligação da energia elétrica regular para a ocupação. O não fornecimento regular de energia elétrica trouxe dificuldades para que o prédio desempenhasse seu papel de habitável definido no Programa da Ocupação, visto que a energia elétrica é fundamental para o conforto, atividades do dia a dia, ou seja, para uma vida digna e se não for estruturada corretamente, pode apresentar riscos à saúde dos ocupantes e à ocupação. Assim, precarizou-se a ocupação obrigando os moradores a fazerem ligações clandestinas caso quisessem ter energia e, entre outras coisas, dificultou o avanço da ocupação para certos espaços. Não obstante, momentaneamente, não foi suficiente para desestabilizar a rede ou “inscrever” o edifício em outro papel designado por outras redes.

Os organizadores da ocupação tentaram várias vezes negociar com os porta-vozes da companhia de energia, mas não conseguiram convencê-los a aceitar o papel de aliado e ingressar na rede de ocupação. O fracasso em transladar (CALLON, 1984) a CEMIG e a Prefeitura de Belo Horizonte em aliadas da ocupação colocou em risco a translação crucial do edifício no Programa da Ocupação. Desrespeitando a resolução normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que regula e fiscaliza o setor no Brasil, que diz que não isenta os prestadores de serviço de fornecimento de energia elétrica de fazê-lo mesmo em ocupações irregulares (ANEEL, 2010), a CEMIG recusou-se a fazer o fornecimento de energia à Ocupação jogando a responsabilidade na Prefeitura. Esta nada fez.

Sem a conexão legal, os moradores tiveram que improvisar uma ligação elétrica clandestina para ter acesso à luz. Eles puxaram a energia de uma câmera de segurança, instaladas logo em frente ao edifício, para dentro da ocupação e distribuíram energia para os dois primeiros pisos (térreo e primeiro andar). Além disso, lanternas e celulares e gambiarras auxiliaram em tarefas pontuais para a iluminação de espaços (lanterna do celular em baixo de uma garrafa d'água — aumenta a refração da luz e ilumina mais — para iluminar minimamente o terceiro andar e fazer reuniões).

Mas no dia 3 de junho trabalhadores da companhia de energia foram até a calçada em frente à ocupação para fazer a desconexão da instalação clandestina. Os ocupantes, percebendo a movimentação na calçada dos trabalhadores uniformizados foram até eles para conversar, negociar e tentar impedir o desligamento.

Tava na cozinha e vi o pessoal da portaria saindo correndo. Tinha alguma treta lá na rua. Pensei que era a polícia ou os fiscais da prefeitura recolhendo coisas de ambulante, mas era o pessoal da CEMIG que tinha chegado pra desligar a luz. Correu um monte de gente lá pra conversar, fazer pressão para eles não desligarem. Fiquei por perto, mas de longe sem saber o que fazer, sem saber como reagir. Alguns moradores foram lá assuntar. Na volta deles perguntei o que tinha acontecido e me disseram que a CEMIG iria desconectar a ligação, mas que deixariam os fios. Então voltamos lá pra dentro. As pessoas que estavam lá não sabiam religar, tinham que esperar alguém que sabia mexer com eletricidade voltar do trabalho (CADERNO DE NOTAS, 2018).

Não conseguiram impedir, mas garantiram que eles apenas desconectassem o fio, e ouviram como resposta: “nós temos que fazer o nosso trabalho, mas depois vocês religam” (CADERNO DE NOTAS, 2018). Já que apenas desconectaram a ligação improvisada, assim que os trabalhadores da CEMIG saíram, foi possível refazer a ligação. Isso possibilitou a

relição mais rápida e sem custo adicional (já que não precisaria emendar ou comprar outro cabo de cobre para reestabelecer a ligação).

Posteriormente, os ocupantes conseguiram juntar dinheiro para comprar cabos mais grossos e adequados para fazer a conexão de alta voltagem entre a rua e a ocupação. Foi preciso muito esforço, planejamento, equipamento profissional e conhecimento técnico para fazer esse trabalho. A ligação continuava a ser clandestina, mas permitiu maior uso da energia elétrica e sua expansão até os andares mais altos do edifício (Entrevista de GABRIEL).

Abaixo criamos uma breve cronologia dos acontecimentos que entendemos estarem dentro desse momento de grave ameaça à qual entendemos ter sido um período de crise na Ocupação Vicentão. Certamente a cronologia abaixo não abarca tudo que aconteceu no período, mas serve para auxiliar na compreensão da tensão e da intensidade do momento vivido pela ocupação quando sofreu tentativas de desestabilização por outras redes-actantes.

BREVE CRONOLOGIA DA CRISE EM 2018

01 de maio – Incêndio em São Paulo na madrugada do dia 31 de março para o dia 1 de maio. Cobertura intensiva da tragédia pela mídia nacional e internacional.

03 de maio – Matéria no Estado de Minas sobre os riscos das ocupações em Belo horizonte.

05 de maio – Protestos dos moradores da Vicentão na CEMIG, lançam a nota “Quem Ocupa Não Tem Culpa!” e um movimento de apoio às ocupações com o mesmo lema.

07 e 08 de maio – Exercícios da Polícia Militar na Ocupação Carolina Maria de Jesus.

10 de maio – Protestos dos moradores da Vicentão na Prefeitura de Belo Horizonte.

11 de maio – Moradores da Ocupação Vicentão tomam conhecimento da decisão judicial de reintegração de posse e acionam a Mesa de Diálogos. Anunciam a ameaça e convidam a rede de apoio se mobilizar e ajudar a ocupação.

12 de maio – Eventos na Vicentão: (a) Feijoada com Pagode; e (b) Primeiro Módulo do Curso de Defensores Populares.

13 de maio – Reunião com a Rede de Apoiadores na Ocupação Vicentão.

(15 de maio – Reunião Aberta com os Ambulantes de BH para a construção das ações do Centro de Referência da Trabalhadora e do Trabalhador ambulante — CATA).

14 de maio – Primeira visita de representantes da Mesa de Diálogo à Ocupação Vicentão.

16 de maio – Oficial de justiça vai até a ocupação para entregar a ordem judicial e fazer cumprir o mandado de reintegração. Os moradores se recusam a receber.

17 de maio – Reunião Aberta Urgente. “Diante da Ameaça de despejo, é hora de unir forças!” e lançamento de nota de apoio à Ocupação assinada por várias entidades, personalidades e pessoas.

18 de maio – Primeira reunião na Mesa de Diálogo da Vicentão com o governo do Estado e outros, na Cidade Administrativa.

24 de maio – Visita da primeira câmara técnica, criada na Mesa de Diálogo, à Vicentão.

26 de Maio 2018 – Núcleo Jurídico das BPs encontram uma irregularidade no pedido de reintegração de posse da massa falida do Banco Hércules e pedem a suspensão da ordem anterior.

3 de junho – A CEMIG vai até a ocupação e corta parte da ligação de energia. Na noite do mesmo dia os moradores conseguem fazer a reconexão.

3.7. A Negociação e o Acordo Final

As ocupações, então, que já eram uma questão de preocupação/interesse (*matter of concern*) (LATOURE, 2012) passaram ainda mais, de um lado, a ser discutidas, escrutinadas, expostas e combatidas, assim como os movimentos sociais que as promoviam. Foram submetidas e examinadas por vistorias do Corpo de Bombeiros em relação à segurança dos ocupantes. Líderes de movimentos sociais envolvidos foram investigados indiciados por crimes no caso do incêndio de São Paulo (CADERNO DE NOTAS, 2018). Por outro lado, diversos movimentos sociais, apoiadores em geral, professores, universitários, pessoas e entidades que constituem a rede de apoio desses movimentos sociais e das ocupações saíram em defesa das ocupações e dos envolvidos (moradores e coordenadores).

Faz-se relevante pontuar que o ano de 2018 foi ano, também, de eleição presidencial no Brasil (assim como de prefeitos, vereadores, governador, deputados estaduais e federais e senadores). Essas eleições envolveram, entre outras coisas, o impedimento da candidatura de Lula da Silva — ex-presidente e líder político do PT — líder nas pesquisas de intenção de voto com folga e a vitória do candidato mais conservador do pleito que atacou, em falas, os movimentos sociais e minorias, e prometeu, em campanha, tipificar suas ações como terrorismo: “*Eu pretendo tipificar como terrorismo as ações do MST [Movimento dos Sem Terra]*” (G1, 2018a).

No âmbito do executivo estadual os resultados, conhecidos no segundo turno, em novembro, já indicavam adversidade para as ocupações e movimentos sociais visto que os

dois candidatos que haviam chegado ao segundo turno eram liberais conservadores. O vencedor, ao final do pleito, foi Romeu Zema do Partido Novo (NOVO) que, e no programa de governo divulgado em sua campanha, dizia o seguinte:

Consideramos que a invasão é crime e deve ser tratada como tal. O estado deve intervir no que realmente é necessário e no que causa prejuízos efetivos à população. Para isso, deve-se adotar medidas para criminalizar e coibir invasões de propriedades privadas, garantindo o direito à vida e dos bens dos indivíduos. (ZEMA, 2018, p.28)

Por outro lado, com bem relembra Paolinelli e Canittieri (2019), houve melhoria na participação política institucional dos movimentos sociais a partir de candidaturas coletivas como a MUITAS. Os autores relatam o sucesso da plataforma Ocupa Política que confluíu as iniciativas das MUITAS (MG, Bancada Ativista (SP), Chama (RJ e Agora é com a Gente (PE) que conseguiram cargos legislativos. No legislativo federal Áurea Carolina, vereadora pelo PSOL, foi eleita deputada e foi substituída por Bella Gonçalves (PSOL), militante das BPs. No legislativo estadual Andrea de Jesus (PSOL), militante das BP, também foi eleita.

Gabriel (2020) contou-nos que a Mesa de Diálogo e as negociações foram afetadas pelas expectativas das eleições. De acordo com ele, o governador Fernando Pimentel (PT) e sua equipe já entendiam que tinham poucas chances de reeleição e tão logo construíram já apresentaram a proposta e começaram a pressionaram para os ocupantes aceitarem. O brigadista contou também um movimento que lhe causou estranheza na Mesa de Diálogo. Segundo ele, a direção da COHAB tentou acelerar as negociações para capitalizar de alguma forma o acordo:

A COHAB na estrutura da mesa de diálogo é um agente que faz parte do processo de mediação. Mas com a possível alteração de governo a COHAB assumiu o papel central das negociações não só na da Vicentão, mas em outras também: “vamos tentar fazer um caldo político pra ver se a gente consegue reverter as eleições. Vou tentar avançar com as negociações e aí vou ter esse grupo coeso pra apoiar a gente (Entrevista de GABRIEL, 2020)

A proposta foi apresentada, de forma extraoficial por telefone, pouco antes das eleições do primeiro turno.

A proposta nem chegou na Mesa de Diálogo. Eles entraram em contato com a gente dizendo que precisavam marcar uma reunião e já disseram que a proposta que teriam

era do auxílio [aluguel] por dois anos e depois reassentamento das famílias. Um ano pago pelo estado e um ano pago pela massa falida (Entrevista de GABRIEL, 2020).

A proposta, então, consistia na imediata desocupação do prédio, pagamento de 24 meses de bolsa aluguel para cada família no valor de 500 reais, e, posteriormente, a promessa de reassentamento das famílias em terreno a definir. O pagamento da bolsa aluguel seria dividido entre a massa falida do Banco Hércules e o governo do estado de Minas Gerais, cada um seria responsável por um ano de pagamento. Gabriel contou-nos que a COHAB, na condução da Mesa de Diálogos havia procurado as Brigadas Populares, ainda em julho, antes mesmo de fazer essa proposta, dizendo que os núcleos estavam querendo o bolsa aluguel. Se era verdade ou não, Gabriel não soube precisar, mas conta que internamente já havia bastante dificuldade em conduzir a ocupação fruto de divergências de organização, de linha política, etc.

Parece que a constituição do grupo enquanto **ocupantes** enfraqueceu. O avanço da ocupação para os andares superiores permitiu novas possibilidades para a ocupação, mas na tentativa de lidar com os conflitos internos, facilitar a resolução de problemas e a convivência, optaram por separar os andares para cada organização coordenadora. Isso, juntamente com a diminuição dos espaços e das tarefas coletivas, pode ter reforçado a volta dos moradores da ocupação que estavam sendo trabalhados para formar o grupo de ocupantes, em moradores ligados a cada uma das organizações coordenadoras.

Assim, as demandas e diferenças dentro da ocupação passaram a remeter a cada um dos grupos, ficando de um lado a Brigadas e Intersindical e do outro a AMABEL e a Morada Nova de Minas, chamados também de núcleos, por terem esse papel nas políticas de habitação do município (CADERNO DE NOTAS, 2018). Importante salientar, igualmente, que se comentava sobre essa diferença de práticas entre as organizações. Enquanto a Intersindical e as Brigadas tinham postura de mais confronto com as autoridades públicas, eram críticas às saídas paliativas (como a bolsa aluguel) e apostavam mais na resistência para conseguir avançar a luta estruturalmente morando no centro, lutando pelo Direito à Cidade; os núcleos eram mais próximos das instancias municipais e estaduais relativas à política habitacional e eram mais afeitas a negociações. Gabriel (2020) contou que, por exemplo, mesmo não sabendo se o que lhes chegou sobre os núcleos terem aceitado a proposta da bolsa aluguel, como lhes foi dito pela presidência da Mesa de Diálogo, eles já haviam ouvido dos núcleos que a bolsa aluguel poderia ser uma saída razoável nas reuniões da coordenação.

Mas independente disso, desde o início os núcleos já demonstravam interesse em aceitar uma proposta que fosse por bolsa aluguel. Nas reuniões de coordenação e tal. Enquanto que a gente pautava que queria o centro, morar no centro, o direito à cidade, morar nesse prédio. Requalificar esse prédio. Tanto que a gente levou a escola de arquitetura pra lá pra pensar em uma reestruturação do prédio que fosse possível ficar ali e mostrar pro Estado, e pra quem tivesse interesse, e dizer, olha, desde que tenha apoio do Estado é possível fazer isso, sem ser uma coisa assistencialista. E os núcleos nessas reuniões de coordenação já falavam: “ah, aqui não é possível ficar não, o prédio falta isso, falta aquilo outro, é muito caro... é melhor a gente aceitar a bolsa moradia (Entrevista de GABRIEL, 2020)

Portanto, o cenário, não obstante as conquistas com a plataforma Ocupe a Política, era bastante desfavorável. Além disso, embora a audiência ainda não tivesse data prevista, já se sabia quem era o juiz responsável pela causa da Vicentão e ele não tinha histórico de decisões favoráveis a causas semelhantes:

E esse juiz não tem nenhum parecer favorável à pauta e tal. Esse era um ponto negativo. Zema eleito. Bolsonaro eleito. Não levaram pra mesa o valor da dívida que tinham com o estado, que era um jeito de pressionar o estado. A prefeitura não estava indo na mesa, o Kalil fazia de bobo. A leitura era: o estado não tem condição de pagar por uma reintegração de posse de um imóvel que tava avaliado em 38 milhões, se não me engano. Aí ficamos ali, avaliando (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Foi elaborado um projeto de *retrofit* visando adaptar o edifício para moradia social para acolher as famílias da ocupação definitivamente, oriundo da parceria com arquitetos e estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG, e das atividades que eles desempenharam com juntamente com os moradores da ocupação. No entanto, o custo do *retrofit* juntamente com a avaliação do imóvel (por volta) de 38 milhões, quantia maior do que os débitos de IPTU que o antigo proprietário possuía com o município, deixou distante a via de desapropriação com pagamento de indenização aos proprietários. Gabriel ainda contou que nas conversas da Mesa de Negociação foi pedido que se fizesse o levantamento de outros débitos dos proprietários com o estado e município, mas que essa informação nunca lhes foi apresentada. O município, aliás, principal responsável pelas políticas habitacionais não participou da Mesa de Negociação, agiu como se a questão nada tivesse a ver com suas competências, como colocou Gabriel.

Finalmente em novembro, passadas as eleições que consumiu muito de todo mundo, alguns pelo envolvimento direto em campanhas como os militantes das Brigadas, outros pelo próprio clima de tensão que houve na disputa pelo executivo nacional, a questão foi

finalmente levada das reuniões de coordenação para a Assembleia Geral, para ser discutida e decidida pelos moradores. Gabriel contou que apesar de todos os conflitos e das dificuldades, os ocupantes ficaram tristes em saber que aquela experiência acabaria, que não poderiam mais viver ali:

na assembleia... foi super triste... porque, apesar dos conflitos internos e tal, a galera não queria sair. Era a vida deles ali, estavam lutando pela casa (Entrevista de GABRIEL, 2020).

Nas discussões na assembleia, tendo em vista a vontade dos moradores em continuarem vivendo em comunidade (não necessariamente coletivamente), e a disponibilidade de imóveis desalugados no centro de Belo Horizonte, pensou-se em pegar todo o dinheiro que seriam pago às famílias, por meio das organizações coordenadoras, e alugar um prédio inteiro para que continuassem juntos. A proposta foi aceita e algumas pessoas foram destacadas para fazer a busca do imóvel. Para ganhar tempo para a procura, apesar de terem sinalizado que aceitariam o acordo, a assinatura foi atrasada, já que assim que assinassem teriam que deixar o prédio.

A procura por outro lugar que coubesse a todos foi difícil. Houve bastante dificuldade para que os proprietários aceitassem, por exemplo, receber as famílias sem nenhum fiador. Essa e outras dificuldades como falta de dinheiro para mobiliário inviabilizaram as possibilidades em que o dinheiro oferecido pelo acordo poderia arcar que eram edifícios que precisavam de reforma e/ou sem mobiliário. O tempo passou e não se encontrou uma possibilidade viável. Então, decidiu-se assinar o acordo, o que foi feito em 26 de dezembro. Em finais de janeiro e início de fevereiro as últimas famílias deixaram a ocupação (GABRIEL, 2020).

Houve desdobramentos diretos e indiretos da movimentação da Ocupação Vicentão. Produtos diretos da Ocupação Vicentão, que valem menção, foi o fortalecimento da organização dos trabalhadores ambulantes que culminou, entre outras coisas, na criação do Centro de Apoio ao Trabalhador Ambulante (CATA), que realizou sua primeira reunião em 22 de janeiro de 2020 e que foi gestado em reuniões dentro da ocupação. Adicionalmente, o movimento dos ambulantes, a Intersindical e as Brigadas Populares, juntamente com a Gabinetona (do MUITAS), conseguiram aumentar as vagas para vendedores nas ruas de Belo Horizonte, assim como mais feiras livres, além de arrefecer o ímpeto da Secretaria Municipal de Política Urbana em realizar, novamente, a operação dos Shoppings Populares.

Os produtos indiretos que valem menção são: a eleição das candidaturas do MUITAS, que apoiam as pautas da Reforma Urbana; e a mobilização popular que ajudou a pressionar os vereadores a aprovarem o Plano Diretor de Belo Horizonte, que estava há quase cinco anos parado no legislativo municipal e que representou uma vitória importante para os movimentos sociais de habitação, principalmente por estabelecer, entre outras coisas, mais claramente instrumentos e condições para aplicação da função social da propriedade e possíveis desapropriações para fins sociais.

VII. CONSIDERAÇÕES AO FINAL

Buscamos entender como os elementos que compõem uma organização são agregados, mantidos juntos e postos a desempenhá-la no intuito de compreender como, e através de quais meios e artifícios, é possível que ela emergja e se sustente. Em última instância indagamos: como é possível organizar? A partir de quais práticas é possível constituir e sustentar o que chamamos de organização?

A organização que foi objeto de nosso estudo era uma *assemblage* bastante frágil o que cremos ter sido interessante para melhor percepção da precariedade das organizações em geral e da série de elementos e práticas que são necessárias para estabilizá-las. Ademais o estudo de uma organização pouco convencional para os Estudos Organizacionais e para a Administração nos permitiu enxergar processos e elementos que comumente são ignorados porque nos são muito habituais e familiares. O estudo de uma *assemblage* não consolidada que se constitui na franja do legal e do ilegal, na controvérsia, auxiliou-nos a perceber a importância não só de práticas discursivas e não-discursivas, mas de suportes (dispositivos, elementos, que ligam a rede-actante da *assemblage* a redes mais compridas) que são necessários para estabilizar e emprestar durabilidade a um coletivo híbrido. A partir do que vimos e desenvolvemos teoricamente, entendemos que a diferença entre a organização que estudamos e as aparentemente mais estáveis é apenas de intensidade, não de natureza.

A fragilidade da *assemblage* que estudamos ocorre especialmente devido ao fato de que sua existência se dá, propositalmente, em disputa com outra rede-actante mais extensa e, por isso, mais estável, produzida pela governamentalidade neoliberal (DARDOT, LAVAL, 2014). Poder-se-ia dizer, inclusive, que a pretensão de existência de “nossa” *assemblage*, no que diz respeito a seu desempenho político, é menos estabilizar-se e mais desestabilizar o agenciamento sócio-técnico-jurídico-econômico que faz funcionar formas específicas de produzir e reproduzir a vida (FREITAS, 2015, BITTENCOURT, 2016). Poder-se-ia sugerir, igualmente, que a fragilidade se dá pelas condições em que a disputa ocorre, ou seja, a partir de um lugar de acentuada diferença de potencial no que concerne aos meios materiais, discursivos e às incitações econômicas que a “nossa” *assemblage* pode provocar. No entanto, é importante salientar que, apesar de sua fragilidade, ela foi bastante real. Falava-se dela, era possível visitá-la, adentrá-la, morar dentro dela, estudá-la, odiá-la, amá-la, apoiá-la ou tentar destruí-la. Adicionalmente, a partir de sua existência ela fazia funcionar um determinado fluxo de pessoas, ideias, sonhos, dinheiro, bandeiras, medos, cheiros, vidas, atenção, objetos,

experiências, mercadorias, etc. completamente diferente dos que havia anteriormente. Elementos esses que circulavam por ela e por causa dela, como efeito de sua existência.

Entendemos, e pudemos perceber no percurso dessa pesquisa, que não apenas a criação da *assemblage*, mas também a sua simples manutenção, mesmo em condições de normalidade (em que não há crise), é uma tarefa laboriosa em que o desempenho dos elementos que dela fazem parte é constantemente demandado (MOL 1999, BARAD, 2007; LAW, 2007; BUTLER, 2010; COOREN *et al.*, 2012; DAVIS, 2014; LEMKE, 2014; ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015). Isso reforçou nossa posição não essencialista a respeito do objeto. Ou seja, consideramos **as organizações, assim como qualquer elemento da cosmopolítica de nossas vidas não como dado, mas algo desempenhado a partir de práticas enredadas por, e materializadas através de, relações de poder.**

Parte desse trabalho de desempenho é fazer determinada realidade existir, ou emergir, no discurso. Isso, por sua vez, é o mesmo que atribuir importância⁶⁹, fazê-la, de algum modo, materializar-se (COOREN *et al.*, 2012). Uma vez existente no discurso ela pode, por exemplo, ser transportada, agir à distância ou reforçar sua durabilidade (LAW, 2007). Além disso, através de práticas discursivas textuais como a Nota Pública, os cartazes com as regras da ocupação, etc.; e não textuais, como as Assembleias Gerais, as reuniões, as conversas pessoais, faz-se a negociação e gerenciamento de significados que interferirão nas ações dos sujeitos (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988). “Todo mundo pensa e age ao mesmo tempo. A maneira como as pessoas agem e reagem está ligada a uma maneira de pensar, e esta maneira de pensar, naturalmente, está ligada à tradição” (FOUCAULT, 2006, p. 299).

As práticas discursivas (textuais e não textuais), em alguma medida, buscam mobilizar formações discursivas disponíveis para exercer certo tipo de poder. Como coloca Foucault (1990a), não há exercício de poder que não se apoie em regimes de verdade. Portanto, as práticas discursivas estão ligadas à disputa em torno da verdade e, portanto, não se pode menosprezar papel das práticas discursivas tanto na criação, quanto na produção diária da vida organizada. O “como” isso ocorre é exemplificado nos próximos parágrafos, mas antes gostaríamos de fazer notar que **Teoria Ator-Rede, Assemblage Thinking e Semiótica Material, são, sim, sobre poder** como afirmam Alcadipani e Hassard (2010).

Exploramos a importância das práticas discursivas primordialmente na Nota da Ocupação, em que, a partir de uma visão estratégica das forças em jogo e das relações entre

⁶⁹ Aqui novamente o duplo sentido de *matter* em como importar como matéria que em forma de ação, verbo — *to matter* — seria ou importar, ou tornar importante, e materializar.

elas, se constrói um programa para a ocupação. Como dissemos, as essas práticas são importantes não apenas ao estabelecer o programa da ocupação e inaugurá-la (dar início/instituir a ocupação). Elas são fundamentais na manutenção da ocupação para a recategorização e reorganização daquilo que acomete a ocupação, ou seja, as coisas que chegam até a *assemblage* de forma não planejada, imprevista, como no caso do incêndio, da disputa jurídica e da ameaça da energia elétrica. Ou seja, **as práticas discursivas continuamente desempenhadas são essenciais para a manutenção da ocupação para elaborar uma reação a eventos externos, internos, inesperados, esperados, não provocados, provocados, que acontecem e tocam a rede-actante da ocupação e que podem ameaçá-la**. Vimos, também, como os coordenadores da ocupação buscam não só neutralizar esses acontecimentos, mas, também, usar a energia gerada por eles em benefício da ocupação, reorientando seu significado para servir ao propósito do Programa da Ocupação. Os eventos são **recategorizados** (CZARNIAWSKA-JOERGES, JOERGES, 1988; CZARNIAWSKA, 2013) de maneira a afetar os aliados a executar ações coordenadas — dotar o coletivo de capacidade de ação, **agenciação** (CALLON, 1984) — e a produzir efeitos particulares (internos, externos ou ambos).

As **práticas discursivas, especialmente as textuais, podem funcionar também como forma de estabilizar e emprestar durabilidade a certas relações que se quer conservar, ou seja, são uma forma de inscrevê-las em um suporte com alguma durabilidade e/ou em um dispositivo**. A Nota Pública é um exemplo. Outro, ainda, é o acordo entre a COHAB, a ocupação e a massa falida do banco Hércules, feito na Mesa de Diálogo. As duas práticas discursivas não tem a mesma força, pois, estão ligadas a redes-actantes de tamanhos significativamente diferentes pelo seu suporte de inscrição. Enquanto, por um lado, o acordo da Mesa de Diálogo está ligado, por exemplo, à burocracia estatal por ser um dispositivo/instrumento legal constituído por decreto, etc. e, assim, ligada também ao executivo estadual, ao judiciário e às forças policiais, que podem fazer cumprir o acordo em caso de deserção de algum ator em relação ao papel que deveria desempenhar; por outro lado, a Nota Pública conta com muito menos para fazer cumprir os papéis nela estabelecidos. A Mesa de Diálogo é uma prática textual, mas também um dispositivo legal. Não menos importante dizer que foi constituído, conforme contamos, a partir da disputa e de pressão de movimentos sociais sobre o governo do estado, em dado tempo e circunstâncias históricas, que de alguma forma inscreveu em um dispositivo legal essa relação de negociação entre as partes interessadas, e partes mediadoras, para a resolução de conflitos agrários e urbanos em Minas Gerais.

Em relação ao exemplo da Mesa de Diálogo, e de outros semelhantes, notamos que as práticas discursivas e não discursivas se apoiavam em elementos exteriores à ocupação; que esses elementos são constituídos historicamente em disputas progressas; e que, ao longo do tempo, a disponibilidade ou não destes e de outros elementos, altera a disputa fornecendo ou retirando condições de possibilidade para determinadas práticas. Assim, percebemos que as micropráticas que desempenhavam a ocupação não tinham apenas a ver com ela mesma no presente, mas que lidava com outras localidades e outros tempos históricos inscritos em: dispositivos legais (função social da propriedade, estatuto da cidade); discursos acadêmico-político-filosóficos (Direito à Cidade); e níveis mais gerais de poder que abarcavam o Estado e a sociedade (governamentalidade neoliberal e as formas de resistência a ela). Dizendo de outra forma, percebemos que há relações entre as possibilidades de exercício dos micropoderes e os níveis mais gerais de poder que atravessam os aparatos do Estado, como a análise de Foucault alude com a discussão da governamentalidade.

Dessa forma, incentivamos **a busca pela compreensão e estudo das organizações a partir não apenas de explicações organizacionais, mas de todo o campo de força que a compõe e com o qual ela, de alguma forma, interage**. Certamente que as organizações dependem dos processos de organizar que a constituem, mas há níveis mais gerais de poder e outros processos mais amplos que cruzam e interferem neste. Por isso, entendemos que tanto o uso da Semiótica Material quanto o uso de Foucault nos Estudos Organizacionais poderia ser bastante mais profícuo se não se detivesse apenas ao exercício do poder no nível institucional (as práticas que constituem uma determinada *assemblage*) e que se levasse em conta também níveis mais gerais de poder como os agenciamentos e a governamentalidade. O mesmo se poderia dizer em relação aos níveis mais micro de poder, como a relação dos sujeitos consigo mesmos em sua participação nos níveis institucionais e mais gerais de poder. Esta análise, que não foi desenvolvida à contento na presente pesquisa, pode se apoiar nas discussões foucaultianas em torno da relação entre poder e verdade, como fizemos anteriormente, e entre subjetividade e verdade; e na semiótica material nas discussões sobre os *plug ins* que no entendimento de Latour seriam “os veículos que transportam individualidade, subjetividade, personalidade e interioridade” (LATOURE, 2005, p. 207, tradução livre).

Notamos que a criação e manutenção de uma *assemblage* dependem da pré-existência de uma série de elementos que servem de apoio para uma rede-actante emergente. Além de conectá-la a outras, como dissemos sobre a Mesa de Diálogo (mas também a função social da propriedade, o Estatuto da Cidade e Plano Diretor, etc.), servem também como apoio para a

criação de outros elementos. O importante é ter em conta, sobretudo, que as relações de poder através das quais é possível fazer emergir a *assemblage* não se dão em um vazio de objetos, discursos, materiais, regras, etc., e, mais do que isso, precisam se apoiar neles para fazer-se possível. Esses elementos são materializações de práticas e relações de poder pregressas. Ao dizermos isso queremos chamar atenção para o fato de que as relações de poder que formam as organizações se apoiam em elementos constituídos historicamente. O conhecimento dos processos históricos que produziram as condições de possibilidade atuais — para as formas de exercício de poder e de resistência presentes — pode ser fundamental para as disputas estratégicas no nosso tempo tanto para desnaturalizá-las quanto para levar em conta na formação da estratégia da disputa. Portanto, indicamos que a **Semiótica Material é, ou pode ser, também, sobre disputas e processos históricos.**

A existência, como argumentamos, está relacionada sim às práticas discursivas, mas também ao desempenho (BARAD, 2007; LAW, 2007; BUTLER, 2010; COOREN *et al.*, 2012; DAVIS, 2014; LEMKE, 2014; ORLIKOWSKI; SCOTT, 2015) e à outras práticas de fazer existir (*enactment*) (MOL, 1999). Por exemplo, a fundação da ocupação exigiu a execução de um conjunto de elementos para possibilitar a entrada de vendedores ambulantes e sem-teto em um prédio abandonado no centro da cidade. Em seguida recuperamos alguns exemplos para clarificar esse ponto das práticas de fazer existir (*enactment*) e mostrar como aspectos materiais e de materialização estão ligados às práticas de poder e às condições de possibilidade de emersão e sustentação da “nossa” *assemblage*.

A **durabilidade** da ocupação exigiu a execução contínua de um conjunto diferente de elementos materiais, estratégicos, discursivos, etc. (LAW, 2007). Ou seja, para existir ao longo do tempo, a ocupação teve que, de forma contínua: planejar, organizar apoio externo, divulgar sua versão sobre a história, convencer e negociar com os ocupantes, a sociedade e as autoridades do Estado, constituir um grupo de ocupantes, transformar o prédio em um local habitável, protegê-lo, improvisar, e responder a diversas ameaças. Como coloca Guggenheim, prédios fazem o que fazem não porque são construídos da maneira que são, ou seja, pela agência projetada pelo design, mas por causa de sua existência contínua e pela interação desta com a agência permanente dos que o habitam ou o usam/cuidam (GUGGENHEIM, 2016). A esse processo denominamos **produção espacial.**

Buscamos mostrar como os humanos e não humanos se reúnem para materializar as coisas por meio das práticas de existir (*enactment*), do desempenho, como os limites da ocupação, a habitabilidade do edifício, os ocupantes e a própria ocupação. Os efeitos desse processo são a transformação dos elementos que compõem a *assemblage*, do espaço e dos

próprios sujeitos que ocupam. Para sublinhar como isso pode ocorrer vamos explorar o exemplo de nossa *assemblage* partindo da criação da **fronteira da ocupação e desenvolvendo a questão da formação da *assemblage* e de sua relação com seu exterior.**

Parte da **produção do espaço** está relacionada com a criação da **fronteira da ocupação** que é, entre outras coisas, uma diferenciação e uma separação do lado de dentro e do lado de fora. O prédio não tinha outro acesso além da entrada voltada para a rua. A entrada tinha portões de grade com uma corrente e um cadeado que barravam o livre fluxo entre o interior do prédio e a rua. No topo dos portões, os ocupantes adicionavam placas de compensado para cobrir a visão do lado de fora. Assim, havia **barreiras materiais corpóreas** que impediam tanto as pessoas de entrar como de ver dentro da ocupação sem permissão. Acima dos compensados, penduravam bandeiras dos grupos organizadores e da ocupação “Ocupação Vicentão”. Eles também convidaram artistas a pintar slogans no compensado, no qual as pessoas que passeavam pelas ruas podiam ver na fachada do edifício: “ocupação”, “direito à cidade” e “moradia e comunhão”. Esses sinais poderiam dizer aos transeuntes — e à polícia — que se tratava de uma ocupação organizada em uma luta legítima pela moradia, liderada por quatro organizações com conexões com outros grupos e setores da sociedade, e que elas poderiam responder se algo ameaçar a ocupação. Portanto, elementos **discursivos** e **simbólicos** reforçaram as barreiras que separam e protegem a ocupação. Além disso, há o desempenho da frente de trabalho da portaria e segurança conferindo e controlando os fluxos na ocupação. Assim, o **material**, o **estratégico** e **discursivo** fortaleceram ainda mais as **fronteiras da ocupação**.

No entanto, essa fronteira descrita não era suficientemente forte se a polícia a desafiasse (como a polícia demonstrou ao executar o treinamento de um despejo forçado na ocupação Carolina Maria de Jesus, próxima à Vicentão). O edifício ocupado teve que desempenhar a **função social da propriedade**, pois essa foi a principal justificativa e reivindicação para os ocupantes manterem a posse do edifício. Desse modo, torná-lo um local habitável era importante, acima de tudo, para manter as pessoas vivendo na ocupação e justificar a posse do edifício para habitação social. Transformar o prédio abandonado em um **local habitável** significava, além de outras coisas, transformar alguns andares (que não tinham paredes divisórias) em várias **casas** e, seu conjunto, em uma **comunidade**.

Em relação à formação de uma **comunidade**, os ocupantes realizaram diversas atividades. A frente de trabalho de creche, por exemplo, era um serviço gratuito da comunidade, oferecido por alguns pais e voluntários; o grupo de trabalho em cozinha possibilitou à cozinha coletiva fornecer refeições para a maior parte da ocupação e um

momento para compartilhar a comida. A Assembleia Geral, por sua vez, permitiu-lhes criar regras, estabelecer princípios, circular informações, discutir e buscar soluções para problemas práticos. Ainda, foi importante na constituição dos sujeitos como **ocupantes**, enquanto um grupo. No que diz respeito à produção da **casa**, a frente de trabalho de infraestrutura e a assessoria técnica dos arquitetos e estudantes de arquitetura promoveram melhorias no edifício e nos espaços de cada família, planejando os espaços comuns e privados. Eles planejaram, por exemplo, o tamanho e a distribuição dos alojamentos/barracas de cada família em pisos, a fim de fornecer a melhor luz natural, circulação de ar e conforto. Os ocupantes também se ajudaram para obter materiais e doações para construir as barracas e também mobiliário para suas habitações.

Dessa forma, podemos notar que a **materialidade corpórea** do edifício, (paredes e o teto oferecendo proteção contra o clima e outras possíveis ameaças externas) juntamente com outros elementos, como vimos, criou uma **fronteira** entre o interior e o exterior da ocupação. Outros elementos compuseram ou influenciaram na ocupação. Os **discursos** acerca de lugar habitável (limpo, organizado, iluminado, etc.) e casa decente (espaços privados que proporcionam segurança, conforto e privacidade) também desempenharam seu papel juntamente com as formulações **legais** e **normas** em relação à moradia. Normas nacionais ou internacionais que ratificam, por exemplo, a casa como o asilo inviolável do indivíduo, ou de formulações que a colocam como o lugar crítico a partir do qual se acessa serviços e bens necessários à vida digna. Tudo isso que foi dito, o **prédio abandonado**, o **desempenho dos ocupantes** na Assembleia Geral e nos grupos de trabalho, a atuação de todos trabalhando juntos, contribuiu para tornar o local habitável e para a manutenção da ocupação.

Em suma, tentamos mostrar com exemplos como os “elementos heterogêneos da sobreposição social e material influenciam-se mutuamente” (LAW, 2019, p. 3, tradução livre) na **produção do espaço**, ou, dito de outra forma: como o intercâmbio entre sociedade e espaço funciona nos dois sentidos: as atividades coletivas dos atores contribuem para a criação do espaço, e as relações criadas na rede-actante determinam a produção do espaço (ODENDAAL, 2014). Mas qual a relação deste espaço da ocupação com outros espaços do centro e da cidade?

De acordo com Latour, sempre existe uma relação entre o **local** e **outros locais (contexto)** que tem a ver com os articuladores e localizadores (LATOURE, 2005). Os espaços são organizados para construir conexões e limites, inclusões e exclusões que atendem a propósitos específicos e, portanto, nunca são neutros (BURRELL & DALE, 2014). O espaço é uma rede móvel de coisas e humanos, de lugares em mudança, de comunicação (LEMONS,

2013). Os fluxos de pessoas, recursos, coisas, informações etc. que **articuladores** e **mediadores** oferecem em relação às localidades são elementos muito importantes que afetam o espaço e a construção do espaço. Como afirma Law, “os objetos realizam condições espaciais de im/possibilidade” (LAW, 2002, p. 92, tradução livre).

A **fronteira**, então, não é um isolamento, mas um **articulador** que tenta selecionar e controlar o fluxo de entrada e saída da ocupação e as **conexões** com outros “locais”. O prédio ocupado não estava em qualquer lugar, estava no centro da cidade. Essa escolha tem a ver com o que o centro da cidade representa em termos de acesso a bens, serviços e oportunidades que estão diretamente ligados à satisfação de outros direitos fundamentais (educação, saúde, etc.). Além disso, tem a ver também com o direito à cidade e a potencialização da ação política. Isso, pois, as ocupações no centro têm naturalmente mais visibilidade, primeiro pelo simples fato de estar em um local onde passa muita gente, e segundo porque a imprensa tem uma cobertura mais intensa do que acontece no centro da cidade. Adicionalmente, no centro, o acesso é mais fácil tanto para apoiadores e parceiros quanto para os próprios ocupantes, se pensarmos em direções alternadas de fluxos. Por um lado, isso facilita o apoio (material e simbólico) de outros atores à ocupação (fluxo fora-dentro). Por outro lado, a **casa**, o lugar de moradia, está conectada com **outras localidades**, ou seja, é por onde se faz o acesso ao mundo, onde se busca a satisfação das necessidades, de outros direitos básicos, serviços públicos, oportunidades de trabalho e de ações políticas (fluxo dentro-fora).

O principal **articulador** entre localidades da cidade são as vias de acesso, calçadas e o sistema de transporte (as infraestruturas para o transporte privado e o transporte público), mas o acesso ao transporte da cidade é **mediado** pelo dinheiro. Ou seja, é preciso certa quantia de dinheiro para usufruir do transporte privado e público. Assim, poder alcançar outras localidades e o que elas oferecem (algum serviço ou oportunidade de emprego) caminhando (gratuitamente) em tempo razoável, é especialmente importante para populações que não têm muito dinheiro e pode significar a única ou uma das poucas possibilidades de acesso a esses bens, serviços e possibilidades. O centro da cidade oferece essa acessibilidade de estar próximo de muitos equipamentos, serviços públicos e oportunidades de emprego ou geração de renda. Complementarmente, o centro de Belo Horizonte, também oferece esse acesso em relação, por exemplo, ao poder institucional, uma vez que é no centro da cidade (ou próximo dele) que se localizam a Prefeitura Municipal, várias secretarias municipais, a Câmara dos Vereadores, a Câmara dos Deputados Estadual, etc. Isso facilita atos e protestos para pressionar os que têm o poder instituído pelo sistema político formal.

Devido aos articuladores e mediadores (que podem ser obstáculos ou facilitadores), o entorno não é uma mera adjacência. Não pode ser considerado a princípio e de forma irrefletida como uma continuidade da localidade ou, pelo contrário, uma descontinuidade. Assim como as distâncias são criadas por relações que estão sempre mudando (FENWICK & EDWARDS, 2011), a **localização** também está, pois diferentes *assemblages* podem constituir possíveis **articuladores** (LATOURE, 2005) de alguma localidade em relação a outras. Esses articuladores as conectam e possibilitam alguns fluxos entre elas, enquanto outras podem atuar como obstáculos (LEMOS, 2013) filtrando ou impedindo que coisas, pessoas, ideias, práticas etc. passem de uma localidade à outra.

Como dissemos a fronteira da ocupação também pode ser entendida como um articulador (LATOURE, 2005), possivelmente não o único, mas que certamente um dos que permite um fluxo controlado entre a ocupação e o centro da cidade e a cidade. Mas podemos pensar também na própria Ocupação Vicentão como um articulador do centro da cidade com a periferia. Isso porque, além da representatividade simbólica dessa população no centro, conecta essas duas localidades na promoção de atividades e eventos que convidam o povo pobre, negro e favelado, a fazerem parte da ocupação, sejam como ocupantes, ou como apoiadores e visitantes. Consideramos que, de alguma forma, a existência da ocupação no centro desafia certa ordem de produção da cidade colocando, justamente, a periferia no centro.

Não nos parece demais concordar com McFarlane (2011) a respeito do entendimento do **espaço urbano como uma constituição relacional**, ou seja, como produzido por “alinhamentos sociomateriais, ora estáveis, ora precários — que compõem as continuidades e descontinuidades da vida urbana” (McFARLANE, 2011, p. 662, tradução livre) e que a moradia também deva ser considerada um fazer e uma forma de fabricação do urbano que faz parte dessa construção da cidade. Transportando para nosso objeto, a *assemblage* da ocupação não é isolada de outras *assemblages*, e sua relação com essas outras *assemblages* afeta-a e vice-versa. A ocupação é profundamente afetada pelo centro da cidade e pela cidade, ao mesmo tempo afeta e tenta afetar ainda mais a cidade a partir da disputa do meio a partir da noção de direito à cidade e da função social da propriedade. Afeta o centro da cidade, primeiro, porque altera o fluxo de pessoas, coisas, discursos, imagens, medos, desejos, possibilidades e diferentes formas de morar e viver naquele lugar específico em que se materializa. Segundo, porque sua existência, possibilitada, e em parte legitimada, entre outras coisas, pela função social da propriedade e pelo Direito à Cidade não apenas questiona o modelo “neoliberal” de produção da cidade, mas busca desafiá-lo, ainda que não de forma

frontal, como seria o caso do questionamento da propriedade privada de forma absoluta. Dessa forma, a partir desses dois dispositivos (não apenas, mas crucialmente) a “função social da propriedade” e “Direito à Cidade”, ela tem a possibilidade de se espalhar, de fazer-se contagiosa.

A Ocupação Vicentão, apesar de ser moradia, não é apenas moradia, como já discutimos anteriormente. Trata-se de uma luta por direitos, primeiramente pelo direito básico de morar e pelo direito de trabalhar no centro da cidade. Depois, é uma luta por tudo o que o centro da cidade e a cidade oferecem de bom para a população. Remetem, assim, à democratização do acesso às riquezas que são produzidas e circuladas na cidade. E, finalmente, a partir da ideia do direito à cidade a ocupação é, também, uma luta pela democratização da possibilidade de influir na construção da cidade. Isso não é frívolo se concordarmos que a cidade é o ambiente primordial em que vivemos e que este meio cria im/possibilidades **de formas de viver**.

Não podemos olvidar ou minimizar, contudo, como afirma Handel, que “casas/lares são instrumentos dominantes de mecanismos de poder: planejamento estatal, disciplina social, renovações urbanas, planos de bem-estar, investimentos de capital, modos de organização patriarcal, ações militares e muito mais” (HANDEL, 2019, p. 6). Adicionalmente, as **condições para a fabricação da cidade são severamente desiguais**, uma vez que “as *assemblages* urbanas são estruturadas, hierarquizadas e narrativizadas por meio de relações profundamente desiguais de poder, recursos e conhecimento” (McFARLANE, 2011, p. 667, tradução livre).

Entendemos, no entanto, que, embora haja essa **diferença de potencial** (FOUCAULT, 1990b), não podemos entendê-la como uma dominação (FOUCAULT, 1990a; MACHADO, 1990; ORELLANA 2008). Auxilia-nos pouco, igualmente, explicá-la a partir de um entendimento da realidade de que vivemos em dimensões distintas — macro e micro, local e global —, mas que se trata de uma diferença de escala (KAMALIPOUR & PEIMANI, 2015). A questão, como coloca Latour, é o tamanho/comprimento da rede-actante a que se consegue mobilizar para fazer emergir e estabilizar determinada realidade (assim como as que a ameaçam). Colocando nos termos da produção da cidade, primeiro é importante entender a cidade como um processo de contínua construção, um verbo, um “fazendo” (McFARLANE, 2011) que ocorre através de relações constituídas historicamente (KAMALIPOUR & PEIMANI, 2015) as quais *assemblages*, tais como a que nós tomamos como objeto dessa pesquisa, são parte.

Entendemos que essas relações constituídas historicamente, que ligam longas cadeias de aliados heterogêneos (discursivos e não discursivos, humanos e não humanos, corpóreos e não corpóreos) e criam diferenças de potencial — como asseverado por Handel (2019), Burrell e Dale (2015), McFarlane (2011), Harvey (2008) e Foucault (2008c) — podem ser entendidos nos termos callonianos como **agenciamentos sociotécnicos** (CALLON, 2008). São esses agenciamentos sociotécnicos urbanos, para dizer especificamente da cidade, que, em exercício, materializam a realidade urbana em que vivemos, uma vez que seu arranjo possibilita determinados fluxos e processos de construção da cidade enquanto dificulta outros. Como dissemos, embora sejam **articulações estratégicas e historicamente construídas**, não são sistemas fechados, coerentes, pré-programados e passíveis de controle por um ator ou um grupo.

A Ocupação Vicentão, a *assemblage* que foi nosso objeto de estudo, está inserida nesses agenciamentos sociotécnicos urbanos, mas busca alterá-lo para fazê-lo funcionar diferentemente, produzindo outras cidades e outras vidas, como discutimos em relação ao direito à cidade e à função social da propriedade. Em sua existência, ainda que passageira, a *assemblage* foi **emergência** que só pode se materializar a partir de verbos: narrativizar, discursar, juntar, organizar, mobilizar, coletivizar, protestar, unir, disputar, lutar, etc. Não obstante, todas essas ações se dão em uma realidade específica em que elementos historicamente construídos estão mais ou menos disponíveis para serem juntados. Isso dá a dimensão da importância dos processos históricos e das **conquistas ou derrotas do passado** para as **lutas do presente**, ou **das lutas do presente para as lutas do futuro** (como notamos em relação ao direito à cidade, a função social da propriedade e mais recentemente a Mesa de Diálogo). Se “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 1990b, p. 28), parece ser importante, então, não se furtar à luta.

Por fim, gostaríamos de buscar condensar e destacar algumas das contribuições que entendemos terem sido aportadas pela presente pesquisa nos âmbitos teórico, empírico-analítico e metodológico, notadamente para o campo dos Estudos Organizacionais, mas também em relação às reflexões acerca das práticas de poder e resistência. A maior parte dessas contribuições é fruto da tentativa de fazer conversar os conceitos e reflexões de Foucault, com os conceitos e pesquisas empíricas dos investigadores ligados à Semiótica Material.

No âmbito teórico, primeiramente, gostaríamos de asseverar que entendemos organizar como exercício de poder. Desdobrando essa afirmação temos que as organizações

são desempenhadas a partir de práticas de poder e que, portanto, a Semiótica Material é sobre poder. Isso, contudo, não significa, necessariamente, que organizar é oprimir, mas, certamente, é exercer, em algum grau, submissão; e estar organizado, ou participar de uma organização, por outro lado, é submeter-se. A Submissão não precisa ser em relação a outro sujeito e para fins de exploração, mas pode se dar em relação a uma ideia ou a um projeto coletivo, uma organização, inclusive, para fins de resistência e que pode, igualmente, ser uma escolha transitória daquele sujeito. A questão que se coloca e que retoma a atitude crítica e a noção ética-estética de Foucault em relação a “se organizar para resistir” é: se submeter à quem, para quais fins? Com isso gostaríamos de aproveitar para ressaltar a dimensão produtiva do poder em relação à produção da resistência e buscar desfazer o engano que acreditamos existir quando se considera o poder em polo oposto ao da liberdade.

Segundo, não é satisfatória a compreensão das organizações a partir, apenas, de explicações organizacionais, ou seja, das relações interiores entre os elementos que compõe aquele coletivo híbrido. Isso, pois, as práticas de poder mais imediatas que constituem as organizações se relacionam com formas mais gerais de poder como, por exemplo, os agenciamentos capitalistas na produção da cidade e a razão governamental neoliberal de produção da vida. Juntamente a isso, podemos dizer que as relações de poder que constituem as organizações se apoiam em elementos constituídos historicamente, em geral, em disputa. Portanto, as relações de poder devem ser entendidas, também, como uma perspectiva que trabalha a historicidade, uma vez que são os processos históricos que criam os elementos (objetos, discursos, etc.) que estabelecem as condições de im/possibilidade (suportes) para que uma ou outra realidade possa emergir.

Terceiro, a noção de historicidade e das condições de possibilidade traz à cena a diferença de potencial, a desigualdade entre as possibilidades de ação entre as redes-actantes. Essa noção leva em conta tanto uma apreensão dinâmica e aberta da história, como efeito de relações de poder e disputas, mas também contempla e possibilita investigar as condições em que essas disputas ocorrem, muitas vezes, em significativa desigualdade. Mais do que isso, possibilita a investigação de elementos ou de redes-actantes que sustentam as dinâmicas e fluxos desiguais de poder para informar ações de resistência e transformação estrategicamente mais bem orientadas.

Finalmente, acreditamos que esses pontos teóricos potencializam a análise crítica das organizações e presta ferramentas e reflexões para a compreensão da relação entre política e a vida organizada (organizações). Entendendo a organização como o efeito de um fazer coletivo e dinâmico de humanos e não humanos podemos aprofundar-nos, por exemplo, nos efeitos

que causamos nelas e que elas causam em nossas vidas. A Semiótica Material auxilia a compreensão da emergência e manutenção desses coletivos híbridos como um efeito, ao mesmo tempo em que podem ser tomados como agentes que geram outros efeitos que repercutem em nossa realidade e em nossas vidas.

No âmbito empírico-analítico é necessário pontuar que a Semiótica Material parte de uma noção de organização como verbo, ou seja, atém-se às práticas (discursivas e não discursivas) para entender como a organização é desempenhada. A noção processual da organização, aliada às ferramentas analíticas férteis e razoavelmente bem desenvolvidas por conta de seus estudos empíricos, nos ajuda a evitar recorrer a reificações como atalhos explicativos ou em proposições teóricas muito abstratas. Além disso, por sua afinidade com a perspectiva foucaultiana, podem auxiliar de sobremaneira a implementação de pesquisas que buscam partir dos efeitos e das relações infinitesimais de poder nas extremidades para compreender a realidade em que vivemos, afastando-se das explicações exclusivamente jurídicas ou que partem do Estado. Assim, auxilia de significativamente a investigação empírica a respeito de práticas e relações de poder que dão forma e possibilidade às nossas vidas. Adicionalmente, entendemos que se trabalhada de forma a historicizar a constituição dos elementos que compõe a organização, e seu campo de força, auxilia a fazer o trânsito entre as formas mais particulares de poder às mais gerais sem que seja necessário recorrer às diferenciações de níveis de análise como macro e micro, local ou global, passando a entender estas ideias (macro e micro, local e global) como efeitos de relações de poder e não uma estrutura da realidade.

Por último, acreditamos que o nosso artesanato metodológico, em que articulamos conjuntamente Semiótica Material e Foucault, constituiu-se em um esforço original de viabilização da pesquisa baseada em uma visão não essencializada do mundo. A partir das orientações metodológicas da Semiótica Material e dos cuidados sugeridos por Foucault, foi-nos possível realizar a pesquisa com foco nos efeitos de poder e nas práticas discursivas e não discursivas e promover uma análise ascendente do poder. Mais do que isso, foi-nos possível perceber que o exercício do poder mobiliza uma série de elementos de humanos e não humanos na condução das condutas no corpo, através do meio ou através da disputa em torno da verdade. Finalmente, seguindo os “sete pontos sobre metodologia”, tentamos fazer o autor deslizar um pouco para dentro do texto e apresentar as condições objetivas e subjetivas de produção da presente pesquisa, rejeitando a posição de cientista invisível e se colocando como um dos sujeitos que participou de sua posição específica, e lateral, da história que foi contada.

VIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, F. L. Responsabilización por la competencia administrada. In: Centro Latino Americano de Administración para el Desarrollo. **La responsabilización em La nueva gestión pública Lationoamericana**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2000.

ADVERSE, H. Liberdade e Governamentalidade: Foucault e a Genealogia do Liberalismo. **Revista Estudos Filosóficos** nº 12/2014 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967
<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos> DFIME – UFSJ - São João del Rei-MG. Pág. 16 – 27

_____. Ontologia do Presente. **Revista Nuntius Antiguus** nº 6, dezembro de 2010, Belo Horizonte.

AGÊNCIA BRASIL. **Proibição do comércio de vendedores ambulantes gera protesto no centro de BH**, 03 de julho de 2017, por Léo Rodrigues. [online] EBC - Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/proibicao-do-comercio-de-vendedores-ambulantes-gera-protesto-no-centro-de-bh>. Acesso em 25 fevereiro de 2020.

ALCADIPANI, R. **Michel Foucault: Poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 168 p.

_____; MOTTA, F. C. P. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, 2004.

_____; TURETA, C. Teoria ator-rede e estudos críticos em administração: possibilidades de um diálogo. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 7, p. 405-418, 2009.

ANDRADE, D. P.; OTA, N. K. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 275-316, Junho de 2015.

ARAÚJO, W. M.; MELLO, E. M. R. Movimentos Sociais: reflexões sobre o século XX e as conexões possíveis com as experiências do século XXI. In: MACHADO, L. R. de S.; AFONSO, M. L. M. **Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

ARÊDES, J. A. P. Foucault: da Morte do Sujeito ao Sujeito da Morte. **Philosophica**, 8, 1996, pp. 37-49.

AYER, F. **Indicadores mostram que hipercentro de BH está saturado**, 02 de março de 2014. O Estado de Minas [online]. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/03/02/interna_gerais,503732/indicadores-mostram-que-hipercentro-de-bh-esta-saturado.shtml. Acesso em: 05 de janeiro de 2019

AZEVEDO, S.; AFONSO, M. R. Cidade, Poder Público e Movimento de Favelados. In: **Movimentos Sociais em Minas Gerais – Emergência e Perspectivas**. POMPERMAYER, M. J. (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

BANDEIRA, Luiz A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2002, vol.45, n.2, pp.135-146

BAPTISTA, P. S. F. **A Privatização dos Espaços Comuns Nas Habitações de Interesse Social**: o caso do bairro Granja de Freitas, em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2011.

BARAD, K. **Meeting the Universe Halfway**: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning. Durham; London: Duke University Press, 2007.

BARRETO, I. R. **Cotidiano e Assessoria Técnica na Ocupação Vicentão**. Monografia (Bacharelado) Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

BBC BRASIL. **Senado aprova reforma trabalhista**: saiba o que pode mudar para os trabalhadores, 11 de julho de 2017. [online] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40577806>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

BEETZ, J. Material Semiotics and the Rhizomatic Subject. In: **Materiality and Subject in Marxism, (Post-)Structuralism, and Material Semiotics**. Palgrave Macmillan, London, 2016.

BENCHERKI, N. How things make things do things with words, or how to pay attention to what things have to say. **Communication Research and Practice**, 2:3, 2016, 272-289

BEST, J.; WALTERS, W. Translating the Sociology of Translation. **International Political Sociology**, 2013, 7 (3): 345 – 49.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_que_e_cebs.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2019.

BITTENCOURT, R. R. **Cidadania autoconstruída**. O ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2016

BIZZOTO, L. **#RESISTEIZIDORA**: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2015.

BRASIL, Constituição Federal (1988). **Capítulo II — DA POLÍTICA URBANA**, Art. 182 e 183. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25 de dezembro de 2019.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Capítulo III — Da Usurpação, Artigo 161. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-

[lei/del2848.htm](#). Acesso em 27 de dezembro de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Capítulo II: dos Direitos Sociais. Brasília. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25 de dezembro de 2019.

BRIGADAS POPUALRES. **Quem Ocupa Não Tem Culpa! Circuito em defesa da Reforma Urbana**. Disponível em:

<https://brigadaspopulares.org.br/quem-ocupa-nao-tem-culpa-circuito-em-defesa-da-reforma-urbana/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019

BURRELL, G.; DALE, K. Space and Organization Studies. In: ADLER, P., DU GAY, P., MORGAN, G. & REED, M. (eds). **The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory, and Organization Studies**: Contemporary currents (pp. p. 684-706). Oxford: Oxford University Press, 2015.

BUTLER, J. Performative agency. **Journal of cultural economy**, 3(2), 2010, pp.147-161.

CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. Participatory urban planning in Brazil. **Urban Studies**, 52(11), 2015, 2001–2017.

ÇALIŞKAN, K.; CALLON, M. Economization, part 2: a research programme for the study of markets, **Economy and Society**, 2010, 39:1, 1-32

CALLON, M. **Economic Markets and the Rise of Interactive Agencements**: From Prosthetic Agencies to Habilitated Agencies. *Living in a Material World*, 2008, 28–56.

_____. Some Elements of a Sociology of Translation. Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. **The Sociological Review**, 32, 1984.

_____; LATOUR, B. Unscrewing the big leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them do so. In: KNORR-CETINA, K.; CICOUREL, A. (Eds.). **Advances in social theory and methodology**: toward an integration of micro and macro sociologies. Londres: Routledge, 1981. p. 277-303.

_____; LAW, J. On Interests and their Transformation: Enrolment and Counter-Enrolment, **Social Studies of Science**, 1982,12(4): 615–25.

CAMPOS, R. B. M. **O outro loteador popular**: os loteamentos populares associativos sob a participação e liderança do Padre Piggi Bernareggi. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CANDIOTTO, C. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.

_____. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 48, n. 115, p. 203-217, 2007.

CANETTIERI, T. A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana:

o caso da PBH Ativos S/A. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais**, v. 19, p. 513-529, 2017.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTREE, N. Environmental issues: from policy to political economy. **Progress in Human Geography**: an international review of geographical work in the social sciences and humanities, 26 (3), 2002, 357-365.

CAVALCANTI, M. F.; ALCADIPANI, R. Organizações como processos e teoria ator-rede: a contribuição de Law para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, p. 556-558, 2013.

CHOMSKY, N. **Primavera Árabe**: em fase de desconstrução? Tradução de Inês Castilho. Entrevista concedida a Michael Bröning, no IPG Journal, 2013. Disponível em <http://outraspalavras.net/posts/primavera-arabe-em-desconstrucao/>. Acesso em 16 de abril 2017.

CLEGG, S. **Frameworks of Power**. London: Sage, 1989, 272p.

CNN. **Brazil fire**: Sao Paulo building consumed in deadly blaze, 2 de maio de 2018, por Euan McKirdy, Judith Vonberg e Spencer Feingold. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/05/01/americas/sao-paulo-building-fire-intl/index.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

COCHOY, F. A Theory of ‘Agencing’: On Michel Callon’s Contribution to Organizational Knowledge and Practice. In: ADLER, P., DU GAY, P., MORGAN, G. & REED, M. (eds). **The Oxford Handbook of Sociology, Social Theory, and Organization Studies**: Contemporary currents (pp. 106-124). Oxford: Oxford University Press, 2015.

CONSOLE, T. A Rua Vive! Dignidade Ambulante: um relato da luta dos camelôs em Belo Horizonte, 19 de julho de 2018. Sítio online: **Olhar de Classe**. Observatório do Mundo do Trabalho. Disponível em: <http://olhardeclasse.com.br/index.php/a-rua-vive-dignidade-ambulante-um-relato-da-luta-dos-camelos-em-belo-horizonte/>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

COOREN, F. Textual Agency: How Texts Do Things in Organizational Settings. **Organization**, 11(3), 2004, 373–393.

_____; FAIRHURST, G. T.; HUËT, R. Why matter always matters in (organizational) communication. In P. M. Leonardi, B. A. Nardi & J. Kallinikos (Eds.), **Communication as organizing**: Practical approaches to research into the dynamic of text and conversation (pp. 81-100). Mahwah, NY: Lawrence Erlbaum Associates, 2012.

COURPASSON, D.; GOLSORKHI, D.; SALLAZ, J. Rethinking Power in Organizations, Institutions, and Markets: classical perspectives, current research and the future agenda. **Research in Sociology of Organizations**, 34, 2012, pp. 1-20.

CZARNIAWSKA, B. **A Theory of Organizing**. Edgar Elgar, 2dn Edition, 2014.

_____. A four times told tale: Combining narrative and scientific knowledge in organization studies. **Organization**, 1997, 4 (1), pp. 7–30.

_____. Actor-network theory. **The SAGE handbook of process organization studies**, 160-173, 2017.

_____. **Bruno Latour: Reassembling the Social: An introduction to actor-network theory**. 2005, Book Review. Oxford: Oxford University Press, 301 2006.

_____. Emerging institutions: Pyramids or anthills? **Organization Studies**, 30(4), 423–441, 2009.

_____. **Shadowing and other techniques**, Liber: Copenhagen Business school Press and Universitet forlaget, 2007.

_____. Things and Words. **Journal of Change Management**, 13:3, 2013, 362-367.

CZARNIAWSKA-JOERGES, B.; JOERGES, B. How to Control Things with Words: Organizational Talk and Control. **Management Communication Quarterly**, 2(2), 1988, 170–193.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. – 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, N. Politics Materialized: Rethinking the Materiality of Feminist Political Action through Epigenetics. **Women: A Cultural Review**, 25(1), 2014, 62–77.

DE JESUS, A.; GONÇALVES, I.; VASCONCELOS, L. F.; BITTENCOURT, R. **Mesa Estadual de Diálogo e Negociação do Estado de Minas Gerais (MG): histórico de criação, funcionamento e perspectivas**. 2019. [online] Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Disponível em: <https://www.laurocampos.org.br/2019/04/23/mesa-estadual-de-dialogo-e-negociacao-do-estado-de-minas-gerais-mg-historico-de-criacao-funcionamento-e-perspectivas/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

DIAS, M. T. D.; DECAT, T. L. **Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte: redistribuição como reconhecimento na luta pelo exercício do direito à moradia adequada**. Revista de Direito da Cidade, vol. 10, nº 2. ISSN 2317-7721 pp. 1153-1176

DRYZEK, J.; DUNLEAVY, P. **Theories of the democratic State**. Palgrave Macmillan, 2009. Cap. 5.

FENWICK, T.; EDWARDS, R. Introduction: Reclaiming and renewing Actor Network Theory for educational research. **Educational Philosophy and Theory**, 43, 1–14, 2011.

FERNANDES, E. “The challenges of reforming the urban legal framework: a critical assessment of Brazil's City Statute 10 years later”, in **World Bank Legal Review** 5, Washington DC, 2013.

_____. Constructing the ‘Right To the City’ in Brazil. **Social & Legal Studies**,

16(2), 2007, 201–219.

FERRARO, S. **Quem ocupa não tem culpa!** 01 de maio de 2018. Esquerda Online. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/05/01/quem-ocupa-nao-tem-culpa/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

FIGUEIREDO, L. **Morre Tasso Assunção, o banqueiro que se escondia no armário, 08 de dezembro de 2010.** Blogue do Lucas Figueiredo[online blog]. Disponível em: <https://lfigueiredo.wordpress.com/2010/12/08/morre-tasso-assuncao-o-banqueiro-que-se-escondia-no-armario/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

FISCHER, B. Foucault e histórias de vida: aproximações e que tais. História da Educação/ **Revista da ASPHE**. Pelotas: Editora da UFPel, 1997.

FLEMING, P.; SPICER, A. Power in Management and Organization Science, **The Academy of Management Annals**, 2014, 8, pp. 237-298.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Senado aprova PEC do Teto, que limita gastos do governo por até 20 anos**, 13 de dezembro, 2016. [online] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840989-senado-aprova-pec-do-teto-que-limita-gastos-do-governo-nos-proximos-20-anos.shtml>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

FONSECA, M. **Michel Foucault e o Direito**. Tese de doutorado em Direito. São Paulo, USP, 2001.

FONSECA, H.; GONÇALVES, R. Possibilidades contra-hegemônicas: reinventar a política é possível? **V!RUS**. São Carlos, n. 17, 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. Curso no Collège de France (1981-1982). Edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução. Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. Martins Fontes. São Paulo, 2006.

_____. **As Palavras e as Coisas**. Tradução: Salma Tannus Muchail - 8ª edição. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

_____. **Em Defesa da Sociedade**: curso no curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Sexualidade 1 - Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e. J. A. Guilhon Albuquerque. 13.a Edição. Editora: Graal, 1999a.

_____. **História da Sexualidade 3 – O cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e. J. A. Guilhon Albuquerque. 8.a Edição. Editora: Graal, 2005b.

_____. **Microfísica do Poder**. Org e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990b.

_____. **O Governo dos Vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **O Governo de Si e dos Outros**. Curso no Collège de France. (1982-1983). Edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução. Eduardo Brandão, Martins Fontes. São Paulo, 2010.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France. (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008b.

_____. **Qu'est-ce que la critique?** Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990a (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de wanderson flor do nascimento. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>

_____. **Segurança, Território e População**: curso no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008c.

_____. **The Confession of the Flesh** (trans. Colin Gordon). In C. Gordon (Ed.), *Power/ Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972–1977, 1980*, pp. 195–228.

_____. Verdade, poder e si. In: MOTTA, Manoel de Barros da (org.). **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões; tradução de Raquel Ramalhete. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999b

FRANKEL, M. The Politics of Translation: How State-Level Political Relations Affect the Cross-National Travel of Management Ideas. **Organization**, 2005, 12(2): 275-301.

FREITAS, L. F. V. **Do profavela à izidora**: a luta pelo direito à cidade em Belo horizonte. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito. Belo Horizonte, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2018.

G1, GLOBO. **Governo muda as regras do Minha Casa, Minha Vida**. Medidas buscam reaquecer a construção civil, 06 de fevereiro de 2017. [online] Portal G1, Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/02/governo-muda-regras-do-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

_____. **Jair Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência**, 11 de outubro de 2018a. [online] Portal G1, Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

_____. **'Não sou líder de movimento, só ajudo as pessoas', diz homem apontado**

como coordenador de ocupações em SP, 04 de maio de 2018b. G1, Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lider-de-movimento-em-predio-que-desabou-presta-depoimento-a-policia-em-sp.ghtml>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study**: Problems and methods. Edward Elgar Publishing, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. Tradução: Marcel Arustudes Ferrada Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOSS, D.; JONES, R.; BETTA, M.; LATHAM, J. **Power as Practice**: A micro-sociological analysis of the dynamics of emancipatory entrepreneurship, **Organization Studies**, 32(2): 211-229, 2011.

GRBIN, M. Foucault and space. **Socioloski Pregled**, 49(3), 2015, 305–312.

GUGGENHEIM, M. Im/Mutable Im/Mobiles. From the Socio-Materiality of Cities towards a Differential Cosmopolitics. In: Andres Blok and Ignacio Farías, eds. **Urban Cosmopolitics, Agencements, Assemblies, Atmosphere**. London: Routledge, 2016, pp. 63-81.

GUROVITZ, H. **As Lições da Tragédia Paulistana**. 03 de maio de 2018. Instituto Millenium [online]. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/artigos/as-lico-es-da-tragedia-paulistana/>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

GUZZO, J. R. **Pode invadir: As gangues que exploram a invasão de imóveis estão acima da lei**, 02 de Maio de 2018. Revista Veja [Online]. Acesso em: 22 de janeiro de 2019.

HANDEL, A. What's in a home? Toward a critical theory of Housing/dwelling. *Environment and Planning C: Politics and Space*. 37(6), 2019, 1045–1062.

HARDY, C.; THOMAS, R. Discourse in a Material World. **Journal of Management Studies**, 2015, 52 (5), 2015, pp. 680 – 696.

HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, 53, 23-40, 2008.

HEYWOOD, A. **Political Ideologies**: An introduction. London: Palgrave Macmillan, 2017.

HOJE EM DIA. **Após tragédia em São Paulo, PBH se junta ao Estado para aumentar a segurança em prédios ocupados**, 4 de maio de 2018a, por Rosiane Cunha. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/após-tragédia-em-são-paulo-pbh-se-junta-ao-estado-para-aumentar-a-segurança-em-prédios-ocupados-1.619004>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

_____. **Hipercentro de Belo Horizonte tem pelo menos 89 imóveis ociosos à espera de uma nova utilização**, 22 de maio de 2018b, por Raul Mariano e Mariana Durães. [online] Jornal Hoje em Dia. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/hipercentro-de-belo-horizonte-tem-pelo-menos-89-imóveis-ociosos-à-espera-de-uma-nova-utilização-1.623515>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

HOWART, D. 'An Archaeology of Political Discourse? Evaluating Michel Foucault's Explanation and Critique of Ideology', **Political Studies**, 2002, 50, 1, 117–35.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Belo Horizonte panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em 13 de janeiro de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral, 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6397#resultado>. Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

INSTITUTO POLIS. **Quem Ocupa Não Tem Culpa! Nota de Solidariedade**. [online] Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-ocupa-nao-tem-culpa/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

INTERSINDICAL. **Enquanto trabalhar for proibido, ocupar as ruas é um direito**, 10 de julho de 2017. [online] Intersindical Central da Classe Trabalhadora. Disponível em: https://www.intersindicalcentral.com.br/enquanto-trabalhar-for-proibido-ocupar-as-ruas-e-um-direito/#.XmP_m8jQheN. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

_____. **Quem somos**, 1 de maio de 2015. [online] Intersindical Central da Classe Trabalhadora. Disponível em: <https://www.intersindicalcentral.com.br/intersindical-quem-somos/#.XgEQvjLQipo>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.

INTRONA, L. D. Towards a Post-human Intra-actional Account of Sociomaterial Agency (and Morality). In: KROES, P.; VERBEEK, P. P. **The Moral Status of Technical Artifacts**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 31-53.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018). **Governança Metropolitana: Perfil Região Metropolitana de Belo Horizonte**. [online data]. Disponível em: <http://brasilmetropolitano.ipea.gov.br/#dados>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadã. **Ciência & Saúde Coletiva** 7.3 (2002): 443-54.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, p. 414-464, 2016.

KAMALIPOUR, H.; PEIMANI, N. Assemblage Thinking and the City: Implications for Urban Studies. **Current Urban Studies**, 3, 402-408, 2015.

KETTL, D.F. A revolução global: a reforma da administração. In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pgs. 75-122

LACRUZ, A. J.; AMÉRICO, B. L.; CARNIEL, F. Teoria ator-rede em estudos

organizacionais: análise da produção científica no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 15, n. 3, 2016, p. 574-598

LANCIONE, M.; McFARLANE, C. Infrastructural becoming. Sanitation, cosmopolitics and the (un)making of urban life at the margins. In: Andres Blok and Ignacio Fariás, eds. **Urban Cosmopolitics, Agencements, Assemblies, Atmosphere**. London: Routledge, 2016, 45–62.

LATOUR, B. **Aramis, or the Love of Technology**. Translated by Catherine Porter Harvard University Press, Cambridge, MA, 1996.

_____. Drawing Things Together. In: LYNCH, M.; WOOLGAR, S. (Eds.) **Representation in Scientific Practice**. Cambridge, Mass, MIT Press: 19-68, 1990.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

_____. **Messenger Talks**. Lund: Institute of Economic Research Working Paper No. 9, 1993.

_____. **Pandora's Hope**: Essays on the Reality of Science Studies, Cambridge, MA & London: Harvard University Press, 1999.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Bauru, SP: EDUC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

_____. **Reassembling the Social**: An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **Science in Action**: How to Follow Scientists and Engineers Through Society. Harvard University Press, 1987.

_____. Spheres and networks: two ways to reinterpret globalization. Paper presented at Harvard School of Design (organized with Peter Soterdijk). February 2009, **Harvard Design Magazine** 30.

_____. Whose Cosmos, Which Cosmopolitics?: Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck. **Common Knowledge**, v. 10, n. 3, 2004, p. 450–462.

_____. The powers of association. In: LAW, J. (Ed.), **Power, action and belief**: a new sociology of knowledge? London: Routledge & Kegan Paul, 1986, pp.264-80.

_____. The Politics of Explanation: An Alternative. In: Woolgar, S. (editor). **Knowledge and Reflexivity, New Frontiers in the Sociology of Knowledge** Sage, London, 1988, pp.155-177.

LAW, J. **Actor Network Theory and Material Semiotics**, 2007. Disponível em: [http://www.heterogeneities.net/publications/Law ANTandMaterialSemiotics.pdf](http://www.heterogeneities.net/publications/Law_ANTandMaterialSemiotics.pdf). Acessado em 5 Janeiro 2019.

_____. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: Turner, B. S. (Ed). **The**

new blackwell companion to social theory. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009. p. 141-158

_____. **After Method**: Mess in Social Science Research. London: Routledge, 2004.

_____. Objects and Spaces. **Theory, Culture & Society**, 19(5-6), 2002, 91–105.

_____. **Objects, Spaces and Others**. Available from:

<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Objects-Spaces-Others.pdf> (accessed 10 May 2004).

_____. **Organizing Modernity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.

_____.; URRY, J. Enacting the social. **Economy and Society**, 2004, 33(3), 390–410.

LECA, B.; GOND, J. P.; CRUZ, L. B. “Building ‘Critical Performativity Engines’ for deprived communities: The construction of popular cooperative incubators in Brazil.” **Organization**, 2014, 21(5): 683-712.

LECOMTE, J. Beyond indefinite extension: about Bruno Latour and urban space. **Social Anthropology**, 21(4), 2013, 462–478.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Éditions Anthropos, Paris, 1968, 164 p.

LEMKE, T. New materialisms: Foucault and the ‘government of things’. **Theory, Culture & Society**, 27(1), 2014, 130–152.

LE MOS, A. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. **Galáxia** (São Paulo) [online]. 2013, vol.13, n.25, 2013, pp.52-68.

LOPES, E. O Projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MACHADO, R. Introdução – Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Org e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

MACHADO, G. M. C.; BARRETO, I. R. SILVA, M. M. A.; LOURENÇO, T. C. B. “No Meio do Caminho Tinha uma Pedra...”: a assessoria técnica e o direito à cidade na Ocupação Vicentão em Belo Horizonte/MG Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1058>

MAIA, A. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7 (1-2): 83-103, outubro de 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0083.pdf>.

MARICATO, E. Autoconstrução e Arquitetura Possível. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega,

1979.

McCABE, D.; RUSSEL, S. ‘The costumes don’t do it for me’: Obstacles to the translation of ‘new’ management ideas. **Management Learning**, 2017, Vol. 48(5) 566 – 581.

McFARLANE, C. The City as Assemblage Dwelling and Urban Space. **Environment and Planning D: Society and Space**, 29, 649-67, 2011.

MICALLEF, V. J. **The Arab Spring: Six Years Later**. The Huffintong Post, 2016. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/joseph-v-micallef/the-arab-spring-six-years_b_14461896.html>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

MIGLIANO, M. Transformação por meio de narrativas juvenis nos fragmentos da “Praia da Estação”. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 168-189, jul./dez. 2018.

MINTZBERG, Henry. The fall and rise of strategic planning. **Harvard Business Review**, v. 72, n. 1, p. 107- 114, 1994

MOL, A. Ontological Politics. A Word and Some Questions. **The Sociological Review**, 1999, v. 47, n. 1_suppl, p. 74–89.

MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Vice usurpador aplicará programa recessivo e neoliberal**. [online] Vermelho 12 de maio de 2016. Disponível em:<https://vermelho.org.br/2016/05/12/mst-vice-usurpador-aplicara-programa-recessivo-e-neoliberal/> . Acesso em: 06 de janeiro de 2020.

MÜLLER, M. Assemblages and Actor-Networks: Rethinking Socio-Material Power, Politics and Space (November 1, 2014). **Geography Compass** 9, 2015, (1):27-41.

_____.; SCHURR, C. Assemblage Thinking and Actor-Network Theory: Conjunctions, Disjunctions, Cross-Fertilisations (December 28, 2015). **Transactions of the Institute of British Geographers** 41 (3): 217-29, 2016.

MUNRO, R. Actor-network theory. **The SAGE handbook of power**. London: Sage Publications Ltd, 125-39, 2009.

NICOLINI, D. **Practice theory, work, and organization**: An introduction. Oxford: Oxford University Press, 2012.

O BELTRANO. **Ocupação Vicentão: tomando o centro de volta**, 2018, por Petra Fantini. [online], O Beltrano. Disponível em: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/ocupacao-vicentao-tomando-o-centro-de-volta/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

_____. **PM prepara invasão de ocupação com helicópteros**, 10 de maio de 2018, por Peta Fantini. [online] O Beltrano. Disponível em: <https://www.obeltrano.com.br/portfolio/pm-prepara-invasao-de-ocupacao-com-helicopteros/> . Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

O ESTADO DE MINAS. **Integrantes de ocupação fazem protesto no Centro de BH**, 10 de maio de 2018, por Lucas Eduardo Soares e Gabriel Ronan. [online] Jornal O Estado de

Minas. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/05/10/interna_gerais,957888/integrantes-de-ocupacao-fazem-protesto-no-centro-de-bh.shtml. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

O GLOBO. **Morre em BH 1º condenado pelo crime do 'colarinho branco' no Brasil**. 7 de dezembro de 2010. [online] Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2010/12/morre-em-bh-1-condenado-pelo-crime-do-colarinho-banco-no-brasil.html>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

O TEMPO. **Em Minas, 20 mil famílias vivem em perigo em imóveis abandonados**, 30 de março de 2018, por Letícia Fontes e Rafaela Mansur. [online] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/em-minas-20-mil-familias-vivem-em-perigo-em-imoveis-abandonados-1.1607057>. Acesso 20 de janeiro de 2019.

O TEMPO. **Prefeitura de BH inicia operação contra camelôs no centro**, 03 de julho de 2017, Carolina Caetano. [online] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/prefeitura-de-bh-inicia-operacao-contracamelos-no-centro-1.1492533>. Acesso 20 de fevereiro de 2019.

O'MAHONEY, J.; STURDY, A. Power and The Diffusion of Management Ideas: The case of McKinsey & Co.,” **Management Learning** 47(3), 247-265, 2015.

ODENDAAL, N. Space Matters: The Relational Power of Mobile Technologies. *Urbe/Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 6, no. 1, 2014.

OLIVEIRA, S. S. R. Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960. **Revista Mosaico**. 2014, Volume 5, Número 8, pp 26-45.

OLIVEIRA, T.; PRONI, M.W. Um mercado de trabalho heterogêneo e flexível: um problema persistente no Brasil. **Revista da ABET**, v. 15, n. 2, 2016.

ORELLANA, R. C. A Ética da Resistência. In: ORELLANA, R. C.: **Foucault y el cuidado de la libertad**. Ética para un rostro de arena. Santiago de Chile, Editorial LOM, 2008, 532 págs.

ORLIKOWSKI, W. J.; SCOTT, S. V. Exploring material-discursive practices. **Journal of Management Studies**, 52, 2015, 697-705.

PAES DE PAULA, A. P. Administração Pública Brasileira, entre o Gerencialismo e a Gestão Social. **Rev. adm. empres.** [online]. 2005, vol.45, n.1, pp. 36-49.

PAES, K.D.; DALLAGNELO, E.H.L. O Sujeito na Epistemologia Lacaniana e sua Implicação para os Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2015, vol.13, n.3, pp. 530-546.

PAOLINELLI, M. S.; CANETTIERI, T. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 831-854, Dec. 2019.

PBH. **Plano Diretor - LEI 11.181/19**. [online] Sítio da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/proposta>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

pbh. **Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. 2007. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/publicacoes_plano_reabilitacao_hipercentro_bh.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

PEREIRA, L. C. B. Da administração pública à gerencial; In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (Orgs). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pgs. 237-270.

PEREIRA, R.D. O Sujeito em Foucault: pressupostos, possibilidades e suas interlocuções com os Estudos Organizacionais. **XXXIX EnANPAD**, Belo Horizonte, setembro de 2015.

PHILLIPS, J. Agencement/Assemblage. **Theory, Culture & Society**, 2006, 23(2-3), 108-109.

PICKERING, A. Living in the Material World. In: DEVAUJANY, F.; MITEV, N. (eds), **Materiality and Space: Organizations, Artefacts and Practices** (London: Macmillan), 2013, pp. 25-40.

POCHMANN, M. **Subdesenvolvimento e trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além, do poder disciplinar e do Biopoder, **Lua Nova** [online]. n.63, pp.179-201, 2004.

PURCELL, M. Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant. **Geojournal**, 58(2/3), 2002, 99-108.

PUTIN, V. Discurso no Valdai International Discussion Club, Sochi, Oct 2014, a forum for leading intelianalysts focused on Russia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9F9pQcqPdKo> . Acesso em: 23 de abril 2017

RANCIERE, J. **Ten theses on politics**, 2001. Disponível em: <http://www.egs.edu/faculty/jacques-ranciere/articles/ten-thesis-on-politics/>. Acesso em: 16/05/2015

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 11 N. 2 (2009): NOVEMBRO.

_____. 'Ten years of the City Statute in Brazil: From the struggle for urban reform to the World Cup cities', **International Journal of Urban Sustainable Development**, 5(1), 2013, 54-64.

ROSSI, P.; MELLO, G. A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer. [online] Carta Capital, 4 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-restauracao-neoliberal-sob-o-des-governo-temer/> . Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 - 1980**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SAHLIN-ANDERSSON, K.; ENGWALL, L. The Dynamics of Management Knowledge Expansion. In: SAHLIN-ANDERSSON, K.; ENGWALL, L. **The expansion of management knowledge: carriers, flows, and sources**. Stanford University Press, 2002, Pp. 277-296.

SARMIENTO, E.; GABRIEL, N. Food, actor-net-work and the transatlantic destiny of Michel Foucault. Presented at the annual meeting of the **Association of American Geographers**, 2011.

SARTORI, G. **What is " Politics"**. Sage Publications, 1973, v. 1, n. 1, p. 5–26.

SÁ-SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SCHERER, D. C. **A Ética Como Micropolítica: o governo de si como forma de resistência à governamentalidade em Michel Foucault**. [Dissertação] Mestrado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SCHWARTZMAN, S. Representação e Cooptação Política no Brasil. **Revista Dados**, 7, 1970, pp. 9-41.

SERVA, M; JAIME JÚNIOR, P. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 64-79, 1995.

SIMPSON, J. **Who are the winners and losers from the Arab Spring?** BBC News, 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-30003865>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

SINDIFORT. **Fundação da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora**. [online] Sítio da Sindifort. Disponível em: <http://sindifort.org.br/sindifort-presente-na-fundacao-da-intersindical-central-da-classe-trabalhadora/>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: DULCI, Otávio; NEVES, Magda de Almeida (Orgs.). **Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 56-74.

SOUSA, E. A. **Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: O caso do "Bairro Metropolitano" em Ribeirão das Neves**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Belo Horizonte: PUCMinas, 2002.

SOUZA, E.M.; JUNQUILHO, G. S.; MACHADO, L. D. & BIANCO, M. F. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 13, n. 36, p. 13- 25, Mar. 2006.

SOUZA, J. **A elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. LeYa: 2017, São Paul, 2017.

STANGERS, I. **Power and Invention: Situating Science**, Minneapolis, MN: **University of Minnesota Press**, 1997.

STARK, C. Regulación, agencias reguladoras e innovación de La gestión pública em América em América Latina. In: SPINK, P. LONGO, F. ECHEVARRIA, K. e STRAK, C. **Nueva Gestión Pública y Regulacións em América Latina: balances y desafíos**. CLAD. Caracas, 2001.

TERENCIO, M. Do debate sobre o Édipo a dissolução do sujeito em Foucault e Lacan. **Ágora** (Rio de Janeiro) v.XVI, n.1, jan/jun 2013, 9-26.

THE NEW YORK TIMES. **Fire in São Paulo, Brazil, Brings Down a High-Rise Building**, 01 de maio de 2018, por Sasta Darlinton. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/05/01/world/americas/sao-paulo-brazil-fire-collapse.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único; desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAN GRISVEN, M.; HEUSINKVED, S.; CORNELISSEN, J. Translating Management Concepts: Towards a Typology of Alternative Approaches. **International Journal of Management Reviews**, 2016, 18: 271–289.

VICENTÃO, O [Ocupação Vicentão]. **NASCE A OCUPAÇÃO VICENTÃO NO CORAÇÃO DE BELO HORIZONTE!**. Facebook Post, 2018, January 13. Disponível em: https://www.facebook.com/OcupacaoVicentao/posts/192572354817685?__tn__=K-R. Acesso em: 14 dezembro 2018.

WHITTLE, A.; SPICER, A. Is Actor Network Theory Critique?. **Organization Studies**, 29(04): 611–629, 2008.

ZACHNER, M. **Barcelona em comum: a cidade como horizonte democrático**. [online]. 2015. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/barcelona-em-comum-cidade-como-horizonte-democratico/>. Acessado em 10 de Novembro de 2015

ZEMA, R. Liberdade Ainda que Tardia. **Plano de Governo**, Partido Novo, 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG/2022802018/130000600702/proposta_1533160671813.pdf. Acesso em: 16 de fevereiro de 2020.

ZOLINI, H. **PF prende banqueiro em MG**. Folha de S Paulo. 1 de novembro de 1995. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/01/dinheiro/26.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.